



JORGE UMBELINO

Lazer Desporto e Território

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa) para obtenção do Grau de Doutor em Geografia e Planeamento Regional, Especialidade de Geografia Humana.

Orientação Científica:
Professora Doutora Raquel Soeiro de Brito
Professor Doutor Jorge Crespo



LISBOA, 1996

45456

À minha Família

AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza não se faz sem ajudas. São muitas as pessoas, e as instituições, em relação às quais me sinto com uma enorme dívida de gratidão. Assumindo inteira responsabilidade pelas insuficiências do resultado final, e mesmo correndo o risco de alguma omissão involuntária, é um dever de consciência referir:

- os Orientadores Científicos, a Professora Doutora Raquel Soeiro de Brito e o Professor Doutor Jorge Crespo, a quem agradeço a solidariedade, a compreensão, o estímulo e os preciosos ensinamentos e conselhos que me dispensaram, desde a decisão da escolha do tema até à versão final do texto;

- o Professor Doutor Alberto Luis Gomez, que me recebeu, em 1994, na Universidade de Cantabria, em Santander (Espanha); a Professora Doutora Teresa Pinto Correia, da Universidade de Aalborg (Dinamarca) e a Dra. Ilda Lourenço-Lindell, da Universidade de Estocolmo (Suécia), geógrafas portuguesas radicadas no estrangeiro que me ajudaram a preparar uma visita de trabalho aos seus países de acolhimento, concretizada em 1995; dos vários contactos que então tive oportunidade de estabelecer, destaco a Professora Doutora Kajsa Ellegård e o Dr. Olof Moen, do Kulturgeografiska Institutionen de Gotemburgo (Suécia), o Professor Doutor Lars Aransson, da Universidade de Karlstad (Suécia), o Dr. Lars Engberg, do Roskilde Universitetscenter (Dinamarca) e o Professor Doutor Flemming Larsen, da Universidade de Aalborg (Dinamarca);

- a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre, nomeadamente o Dr. José Gaspar e os seus alunos do 1º ano de Gestão e Criação de Empresas e 2º ano de Gestão Comercial e *Marketing* (ano lectivo de 1994-1995), por se terem prontificado a ajudar-me na preparação e execução de um inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre;

- as personalidades que me concederam entrevistas;

- o Sr. Sérgio Luz, até há pouco tempo Delegado em Portalegre do INDESP, e o Sr. Sebastião Matos Rosa, Coordenador Desportivo na Delegação de Portalegre do INATEL, a quem devo uma parte substancial da informação estatística e dos contactos indispensáveis para elaborar o Capítulo III;

- o Dr. Pedro Cortesão Casimiro, que me auxiliou no tratamento informático de parte da informação estatística, bem como os demais colegas e restante pessoal do Departamento de Geografia e Planeamento Regional, com quem pude sempre contar para um sem número de preciosas ajudas;

- o pessoal de várias bibliotecas em que efectuei trabalho de pesquisa e consulta, de entre as quais saliento, para além das pertencentes às instituições estrangeiras já referidas, a da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a do Instituto de Ciências Sociais, a do Centro de Estudos Geográficos, a do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, a do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e a do Ministério para a Qualificação e Emprego;

- a minha Família e os meus Amigos, que diariamente me aceitam, estimulam e ajudam a procurar fazer mais e melhor; peço desculpa pela menor atenção que lhes pude dar ao longo destes últimos anos, e também se de alguma forma os desiludi...

À margem destes agradecimentos, quero ainda homenagear a memória de duas pessoas que nos deixaram enquanto preparava este trabalho. Em primeiro lugar, a minha Mãe, Maria Edite, uma mulher corajosa e determinada a quem, para além da vida, devo muito mais do que conseguiria exprimir por palavras. Lembro também o meu colega José Augusto Chambel de Oliveira, um bom amigo e um excelente profissional, que bem merecia ter podido concluir o seu doutoramento e assim dar continuidade a uma carreira bem sucedida.

Lisboa, Julho de 1996

Jorge Umbelino

"Não nos libertamos de um hábito atirando-o pela janela. É preciso fazê-lo descer a escada, degrau a degrau."

Mark Twain

"Nenhum futurólogo sério se dedica a fazer previsões."

Alvin Toffler

"A coisa mais divertida que existe é o trabalho. Poderíamos passar tempos infintos a observá-lo."

Anónimo

I. INTRODUÇÃO

I.1. A OPORTUNIDADE DE ESTUDAR O LAZER

I.2. O PLANO DE TRABALHO

I.3. AS PRINCIPAIS DIFICULDADES SENTIDAS

I. INTRODUÇÃO

I.1. A OPORTUNIDADE DE ESTUDAR O LAZER

A escolha da temática do lazer enquanto objecto de estudo, associada a um pressuposto declínio do tempo de trabalho e do seu valor referencial, não resultou de uma opção tranquila. Se é certo que sempre existiu, e existe, uma relação de confiança entre o autor e o tema, a escassez de referências de enquadramento na comunidade científica e as reservas que nos chegavam de muitas opiniões à nossa volta, sobretudo na época de início dos trabalhos (1990), constituíam fortes factores de preocupação. O processo de dúvida em que nos vimos envolvidos fez crescer a necessidade de partilhar a reflexão que nos trouxe até aqui.

A primeira parte deste capítulo é constituída por uma **síntese em três etapas**, cada uma delas apresentada segundo a forma de um diagrama e um texto explicativo. Estes esquemas, assumidamente muito simplificados, constituem uma apresentação que será depois desenvolvida.

O espectro do desemprego estrutural é, talvez, a face mais preocupante da profunda mudança tecnológica e social que estamos a viver. O sistema económico parece ter perdido a capacidade de se renovar e autoestimular para garantir a criação de um número suficiente de postos de trabalho; por outro lado, verificam-se inúmeras **contradições** entre os desejos e as capacidades profissionais das pessoas e aquilo que o mercado de trabalho lhes pode oferecer.

O preocupante crescimento do desemprego é um **problema** para o qual urge **procurar soluções**. É, antes de mais, um problema económico, que afecta directamente muitas famílias e indirectamente toda a sociedade, mas também cruza outras dimensões de natureza psicológica, social e cultural.

Estudar **Algumas consequências espaciais do aumento do tempo não dedicado ao trabalho** é a concretização do ponto de vista de um geógrafo sobre esta problemática.

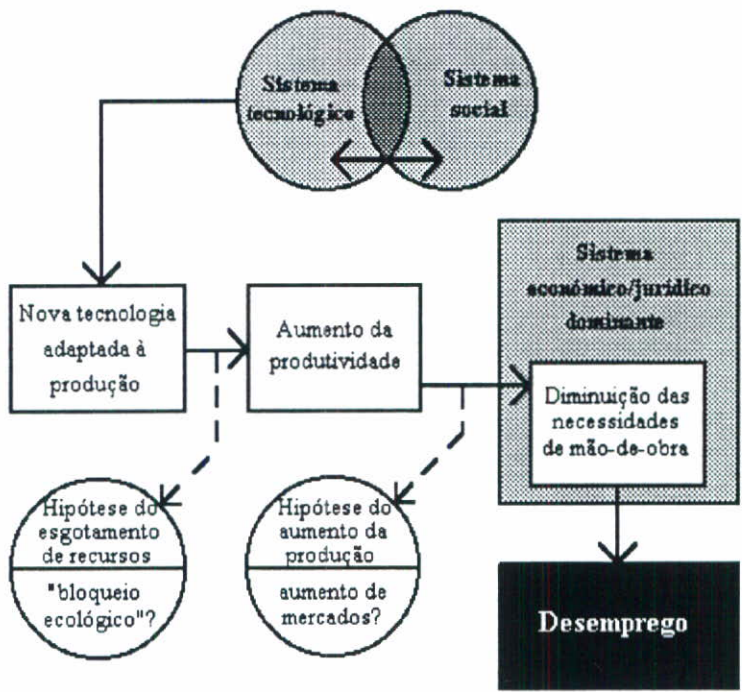
Antes de avançarmos, porém, a responsabilidade deste trabalho impõe que façamos a assunção de três pressupostos fundamentais.

Em primeiro lugar, para que esta investigação se pudesse concretizar foi necessário aceitá-la na sua atitude prospectiva, logo inevitavelmente especulativa. Por muitas tentativas que façamos para credibilizar a nossa convicção, procurando sistemas lógicos de projecção da realidade e/ou a solidariedade de opiniões relevantes, o que é facto é que não existe nenhuma maneira objectiva de prever o futuro. A avaliação dos resultados obtidos não pode, pois, desligar-se desta realidade.

Em segundo lugar, o espaço e o tempo de referência que utilizamos são os do actualmente designado «mundo desenvolvido», em particular os países da Europa que nele se integram e, claro, com a marca especial da realidade portuguesa, ainda que não tivéssemos procurado o seu privilégio. Reconhecemos a crescente interdependência mundial e a globalização dos efeitos da sociedade industrial e pós-industrial, mas tínhamos que encontrar uma ponta na meada da nossa investigação.

Em terceiro e último lugar, a permanente e ampla interdisciplinaridade a que fatalmente fomos conduzidos obrigou-nos a assumir duas coisas: por um lado, atendendo ao propósito de não alongar demasiado o texto final tivemos de entender como de «senso comum» alguns conceitos que, noutras condições, talvez nos merecessem um atitude formal diferente; por outro lado, tivemos de encontrar um nível razoável de autocritica, e pedir o mesmo a terceiros, no que diz respeito ao tratamento de ideias e conceitos provenientes das várias disciplinas afins de que nos socorremos.

O ESPECTRO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL



(ver interpretação na página seguinte)

O ESPECTRO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL

Para facilitar a análise, consideremos a existência individualizada de um sistema social e de um sistema tecnológico.

Ainda que, por vezes, possamos ter a ilusão de que estes sistemas são variáveis independentes, a verdade é que eles progridem em permanente interacção; é nas necessidades do sistema social, transmitidas através da disponibilização de meios para a investigação, que o sistema tecnológico encontra a justificação e a força para se desenvolver, e assim influenciar, em retorno, o sistema social.

A investigação científica produz, entre outras coisas, inovações tecnológicas adaptadas à produção. Estas, em princípio, e ainda que também possam encerrar outros objectivos, fazem aumentar globalmente a produtividade. Numa economia mundial aberta, que se pauta pela concorrência, parece inimaginável admitir, sequer, a reversibilidade desta tendência.

Mas aqui surge um primeiro conjunto de interrogações: poder-se-à equacionar um «bloqueio ecológico» a este processo, por via da ameaça do esgotamento de recursos e/ou das condições de habitabilidade da Terra? Qual a medida da sua eficácia e qual o estado económico-social que marcará o limiar da sua presença? Ou conseguirá o «sistema tecnológico» incorporar esta ameaça sem pôr em causa a tendência de aumento da produtividade?

Estamos, obviamente, perante perguntas sem resposta, e que por isso temos de ultrapassar. Acreditando na inteligência humana e no verdadeiro progresso da ciência, cremos que o «efeito ecológico» deverá ser percebido não como uma forma de bloqueio mas antes como um travão moderador, aqui ou ali talvez mesmo modelador mas sem obstar ao rumo fundamental que parece traçado.

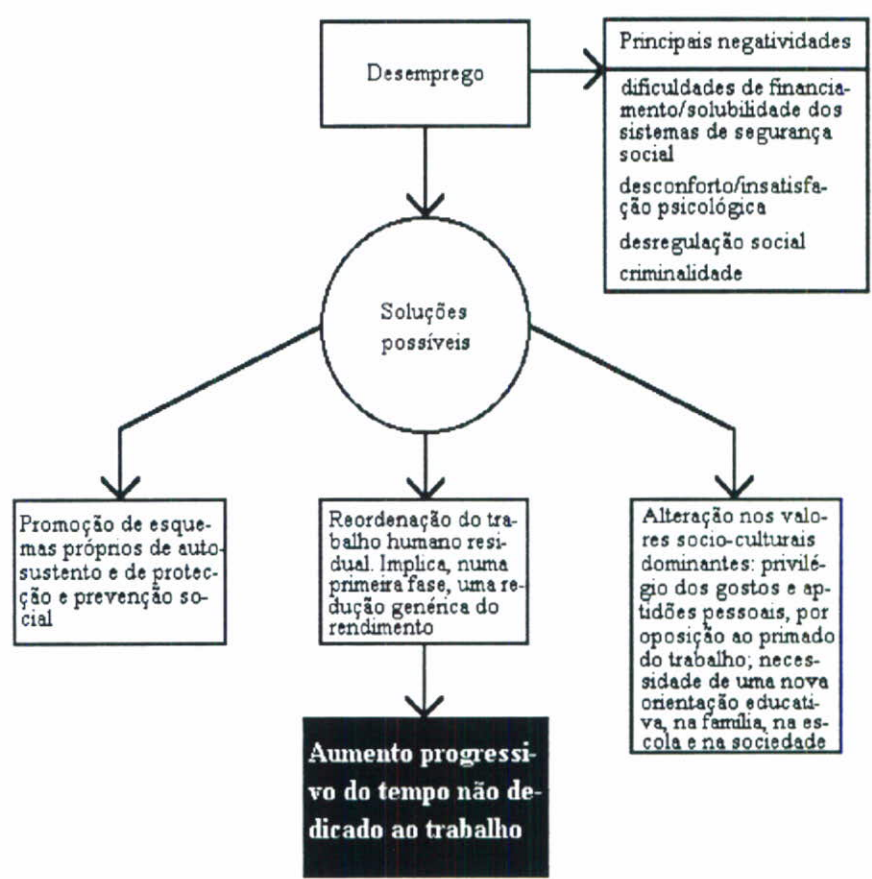
O aumento continuado da produtividade tecnológica só pode ter duas consequências: ou um crescimento da produção, justificável apenas perante uma evolução paralela de mercados, ou uma diminuição das necessidades globais de mão-de-obra humana.

Não foi por acaso que colocámos a hipótese do aumento de produção/mercados numa situação lateral do esquema proposto. Muito embora todos os dias possamos assistir a êxitos parciais desta estratégia não cremos que ela se possa estender indefinidamente, e sobretudo nunca a um ritmo compatível com o galopante aumento da produtividade.

Para as sociedades tecnologicamente mais evoluídas a esperança da abertura de novos mercados reside sobretudo nos países «do sul», para o que seria imprescindível uma completa transfiguração do actual modelo de relacionamento entre os Estados. Mais ainda: mesmo que admitamos uma (improvável) integração plena, e em situação de igualdade, dos países mais pobres no sistema económico mundial, isso apenas adiará - embora potencialmente muito - a evolução de um rumo que não se alteraria.

Somos, assim, conduzidos para a consequência mais provável do progressivo aumento da produtividade - a diminuição da necessidade de mão-de-obra. Numa lógica económica capitalista, que privilegia e premeia a acumulação de riqueza, e perante um sistema jurídico-laboral algo inflexível e ainda inadaptado a estas novas realidades económicas, o **desemprego** parece um fim inevitável. Só que agora, ao contrário de outras épocas de crise, ele prefigura-se **ameaçadoramente estrutural**.

À PROCURA DE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DO DESEMPREGO



(ver interpretação na página seguinte)

À PROCURA DE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA DO DESEMPREGO

As palavras espectro, ameaça e problema, utilizadas para classificar a previsão de aumento significativo do desemprego, mostram bem a conotação negativa que o envolve. O crescimento do desemprego é visto como um problema grave, tanto individual como colectivamente.

As principais negatividades atribuídas ao desemprego são: dificuldades de financiamento/solubilidade dos sistemas de segurança social, por forma a assegurar a distribuição de um rendimento mínimo que garanta a subsistência digna de todos os cidadãos; desconforto/insatisfação psicológica, que resulta da sensação cultural de inutilidade; desregulação social, motivada pela perturbação do referencial do trabalho; criminalidade, como consequência última de comportamentos desviados pelas negatividades do desemprego antes enunciadas.

Que soluções, então? A primeira perspectiva que discriminámos - sistemas de segurança social - tem uma resolução pública e institucional impossível, face ao crescente desequilíbrio entre contribuintes e beneficiários; logo, o mais sensato é assumir essa impossibilidade e partir para a promoção de esquemas pessoais que resolvam aquilo que só utopicamente o Estado-Providência poderia solucionar.

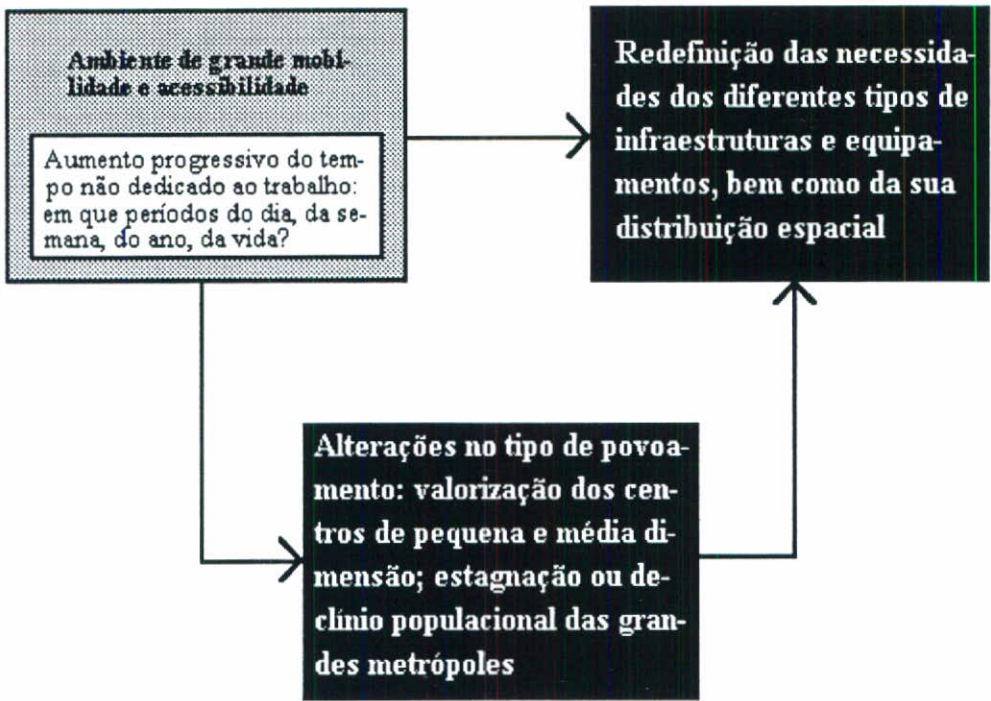
A segunda perspectiva deste problema - a atitude psicológica, cultural e social decorrente da perda do referencial do trabalho - tem que ser ultrapassada com uma completa revolução de valores de vida, a qual terá de partir, naturalmente, de uma nova orientação educativa na família, na escola e na sociedade. Com todo o respeito por outros pontos de vista, nomeadamente de tipo económico, não cremos que uma tão profunda revolução cultural possa ser considerada tarefa menor. Para a esmagadora maioria das mulheres e homens que até hoje habitaram a Terra o trabalho foi, pelo menos, uma necessidade de sobrevivência e, por isso, a referência fundamental de vida. Alguns autores afirmam que a transformação dessa lógica só tem paralelo histórico na passagem do primitivismo às formas de civilização organizada.

Por último, a criminalidade: para além de medidas pontuais de controlo, a sua evolução estrutural decorrerá, fatalmente, da globalidade da evolução social; só um conjunto abrangente de medidas a poderá contrariar. Acrescente-se que foi por termos consciência da inter-relação entre as diferentes perspectivas do desemprego que nem sequer tentámos fazer uma aproximação específica entre «negatividades» e «soluções possíveis».

As considerações tecidas até aqui não equacionaram a forma de distribuição do trabalho humano residual. Um modelo dualista, em que alguns - cada vez menos - trabalhem em «horário e tempo pleno» e outros fiquem desempregados parece socialmente insustentável; em consequência, terá de existir uma redistribuição desse tempo, que conduza a um **aumento progressivo e generalizado dos períodos não dedicados ao trabalho**.

Pelo menos numa primeira fase, de ajustamento, prefigura-se indispensável a aceitação de uma redução genérica dos rendimentos pessoais, porquanto nem as empresas nem os Estados têm condições para compensar de imediato o factor de produção subtraído. Depois da fase de ajustamento, acreditamos que a evolução da produtividade volte a fazer aumentar os níveis de rendimento, assim se encontrem os mercados suficientes para a fazer desenvolver.

**ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS ESPACIAIS DO AUMENTO
DO TEMPO NÃO DEDICADO AO TRABALHO**



(ver interpretação na página seguinte)

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS ESPACIAIS DO AUMENTO DO TEMPO NÃO DEDICADO AO TRABALHO

A consequência geográfica mais óbvia situa-se na interface com as actividades de planeamento - a **renovação dos esquemas de programação das diferentes infraestruturas e equipamentos**. Mas para quem? E onde?

Começemos pelo «para quem». No passado próximo, a libertação global de tempo de trabalho tem passado, não só mas também, pelo aumento do período de formação, escolar e profissional, e pela antecipação da idade de reforma. O alargamento do período de formação, e a subvalorização dos trabalhadores mais idosos, vistos como menos flexíveis e moldáveis a novas realidades, decorre da crescente necessidade de qualificação técnico-profissional; por outro lado, esta solução não contraria uma ligação forte entre os trabalhadores no activo e as empresas, da qual se esperam ganhos de produtividade; por último, este caminho não põe em causa o sistema jurídico-laboral vigente, nem cria instabilidade entre ramos de actividade e empresas que estejam em estádios diferentes deste processo.

Só que estas soluções não se podem expandir indefinidamente. Por entre muitas razões, salientamos que, num dos extremos, o ritmo de maturação biológica e cultural dos jovens contraria um eventual protelamento excessivo da sua entrada na vida activa; no outro extremo, o recuo da idade de reforma ameaça fazer perder trabalhadores de elevado potencial, majorado pelo capital insubstituível da experiência na função, isto para além de agravar a pressão sobre os sistemas de segurança social. E por que é que os mais jovens se haveriam de conformar com o retardamento integral do gozo do tempo libertado ao trabalho, admitindo, assim, complicar relativamente os primeiros anos da sua vida pessoal e familiar?

Mais cedo ou mais tarde, portanto, a libertação de tempo de trabalho terá de percorrer caminhos diferentes dos actuais. Acreditamos que ela se venha a repercutir no encurtamento dos ciclos laborais diários, semanais e anuais.

É de notar, também, que este processo está a decorrer, e no futuro ainda mais, num ambiente de grande mobilidade e acessibilidade. Este ambiente, associado a uma mais que provável flexibilização de horários e de locais de laboração, vai favorecer a desvinculação espacial, hoje quase obrigatória, entre a residência e o local de trabalho.

Chegámos, assim, ao «onde» que enunciámos no primeiro parágrafo deste texto. Partindo do pressuposto que muita gente percepção uma degradação da qualidade de vida urbana, poderão estar lançadas as condições para uma importante **alteração na lógica de povoamento, com a valorização de centros de pequena e média dimensão e a estagnação (declínio?) populacional das grandes metrópoles**.

Acrescentemos mais três pontos de reflexão:

- a pressuposta estagnação, ou mesmo o declínio populacional das grandes metrópoles não implicará a perda da sua condição central e polarizadora;
- a apetência por centros de pequena ou média dimensão só será concretizável com níveis de equipamento muito superiores aos que marcam as suas vivências actuais;
- o possível processo de desurbanização pode ser visto como independente das estratégias de absorção do tempo libertado ao trabalho; só que, conforme aquelas, assim os destinatários preferenciais (jovens ou idosos, ricos ou menos ricos, etc.) da nova programação de infraestruturas e equipamentos.

Depois desta apresentação esquemática passamos a comentar mais detalhadamente as ideias propostas. Pareceu-nos interessante adoptar um modelo de pergunta/resposta, porque foi essa a nossa própria forma de raciocínio e também porque permite realçar o espírito de dúvida permanente a que o tema obriga.

Que referenciação espacial e temporal utilizar?

Toda a nossa reflexão parte da realidade observável no que, genericamente, se costuma designar por «mundo desenvolvido», sem pretendermos estabelecer nenhuma hierarquia entre os países integráveis nesse espaço. O factor tempo também é percebido de uma forma lata, o que torna o âmbito de aplicação potencial desta investigação muito vasto. Admitimos, como hipótese, que ele possa ser estendido a todas as regiões de algum modo afectadas pela industrialização, o que não é pouco; no entanto, atendendo às limitações pessoais do autor ao nível do conhecimento *de facto* de outras culturas, não nos podemos comprometer seriamente com análises que extravazem a realidade da Europa Ocidental e, ainda assim, com toda a certeza muito marcadas pela situação concreta de Portugal.

O cidadão comum percebe, nas suas reflexões sobre a vida e o futuro, sinais inequívocos de convulsão social?

Sim, e eles geram-lhe perplexidade e insegurança. De tanto se falar em crise, com uma frequência cíclica cada vez mais apertada, esse conceito banaliza-se e perde sentido. Mais do que episódios conjunturais, para os quais se espera um fim rápido dentro de um quadro conhecido, as várias contradições com que as pessoas se confrontam sugerem algo de mais profundo.

Podemos dizer que o emprego/desemprego é o problema mais importante no sistema social em mudança?

É difícil afirmar que é o problema mais importante, mas é certo que ele se relaciona com a sobrevivência da esmagadora maioria das pessoas - todas as que dependem da venda da sua força de trabalho -, para além de ser um pilar da sua inserção e afirmação nas comunidades em que se integram. É por isso que a falta de emprego, que o mesmo é dizer de expectativa de um futuro tranquilo no modelo social conhecido, é dada como responsável maior por coisas tão importantes como a explosão da toxicodependência ou o recrudescimento de várias formas de racismo e xenofobia. É também por aí que se encontra justificação para a crescente adesão a ideais políticos totalitários e violentos, tida como forma radical de reacção contra as incapacidades do sistema democrático.

Muito embora existam outras referências históricas, que adiante apreciaremos, no modelo actual de sociedade o trabalho representa uma linha de conduta e um valor estável, mais ainda no período pós-Revolução Industrial. Todos os que fugiram ou fogem deste princípio são excepções que confirmam a regra; são «desvios» que justificam crítica, naturalmente fundada em razões diferentes conforme se trate de casos de abstenção voluntária do trabalho ou da impossibilidade de a ele aceder.

A ameaça de um desemprego de grandes proporções é uma preocupação realmente justificável no «mundo desenvolvido»?

Sem dúvida. Por razões de produtividade (melhor ritmo de trabalho e menor imponderabilidade dos agentes - máquinas *versus* homens), de segurança e até de comodidade, a progressiva substituição do trabalho humano por componentes mecânicos e electrónicos é um dado adquirido e irreversível no meio concorrencial em que vivemos. Por outro lado, a desigualdade internacional do custo da mão-de-obra vai condenando nos países mais ricos todos os sectores que requerem grande intensidade de trabalho humano; as únicas actividades que podem ter sucesso neste tipo de economias são as que incorporam muita tecnologia e empregam poucas pessoas.

No que podemos considerar uma prolongada fase inicial, a automatização foi particularmente visível nas actividades de transformação industrial; depois chegou ao sector primário, e os campos despovoaram-se; no sector terciário, nos escritórios, os efeitos da tecnologia são muito mais recentes.

Durante muitos anos, o aumento da produtividade industrial não pôs em causa o volume de postos de trabalho proporcionados, antes pelo contrário; os mercados expandiam-se a bom ritmo, e permitiam até absorver a mão-de-obra agrícola que se ia tornando excedentária. Quando a indústria começou a perder a sua capacidade de oferecer trabalho a solução encontrada passou pelo crescimento do sector dos serviços, como reflexo de sociedades cada vez mais exigentes e sofisticadas.

Mas a verdade é que, nos nossos dias, algumas sociedades já começam a dar indícios de esgotamento desta solução. Torna-se evidente um desajustamento grave entre a oferta e a procura de emprego, que se expressa tanto de forma quantitativa como qualitativa. Muito embora não possamos perder de vista que todas as crises em vigência parecem sempre piores do que as antecedentes, cremos que existem de facto várias razões que justificam uma visão preocupada:

- o extraordinário e rápido crescimento da informática levou a que a automatização se estendesse também aos serviços e à generalidade do trabalho intelectual; o universo laboral já não tem grandes sectores alternativos para utilizar a mão-de-obra que se vai libertando;

- nas sociedades pós-industriais é cada vez mais difícil mobilizar um conjunto amplo de necessidades que sirva de estímulo para a economia e para a criação de empregos; muito embora ainda se possa augurar bom futuro a algumas actividades, como as que se relacionam com a investigação ambiental e recuperação de áreas degradadas, as tecnologias de informação e comunicação, os serviços de assistência ao indivíduo e à vida familiar e, claro, os meios de apoio à ocupação dos tempos livres acrescidos, não se prevê que, globalmente, as oportunidades de emprego nestas

actividades sejam suficientes para compensar a mão-de-obra dispensada pelos sectores tradicionais;

- a internacionalização que caracteriza a actividade económica actual já não permite o jogo entre o proteccionismo e a livre concorrência, tantas vezes utilizado no passado para reajustar situações de desequilíbrio;

- finalmente, o ritmo avassalador a que as coisas acontecem deixa pouca margem para a reflexão; os riscos da não capacidade de reacção, ou de más respostas, são de facto muito grandes.

O sistema económico em que vivemos parece estar minado por uma voragem evolutiva autónoma e descontrolada, absurdamente exterior à vontade racional dos homens que o criaram e animam. Os desejos de consumo e de acumulação de riqueza cegam as pessoas para as múltiplas contradições que se estão a gerar e que bem podem estar a hipotecar o futuro de todos nós.

As regras actuais da concorrência internacional tornam legítima uma pergunta: será que se projecta um «Primeiro Mundo» talhado como reserva mundial de inteligência, internamente estruturado a partir do comércio e permuta de serviços e suportado por braços produtivos bem longínquos, no Extremo-Oriente, na China, na Índia ou no Magreb? Um tal sistema só faz sentido perante relações de poder económico (e militar) desiguais, situação que, por ser a actual, nem custa a aceitar. Mas se o investimento financeiro e tecnológico no «Terceiro Mundo» tem origem nos países ricos, como e onde se fará a reintegração das mais-valias? Tenderemos para uma convergência ou divergência das economias? Não se pode esquecer que estes procedimentos têm uma base maioritariamente privada, logo são dirigidos pela lógica do lucro e não por quaisquer princípios de justiça ou equilíbrio social, pelo menos até que se atinjam níveis de ruptura que possam pôr em causa o próprio sistema.

Se o sistema económico actual revela descontrolo, tendo em vista, nomeadamente, as consequências que lança sobre o emprego e a generalidade da organização social, poderemos considerar a hipótese de ele vir a ser afectado por meios de influência que lhe sejam exteriores?

Talvez. Os dois que se prefiguram como potencialmente mais eficazes são os que referimos no primeiro diagrama - o «bloqueio ecológico» e o aumento de mercados. Note-se que, em qualquer destes casos, a classificação de «exterior» ao sistema económico parte de um critério meramente formal, uma vez que nem a economia se pode desligar dos recursos que a suportam nem a hipotética emergência de novos mercados ocorrerá por geração espontânea.

A «questão ecológica» é complicada. A partir do momento em que se tomou consciência da escassez de muitos recursos naturais, quando comparada a sua capacidade de renovação com as expectativas do consumo, e, pior do que isso, quando se percebeu que as próprias condições de habitabilidade da Terra podiam estar ameaçadas, esta causa passou a ser um conflito entre os interesses das diferentes gerações. Mas como é que se pode apelar para a futura sobrevivência equilibrada das espécies, incluindo a humana, quando em muitas regiões do Globo a luta pela vida é diária? Acresce que a universalização de sistemas políticos democráticos, baseados em ciclos eleitorais curtos, favorece a gestão do imediato, sobretudo onde as necessidades básicas (conceito cada vez mais vasto...) ainda estão mal resolvidas. Ninguém pensa o futuro com a «barriga vazia».

Perversamente, as preocupações com o ambiente são um «luxo» das sociedades mais favorecidas do ponto de vista económico mas, por isso mesmo, é nas outras que as ameaças são mais sérias a médio/longo prazo. E que consciência existe já hoje acerca da interacção mundial de muitas agressões ambientais, nomeadamente ao nível climático?

Se é certo que a causa ambiental colhe uma solidariedade intelectual fácil, não é menos verdade que o melhor que se vai conseguindo dos cidadãos é uma militância resumida a

aspectos básicos (ex. não sujar o chão ou separar o lixo doméstico para depósito em contentores especiais - vidrões, papelões...). Muito poucas pessoas admitem sacrificar o seu conforto e interesse pessoal em favor da preservação da Natureza (ex. ir propositadamente mais longe comprar um produto reciclado); nos países mais ricos, o sacrifício apenas financeiro já tem muitos adeptos (ex. pagar mais por um produto reciclado, desde que ele seja acessível). É a partir das consciências individuais que se constrói a moral colectiva, e é desta que emana o enquadramento legal que rege as sociedades. Num meio concorrencial, os empresários tendem a explorar até ao limite as possibilidades que lhes são oferecidas, fugindo dos custos que a causa ambiental quase sempre implica; contudo, também é verdade que onde os consumidores têm uma consciência ambientalista mais forte, e são mais exigentes, muitas empresas já converteram esta preocupação em aliada, transformando-a em estratégia de *marketing*.

No seu conjunto, a interpretação que fazemos desta matéria é pouco optimista. Mas não a cremos única, nem desviada do real. A voragem económica cria situações ambientais cada vez mais difíceis, a caminho de uma catástrofe anunciada. Se essa catástrofe se apresentar de uma forma lenta, corrosiva, talvez a investigação científica e tecnológica tenha tempo para criar mecanismos de defesa. Se o ritmo for demasiado rápido, e/ou esses mecanismos não forem eficientes, é bem provável que a temida catástrofe ambiental se faça anteceder de uma outra de cariz humano - a revolução do desespero. Concluimos, assim, que o «ambiente» é uma variável muito importante, mas não tem capacidade para decidir o modelo social.

O segundo «meio exterior de travagem» do sistema económico que antes equacionámos parte da hipótese de os mercados se expandirem a um ritmo igual ou superior ao da produtividade tecnológica, o que permitiria salvaguardar o volume de mão-de-obra actualmente empregue. Mas onde existirão esses mercados? No «Primeiro Mundo»? Por muito que se estimule a obsolescência precoce, física ou funcional, dos bens de equipamento, e por engenhosas que sejam as acções dos profissionais de *marketing* e publicidade, a verdade é que, nestes países, é cada vez mais difícil vender coisas às pessoas. E não cremos que se trate apenas de uma escassez de rendimento - que poderia

ser combatida com uma qualquer versão revista do *New Deal* -, mas antes da aproximação do limiar máximo de apetência pelo consumo, que se revela pela presença cada vez mais visível de uma consciência crítica nesta matéria.

Um outro espaço a considerar é o «Terceiro Mundo». O interesse imediato das empresas multinacionais que hoje procuram estes países é, sem dúvida, a exploração da mão-de-obra barata e dócil que aí encontram. Contudo, as posições ganhas por essa razão também podem vir a ser úteis na futura conquista de mercados locais, cujo enorme potencial se encontra apenas dependente da disponibilização de níveis de rendimento compatíveis. Os salários industriais pagos nesses países, pese embora serem muito baixos do ponto de vista internacional, já auguram alguma capacidade de poupança que pode vir a ser utilizada no consumo.

Um outro nível de reflexão, sem dúvida mais utópico, pode fazer acreditar na elevação *de facto* dos rendimentos dos povos do «Terceiro Mundo», quer através da revalorização dos momentos produtivos que lhes são habituais - extracção de matérias-primas e exploração elementar da mão-de-obra - quer mesmo pelo alargamento da sua área de intervenção económica, com as consequentes vantagens na retenção de mais-valias. Será possível esta transfiguração do relacionamento «Norte-Sul»? Estarão ambas as partes em condições de aceitar e vencer as dificuldades processuais de uma tal ideia? Que impactos ambientais decorreriam de uma situação de três, quatro ou cinco biliões de grandes consumidores?

São muitas dúvidas sem resposta possível. Veja-se ainda que, no limite, este suposto alargamento da economia mundial não alteraria as suas regras de funcionamento, possibilitando apenas um ganho de tempo face ao colapso anunciado. A título de convicção pessoal, cremos que nem estes mecanismos de expansão de mercados, nem os que ainda são possíveis no «Primeiro Mundo» nem todos juntos são suficientes para manter a lógica de crescimento económico contínuo que é a base do sistema capitalista; assim sendo, as contradições são inevitáveis.

O pleno emprego, como ele tem sido formulado, é uma utopia do passado. É inútil forçar o alargamento intelectual do chamado desemprego útil, ou estrutural, assim como é ilusório repousar na análise de episódios conjunturais de crise e retoma, quando o que se percebe é uma evolução em patamares mas com uma tendência claramente definida no sentido da economia ocupar cada vez menos mão-de-obra. Como o trabalho não é apenas um meio de gerar e distribuir rendimento - e só esta problemática já não é coisa pouca... - a sua questionação só pode coincidir com o final de um ciclo histórico.

A diminuição progressiva das necessidades de mão-de-obra resultará, obrigatoriamente, em desemprego galopante?

Queremos acreditar que não, pelo menos na forma como hoje o reconhecemos, muito embora essa fosse a conclusão natural do sistema económico-jurídico vigente, que por sua vez se apoia numa determinada construção social e cultural. O problema do desemprego pode ser apenas uma reacção primária ao desajustamento estrutural a que temos vindo a aludir; isto, claro está, dando por certo que o desemprego é mesmo um problema, e que será impossível a harmonia de uma sociedade em que alguns se realizem a trabalhar para o colectivo e outros não se sintam infelizes por não trabalharem e poderem fazer outras coisas.

As teses liberais sempre sustentaram que as relações de mercado têm capacidade para regular o nível de desemprego; na medida em que este atingisse valores demasiado elevados, seria a própria falta de poder de compra que forçaria a necessidade de oferta de postos de trabalho. Só que esta ideia é muito difícil de operacionalizar num regime de concorrência mundial, e não conta com os rendimentos distribuídos pelos sistemas de segurança social, nem com as desigualdades dessa distribuição, nem com os problemas de gestão desses sistemas nem com as componentes socio-culturais do desemprego.

No texto que acompanha o terceiro diagrama já apontámos, de forma breve, as principais razões que limitam a esperança nas estratégias que têm sido seguidas para absorver a libertação estrutural de mão-de-obra - extensão do período de formação pré-activa e

antecipação da idade de reforma. Mas podemos juntar outros motivos que confirmam a mesma ideia: não faz sentido prolongar a educação escolar pré-activa quando a obsolescência do conhecimento é cada vez mais rápida; se as técnicas didáctico-pedagógicas tendem a ser mais eficazes o período de aprendizagem deve ser encurtado, e não alargado; um sistema de escolaridade básica artificialmente extenso é muito dispendioso e gera expectativas frustradas; antecipar a idade de reforma, quando a esperança média de vida aumenta, é criar dificuldades ainda maiores à gestão dos sistemas de segurança social. Há, portanto, que conceber novas soluções.

O caminho mais óbvio parece ser a distribuição das horas de trabalho ainda necessárias por um maior número de pessoas. A luta contra o desemprego estaria, assim, associada ao aumento generalizado do tempo de não-trabalho, em algum ou todos os seus ciclos - diário, semanal, anual e no conjunto da vida activa.

A redução das jornadas de trabalho que agora se prefigura inevitável está longe de ser uma novidade histórica. Ela foi uma lógica corrente ao longo de quase todo o século XX, passada que foi a primeira fase da Revolução Industrial; antes, como agora, essa lógica afirmou-se ao ritmo de crises de desemprego associadas a episódios marcantes na evolução das tecnologias produtivas. Curiosamente, nas últimas dezenas de anos verificou-se uma estagnação dos horários médios de trabalho nos países «mais desenvolvidos», em resultado da concorrência internacional que chega dos novos espaços industriais; cremos, contudo, que esta perturbação da tendência será ultrapassada em breve, quer pela imposição política de esses países se regerem por normas de contratualização do trabalho mais próximas das que se praticam no Ocidente quer pela especialização dos povos do «Primeiro Mundo» em sectores com grande incorporação tecnológica, logo tendo por consequência um acentuar do processo de libertação da mão-de-obra.

No passado, a redução dos horários de trabalho pôde sempre fazer-se em tempo de crescimento económico, isto é, dividindo riqueza; os trabalhadores, ou os seus representantes, reivindicavam-na, e o capital/patronato cedia dessa forma uma parte da

mais-valia resultante dos ganhos de produtividade. Só que agora, em situação de crise, o que se tem de dividir é pobreza, e não riqueza; não é possível reduzir substancialmente o tempo de trabalho, como parece necessário, sem admitir concessões ao nível do rendimento, o que nos leva a concluir que este processo terá obrigatoriamente de contar com a contribuição partilhada de todos os agentes envolvidos - empresas, trabalhadores e Estado.

Note-se que a conclusão acima está longe de ter uma aceitação fácil e universal, nomeadamente para quem parte de uma formação ideológica «de esquerda». Para esses, o que há que relevar é o facto de o trabalho representar uma parcela cada vez menor dos custos de produção, logo não é a redução da sua quota que resolverá os problemas das economias doentes; a ser assim, vale a pena ter paciência perante situações conjunturais menos favoráveis e prosseguir a luta tradicional por uma distribuição mais equilibrada das mais-valias, que ainda se julga possível.

Em termos globais, não acreditamos na vitória desta posição. Vai-lhe faltando no terreno um suporte ideológico e institucional forte e, por outro lado, a dialéctica entre o capital e o trabalho, numa sociedade de consumo em crise, dificilmente deixará de privilegiar os interesses do curto prazo, que neste caso parecem coincidir com um enfraquecimento da posição dos empregados perante os empregadores. Note-se que os processos de partilha do trabalho e do rendimento só são equacionáveis em empresas onde esteja presente alguma preocupação social, porque as maneiras mais simples de dispensar mão-de-obra ainda continuam a ser a não renovação de contratos a prazo, o despedimento individual ou colectivo, as reformas ou pré-reformas, as rescisões com indemnização e, em última análise, a degeneração em processos de falência.

Ao Estado, e à sociedade em geral, vai ser pedida a infraestruturação e gestão desta nova orientação do trabalho, a começar pelo seu quadro legal. Talvez este não possa nem deva ser muito regulador, mas muito menos pode ser travão. Impõe-se, também, uma reformulação total dos sistemas de ensino e de segurança social, bem como uma intervenção diferenciada ao nível dos equipamentos de lazer e recreio público.

Um outro ponto de vista sobre a «partilha do trabalho» interpreta-a como uma fase de transição para outra época em que o número de trabalhadores por conta de outrem ficará reduzido a níveis muito inferiores aos actuais. Na verdade, toda a lógica da gestão actual das empresas aponta para uma redução do número de efectivos permanentes e um maior recurso à subcontratação no exterior; ocorre, assim, que o trabalho residual desta vaga tecnológica se irá organizar de maneira diferente, a partir de iniciativas individuais ou de pequenos grupos agarrados a nichos de mercado bem definidos. Mais um factor violento de mudança. A libertação parcial de tempo de trabalho, em processos de «partilha» em que, apesar de tudo, fica assegurado algum rendimento, pode ser uma forma menos brusca de estimular a livre iniciativa e o espírito de constante aprendizagem e formação que parecem imprescindíveis no futuro.

Naturalmente que a «partilha» do trabalho, nos termos acima descritos, é um paleativo para um momento de ruptura; muito pouca gente aceita de bom grado reduzir estruturalmente o seu nível de vida, sem ter em vista um futuro de recuperação. Quando um novo avanço da produtividade estiver consolidado, o que pressupõe o reposicionamento de todos os agentes económicos, o tempo livre acrescido poderá ser, então, uma coisa normal, que não emerge de crises. Assim se desenha uma sociedade mais livre na gestão do tempo, ao contrário do que hoje acontece - menos horas de trabalho, é certo, mas à custa de uma desocupação involuntária, não preparada económica nem culturalmente e, por isso, não gratificante.

Será a desvalorização do trabalho, mesmo dos seus aspectos mais negativos, uma coisa indiscutivelmente boa?

É duvidoso. Que substitutos poderemos encontrar para a referenciação pessoal e social que o trabalho constitui? Quais as alternativas para a ocupação do tempo, longe dos descaminhos de toda a natureza que encontram campo fértil nos períodos de desorientação? Que educação e que cultura para a prometida liberdade?

É muito difícil perspectivar o uso do tempo numa sociedade hipoteticamente marcada pela diminuição do valor do trabalho. Dentro das alternativas actuais, podemos fazer juízos de valor sobre as que consideramos melhores e as que gostaríamos de não ver expandidas. Mas isso seria ignorar toda a imensa dúvida que se associa à capacidade de inovação, nomeadamente no domínio tecnológico; por exemplo, quem ousaria prever, há dez anos, a importância que a informática pessoal tem já hoje na ocupação do tempo de milhões de pessoas?

Nas sociedades modernas, o uso do tempo livre assenta numa liberdade condicionada por aspectos culturais, de rendimento e, de forma crescente, pela massificação das práticas que é induzida pelos interesses económicos ligados à oferta de equipamentos ou prestação de serviços. Muitos lazes acabam, assim, por repercutir a lógica do «sistema industrial» (ordem, rendimento...), e outros, pior ainda, assentam em fenómenos de mimetismo e substituição - grandes espectáculos e, sobretudo, a televisão e alguma informática pessoal. A criatividade, e a procura da gratificação personalizada, são valores que não vemos cultivar e desenvolver.

Por tudo o que já dissémos, cremos ter justificado suficientemente a relevância do tema que escolhemos. Mas para que esta ideia se pudesse concretizar numa «tese» de doutoramento em Geografia Humana era necessário perceber nela uma componente espacial.

Que implicações terá, na futura organização dos espaços, um novo modelo social em que o tempo não dedicado ao trabalho seja determinante?

A implicação mais óbvia situa-se ao nível da planificação e gestão das redes de infraestruturas e equipamentos. Diferentes usos do tempo pressupõem diferentes necessidades e interesses. Mas quem serão os «clientes»? Em que períodos da vida das pessoas se projectará a libertação do tempo de trabalho?

Os últimos anos têm sido marcados pelo abandono dos campos e consequente concentração urbana, o que não obsta a que o desagrado pelas inconveniências da vida nas cidades seja uma realidade cada vez mais forte. Há muita gente que habita nas grandes metrópoles não por verdadeira opção, mas apenas porque é essa a solução que mais possibilidades oferece ao nível do mercado de trabalho, da escolaridade e da oferta de serviços variados.

A nova realidade laboral que perspectivamos será marcada por permanências mais curtas e flexibilizadas dos trabalhadores nas empresas, fruto da redução dos períodos de trabalho e da possibilidade/conveniência de muita gente trabalhar à distância, fazendo apelo a várias formas de telecomunicação (telefone, videotelefone, telecópia, redes informáticas, etc.). Outro dado importante para a nossa reflexão é o facto de o tecido social e económico que hoje prevalece, e a forma de povoamento que lhe está associada, exigir fortíssimos investimentos em infraestruturas e equipamentos de transporte, sobretudo nas áreas onde a concentração de pessoas e actividades é maior, isto é, nas cidades.

Num cenário deste tipo, parece lógico que se caminhe gradualmente para uma ocupação mais equilibrada do território, ou seja, um regresso ao convívio com a Natureza, para alguns, e o benefício residual do descongestionamento urbano, para outros. Esta hipotética migração cidade-campo não significará um retorno à ruralidade tradicional, mas antes pressupõe uma melhoria significativa dos níveis de equipamento das regiões de destino, a qual, por sua vez, depende do rendimento e da exigência dos novos habitantes; é por isso que em países menos ricos, como Portugal, talvez seja de admitir como mais provável uma revitalização de cidades intermédias, ou um alargamento em mancha das grandes cidades, em vez de um modelo mais ortodoxo de dispersão rural. Note-se que não associamos a esta eventual mudança qualquer perda de influência e capacidade polarizadora das grandes cidades, uma vez que o que está em causa é apenas uma revisão dos critérios de escolha dos locais de habitação.

Cabe aqui retomar a ideia de que qualquer eventual alteração no povoamento, e correspondente revisão dos planos de infraestruturas e equipamentos, tem de ser percebida no contexto dos agentes efectivos de uma tal mudança; conforme a sua posição perante a vida e o trabalho, os escalões etários e de rendimento, assim as suas expectativas. Não se perca também de vista que a crise que está a anteceder e eventualmente justificará estas mudanças é, ela própria, geradora de mobilidades, que tanto se podem orientar para a procura desesperada de uma alternativa na cidade como para o refúgio nas origens rurais.

A evolução do fenómeno das residências secundárias pode ser vista como precursora da hipótese em debate; de uma casa onde se ia em alguns fins-de-semana, e uma quinzena no verão, muitas destas residências já estão a ser o suporte de uma autêntica «vida dupla», com implicações de carácter económico e de integração social bastante relevantes. A começar nuns quantos privilegiados, talvez o futuro passe por uma nova lógica de duas residências, mas em que a actual secundária passe a ser cada vez mais a principal, reservando-se a outra para a função de apoio às actividades urbanas (laborais ou não) e para o suporte da formação escolar das gerações seguintes.

Em relação à matéria constante no capítulo III - análise da prática desportiva no distrito de Portalegre - a sua inclusão neste trabalho deve ser apenas vista como um exemplo de aplicação do tempo de lazer, que não tem justificação científica própria. As razões da escolha deste exemplo serão explicitadas na abertura do próprio capítulo.

O presente, e o próximo futuro, serão decisivos para a disciplina em que nos integramos. Quer o novo modelo socio-espacial que idealizámos se concretize ou não, no todo ou em parte, é certo que o aumento da mobilidade e da comunicação, em geral, está a alterar radicalmente a percepção e utilização dos espaços, bem como as inter-relações que se estabelecem entre os territórios, as pessoas, as empresas e as instituições. E não é esse o objecto da Geografia?

I.2. O PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho que seguimos estrutura-se em quatro capítulos, cujos conteúdos passamos a discriminar.

No capítulo I (**Introdução**) justificamos a escolha do tema e apresentamos alguns aspectos formais, como sejam os que compõem este ponto I.2. e o seguinte, dedicado ao esclarecimento das maiores dificuldades que se nos depararam no decurso desta investigação.

É no capítulo II (**A caminho de uma nova sociedade do lazer?**) que discutimos a essência do tema que propomos. O ponto 1. debate o conceito de lazer, quando confrontado com outros supostamente próximos ou até similares; para além da linguística, pareceu-nos interessante pesquisar o que trazem, nesta matéria, duas outras fontes - as religiões e os provérbios populares. No ponto 2. fazemos uma revisão da pesquisa bibliográfica que efectuámos, com exclusão dos textos conotados com a Geografia, para cujo tratamento reservámos um ponto específico (II.5.). Em II.3. comentamos os resultados de entrevistas realizadas junto de um grupo seleccionado de cidadãos portugueses. No ponto 4. fazemos uma síntese interpretativa das informações analisadas nos pontos anteriores: será que o futuro próximo vai mesmo mostrar uma diminuição significativa do tempo de trabalho? Finalmente, em II.5. concretizamos o ponto de vista geográfico sobre esta matéria, fazendo uma análise crítica do tratamento que os geógrafos têm dado ao tema do lazer e tentando projectar as principais consequências para a organização do espaço que eventualmente decorrerão das transformações que antevemos.

Todo o capítulo III (**O desporto na ocupação do tempo de lazer - o caso do distrito de Portalegre**) parte do objectivo de incluir nesta investigação uma componente empírica. Depois de um breve comentário introdutório, em III.1., fazemos (pontos III.2.1. e III.2.2.) um levantamento da situação actual da prática desportiva no distrito de Portalegre, considerando os espaços, as infraestruturas e equipamentos, as instituições e,

em consequência de tudo isto, os praticantes e as suas escolhas. No ponto III.2.3. damos conta dos resultados de um inquérito à população do distrito, a quem pedimos opinião acerca da sua prática desportiva actual e das expectativas de futuro nesta matéria. Por último, em III.2.4. fazemos um balanço entre os dados anteriormente recolhidos e lançamos pistas para a satisfação do que se projecta virem a ser as futuras necessidades das pessoas.

No quarto e último capítulo (**Nota Final**), procuramos transmitir o sentimento do autor no final da investigação. Não se trata de uma síntese, que aliás seria redundante com o conteúdo de outros pontos deste plano de trabalho, mas apenas da partilha de um estado de espírito.

I.3. AS PRINCIPAIS DIFICULDADES SENTIDAS

O tema que escolhemos é marcado por duas grandes características, qualquer delas pouco confortável para uma investigação académica: por um lado, há uma quase ausência de referências similares, mais grave ainda no meio geográfico; por outro lado, discutir o lazer pode ser pouco menos do que discutir a vida, o que nos conduz para um sem número de reflexões «afins». Neste contexto, as maiores dificuldades que sentimos ao longo desta investigação podem resumir-se a um aspecto fundamental - a permanente dúvida quanto ao estabelecimento de limites. Esta dúvida manifestou-se tanto na definição do plano de trabalho como, a cada momento, na escolha dos suportes documentais; aceitá-la passou a ser um pressuposto, como dissémos em I.1.

Não é possível estudar o lazer fora do enquadramento evolutivo do mundo do trabalho e da vida económica, o que torna óbvia a sua ligação com a Sociologia, a História e a Economia; atendendo às pistas de investigação que seguimos, também tivemos pontualmente de percorrer os caminhos de várias outras disciplinas, de que a Teologia e a Linguística são exemplos. Quando um trabalho assume estas características não é possível ambicionar um tratamento constante, e igualmente rigoroso, de todos os conteúdos. Para dar uma imagem, sentimo-nos como num enorme corredor, com muitas portas de ambos os lados, em frente às quais era preciso decidir a sua eventual abertura; depois de abertas, muitas dessas portas revelavam autênticos salões, mas tínhamos de ficar no guarda-vento para podermos regressar rápido ao corredor principal. Diga-se, em abono da verdade, que a diletância que assumimos, e que agora reconhecemos como problemática, encaixa bem na personalidade e perfil científico do autor.

Temos plena consciência de que esta posição não é usual na investigação universitária, onde a fundamentação de todas as ideias chega a ser, em alguns casos, quase obsessiva. No tema em que apostámos essa atitude não se revelou possível, nem o pudemos ilustrar com técnicas de tratamento da informação relevantes, uma vez que os dados disponíveis não o permitem. Como qualquer uma destas limitações foi antecipada, e não um acidente

de percurso, melhor se percebe a importância que atribuímos a um tema que, sabíamos, tem de valer por si mesmo.

Como é natural, também sentimos outro tipo de dificuldades, como sejam a falta de tempo para desenvolver todas as ideias que gostaríamos e outras limitações de carácter pessoal, bem como a inadequação/inexistência da informação ou a atitude menos cooperante de algumas fontes contactadas. Só que estas dificuldades, embora sejam reais, têm um carácter comum e não justificam, por isso, menção especial.

II. A CAMINHO DE UMA NOVA SOCIEDADE DO LAZER?

II.1. O CONCEITO DE LAZER - PESQUISA DE ALGUMAS FONTES EXTERIORES À BIBLIOGRAFIA CIENTÍFICA

- II.1.1. A opinião dos linguistas. O «jogo das palavras»
- II.1.2. As religiões, uma fonte básica de cultura
- II.1.3. Os provérbios populares, uma expressão simples de cultura

II.2. A PERCEPÇÃO E O ESTUDO DO LAZER - SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA

- II.2.1. Breve percurso pela bibliografia dedicada ao lazer
- II.2.2. A evolução das formas de ocupação do tempo de lazer
- II.2.3. A definição e percepção do lazer na bibliografia científica

II.3. A OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA - ENTREVISTAS

- II.3.1. As entrevistas: aspectos prévios
- II.3.2. O guião das entrevistas
- II.3.3. Análise das respostas

II.4. SOCIEDADE DO LAZER: REALIDADE, FATALIDADE OU UTOPIA?

- II.4.1. Algumas estatísticas relevantes: duração média do tempo de trabalho e taxa de desemprego
- II.4.2. Emprego e desemprego nos países «desenvolvidos»
- II.4.3. Que actividades económicas de futuro nos países «desenvolvidos»?
- II.4.4. Outros factores de evolução dos mercados de trabalho
- II.4.5. O insucesso das soluções tradicionais de combate ao desemprego
- II.4.6. Novas soluções para o desemprego
- II.4.7. A propósito da futura repartição do tempo

II.5. UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

- II.5.1. A bibliografia geográfica sobre o (turismo e) lazer: breve perfil histórico
- II.5.2. Traços de um tema pouco praticado pelos geógrafos
- II.5.3. Transformações na organização do espaço

II. A CAMINHO DE UMA NOVA SOCIEDADE DO LAZER?

O título que escolhemos para este segundo capítulo é uma aproximação do que, há trinta e quatro anos, Joffre DUMAZEDIER usou num livro que se tornou referência indispensável para todos os que estudam o fenómeno do lazer: Vers une civilisation du loisir?¹ Dispensámos a palavra civilização, porque para um geógrafo ela tem um significado complexo que aqui não nos parece aplicável. A intromissão da ideia de uma nova sociedade do lazer é, porventura, uma pequena traição a DUMAZEDIER; a amplitude com que entendemos o conceito de lazer faz-nos admitir, em acordo com muitos outros autores, mas não com este sociólogo, que podem ter existido em outras épocas históricas algumas sociedades (ou, pelo menos, meios sociais) em que o lazer tinha um papel chave. Mas talvez o mais importante é que continuamos a achar bastante apropriado situar esta problemática sob o espírito de uma interrogação, uma vez que as dúvidas são bem mais do que as certezas, ou até do que as convicções.

No primeiro ponto deste capítulo analisamos o conceito de lazer, com base na opinião de linguistas e fazendo apelo, também, a duas importantes fontes de cultura - as religiões e os provérbios populares. O segundo ponto é dedicado a uma síntese bibliográfica sobre o tema do lazer; estudamos o percurso da produção científica sobre esta matéria, bem como as diferentes percepções do lazer que se foram construindo. No ponto seguinte damos conta dos resultados de um conjunto de entrevistas que realizámos junto de personalidades portuguesas; o seu objectivo foi perceber qual a posição perante este assunto da comunidade em que o autor se integra. O quarto ponto tem por objectivo fazer uma síntese de toda a informação colhida nas diversas fontes, tendo em vista perspectivar cenários prováveis de evolução social. Por último, o quinto ponto inclui a interpretação geográfica que fazemos das possíveis transformações sociais antes analisadas.

¹ DUMAZEDIER (1962)

II.1. O CONCEITO DE LAZER - PESQUISA DE ALGUMAS FONTES EXTERIORES À BIBLIOGRAFIA CIENTÍFICA

Não existe uma definição do conceito de lazer que seja universalmente aceite. Esta situação pode justificar-se por três motivos fundamentais:

- a carga cultural associada à distribuição e valor de uso do tempo é muito diferenciada de país para país, de região para região, de geração para geração e, no limite, até de pessoa para pessoa;
- há um conjunto de outras palavras, ou expressões, cujo significado próximo, ou mesmo pretensamente sinónimo, não está bem esclarecido; estamos a pensar em ócio, recreação, tempo livre e tempo não-dedicado ao trabalho;
- a juventude científica deste tema, e a consequente escassez de trabalhos que lhe foram e são dedicados, ainda não possibilitou a consolidação deste debate.

Esta indefinição conceptual leva a que praticamente todos os autores que se dedicam a este tema, pelo menos os que o fazem em obras de maior fôlego, não dispensem o seu próprio contributo de clarificação. O caminho metodológico que seguimos, face a este objectivo, passou por três fontes distintas: a linguística, que procurámos numa óptica menos técnica e mais pública, nomeadamente através da consulta de vários dicionários e enciclopédias (é, para nós, o «jogo das palavras»); os textos de origem religiosa e os provérbios populares, que utilizámos já para interpretar o conceito cultural de lazer. Algumas definições presentes na bibliografia temática serão aproveitadas no ponto seguinte deste capítulo.

II.1.1. A OPINIÃO DOS LINGUISTAS. O «JOGO DAS PALAVRAS»

Quais as palavras a considerar nesta pesquisa? Na língua portuguesa, seleccionámos as já antes referidas: lazer, ócio e recreação. As limitações do autor apenas permitiram estender esta consulta ao inglês, francês e espanhol. Nestes idiomas, e quanto às palavras seleccionadas, os sinónimos a que chegámos são, pela mesma ordem, os seguintes:

leisure, loisir e ocio; idleness/laziness, oisiveté e ociosidad; recreation, récréacion e recreación.

A escolha destes sinónimos merece um pequeno comentário. Naqueles que se referem ao lazer, e à recreação, a proximidade entre significados parece ser bastante grande, o que facilita e ratifica as escolhas feitas; pormenor curioso é a utilização de *ocio*, em espanhol, com o significado de lazer, e não de ócio. Por outro lado, os sinónimos de ócio são muito mais difíceis de definir, nomeadamente em inglês, idioma no qual a dúvida se estende entre *idle/idleness* e *lazy/laziness*; em espanhol, é a palavra *ociosidad*, naturalmente com o mesmo étimo de *ocio*, que faz a distinção entre o que, em português, entendemos por lazer e ócio.

No que diz respeito aos vocábulos portugueses que seleccionámos, a pesquisa etimológica deu-nos as seguintes indicações:

- lazer - *licere* (ser permitido; liberdade);
- ócio - *ótium* (que não trabalha; inactivo);
- recreação - *recreare* (restabelecer; restaurar; recuperar; renovar).

Nos outros três idiomas, quase todos os sinónimos que considerámos têm a mesma raiz etimológica dos seus correspondentes em português. As duas únicas excepções são *lazy* e *idle*, às quais o *Oxford Dictionary of English Etymology* atribui uma origem indefinida mas um significado que valida claramente a escolha feita.

O lazer surge, assim, como uma ideia positiva, uma imagem desejável; ao contrário, o ócio é mau, criticável; a recreação aparece com uma função utilitária, uma actividade que se projecta na ocupação de um tempo previamente partilhado.

Continuando a pesquisa, passámos à consulta de um conjunto de dicionários e enciclopédias, dos quais retirámos, como exemplos, as referências que se seguem. Começamos, então, pelo significado atribuído à palavra lazer:

*“ócio; vagar; tempo disponível para se poder fazer qualquer coisa; descanso; repouso;”*¹

*“o mesmo que ócio; vagar; passatempo;”*²

*“ócio; descanso; folga; vagar; tempo de que se pode livremente dispor depois de cumpridos os afazeres habituais; divertimento; entretenimento; recreio.”*³

Ressaltam, como principais ideias, o uso sistemático da palavra *ócio* como sinónimo de lazer e a associação deste conceito à liberdade de gestão do tempo, materializada nas expressões *vagar*, *descanso*, *repouso* ou, mais claramente, em *tempo livre* ou *tempo disponível*. Por omissão, merece também realce a ausência de qualquer conotação negativa atribuída à imagem do lazer, a qual nos aparece, assim, como um tempo nobremente ganho ao trabalho. Uma das definições apresentadas (a que retirámos do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira) fala mesmo no *“tempo de que se pode livremente dispor depois de cumpridos os afazeres habituais”*.

A curiosidade seguinte estava em saber se estas conclusões seriam também válidas noutros idiomas. Seguindo a escolha antes formulada, procurámos, em inglês, o significado de *leisure*, em francês de *loisir* e em espanhol de *ocio*:

*“freedom or opportunity to do something specified or implied; opportunity afforded by freedom from occupations; the state of having time at one’s own disposal; time which one can spend as one pleases; free or unoccupied time;”*⁴

*“freedom provided by the cessation of activities;”*⁵

*“état, situation d’une personne qui peut, qui est libre de faire ou ne pas faire quelque chose; temps dont on peut librement disposer en dehors de ses occupations habituelles et des contraintes qu’elles imposent;”*⁶

“ensemble d’occupations auxquelles l’individu peut s’adonner de plein gré après s’être dégagé de ses obligations professionnelles, familiales ou

¹ Grande Dicionário da Língua Portuguesa (Sociedade de Língua Portuguesa)

² Dicionário da Língua Portuguesa (Cândido de Figueiredo)

³ Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira)

⁴ The Oxford English Dictionary

⁵ Longman Webster English College Dictionary

⁶ Dictionnaire de la Langue Française Le Grand Robert

sociales, pour se reposer, pour se divertir ou pour développer de façon désintéressée son information et sa formation;"⁷
*"cesación del trabajo; inacción o total omisión de hacer una cosa;"*⁸
*"(...) el hombre auténtico es aquel que dispone de ocio, qui se puede dedicar a ocupaciones libres, agradables para el y creadoras."*⁹

Em comparação com a nossa língua, ressalta a valorização ainda maior que é dada às ideias de liberdade e de gestão do tempo. Em compensação, não surge, como nas definições portuguesas, nenhuma associação entre o lazer e algo comparável ao ócio, cujo significado também procurámos esclarecer com mais precisão:

*"descanso; folga do trabalho; lazer; vagar; mandriice; preguiça; inactividade do espírito; indiferença perante tudo o que é elevado e nobre; inércia;"*¹⁰
*"cessação de trabalho; vagar; lazer; descanso; estado de quem não faz nada; preguiça;"*¹¹
*"lazer; folga; preguiça; indolência; moleza; trabalho mental ou ocupação suave e agradável."*¹²

A leitura deste conjunto de definições conduz a uma ideia de ócio mais ambígua do que aquela a que tínhamos chegado para lazer. Na verdade, encontramos significados para ócio que nos remetem para a livre gestão do tempo conquistado ao trabalho, ou seja, para o mesmo que lazer (sinónimo, aliás, quase sempre directamente escolhido); mas, por outro lado, somos também remetidos para uma carga social de valor negativo quanto à forma de gerir esse tempo, evidente em expressões como *preguiça* ou *mandriice*. Em resumo, podemos concluir que há um direito nobre de possuir e gerir tempo para além do trabalho, mas se esse tempo não for aproveitado em algo socialmente valorizado (ou seja, se se cair na ociosidade) passa a ser condenável.

Estas conclusões gerais não dispensam algumas particularidades curiosas. Nesta amostragem de definições de ócio chega a propor-se *estado de quem não faz nada* ou

⁷ La Grand Encyclopedie Larousse

⁸ Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana

⁹ Gran Enciclopedia Rialp

¹⁰ Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa

¹¹ Dicionário da Língua Portuguesa (Cândido de Figueiredo)

¹² Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira)

inactividade do espírito, o que seria fisicamente impossível de concretizar... Ainda mais grave e acusatória é a *indiferença perante tudo o que é elevado e nobre*, tanto mais que, no contexto de um dicionário, não se esclarece o que é que se entende por *elevado e nobre*. cremos, contudo, que também não deve passar em claro a amplitude concedida por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira,¹³ ao referir a possibilidade de o ócio ser visto como um *trabalho mental ou ocupação suave e agradável*. Por outro lado, a associação exclusiva ao *ócio* (em contraposição ao lazer) de palavras como *indolência*, ou até mesmo *moleza*, parece-nos algo penalizadora para estas, porquanto elas poderiam perfeitamente ser enquadradas no «legítimo» entendimento do tempo de lazer.

Tal como fizemos para a ideia de lazer, também para a de ócio procurámos comparação em alguns dicionários e enciclopédias escritos em línguas estrangeiras, nas entradas anteriormente definidas:

“(idleness) want of occupation, habitual indolence; (lazy) averse to labour, indolent, idle;”¹⁴

“(idle) not occupied or employed; (lazy) disinclined or averse to activity, indolent;”¹⁵

“(oisiveté) loisir; inaction;”¹⁶

“(oisif) se dit de quelqu'un qui ne travaille pas ou qui dispose de beaucoup de loisirs;”¹⁷

“(ociosidad) vicio de no trabajar, perder el tiempo o gastarlo inutilmente;”¹⁸

“(ociosidad) pereza.”¹⁹

Neste conjunto de citações ressalta, à semelhança do português, uma conotação social muito mais negativa do que a atribuída, em qualquer dos três idiomas, às expressões sinónimas de lazer. Numa leitura mais fina, e também à semelhança do português, percebe-se nestes sinónimos de ócio alguma amplitude (incoerência?) de critérios.

¹³ Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira)

¹⁴ The Shorter Oxford English Dictionary

¹⁵ Longman Webster English College Dictionary

¹⁶ Dictionnaire de la Langue Française Le Grand Robert

¹⁷ Lexis Dictionnaire de la Langue Française

¹⁸ Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana;

¹⁹ Gran Enciclopedia Rialp

Na pesquisa inicial também indiciámos a palavra recreação, bem como os sinónimos *recreation*, *récréation* e *recreación*. É nítida uma grande convergência de posições, que atribui a esta palavra um sentido limitado à brincadeira, à diversão e, muitas vezes, a uma qualquer forma de exercício físico. Corresponderá, assim, apenas a uma das possibilidades de ocupação do tempo de lazer. Anotemos alguns exemplos:

“(recreação) divertimento público; distração;”²⁰

“(recreação) divertimento; entretenimento;”²¹

“(recreio) folgado; diversão; passatempo;”²²

“(recreation) the action of recreating (oneself or another), or fact of being recreated, by some pleasant occupation, pastime or amusement;”²³

“(recreation) means of refreshment or diversion;”²⁴

“(récréation) divertissement après une occupation plus sérieuse;”²⁵

“(récréation) divertissement; délassement;”²⁶

“(recreación) descanso y solaz para alivio del trabajo;”²⁷

“(recreación) diversión para alivio del trabajo.”²⁸

Numa apreciação geral desta pesquisa não se pode esquecer o contexto social que formou e envolve os autores deste conjunto de dicionários e enciclopédias; para além das diferenças que muito naturalmente os caracterizam, todos eles são influenciados pelo valor referencial do trabalho, pelo que não se estranha a valorização menor (neutra ou negativa) dos conceitos afectos ao tempo livre.

A palavra lazer é a que melhor serve o entendimento positivo que fazemos do tempo livre; a expressão ócio tanto é percebida como sinónima de lazer como resvala para uma conotação socialmente negativa, e a recreação limita demasiado os propósitos da reflexão que pretendemos levar a cabo.

²⁰ Grande Dicionário da Língua Portuguesa (Sociedade de Língua Portuguesa)

²¹ Dicionário da Língua Portuguesa (Cândido de Figueiredo)

²² Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro Lello Universal

²³ The Oxford English Dictionary

²⁴ Longman Webster English College Dictionary

²⁵ Dictionnaire de la Langue Française Le Grand Robert

²⁶ Dictionnaire du Français Moderne

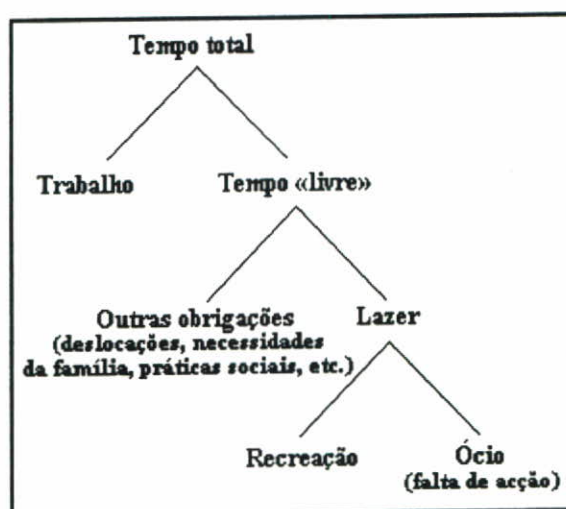
²⁷ Gran Enciclopedia del Mundo

²⁸ Dicionario Corona

Em relação aos três idiomas acessíveis, concluímos que, em francês, as palavras *loisir* e *oisiveté* têm sentidos muito semelhantes às equivalentes portuguesas lazer e ócio. Em inglês, *leisure* é um bom sinónimo de lazer, e *idle*, ou *lazy*, não andarão muito longe do que entendemos por ócio. Finalmente, em espanhol é a palavra *ocio* a que mais se aproxima do que em português chamamos lazer e, em aparência, não existe equivalente para o significado que atribuímos a ócio, muito embora as derivadas *ocioso*, ou *ociosidad*, consubstanciem a carga negativa que a inacção universalmente motiva.

A figura II.1.1. sintetiza a interpretação que fizemos das opiniões expressas nas obras consultadas²⁹ quanto às formas de ocupação do tempo.

Figura II.1.1. - As formas de ocupação do tempo. Hipótese de interpretação



Fonte: Sintetizado a partir da informação de vários dicionários e enciclopédias (ver texto)

O primeiro realce vai para o papel decisivo atribuído ao *trabalho*, quase sempre visto como oposto a todos os outros usos do tempo. Desta atitude decorre a classificação de um *tempo «livre»* (sinónimo de *tempo não dedicado ao trabalho*) que engloba o *lazer* mas também muitas obrigações para além dele, as quais se diferenciam pela não liberdade

²⁹ Os textos recolhidos nas enciclopédias têm, neste contexto, um valor naturalmente maior.

de escolha e pela eventual não fruição de uma qualquer forma de prazer. O *tempo de lazer*, por sua vez, pode ser utilizado em actividades (físicas ou intelectuais) de *recreação* ou enriquecimento da personalidade ou, ainda, em alternativa, gasto na *ociosidade*.

II.1.2. AS RELIGIÕES, UMA FONTE BÁSICA DE CULTURA³⁰

Todas as crenças religiosas recomendam, de um modo mais ou menos explícito, uma determinada forma de conduta social, em que se incluem aspectos ligados ao trabalho e ao lazer. A orientação que regula essa conduta emana dos textos sagrados e consubstancia-se nos documentos doutrinários.

Atendendo à formação do autor, e também à envolvente em que nos situamos, demos primazia às crenças Cristãs, nomeadamente à Igreja Católica Apostólica Romana. Vejamos o que nos diz o seu principal texto sagrado - a Bíblia:

"Tomou, pois, o Senhor-Deus a Adão e colocou-o no Jardim do Éden, para o cultivar e cuidar dele;"³¹

O trabalho seria, assim, condição do Homem, que através dele contribuiria para a obra da Criação. Mas seria um trabalho nobre, e não fatigante, como lhe passou a ser exigido depois do pecado original:

³⁰ Um dos pressupostos desta investigação, já referido em I.1., foi a obrigatoriedade de aceitarmos uma atitude benevolente quanto ao rigor no tratamento de algumas matérias; este é um desses casos, talvez até o mais evidente. Fazer uma síntese de vários pensamentos religiosos seria sempre uma tarefa delicada; sem possuir formação teológica, como é o nosso caso, esse propósito é, em rigor, impossível. Para não abandonarmos uma pista de investigação que nos parecia de grande interesse tivemos de confiar na opinião subjectiva das fontes consultadas. Ficamos particularmente gratos:

- ao Sr. Padre Peter Stilwell, da Universidade Católica de Lisboa;
- ao Sr. Rabino Dav Cohen, da Comunidade Israelita de Lisboa;
- aos Srs. Professor Doutor Fernando Amaro Monteiro e Dr. Adalberto Coelho Alves, reconhecidos islamólogos que nos foram recomendados pela Comunidade Islâmica de Lisboa;
- ao Sr. Champacial Deuchande, da Comunidade Hindú de Lisboa;
- ao Sr. Rui Baptista, da Assembleia dos Baha'is de Portugal;
- à Embaixada da Tailândia em Lisboa que, na ausência de uma comunidade budista reconhecida em Portugal, nos auxiliou no tratamento desta religião.

³¹ A Bíblia, Livro do Genesis, II, 15

*"Com grande fadiga tirarás dela (a terra) os alimentos todos os dias da tua vida;"*³²

*"Com o suor do teu rosto comerás o pão, até que regresstes à terra da qual foste tirado."*³³

Para além do Livro do Genesis, todo o restante suporte doutrinal nesta matéria assenta nos textos interpretativos que constituem a chamada Doutrina Social da Igreja (DSI),³⁴ e nesta merece-nos particular destaque a Encíclica *Laborum Exercens*, escrita pelo Papa João Paulo II, em 1981. Nela, o Papa chama-nos a atenção para o que existe de exemplo na vida de Cristo e na obra criadora de Deus:

*"Aquele que, sendo Deus, se tornou semelhante a nós em tudo, passou a maior parte dos anos da Sua vida terrestre junto de um banco de carpinteiro, dedicando-se ao trabalho manual. Esta circunstância constitui por si mesma o mais eloquente «evangelho do trabalho»."*³⁵

*"O Homem deve imitar Deus, tanto quando trabalha como quando repousa."*³⁶

No que diz respeito à citação sobre a vida de Cristo, a reflexão é reforçada pela imagem pouco digna que o trabalho manual tinha naquela época. Quanto se refere a obra da Criação (o descanso ao sétimo dia, após seis dias de trabalho), exalta-se o direito ao repouso mas sobretudo o dever de trabalhar, até pela proporção «aconselhada». Citando S. Paulo, o Papa reitera que:

*"Se alguém não quer trabalhar, também não coma."*³⁷

Num outro momento, Sua Santidade conclui que:

*"(...) o trabalho humano é a chave, provavelmente a chave essencial de toda a questão social."*³⁸

³² A Bíblia, Livro do Genesis, II, 17

³³ A Bíblia, Livro do Genesis, III, 19

³⁴ O início da DSI costuma ser atribuído à Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, escrita em 1891.

³⁵ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 23-24

³⁶ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 87

³⁷ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 86

³⁸ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 15

Mas note-se que tudo isto se deve passar num quadro de valorização moral, e não de obsessão:

*"O trabalho é para o Homem e não o Homem para o trabalho."*³⁹

Há muitas outras passagens desta Encíclica em que João Paulo II releva a importância do trabalho enquanto forma de dignificação do Homem:

*"Só o Homem tem capacidade para o trabalho e só o Homem o realiza completando com ele a sua existência sobre a Terra."*⁴⁰

*"O trabalho é um bem do Homem - é um bem da sua humanidade - porque, mediante o trabalho, o Homem não somente transforma a Natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas realiza-se também a si mesmo como Homem e até, em certo sentido, se torna mais Homem."*⁴¹

*"Mediante o trabalho deve o Homem ganhar o pão de cada dia, contribuir para o progresso da ciência e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os outros irmãos."*⁴²

O Papa também não é omissos no que diz respeito à regulação do ambiente e das relações de trabalho:

*"(...) o trabalho humano não diz respeito simplesmente à economia, mas implica também e sobretudo valores pessoais."*⁴³

*"Por outro lado, nalguns casos a técnica, de aliada pode também transformar-se quase em adversária do Homem, como sucede quando a mecanização do trabalho «suplanta» o mesmo Homem, tirando-lhe todo o gosto pessoal e o estímulo para a criatividade e a responsabilidade; igualmente, quando tira o emprego a muitos trabalhadores que antes estavam empregados; ou ainda quando, mediante a exaltação da máquina, reduz o Homem a escravo dessa mesma máquina."*⁴⁴

*"O erro do primitivo capitalismo pode reflectir-se sempre que o Homem for, de alguma forma, tratado (...) como instrumento e não segundo a verdadeira dignidade do seu trabalho."*⁴⁵

³⁹ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 24

⁴⁰ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 8

⁴¹ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 33

⁴² JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 7

⁴³ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 54

⁴⁴ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 21

⁴⁵ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 27. Note-se que a posição crítica de João Paulo II se estende tanto ao modelo económico capitalista como ao socialista, numa tradição que já vem de Leão XIII, em *Rerum Novarum*.

As citações seguintes, retiradas de dois outros textos fundamentais da DSI - *Rerum Novarum* e *Gaudium et Spes* - relevam especificamente a importância atribuída aos tempos livres:

*"Unido à religião, o repouso tira o Homem dos trabalhos e das ocupações da vida quotidiana para chamar ao pensamento os bens celestes e prestar o culto devido à majestade divina."*⁴⁶

*"Os tempos livres sejam bem empregados, para descanso do espírito e saúde da alma e do corpo: com actividades e estudos livremente escolhidos; com viagens a outras regiões, pelas quais se educa o espírito e os homens se enriquecem com o conhecimento mútuo; com exercícios e manifestações desportivas."*⁴⁷

*"Ao mesmo tempo que aplicam responsabilmente a esta actividade (o trabalho) o seu tempo e forças, gozam, também, todos de suficiente descanso e tempo livre para atender à vida familiar, cultural, social e religiosa. Tenham mesmo oportunidade de desenvolver livremente as energias e capacidades que talvez pouco possam exercitar no seu trabalho profissional."*⁴⁸

A primeira citação, retirada de um texto produzido no auge do primitivo crescimento industrial, emana de uma moral do trabalho muito rígida, daí que todo o escasso tempo livre fosse reivindicado para a devoção a Deus. As outras duas, mais recentes, já revelam uma maior abertura quanto às formas de ocupação do tempo livre, chegando mesmo a última a incluir uma crítica ao mundo do trabalho.

Muito embora com um valor formal diferente das encíclicas papais, também nos mereceu particular atenção um livro de Charles RODGER e Drosten MacLAREN,⁴⁹ sobre as reflexões de carácter social do Concílio Vaticano II. As duas facetas do trabalho - algumas vezes gratificante, enquanto parte dos planos de Deus para o Homem, mas outras vezes penoso - são bem sintetizadas na transcrição seguinte:

"The original injunction to man to till the earth, to work, as part of God's plan for him before the Fall, and the work which is for him a penance as

⁴⁶ STILWELL (1987), p. 56, citando *Rerum Novarum* - Carta Encíclica do Papa Leão XIII (1891)

⁴⁷ STILWELL (1987), p. 338, citando *Gaudium et Spes* - Constituição Pastoral do Concílio Vaticano-II (1965)

⁴⁸ STILWELL (1987), p. 344, citando *Gaudium et Spes* - Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II (1965)

⁴⁹ RODGER; MacLAREN (1989)

a result of his Fall - both these elements then come together in the Christian theology of work, and this insight is borne out by the facts of experience (...) we should, therefore, always seek the fullness of satisfaction in the work we do and not be surprised if, at times, even the most satisfying and fulfilling of occupations is hard on our human natures."⁵⁰

O equilíbrio entre o trabalho e o lazer deve ser sempre referenciado ao primeiro, e nunca perdendo de vista a relação com Deus:

*"Thus, work and leisure should complement one another, recreations refreshing us so that we can work more effectively, and our work in turn giving us the means - financially and otherwise - to develop our talents and abilities in other directions - so re-creating ourselves (...) The obligation to keep Sunday holy reminds us that such time provides us the opportunity for fulfilling our duty of worship and spiritual renewal. There is then this direct link between leisure time and time for God. There is also an indirect but real link - leisure properly used, like work, can give glory to God and can be a form of worship."*⁵¹

Todos os textos antes citados são válidos para o conjunto das religiões Cristãs. O Protestantismo, por exemplo, acentuou ainda mais a ética do trabalho (o que acabou por servir bem os interesses da Revolução Industrial), para além de que é claro na condenação de todas as formas de lazer que desviam a mente do essencial religioso.

*"The Protestant work ethic (...) had its origins in the concept that work was necessary and beneficial to the soul."*⁵²

*"Se forja, en definitiva, uma nueva idea del trabajo como expresión máxima del hombre, de la confianza en si mismo y de su exuberante omnipotencia. (...) El protestantismo y el puritanismo inglés contraponen de manera absoluta trabajo y ocio: uno es productivo y el otro improductivo."*⁵³

O Judaísmo é outra crença de raiz bíblica muito importante. Havendo coincidência de fontes (no que respeita ao que os Cristãos designam por Antigo Testamento, e que é, de facto, a sua principal referência nesta matéria), é normal que também haja concordância de princípios. Vejamos algumas reflexões interessantes:

⁵⁰ RODGER; MacLAREN (1989), pp. 314-315

⁵¹ RODGER; MacLAREN (1989), p. 316

⁵² CHUBB; CHUBB (1981), p. 17

⁵³ PUIG ROVIRA; TRILLA (1987), p. 25

"Al sheloshá devarim aolam omed: al atorá, veal aavodá, veal guemilut hassadím."

transliterado de Mishná, Avót, 1,2

TRADUÇÃO: O Mundo sustenta-se em três alicerces: a Lei, o Trabalho e a prática da caridade.

"Ashrei kol iarê ashem, aoleh bidrahav. Iaguiá kapeha ki tohel ashreha vetov lah."

transliterado de: Salmos, 128

TRADUÇÃO: Bem aventurados todos os que temem a Deus, os que andam nos seus caminhos. Se comeres dos frutos do teu trabalho, feliz serás e bom será para ti.

*"(...) biblical Hebrew employs the same word ('avodah) to designate both «work» and «divine worship»."*⁵⁴

No Islamismo, o valor do trabalho também é induzido pelo exemplo, uma vez que os mais altos representantes da sua espiritualidade - os *sufis* - sempre trabalharam nas suas profissões, por vezes manuais. Contudo, o trabalho privilegiado pela fé islâmica é o intelectual; atribuem-se a Maomé as seguintes frases: *"Procurai o saber até na China;"* *"A tinta daquele que investiga é mais preciosa do que o sangue do mártir."* Esta ideia parece aproximar a perspectiva islâmica do trabalho da que era defendida na Grécia Clássica:

*"C'est une doctrine de la "théologie d'Aristote" que l'âme humaine s'élève non par les actes mais par la connaissance, à la contemplation et à la jouissance du monde spirituel."*⁵⁵

Contudo, desta mesma fonte retirámos uma ideia bastante diferente:

*"Amal al-yawm wa-l-layla"*⁵⁶

TRADUÇÃO: O trabalho é uma coisa que se deve fazer cada dia e cada noite.

O Hinduísmo é outra grande religião que privilegia o valor do trabalho, relacionando-o com a devoção e a espiritualidade:

⁵⁴ The Encyclopedia of Religion, vol. 8, p. 78

⁵⁵ Encyclopédie de L'Islam, vol.I, p.439

⁵⁶ Encyclopédie de L'Islam, vol.I, p.440

*"Só os ignorantes falam que Karma-yoga e serviço devocional são diferentes do estudo analítico do mundo material. Os que são realmente eruditos dizem que se aplicando bem em um desses caminhos a pessoa logra os resultados de ambos."*⁵⁷

*"A menos que se ocupe no serviço devocional do Senhor, a mera renúncia das atividades não pode fazer uma pessoa feliz. Os sábios, purificados por trabalhos de devoção, alcançam o Supremo sem demora."*⁵⁸

Nesta sequência, o Budismo representa uma certa excepção, na medida em que os seus princípios não privilegiam a doutrina social. A sua essência é a crítica da humanidade, das coisas que o Homem criou, que são vistas como uma fonte de mal. O objectivo de vida de um budista é alcançar o *Nirvāna*, um estado de elevação espiritual superior à matéria e à «vida rotineira». Contudo, se separarmos os fins dos meios podemos ser surpreendidos:

*"(...) he was convinced that his engagement in manual labour was an «expedient means» (repāya) to nirvāna."*⁵⁹

*"The T'ang dynasty monk Pai-chang summed up this attitude in his comment that «a day without work should be a day without food»."*⁶⁰

Para além das religiões já referidas, sem dúvida as que congregam maior número de fiéis ao nível mundial, não é difícil encontrar outras doutrinas que privilegiam o valor ético do trabalho, como é o caso da crença Bahá'í:⁶¹

*"Waste not your time in idleness and sloth. Occupy yourselves with what which profit yourselves and others. The most despised of men in the sight of God are those who sit idly and beg."*⁶²

⁵⁷ Bhagavad-gītā - (Como Ele É), Capítulo 5, Texto 4, p. 217

⁵⁸ Bhagavad-gītā - (Como Ele É), Capítulo 5, Texto 6, p. 219

⁵⁹ The Encyclopedia of Religion, vol.6, p. 140, referindo-se ao monge budista Gyōgi (670/749).

⁶⁰ The Encyclopedia of Religion, vol. 10, p.43, no que será um «plágio» de um pensamento atribuído a S. Paulo, a que já nos referimos antes.

⁶¹ Esta religião desenvolveu-se a partir dos escritos do Profeta Bahá'u'lláh, nascido na Pérsia em 1817. O seu maior princípio é o de que todas as nações e religiões tendem para a igualdade e não para a separação, e que é esse o caminho para a paz mundial: "Os manifestantes de Deus têm um grau duplo. Um é o grau da abstracção pura e unidade essencial. (...) O outro é o grau da distinção, e pertence ao mundo da criação e às suas limitações." [A.A.V.V. (1991) Mensagem da Casa Universal da Justiça "A Promessa da Paz Mundial", p. 10]; "Partindo de um exame imparcial das declarações efectivamente feitas pelos Fundadores das grandes religiões, e levando-se em conta os meios sociais em que tiveram de cumprir as suas missões, não se vislumbram fundamentos para as alegações e os preconceitos que transtornam as comunidades religiosas do mundo, e, conseqüentemente, todos os afazeres humanos." [A.A.V.V. (1991) Mensagem da Casa Universal da Justiça "A Promessa da Paz Mundial", p. 11].

*"Trees that yield no fruit have been and will ever be forth fire."*⁶³

Considerando que as religiões são um valor básico de cultura, o que é fácil de aceitar, a coincidência de todas estas doutrinas nas suas posições perante o trabalho só pode ter um significado: mais do que matéria de opinião, foi a necessidade de os homens se entregarem ao trabalho que fez com que as religiões procurassem para ele um suporte ideológico e meios de regulação:

*"O apelo ao respeito pelas normas religiosas e de civilidade podia considerar-se uma forma indirecta de atingir objectivos na área económica, que seria provavelmente a grande preocupação."*⁶⁴

*"From the fact that work is necessary, we deduce society's duty to make sure that all of those who are engaged in it should get from it the means of a decent life."*⁶⁵

Em relação ao uso do tempo livre, é preciso notar que quase todas as doutrinas religiosas tiveram origem numa época em que o desenvolvimento tecnológico era quase nulo e o trabalho físico intenso era indispensável à luta pela sobrevivência. Assim sendo, não é de estranhar que exista alguma omissão acerca do lazer recreativo e que o ócio passivo seja severamente criticado, já que o escasso tempo livre deveria ser guardado para a devoção a Deus. Falta, nesta matéria como noutras, uma interpretação mais extensiva e adaptada dos textos sagrados, por forma a evitar a sua incompatibilidade com o real.

II.1.3. OS PROVÉRBIOS POPULARES, UMA EXPRESSÃO SIMPLES DE CULTURA

Os provérbios são uma forma eficaz de veicular os valores fundamentais de uma cultura; fazem apelo a um vocabulário simples e sistematicamente repetido, como convém a

⁶² MAHMOUDI (1979), p.21, citando Bahá'u'lláh, Tablets of Bahá'u'lláh Revealed after Kitáb-i-Aqdas, Universal House of Justice, Haifa, Bahá'í World Centre, 1978, p. 26.

⁶³ MAHMOUDI (1979), p. 21, citando Bahá'u'lláh, The Hidden Words of Bahá'u'lláh, Wilmette, Bahá'í Publishing Trust, 1939, p. 51.

⁶⁴ CRESPO (1990), p. 358

⁶⁵ RODGER, MacLAREN (1989), p. 316

agentes cuja formação escolar é muitas vezes escassa. Não encontramos surpresas: os provérbios tendem a enaltecer o valor económico, social e cultural do trabalho, criticando severamente a ociosidade. Num primeiro grupo, incluímos alguns que atingem a ociosidade com mais contundência, associando-a ao mal ou, simbolicamente, à figura do diabo:

*“A ociosidade é a mãe de todos os vícios;”*⁶⁶
*“Satanás encontra sempre trabalho para as mãos ociosas;”*⁶⁷
*“Le diable tente tous le monde, sauf l'oisif qui tente le diable;”*⁶⁸
*“En oiseuse le diable se boute;”*⁶⁹
*“Une tête oisive est l'atelier du diable.”*⁷⁰

Para além destes, muitos outros provérbios fundamentam a crítica da ociosidade:

*“Manhã na cama, vestido rasgado;”*⁷¹
*“Mocidade ociosa, velhice vergonhosa;”*⁷²
*“Ne rien faire est le chemin de mal faire;”*⁷³
*“La chance de l'indolent s'assie avec lui.”*⁷⁴

Os exemplos seguintes foram extraídos do numeroso grupo de provérbios que fazem o elogio do trabalho:

*“Deus ajuda a quem trabalha, que é o capital que menos falha;”*⁷⁵
*“Guarda que comer, não guardes que fazer;”*⁷⁶
*“O trabalho duro não quebra ossos;”*⁷⁷
*“Não há ganho sem trabalho;”*⁷⁸
*“Le travail est le sel de de la vie.”*⁷⁹

⁶⁶ Dicionário de Provérbios - Helena Maria Quintão Duarte Silva; José Luís Quintão (sem origem atribuída)

⁶⁷ idem, nota 66 (atribuída origem inglesa)

⁶⁸ Dictionnaire de Proverbes et Dictons - Florence Montreynaud; Agnès Pierron; François Suzzoni (atribuída origem húngara)

⁶⁹ idem, nota 68 (sem origem atribuída)

⁷⁰ Proverbes, Sentences et Maximes - Maurice Maloux (sem origem atribuída)

⁷¹ idem, nota 66 (atribuída origem francesa)

⁷² idem, nota 66 (sem origem atribuída)

⁷³ idem, nota 68 (atribuída origem alemã)

⁷⁴ idem, nota 70 (atribuída origem romena)

⁷⁵ idem, nota 66 (atribuída origem portuguesa)

⁷⁶ idem, nota 66 (sem origem atribuída)

⁷⁷ idem, nota 66 (atribuída origem inglesa)

⁷⁸ idem, nota 66 (atribuída origem inglesa)

⁷⁹ idem, nota 70 (atribuída origem inglesa)

Também existem provérbios que associam o lazer (e nunca o ócio) ao trabalho, dando dele uma imagem digna e positiva:

“A quem tem muito que fazer sempre sobeja lazer;”⁸⁰
“Como fizeres a cama, assim dormirás;”⁸¹
“Não há prazer sem trabalho;”⁸²
“É preciso partir a casca para ter a amêndoa;”⁸³
“L'abeille laborieuse n'a pas le temps d'être triste.”⁸⁴

O elogio do trabalho também se faz de forma indirecta, através de valores como a modéstia, ou a ponderação, que se inserem no quadro «desejável» de uma vida simples e honrada:

“De grão a grão enche a galinha o papo;”⁸⁵
“Quanto maior a nau, maior a tormenta;”⁸⁶
“Quem tudo quer, tudo perde;”⁸⁷
“Ou se sofre muito, ou se morre novo;”⁸⁸
“Qui entre pape au conclave en sort cardinal.”⁸⁹

Por último, e muito embora pouco frequentes, também encontramos provérbios que fazem o elogio do lazer:

“Un jour de loisirs, c'est un jour d'immortalité;”⁹⁰
“Je ne suis jamais plus occupé que quand je n'ai rien a faire.”⁹¹

Em conclusão, a convergência dos valores defendidos pelos provérbios com os veiculados pelas diferentes religiões, já por si coincidentes, acentua uma ideia que já

⁸⁰ Dicionário de Provérbios, Locuções e Ditos curiosos - R. Magalhães Júnior (sem origem atribuída)

⁸¹ idem, nota 66 (atribuída origem alemã)

⁸² idem, nota 66 (atribuída origem francesa)

⁸³ idem, nota 66 (atribuída origem francesa)

⁸⁴ idem, nota 70 (atribuída origem inglesa)

⁸⁵ idem, nota 80 (sem origem atribuída)

⁸⁶ idem, nota 80 (sem origem atribuída)

⁸⁷ idem, nota 80 (sem origem atribuída)

⁸⁸ idem, nota 68 (sem origem atribuída)

⁸⁹ idem, nota 68 (sem origem atribuída)

⁹⁰ idem, nota 68 (atribuída origem chinesa)

⁹¹ idem, nota 68 (sem origem atribuída)

antes defendemos: mais do que qualquer opção ou juízo de valor acerca do trabalho, é a necessidade do seu exercício que lhe induz suportes culturais.

II.2. A PERCEÇÃO E O ESTUDO DO LAZER - SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA¹

II.2.1. BREVE PERCURSO PELA BIBLIOGRAFIA DEDICADA AO LAZER

As primeiras referências que se costumam associar a este tema remontam à Antiguidade Clássica, e mais especificamente a Aristóteles. Para os puristas do ócio, a Grécia Antiga foi o berço e único palco do seu verdadeiro exercício - o não-trabalho como opção e modo de vida. Logo durante a dominação Romana, com excepção de alguns autores, como Séneca, o ócio/lazer passou a ter uma interpretação muito mais utilitária, de recuperação para o trabalho.

Durante toda a Idade Média, a influência religiosa centrou a vida no trabalho e na devoção divina. A Reforma Protestante acentuou ainda mais esta ortodoxia religiosa, facto que bem serviu os propósitos da Revolução Industrial.

Este recentramento cultural no trabalho não significou, como é óbvio, o fim do tempo e das práticas de lazer, mas deu-lhes um cunho próprio que adiante apreciaremos. A dureza do trabalho e do dia-a-dia nos campos levou mesmo a que alguns autores se debruçassem sobre a libertação de um tal modo de vida, criando mundos ideais. Foi o caso do inglês Thomas MORE, em *Utopia* (1516), e do italiano Tommaso CAMPANELLA, em *Cittá del Sol* (1602). Como ambos estes autores viveram muito antes da entrada das máquinas no sistema produtivo, as reivindicações de mais tempo livre - jornadas laborais de seis horas, em MORE, e de quatro horas, em CAMPANELLA - só podiam assentar na exigência de maior democraticidade na organização da vida pública, ou, se quisermos, na inadmissibilidade do ócio elitista. As suas posições de crítica social valeram-lhes, aliás, graves retaliações dos poderes instituídos, que no caso de Thomas MORE levaram mesmo à sua execução.

¹ A Geografia ficou de fora desta revisão, uma vez que lhe reservámos especificamente o último ponto deste capítulo.

Pelo final do século passado começaram a surgir alguns trabalhos precursores do que mais tarde se haveria de identificar como Sociologia do lazer; dois destes precursores foram Karl MARX e Paul LAFARGUE. Tanto pelo volume de obras produzidas como pela regularidade e consistência das reuniões científicas que lhe são dedicadas, é justo reconhecer que a evolução deste ramo disciplinar acaba por quase se confundir com o próprio estudo do lazer.

LAFARGUE, genro e discípulo de MARX, é aqui invocado sobretudo por causa do seu livro *Le Droit à la Paresse*,² publicado pela primeira vez em 1883. A principal batalha de LAFARGUE era por uma maior justiça na distribuição do trabalho, que resultaria indirectamente num acréscimo generalizado do tempo de lazer. Contudo, é também de realçar que este autor já reconhecia às actividades de lazer uma função económica, atitude bastante precoce, se não mesmo inédita, isto para além de dar todo o crédito ao vigoroso processo de mecanização que então se vivia:

*"(...) el derecho al trabajo no es mas que el derecho a la miseria (...) los filosofos del capitalismo aún no alcanzaran a comprender que la máquina es la redentora de la humanidad, la diosa que rescatará al hombre de las artes sórdidas y del trabajo asalariado, la diosa que le dará comodidades y libertad."*³

Quanto a MARX, é fácil reconhecer-lhe uma grande influência em toda a vida política, económica e social dos últimos cem anos, sobretudo depois da revolução soviética de 1917. Como essa influência se centrou no valor fundamental do trabalho, nos seus papéis produtivo, humanizador e de regulação social, o lazer esteve sempre envolvido, embora de uma forma indirecta. A verdade é que a obra deste filósofo e economista alemão, e nomeadamente o seu livro de referência - O Capital (1867) -, não faz a apologia do lazer; para MARX, este tempo serviria para recuperação de energias, para redistribuir a mais-valia gerada pelo trabalho e para possibilitar o desenvolvimento de todas as capacidades humanas.

²LAFARGUE (1983)

³LAFARGUE (1983), p. 152. A crença de LAFARGUE no processo de mecanização era, aliás, bastante exagerada, atendendo à sua reivindicação de jornadas laborais de 3 horas.

A maioria dos autores que consultámos é concordante em atribuir a Thorstein VEBLEN a condição de fundador deste ramo da Sociologia,⁴ com a sua obra *Theory of the Leisure Class*,⁵ escrita em 1899. Contudo, esta obra, tantas vezes citada, pouco mais representa que um valor simbólico, reforçado pela inclusão no título da palavra *leisure*. Na verdade, VEBLEN não iniciou nenhum período consistente de produção científica sobre esta matéria, e a essência do tema por ele tratado - a crítica da ociosidade aristocrática e burguesa - nem sequer se enquadra nos parâmetros que muitos autores actuais definem para a Sociologia do lazer.

Depois de VEBLEN, foi preciso esperar trinta anos para que surgissem novas referências significativas, nomeadamente os trabalhos de Robert S. LYND e Helen M. LYND - *Middletown, a study in Modern American Culture*, de 1929⁶ -, de George LUNDBERGH, Mirca KOMAROVSKY e Mary Alice McIVERNY - *Leisure, a suburban study*, de 1934⁷ - e, na Europa, de Stanislaw STRUMILIN - *Problemi Ekonomiki Truda*, de 1925.⁸ A obra de LUNDBERGH, KOMAROVSKY e McIVERNY é, segundo a bibliografia que consultámos, o primeiro exemplo de um estudo empírico dedicado especificamente ao lazer. O livro de Robert e Helen LYND tem características semelhantes, com a «vantagem» de ter sido escrito alguns anos antes mas também com a particularidade de ter um objectivo mais amplo, em que o lazer surge como um importante capítulo. Por seu lado, o trabalho de STRUMILIN tem uma maior abrangência teórica, reflectindo preocupação pelo crescente tempo livre dos

⁴ A Revolução Industrial, e a consequente reordenação do trabalho, com novos sistemas de prática, foi o factor chave que determinou a institucionalização dos ramos da Sociologia dedicados ao trabalho e ao lazer. O mesmo aconteceu, aliás, com o ramo equivalente do Direito: "*Dans la conscience sociale, le travail humain, essentiellement le travail manuel considéré comme servile et déshonorant, n'a pas, pendant longtemps, paru mériter une attention particulière. Or, une législation ne peut prendre naissance et s'épanouir qu'à la condition de répondre au sentiment profond du milieu social qu'elle est appelée à régir.*" [DESPAX (1986), p. 5]. Mais adiante, e seguindo a mesma lógica, o autor questiona: "*A l'aube de la «civilisation des loisirs» le droit du travail est-il toujours aussi nécessaire?*" [DESPAX (1986), p. 121].

⁵ VEBLEN (1963)

⁶ LYND; LYND (1956)

⁷ LUNDBERGH; KOMAROVSKY; McIVERNY (1934)

⁸ STRUMILIN, Stanislaw (1925) - *Problemi Ekonomiki Truda* (trad. Os problemas da economia de mercado), Moscow, Izdatel'stvo «Vopros y Truda». É de notar que só tomámos conhecimento desta obra por referências de outros autores.

trabalhadores soviéticos, o qual, na opinião deste autor, urgia ser contabilizado e organizado.

Todos estes estudos foram uma consequência lógica do primeiro Congresso da Organização Mundial do Trabalho, levado a cabo em 1920. Era uma época em que se procurava normalizar um quadro legislativo internacional que obrigasse a jornadas laborais máximas de oito horas; por outro lado, começavam também a ser claras algumas contradições nos modos de vida individual e familiar decorrentes de práticas de trabalho rotineiras e massificadas.

Depois de alguns anos de interregno, o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de setenta é o marco seguinte, e com toda a certeza o mais significativo, neste breve percurso histórico. Na verdade, quase todos os autores que consultámos concordam em situar nesta época o decisivo arranque da Sociologia do lazer, para o que apontam várias razões:

- um ambiente de progresso económico, baseado na crescente incorporação tecnológica;
- o aumento do tempo de não-trabalho e a sua generalização a todas as classes sociais, segundo formas ordenadas e em períodos regulares;
- a afirmação autónoma do tempo de lazer face aos outros tempos (em resultado da evolução acima descrita), facto que lhe trouxe o interesse dos políticos, expresso na propaganda e na construção de infraestruturas.

A primeira referência na bibliografia desta época é David RIESMAN, com *The Lonely Crowd*,⁹ livro publicado pela primeira vez em 1950; nesta obra, RIESMAN manifestou uma grande descrença nas virtudes do trabalho, uma vez que este se estava a transformar num simples instrumento de práticas de consumo alienadas pelos meios de comunicação; só no lazer se encontraria a felicidade. Contudo, esta descrença acabaria por ser

⁹ RIESMAN (1969)

matizada em *Abundance for what?*, de 1964, onde este autor reafirma a importância do trabalho na vida humana, até porque o lazer também tendia a tornar-se consumista.¹⁰

Merece também especial destaque a obra de um outro norteamericano - o economista John Kenneth GALBRAITH. O seu contributo ter-se-à iniciado em 1953, com *The Affluent Society*,¹¹ obra na qual este autor estuda as contradições económicas e sociais da civilização de riqueza e consumo que então se começava a afirmar. Da vasta obra de GALBRAITH destacamos também *The New Industrial State*,¹² de 1967, e *The Anatomy of Power*,¹³ de 1983. O início dos anos sessenta trouxe, ainda dos E.U.A., dois outros trabalhos de síntese que se tornaram referências obrigatórias nas bibliografias sobre o lazer: *Leisure in America*,¹⁴ de Max KAPLAN, e *Work and Leisure*,¹⁵ de Nels ANDERSON.

Entretanto, também na Europa começava a despontar um conjunto interessante de investigadores dedicados a esta matéria.¹⁶ Georges FRIEDMANN, um sociólogo do trabalho, nunca deixou de incluir nos seus estudos muitas preocupações acerca do tempo livre. Em *Problèmes humains du machinisme industriel*,¹⁷ de 1947, este autor faz uma acesa crítica ao trabalho em cadeia, acéfalo e despersonalizante, já se podendo encontrar aí muita matéria com interesse; mas foi em *Où va le travail humain?*,¹⁸ de 1950, e em *Le*

¹⁰ "Las esperanzas que yo había puesto en el ocio (en *The Lonely Crowd*) reflejan, supongo yo, mi desesperanza acerca de la posibilidad de hacer el trabajo en la sociedad moderna más significativo." "(...) en *The Lonely Crowd*, dimos por sabido que era imposible invertir la tendencia hacia la automatization; los esfuerzos actuales para hacer más significativo el trabajo - que en general sólo lograron hacerlo consumir más tiempo y ser más gregario, pero no más incitante - podían abandonarse, buscando en adelante el sentido de la vida en el uso creador del ocio. No acertamos a ver (...) que llegaría un momento en que aumentos nuevos de ocio resultarían más emburtecedores que satisfactorios." [RIESMAN (1965), pp. 118 e 113]

¹¹ GALBRAITH (1962)

¹² GALBRAITH (1973)

¹³ GALBRAITH (1985)

¹⁴ KAPLAN (1960)

¹⁵ ANDERSON (1961)

¹⁶ Algumas publicações recentes «redescobriram» Norbert ELIAS, um alemão que consta na nossa lista bibliográfica com *Über den Prozess der Zivilisation*, de 1939; trata-se de um autor não específico da Sociologia do lazer, muito ligado à Filosofia e à História, mas cujo trabalho influenciou, como os próprios reconhecem, muitos investigadores mais recentes dedicados a este tema.

¹⁷ FRIEDMANN (1947)

¹⁸ FRIEDMANN (1981)

travail en miettes,¹⁹ de 1956, que o pensamento de FRIEDMANN mais se aproximou da temática que agora nos motiva, isto sem pôr em causa o valor da vastíssima restante produção deste autor, alguma dela, aliás, citada na lista bibliográfica que apresentamos no final deste trabalho.

O ano de 1962 viu surgir uma obra - *Vers une civilisation du loisir?*,²⁰ de Joffre DUMAZEDIER - que se transformou em imagem de marca do seu autor e que o tempo confirmou como referência chave para qualquer estudo sobre o lazer. Se a VEBLEN se atribui o título de precursor ou mesmo de fundador deste ramo da Sociologia, a DUMAZEDIER assenta bem a responsabilidade pelo seu reconhecimento institucional; pese embora o risco que uma afirmação destas sempre contém, cremos que ela se justifica pela consistência do seu trabalho, teórico e prático, especificamente dedicado ao lazer, bem como pelos seus conseguidos esforços para formar discípulos que consolidassem e dignificassem esta área do conhecimento.

Sebastian de GRAZIA, em *Of Time, Work and Leisure*,²¹ de 1962, fez um retorno (utópico?) à ortodoxia conceptual do lazer da Grécia Clássica. Merecem também destaque os livros *Leisure*,²² de Kenneth ROBERTS, de 1970, e *The Future of Work and Leisure*,²³ de Stanley PARKER, de 1971, mais um importante contributo proveniente de um sociólogo do trabalho.

Do período entre o final da Segunda Grande Guerra e o início da década de setenta vale ainda a pena referir algumas obras e autores que interessam ao estudo do lazer mas partem de uma contextualização mais ampla. Seguindo uma ordem cronológica, citamos: Paul Henry CHOMBART DE LAUWE, com *La vie quotidienne des familles ouvrières*,²⁴ de 1956; Edgar MORIN, com *L'esprit du temps*,²⁵ de 1962; Henri

¹⁹ FRIEDMANN (1956)

²⁰ DUMAZEDIER (1962)

²¹ GRAZIA (1966)

²² ROBERTS (1981)

²³ PARKER (1971)

²⁴ CHOMBART DE LAUWE (1977)

²⁵ MORIN (1962)

LEFEBVRE, com *La vie quotidienne dans le monde moderne*,²⁶ de 1968; Alain TOURAINE, com *La société post-industriel*,²⁷ de 1969; Jean BAUDRILLARD, com *La Société de Consommation*,²⁸ de 1970.

Nestes mesmo período, os países socialistas da «Europa do Leste» também fizeram desenvolver uma importante escola de pensamento dedicada ao estudo do lazer.²⁹ Na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas merecem realce as obras de German A. PRUDENSKI³⁰ e G. PETROSJAN;³¹ a principal preocupação destes autores era, na linha de SRUMILIN, uma avaliação estatística dos diversos usos do tempo, que conduzisse a uma ordenação do seu valor de uso. Por seu lado, B. GRUSCHIN dedicou-se ao estudo dos aspectos individuais do lazer,³² numa clara aproximação ao que se fazia no «Ocidente». De outros países são também de referir as obras de Vito AHTIK³³ e Miro MIHOVILOVITCH,³⁴ ambos da ex-Jugoslávia, Z. SKORZYNSKI³⁵ e K. ZYGULSKI,³⁶ da Polónia, e B. FILIPCOVA,³⁷ da ex-Checoslováquia.

Voltando ao «Ocidente», vamos encontrar na década de setenta um quase vazio de produção científica neste tema. Excepções interessantes são *Sociologie du Loisir*,³⁸ de

²⁶ LEFEBVRE (1968)

²⁷ TOURAINE (1970)

²⁸ BAUDRILLARD (1981)

²⁹ Fazemos esta afirmação, e as explicitações seguintes, tendo em conta as opiniões que recolhemos na bibliografia consultada. Não tivemos acesso directo à obra de muitos dos autores referidos, seja por razões de incompreensão linguística seja por impossibilidade de consulta. DUMAZEDIER (1979) faz uma boa síntese desta matéria.

³⁰ ver PRUDENSKI, German A. (1964) - O tempo e o trabalho (trad.). Moscovo, Mysl.

³¹ ver PETROSJAN G. (1965) - O tempo fora do trabalho dos trabalhadores na U.R.S.S. (trad.). Moscovo, Ekonomizdat.

³² ver GRUSCHIN, B. (1966) - O tempo livre: duração, estrutura, problemas e perspectivas (trad.). Moscovo, Pravda.

³³ ver AHTIK, Vito (1960) - Les conditions d'une planification sociale du loisir. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, 12, pp. 623-630

³⁴ ver MIHOVILOVITCH, Miro (1969) - Loisir des citoyens de Zagreb, Zagreb; MIHOVILOVITCH, Miro (1980) - Les loisirs et le tourisme en Europe. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, 32, pp. 101-130

³⁵ ver SKORZYNSKI, Z. (1962) - Principais actividades quotidianas dos habitantes de Varsóvia (trad.). Varsóvia, Zdrowie Publiczne

³⁶ ver ZYGULSKI, K. (1972) - Introdução aos problemas da cultura (trad.). Varsóvia, Wydawnickycrzz

³⁷ ver FILIPCOVA, B. (1966) - O Homem, o trabalho e os lazeres (trad.). Praga, Svoboda

³⁸ LANFANT (1978)

M.F. LANFANT, de 1972, *L'Allergie au Travail*,³⁹ de Jean ROUSSELET, de 1974 (obra em que o autor questiona as razões que justificariam o abandono pela juventude do valor do trabalho - na sequência da «geração de sessenta», do espírito de *Woodstock* -, uma perspectiva interessante mas que o tempo situou como transitória), e ainda *The Sociology of Leisure*,⁴⁰ de Stanley PARKER, de 1976. A situação de crise económica, provocada pelos chamados «choques petrolíferos», fez decrescer o interesse pelo estudo do lazer, uma vez que este era habitualmente perspectivado como uma decorrência da evolução tecnológica e do progresso.

Os anos oitenta trouxeram um renovado interesse pelo estudo do lazer, que se expressou numa produção numerosa e diversificada. Contudo, sem menosprezo pelo trabalho dos autores que a seguir citamos, e de muitos outros, cremos ser opinião incontroversa que as grandes referências neste tema continuam a ser as obras e autores que foram marco nos anos cinquenta e sessenta, hoje já verdadeiros clássicos.

A década de oitenta trouxe, por exemplo, a reflexão de vários autores espanhóis, uma origem pouco relevante em tempos passados. São os casos de Frederic MUNNÉ, com *Psicosociologia del Tiempo Libre*,⁴¹ de 1980, Luís RACIONERO, com *Del Paro al Ocio*,⁴² de 1983, Roman GUBERN, com *El Símbio Informatizado*,⁴³ de 1987, e Josef PUIG ROVIRA e Jaume TRILLA, com *La Pedagogia del Ocio*,⁴⁴ também de 1987. Adolfo CASTILLA e José António DIAZ são outros dois nomes que retivemos, não por causa de algum trabalho em especial mas por diversos artigos que nos pareceram reveladores de uma reflexão esclarecida.

Em relação a autores de outras origens, destacamos: Roger SUE, com *Le Loisir*,⁴⁵ de 1980; André GORZ, com *Adieu au Prolétariat: au dela du Socialisme*,⁴⁶ também de

³⁹ ROUSSELET (1974)

⁴⁰ PARKER (1976)

⁴¹ MUNNÉ (1980)

⁴² RACIONERO (1983)

⁴³ GUBERN (1987)

⁴⁴ PUIG ROVIRA; TRILLA (1987)

⁴⁵ SUE (1980)

⁴⁶ GORZ (1980)

1980; Roland CUVILLIER, com *Vers une réduction du temps de travail?*,⁴⁷ de 1981; Michael e Holly CHUBB, com *One Third of Our Time*,⁴⁸ de 1981; Charles HANDY, com *The Future of Work*,⁴⁹ de 1984; James ROBERTSON, com *Jobs, Self-employment and leisure after the industrial age*,⁵⁰ de 1985; Chris ROJEK, com *Capitalism and Leisure Theory*,⁵¹ também de 1985; Anthony VEAL, com *Leisure and the Future*,⁵² de 1987; Byron DARE, George WELTON e William COE, com *Concepts of leisure in western thought - a critical and historical analysis*,⁵³ de 1987; Rosemary DEEM, com *Work, unemployment and leisure*,⁵⁴ de 1988; Jeremy SEABROCK, com *The leisure society*,⁵⁵ de 1989.

A complexidade do conhecimento científico fez crescer em anos recentes uma tendência para a produção de artigos dispersos, números temáticos de revistas ou colectâneas, em desfavor de grandes obras de plano único, escritas individual ou colectivamente. A temática do lazer não é excepção. Salientamos *Land & Leisure*,⁵⁶ coordenado por Len CARLTON, de 1979; *The historical meanings of work*,⁵⁷ dirigido por Patrick Joyce, de 1987; *Understanding leisure*,⁵⁸ da responsabilidade de Les HAYWOOD, de 1989; *Leisure and urban processes*,⁵⁹ de Peter Bramhan, de 1989; *Benefits of Leisure*,⁶⁰ sob a orientação colectiva de B.L.DRIVER, Perry BROWN e George PETERSON, de 1991.

O início dos anos noventa foi marcado por uma grave depressão económica que afectou todo o sistema mundial, e em particular a Europa. Os indicadores macroeconómicos começaram a dar indícios de recuperação em 1994; contudo, ao contrário de outros

⁴⁷ CUVILLIER (1981)

⁴⁸ CHUBB; CHUBB (1981)

⁴⁹ HANDY (1986)

⁵⁰ ROBERTSON (1985)

⁵¹ ROJEK (1985)

⁵² VEAL (1987)

⁵³ DARE; WELTON; COE (1987)

⁵⁴ DEEM (1988)

⁵⁵ SEABROCK (1989)

⁵⁶ CARLTON (ed.) (1979)

⁵⁷ JOYCE (ed.) (1987)

⁵⁸ HAYWOOD (ed.) (1989)

⁵⁹ BRAMHAN (ed.) (1989)

⁶⁰ DRIVER; BROWN; PETERSON (ed.) (1991)

períodos de retoma no passado, este teve a novidade de não se fazer acompanhar de um crescimento da oferta de emprego, e em muitos casos nem sequer conseguiu conter o avanço do desemprego que a crise despoletara. Na bibliografia dedicada ao lazer, como em muitos outros temas, esta depressão e início de retoma deixou marcas particulares; mas, ao contrário da crise dos anos setenta, desta vez não se verificou uma desmotivação pelo tema que temos em apreço. É certo que não se têm produzido grandes sínteses, mas os pequenos trabalhos dispersos que vão surgindo têm uma expressão qualitativa e quantitativa bastante animadora.

O tema do lazer tem merecido muito pouca atenção dos investigadores portugueses. Para além de alguns textos dispersos, por exemplo de Agostinho da SILVA, cremos que o trabalho de José Machado PAIS justifica uma menção especial.

II.2.1.1. A LITERATURA E O CINEMA

No que diz respeito à literatura para o grande público, que escapa aos limites do âmbito científico, o tema do lazer não é, em si mesmo, um objecto comum. É um assunto que aparece nos mais diversos géneros, dos clássicos à ficção, mas que dificilmente se pode entender como constituindo a essência de uma obra.

Os livros de antevisão do futuro são os que, neste contexto, nos parecem de maior interesse referir. Para além da chamada ficção científica,⁶¹ e na impossibilidade óbvia de sermos exaustivos, destacamos simbolicamente, pelo seu impacto, *Brave New World*, de Aldous HUXLEY (1932),⁶² e *Nineteen Eighty-Four*, de Georges ORWELL (1949).

⁶¹ O carácter assumidamente recreativo deste tipo de literatura, e o seu afastamento das formas mais ponderadas de antever o futuro, fazem com que ele nos pareça de menor interesse para o objecto desta investigação. Contudo, se tivéssemos de destacar algum autor deste género literário ele seria, sem dúvida, Jules VERNE, justamente pela razoabilidade da sua ficção, muita dela, aliás, entretanto confirmada. Os seus títulos mais conhecidos são *Cinq semaines en ballon* (1863), *Voyage au centre de la Terre* (1864), *De la Terre à la Lune* (1865), *Vingts mille lieues sous les mers* (1870) e *Le tour du Monde en quatre-vingts jours* (1870).

⁶² Este livro teve sequência em *Brave New World Revisited*, de 1958. Vimos também referências elogiosas a outra obra de HUXLEY, que não chegámos a poder consultar - *Time must have a stop*, de 1944.

Brave New World é uma crítica, cada vez mais actual, aos problemas de uma sociedade hipertecnológica e mecanizada; todo o uso do tempo é acrítico e massificado, dentro de um sistema de vincada estratificação social.⁶³ Se HUXLEY se inspirou no modelo de sociedade industrial do Ocidente, onde reinava e reina um sistema económico capitalista e um suporte político democrático, de grande liberdade individual, ORWELL, em *Nineteen Eighty-Four*, preocupou-se com a evolução dos sistemas socialistas de poder centralizado e autoritário,⁶⁴ na linha, aliás, de *Animal Farm: a fairy story*, de 1945. Se é certo que a maioria destes regimes tendeu para a autodestruição, e nunca chegou a existir nenhum *Big Brother* tão eficaz como ORWELL o concebeu, permanece o alerta para os potenciais perigos da associação entre tecnologia, poder e regulação social.

Há um terceiro autor que queremos realçar - Alvin TOFFLER. Muito embora a sua obra tenha um carácter técnico e não ficcionado, cujo objectivo é a crítica dos modelos sociais do «mundo desenvolvido», o tom propositadamente ligeiro do discurso utilizado fez de muitas dos seus livros autênticos campeões de vendas. Os títulos mais conhecidos deste autor são *The Future Shock*, de 1970, e *The Third Wave*,⁶⁵ de 1980, mas a sua produção posterior tem sido regular; *Creating a New Civilization*, publicado em 1995, de parceria com Heidi TOFFLER, é disso exemplo.

Também no cinema⁶⁶ as antevisões do futuro⁶⁷ mais interessantes não são de produção recente. Talvez o filme mais apreciado dentro deste género seja *Metrópolis*, de Fritz

⁶³ É de notar que na versão original o autor projectou a sua «Utopia» para seiscentos anos mais tarde, mas numa reedição de 1946 encurtou essa antevisão para apenas um século; muitas das suas ideias já se concretizaram bem antes desse horizonte corrigido...

⁶⁴ A construção social que ORWELL projecta tem também uma forte componente tecnológica, materializada, por exemplo na «teletela» - uma espécie de câmara onnipresente - instrumento que o *Big Brother* utilizava para controlar tudo e todos. No que diz respeito ao uso do tempo, há uma obsessão pelo trabalho, que os personagens principais vivem de uma forma desgastante e muitas vezes absurda: "(...) seria difícil encontrar tempo para se encontrarem. A semana de trabalho de Winston era de sessenta horas e a de Júlia ainda mais longa, e os dias de folga variavam consoante as exigências do serviço e nem sempre coincidiam;" (...) "No departamento de Registo todos trabalhavam dezoito horas em cada vinte e quatro, somente com dois intervalos de três horas para dormir." [ORWELL, George (s.d.) - 1984. Lisboa, Unibolso, pp. 135 e 187].

⁶⁵ Ver TOFFLER (s.d.) e (1984)

⁶⁶ Agradecemos as indicações que nos forneceram os cinéfilos Dr. Lauro António e Engº Artur Hermenegildo.

⁶⁷ No cinema é mais frequente do que na literatura o uso de formas de ocupação do tempo de lazer como tema central; contudo, quando isso acontece é quase sempre em filmes de carácter meramente recreativo,

Lang, do ano de 1926; trata-se de uma antevisão das tendências do modo de vida urbano, onde impera a insensibilidade, a desumanização e a falta de equilíbrio na relação com a Natureza. Dez anos depois, em 1936, Charles Chaplin realizou *Modern Times*, uma crítica aguda ao sistema massificado de produção industrial e à perda de liberdade que lhe está associada, assunto a que Chaplin voltaria brilhantemente em *The Great Dictator*, de 1940.

O romance *Nineteen Eighty-Four* já teve duas adaptações cinematográficas, uma de Michael Anderson, de 1956, e outra de Michael Redford, precisamente do ano a que ORWELL apontou a sua profecia. O choque cultural entre modos de vida distanciados no tempo é bem tratado em *A Clockwork Orange*, de Stanley Kubrick, do ano de 1971, filme que retrata o regresso à sociedade de um condenado a pesada pena de prisão; em *Back to the future*, de Robert Zemeckis, saga iniciada em 1985 e que já leva duas continuações, a ficção passa pela utopia da viagem no tempo e pela possibilidade, assim ganha, de influenciar o curso da História.

II.2.2. A EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE OCUPAÇÃO DO TEMPO DE LAZER

Nas civilizações primitivas as práticas de lazer eram espontâneas, simplesmente aconteciam. É por isso mesmo que alguns autores, como DUMAZEDIER e GRIPODONK, não consideram estas formas de ocupação do tempo livre como lazer, uma vez que não emergiam de uma relação de complementaridade com o trabalho.⁶⁸ Segundo MONERA OLMOS:

sem um sentido crítico relevante. Para além do género «ficção científica», que, como já dissemos, tem para nós um interesse reduzido, muitos dos filmes sobre esta matéria têm orientações que se nos afiguram demasiado específicas, como as que tratam da suposta inviolabilidade dos sistemas de gestão e telecomunicação de dados (por exemplo, *War Games*, de John Badham, de 1983), de cenários pós-apocalípticos (por exemplo, *Things to come*, de William Cameron Menzies, de 1936) ou da banalização da violência (por exemplo, *Rollerball*, de Norman Jewison, de 1975).

⁶⁸ Em DUMAZEDIER esta opinião é permanente em toda a sua vasta bibliografia; para M. GRIPODONK, ver «Resumen historico de la utilización del ocio», in *La civilización del ocio*, Madrid, Guadarrama, 1968.

"En los pueblos primitivos, la dimensión «lúdica» de la vida constituye un componente fundamental de sus dedicaciones, integradas todas ellas en el proyecto de equilibrio cósmico de su propia existencia (...) siempre de acuerdo con las categorías fundantes de su existencia:

- Satisfacer el hambre;
- Instinto de conservación;
- Acoplamiento y continuidad de la raza;
- Miedo de lo extraño y desconocido;
- Comportamiento tribal;
- Creatividad en la expresión.⁶⁹

António Gomes PENA e Ethel BAUZER⁷⁰ referem as seguintes preferências:

- no Paleolítico, o canto e a dança, o enfeite dos corpos, a tecelagem e a cerâmica;
- na civilização egípcia, a música, a escultura e as caçadas;
- na civilização cretense, as danças, os jogos e as corridas de touros;
- na civilização assíria, as tapeçarias e os bordados;
- na civilização chinesa antiga, os jogos, as lutas corporais, a equitação e a pintura;
- na civilização grega clássica, a educação física, a música, a poesia e o teatro.
- na civilização romana, o teatro, a música, a caça e a pesca e as lutas corporais,

segundo formas muitas vezes brutalizadas; a componente espectáculo era já muito importante, o que levava à ocupação de um largo contingente de mão-de-obra livre e escrava, tanto na preparação como na própria interpretação dos espectáculos;⁷¹ como veremos um pouco mais adiante, a civilização romana trouxe também a novidade da consciência utilitarista do lazer.

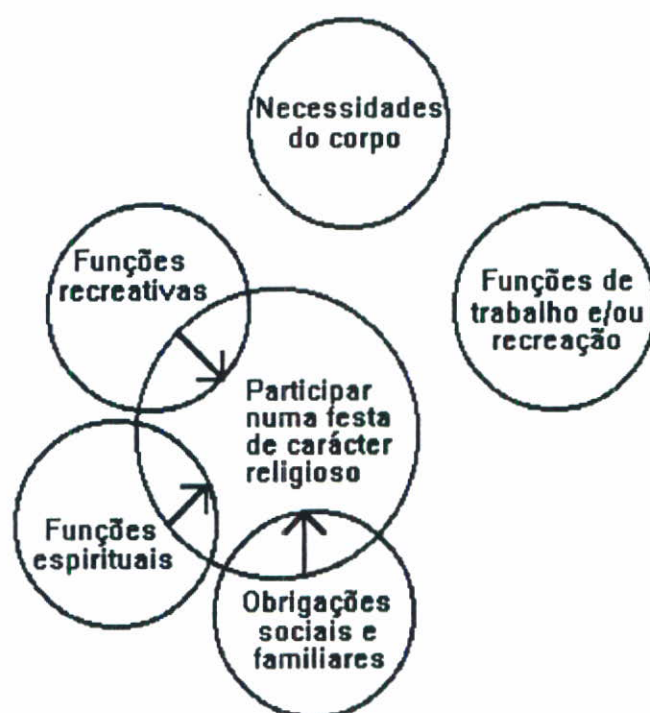
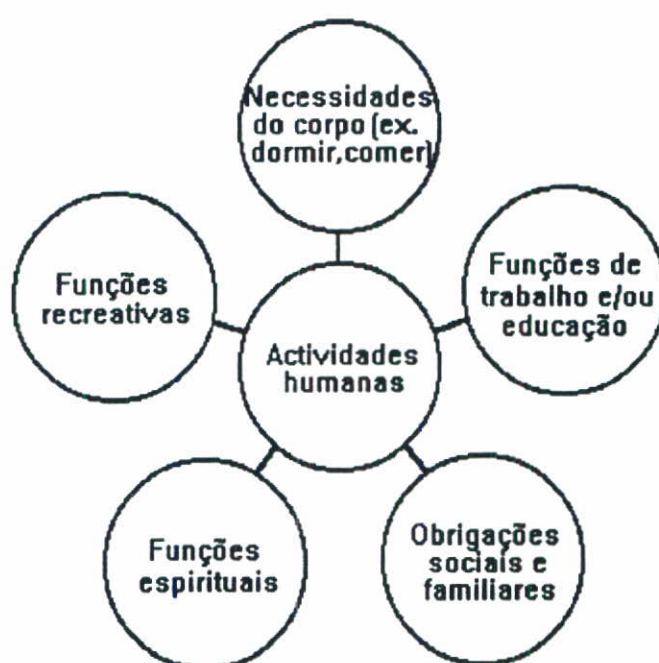
Na figura II.2.1. podemos apreciar a forma como Michael e Holly CHUBB esquematizam as funções básicas das actividades humanas.

⁶⁹ MONERA OLMOS (1984), pp.305-306

⁷⁰ Autores do artigo *Recreação* da Enciclopédia Mirador Internacional.

⁷¹ Com o alargamento do Império desenvolveu-se uma importante classe média urbana que, não sendo rica, tinha muito tempo livre (a tarde de trabalho acabava cedo e existiam mais de 200 dias de folga por ano!), o qual era preciso entreter. Em 350 D.C. Roma tinha mais de um milhão de habitantes; a recreação era uma actividade fundamental e dispendiosa do Estado. "In addition to various types of arenas, the typical city included open-air theatres, numerous public baths, gymnasiums, courts for ball games, and a limited number of gardens and parks." [CHUBB; CHUBB (1981), p. 16]

Figura II.2.1. - As funções básicas das actividades humanas



[Adaptado de CHUBB; CHUBB (1981), p. 5].

Segundo estes autores, as actividades humanas podem relacionar-se com diversas funções, ligadas ao corpo, ao espírito e à integração social. Participar numa festa de carácter religioso, por exemplo, pode fazer parte de uma obrigação social e ser um alimento para o espírito, sem pôr de parte a sua eventual função recreativa.

Depois dos romanos, seguiu-se um longo período, até às modernas civilizações urbano-industriais, em que a percepção e ocupação do tempo de lazer permaneceu quase inalterada. Michael e Holly CHUBB resumizam esse período da seguinte forma:

*"During the almost 6000 years (5000 B.D. - 1700 A.D., recreation attitudes and participation went through many changes. However, the situation at the end of the period was basically the same as at the beginning; only the ruling classes were able to enjoy a wide range of opportunities. In spite of the earlier Greek and Roman development of public recreation, there were virtually no lands in programs specifically dedicated to this purpose in later periods. The common people had to be content with some social drinking, a little gambling, an occasional festival, and such other amusements as they could themselves devise."*⁷²

Durante a Idade Média, a forte influência do Cristianismo na cultura europeia afectou muito a estruturação do tempo de lazer. A religiosidade era o centro da vida e a Igreja o referencial de poder. As pessoas viviam controladas pelos limites estreitos da oração e de um trabalho purificador, bem sintetizados na máxima Beneditina «*Ora et Labora*». O ócio era severamente criticado.

*"The Catholic Church thought that the main purpose of living was to prepare the soul for the salvation. The human body, with its weakness for food, drink and other pleasures, was regarded as a handicap that had to be overcome."*⁷³

"Apontavam-se os defeitos de vários divertimentos:

- os bailes, jogos e caçadas, por exemplo, tornavam-se actos indignos de cristãos, dado que se constituíam em oportunidades para banquetes, instigadores do pecado da gula e contrariando a moderação e sobriedade da conduta;*
- as comédias e outras realizações do género transformavam-se em momentos nocivos, em que a inocência não tinha lugar e os costumes atingiam a mais inteira corrupção;*

⁷²CHUBB; CHUBB (1981), pp.19-20

⁷³CHUBB; CHUBB (1981), p. 16

- as corridas de touros eram oportunidades não só de sensíveis perdas humanas mas também facilitavam a afirmação de sentimentos bárbaros."⁷⁴

"Para o ocio, para o luxo, para a inacção e para carregarem o publico são immensos a concorrer, e operar: para o trabalho, para a modestia, para alivio do Estado e bem comum de todos são poucos a concordar para o auxilio."⁷⁵

Este puritanismo deixou algum rasto até à actualidade. J. Allan PATMORE, citando *The House of Lords Select Committee on Sports and Leisure*, do Reino Unido, refere:

"Many people suffer a lingering feeling that leisure is something of a luxury. As an escape for the commendable pursuit of earning a living and making a contribution to the national economy, leisure seems tainted. When carried to excess it is called idleness. But the Committee believe that is time for this puritan view of leisure to be jettisoned. Leisure is a much part of life as work and it plays an equally important part in man's development and the quality of his life."⁷⁶

Contudo, esta rigidez não significou, como é óbvio, uma total abstinência de práticas de lazer. Havia a noção de que o povo precisava de se distrair, de se recuperar para o trabalho.⁷⁷ Algumas festas, música secular e até jogos de azar eram vistos como pecados toleráveis, por vezes até integrados nas comemorações religiosas. Por outro lado, a diferenciação social induzia algumas interpretações convenientes:

"Hunting by the nobility was justified as being compatible with church teachings because it produced food, was physically arduous, and was better than idleness."⁷⁸

A tolerância em relação aos faustosos torneios da aristocracia feudal é outro exemplo desta «flexibilidade». E até a própria ideia do ócio contemplativo como ideal de vida, na linha Aristotélica, que apreciaremos um pouco mais adiante, permaneceu viva na tradição

⁷⁴ CRESPO (1990), p. 358, citando António Henriques da SILVEIRA, «Racional discurso sobre a Agricultura e População da Provincia de Alem-Tejo», Lisboa, Memórias Económicas, 1789.

⁷⁵ CRESPO (1990), p. 476, citando Jozé Luis Mouta de Gouvea e VASCONCELOS, «Discurso sobre o estado da Lavoura, e da Cultura», Lisboa, 1780, p. 1.

⁷⁶ PATMORE (1983), p. 4

⁷⁷ As festas populares tinham e têm funções culturais e sociais importantes: "Neste contexto, os jovens encontram na festa e no jogo os meios propícios à sua afirmação e integração social; nas actividades lúdicas, têm ocasião de se mostrarem fortes, honrados e valentes, qualidades prestigiadas que os ajudam a singrar no seu desejo de participação social." [CRESPO (1990), p. 334]

⁷⁸ CHUBB; CHUBB (1981), p. 17

monástica,⁷⁹ se bem que neste caso a contemplação se restringisse à procura da verdade religiosa.

Dentro desta lógica muito própria, fortemente classista e marcada por inúmeras contradições, o período medieval acabou por trazer problemas de excesso de dias de não-trabalho agrícola, feita a soma dos imponderáveis da Natureza com as vastas exigências de dias santificados.

*“A demasiada quantidade de festas he certo que offende ao bem geral do Estado; porque favorece a preguiça, muitas vezes as despesas e a libertinage, que são consequencias funestas da ociosidade.”*⁸⁰

Os últimos séculos deste longo período, que Michael e Holly CHUBB dão por findo em 1700 D.C., foram marcados por alguma contradição de valores. Houve uma libertação do poder temporal da hierarquia da Igreja e, ao mesmo tempo, o Renascimento trouxe de volta o interesse por diversas artes e outras formas de cultura e recreação, embora ainda com uma marca acentuada de diferenciação social - os pobres continuavam apenas a ter acesso a alguns jogos simples ou espectáculos rudes, muitas vezes envolvendo o sacrifício de animais. Mas, por outro lado, a perda de poder temporal da Igreja Católica foi compensada pela importância rapidamente assumida pelos movimentos de Reforma, que trouxeram consigo, entre outras coisas, um acentuar do puritanismo em torno do valor do trabalho e uma severa repressão moral sobre todos os usos do tempo que o prejudicavam.

Depois de 1700 D.C.,⁸¹ e fazendo a síntese das propostas de partição deste processo histórico que colhemos em Michael e Holly CHUBB,⁸² Maria Luisa MONERA

⁷⁹ GRAZIA (1966) refere o pensamento de S. Tomás de Aquino, segundo o qual o trabalho não era obrigatório desde que se pudesse viver sem ele.

⁸⁰ CRESPO (1990), p. 356, citando João Rosado de VILLA LOBOS, «Elementos da Polícia Geral de hum Estado», Lisboa, 1786/87, p. 36

⁸¹ Esta data é tida como o referencial de uma segunda «revolução» dos conceitos e práticas do lazer, após uma primeira que se costuma situar nas épocas de dominação grega e romana.

⁸² CHUBB, CHUBB (1981)

OLMOS⁸³ e Josep PUIG ROVIRA e Jaume TRILLA⁸⁴ chegámos aos seguintes períodos:

- de 1700 a 1880, que os autores acima indicados classificam como de prelúdio do processo de reorganização do lazer; foram os resultados do Renascimento, mais tarde majorados pela produtividade crescente possibilitada pela Revolução Industrial, bem como pela emergência de valores democráticos, referenciados na Revolução Francesa e na independência dos Estados Unidos da América; o sucesso do teatro e de outras formas comerciais de lazer acabou por fazer recuar a ortodoxia religiosa, que teve de adaptar a sua doutrina;

- de 1880 a 1920, época marcada pela renovação do interesse das entidades públicas pelas práticas de lazer, num quadro amplo de racionalização de todo o uso do tempo; gastar dinheiro público na recreação foi um hábito recuperado após um longo hiato que durou desde o final do Império Romano;⁸⁵

- de 1920 a 1945, período marcado pelas duas guerras mundiais e pela grande depressão económica dos anos trinta; a instabilidade prejudicava o desenvolvimento de actividades de lazer mas, por outro lado, já era possível colher os benefícios de muitos investimentos anteriores, públicos e privados, e começavam a despontar novas modalidades, como o cinema; nos E.U.A. dos anos trinta o *New Deal* de Roosevelt levou a um investimento maciço na recreação, como forma de ocupar o tempo dos desempregados e de criar empregos na construção das infraestruturas e gestão dos equipamentos; o fundamentalismo religioso anti-lazer perdeu muita da sua força, sobretudo em relação às mulheres;

- de 1945 a 1970, época de grande crescimento económico, durante a qual se verificou uma evolução espectacular da mobilidade, em grande parte baseada na vulgarização do automóvel particular; a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, estipulava que *"Todo o Homem tem direito ao descanso e ao lazer, especialmente a uma limitação razoável da*

⁸³ MONERA OLMOS (1984)

⁸⁴ PUIG ROVIRA; TRILLA (1987)

⁸⁵ "Their arguments that recreation and physical education reduced social problems resulted in increasing amounts of public and private funds being devoted to such programs." [CHUBB, CHUBB (1981), p.26]



duração do trabalho e a férias remuneradas” (Artº 24º) e que *“Toda a pessoa livre tem direito a tomar parte, livremente, na vida cultural da comunidade, a desfrutar das artes e a participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultem”* (Artº 27º); os lazeres tornaram-se definitivamente aceites, cada vez mais variados, acessíveis e sujeitos à livre escolha individual;

- de 1970 em diante, período que os autores em que nos baseámos classificam como estruturalmente marcado pela austeridade económica e pelo impacto da causa ecológica, tanto no que diz respeito às restrições de uso impostas a alguns ambientes como ao interesse renovado pela Natureza enquanto fonte inspiradora e palco de muitos lazeres; o direito ao livre uso do tempo de não-trabalho é um dado adquirido, que evolui a um ritmo natural.⁸⁶

Em nossa opinião, o período pós-1970 já registou uma nova inflexão, que situamos, grosso modo, em 1985.⁸⁷ A década 1985-1995 foi marcada por fortes convulsões económicas, em geral, e dos mercados de trabalho, em particular; nos países «desenvolvidos» o desemprego é cada vez mais preocupante. O crescimento explosivo da informática, e o consequente acréscimo de produtividade nos sectores de serviços, faz pensar que a referência do pleno emprego é cada vez mais inatingível. A ser assim, as implicações na distribuição e uso do tempo, incluindo o de lazer, são óbvias.

As formas de lazer hoje mais praticadas continuam a relacionar-se muito com a mobilidade - o turismo - e com o convívio com a Natureza, que possibilita práticas de baixo custo, muito adequadas à crise. O culto da imagem do corpo, e a procura de emoções fortes em modalidades desportivas de aventura são outras marcas dos lazeres

⁸⁶ Contudo Michael e Holly CHUBB não deixam de referir que *“(…) although recreation progressed significantly (...) it no longer enjoyed the prominent position it occupied previously. It had come to be considered an essential aspect of living, an important function of government, and a significant market factor in business. However, it now had to compete directly with other resource uses, economic demands, social needs and environmental requirements. Much of the magic and emotionalism of the revolution was over.”* [CHUBB; CHUBB (1981), p. 43]

⁸⁷ As datas dos três estudos em que baseámos a análise anterior (1981, 1984 e 1987) não permitiram que os seus autores pudessem identificar esta inflexão.

destes anos mais recentes.⁸⁸ O individualismo das práticas, ou o exercício em grupo de modalidades individuais, é consequência de sociedades urbanas onde a convivência social se tornou difícil,⁸⁹ e tem a sua máxima expressão nos lazeres domésticos, sobretudo a televisão, o vídeo e a informática pessoal, que cativam um número de horas cada vez maior. Este individualismo relaciona-se, também, com a dificuldade de concertar interesses e horários, face a um leque de escolhas extraordinariamente diversificado; se é certo que desde o início da Revolução Industrial já se reduziu o tempo médio de trabalho anual de 4000 para 1800 horas,⁹⁰ as perdas e o desgaste resultantes dos congestionamentos da circulação urbana e a grande variedade de horários, tanto em termos de extensão como de organização periódica, não facilitam práticas que requeiram convívio.

O individualismo das práticas não obsta a que os lazeres actuais sejam muito condicionados por interesses de carácter comercial e político. Mais preocupante ainda é a violência em que degeneram alguns grandes espectáculos desportivos ou musicais.

II.2.3. A DEFINIÇÃO E PERCEPÇÃO DO LAZER NA BIBLIOGRAFIA CIENTÍFICA

Como já tivemos ocasião de afirmar, o lazer está longe de ter um tratamento uniforme na teoria e prática científica. Há autores que têm do conceito de lazer a ideia de uma parcela de tempo, por vezes percepcionada numa condição residual em relação ao trabalho e outras vezes associada à imagem da liberdade de escolha; outros tendem a percebê-lo como um conjunto de actividades que se exercem num determinado tempo de não-trabalho; outros ainda, os puristas, radicais ou utópicos, conforme o ponto de vista de quem os classifica, afirmam o lazer como um modo de vida alternativo. Devido às

⁸⁸ Note-se, contudo, que os rótulos de violento, intenso, emocionante e excitante, que muitas vezes lhes são associados, nem se compararam com o que acontecia no Império Romano ou na Idade Média.

⁸⁹ *"Cuanto más tiempo pide el individuo para si, menos es, se siente o quiere ser parte de la comunidad."* [GRAZIA (1966), p. 215]

⁹⁰ 1800 horas = 225 dias x 8 horas, restando 140 dias para os fins de semana (2 x 52=104), férias (22) e feriados (14, em média).

características desta temática, e à sua recente autonomia científica, é também muito frequente que o estudo do lazer apareça relacionado com outras matérias, como sejam o trabalho, a família e o estatuto da mulher, a organização do quotidiano, a cultura, etc. Sistematizar o conhecimento de um tal conceito não é, por isso, tarefa fácil.

II.2.3.1. AS ATITUDES-TIPO PERANTE O LAZER PROPOSTAS POR Joffre DUMAZEDIER e Nicole SAMUEL

Joffre DUMAZEDIER⁹¹ isolou as seguintes atitudes possíveis perante o estudo do lazer:

- o lazer como o não-trabalho, como se o tempo se esgotasse nestas duas parcelas; é o caso de alguns economistas, como Keynes ou Marx, e da generalidade dos sociólogos do trabalho; é uma perspectiva redutora, que menospreza muitos outros campos de estudo;

- o lazer como o tempo para além do trabalho, onde se exercem múltiplas actividades sociais; inclui as actividades de fruição e formação pessoal, mas também todas as obrigações socio-políticas e socio-profissionais; é a atitude prevalecente na «escola socialista do lazer»;

- o lazer como um tempo de liberdade, onde se expressem as vontades individuais e colectivas; é esta a posição do próprio DUMAZEDIER e dos seus muitos discípulos;

- o lazer como um estado psicológico que se pode encontrar em qualquer tempo e actividade, isto é, a sua negação enquanto categoria autónoma de comportamento social; David RIESMAN e Max KAPLAN são exemplos apontados por DUMAZEDIER para esta atitude.

Nicole SAMUEL,⁹² autora muito identificada com DUMAZEDIER, propõe uma classificação com uma estrutura formal um pouco diferente:

- aos autores que, como RIESMAN ou KAPLAN (a que ela junta, como outro exemplo, André GORZ), partem de uma atitude hedonista, isto é, o lazer visto como um

⁹¹ DUMAZEDIER (1979)

⁹² SAMUEL (1983)

instrumento da procura de estados psicológicos de prazer, é atribuída a designação de libertários;

- se DUMAZEDIER tinha insistido nos diversos leques de actividades que os autores consideram associáveis ao lazer, consagrando a esta diferenciação três das quatro categorias por ele propostas, SAMUEL concentrou-se nas causas dos comportamentos sociais que preenchem o tempo de não-trabalho; começa por distinguir os deterministas, que vêem o lazer como um fenómeno social dependente, dos que propõem para o seu estudo uma análise dialética, percebendo-o como uma atitude individual socialmente influenciada, atitude de que ela própria e DUMAZEDIER são exemplos, bem como Norbert ELIAS, este num quadro teórico que extravaza a temática do lazer; entre os deterministas, SAMUEL separa os funcionalistas, que consideram o lazer como um fenómeno dependente da estrutura social, nomeadamente o trabalho e a família, e cujo único propósito é a recuperação de energias, dos autores de inspiração marxista, que atribuem ao tempo de não-trabalho⁹³ um papel determinado pelos objectivos de construção do Estado socialista, com um forte encorajamento de actividades de carácter cívico.

Para podermos entender melhor estas propostas de classificação impõe-se concretizar o entendimento que estes dois autores, muito identificados entre si, fazem do conceito de lazer. DUMAZEDIER propõe a seguinte definição, várias vezes por ele retomada e muitas mais citada em obras dos mais diversos autores:

*"Le loisir est un ensemble d'occupations auxquelles l'individu peut s'adonner de plein gré, soit pour se délasser, soit pour se divertir, soit pour développer sa participation sociale volontaire, son information ou sa formation désintéressée, après s'être libéré de toutes ses obligations professionnelles, familiales ou sociales."*⁹⁴

Um pouco mais adiante acrescenta:

⁹³ Os autores socialistas, numa tradição que vem de MARX, tendem a não aceitar o conceito de lazer, que classificam de burguês e improdutivo económica e socialmente, logo não diferenciável do ócio aristocrático do período pré-industrial.

⁹⁴ Joffre DUMAZEDIER, in FRIEMANN; NAVILLE (ed.) (1970), vol.II, p. 341

*"Le loisir est un temp libéré par le travail productif, sous l'action conjuguée du progrès technique et des forces sociales, que bénéficie d'une activité improductive de l'homme, avant, pendant ou après sa période de production."*⁹⁵

Vemos assim que, para DUMAZEDIER, o conceito de lazer se funde num determinado tipo de tempo e nas actividades que o ocupam. Trata-se de um tempo residual, dependente das exigências de várias obrigações superiores, nomeadamente o trabalho, mas altamente nobilitado pela liberdade do seu uso.

De entre os muitos autores que apresentam definições de lazer inspiradas em DUMAZEDIER, seleccionámos os seguintes:

*"Se crea una situación de ocio cuando el hombre durante su tiempo libre decide y gestiona libremente sus actividades, obtiene placer y satisface necesidades personales, tales como descansar, divertirse o desarrollarse (...) Cualquiera actividad será de ocio según el tiempo social en que se produce y la actitud personal con que se realiza."*⁹⁶

*"(...) modo de darse el tiempo personal que es sentido como libre al dedicarlo a actividades autocondicionadas de descanso, recreación y creación para compensarse, y en último término afirmarse la persona individual y socialmente."*⁹⁷

*"Leisure is the time uncommitted to obligations of a work, family or personal nature (...) Recreation is the range of social, cultural, sporting and other activities undertaken in that leisure time."*⁹⁸

É de notar o reforço da percepção individual das práticas de lazer que é explícito tanto em PUIG ROVIRA e TRILLAS como em MUNNÉ; por seu lado, a citação de KIRBY atribui ao lazer o rótulo exclusivo de uma parcela de tempo, reservando o conceito de recreação para as actividades que o preenchem.

Com muitos anos de antecedência e, talvez, fonte de inspiração dos autores antes referidos, podemos também considerar a seguinte definição:

⁹⁵Joffre DUMAZEDIER, in FRIEMANN; NAVILLE (ed.) (1970), vol.II, p. 353

⁹⁶PUIG ROVIRA; TRILLAS (1987), p. 20

⁹⁷MUNNÉ (1980), p. 135

⁹⁸KIRBY (1985), p. 65, citando o Social Science Research Council - Report of the Joint Working Party on Recreation Research, 1978, p. 2

*"El ocio no es útil más que si es bien empleado; es entonces solamente cuando puede ser ventajoso para el hombre que se entrega a él y a la sociedad general de que es miembro. Cuatro aspectos indican con certeza que una actividad de tiempo libre es ventajosa para el que la elige: le hace feliz, le enseña a conocerse, le ayuda a cambiar, le perfecciona."*⁹⁹

II.2.3.2. OUTRAS ATITUDES-TIPO

É de toda a coerência que DUMAZEDIER e SAMUEL não tenham considerado duas referências importantes na história do lazer e os autores que com elas se identificam: os períodos de dominação grega e romana e, em geral, todas as civilizações pré-industriais. As civilizações grega e romana produziram ideias muito próprias sobre o lazer, nomeadamente a primeira, onde a tradição filosófica tendia a vê-lo como um modo de vida superior e não dependente do trabalho. Nas sociedades pré-industriais os camponeses não tinham, ou têm, uma percepção dicotómica dos tempos de lazer e de trabalho, e os aristocratas (ou as classes dominantes) viviam, ou vivem, uma ociosidade auto-justificada, isto é, a abstenção do trabalho. Todas estas situações têm em comum a negação de um princípio fundamental para DUMAZEDIER e SAMUEL - a percepção do lazer como um tempo autónomo mas dependente do trabalho, num sistema social em que os diversos usos do tempo sejam democraticamente acessíveis a toda a população:

*"A ociosidade nega o trabalho, o lazer o supõe."*¹⁰⁰
*"(o lazer) corresponde a uma liberação periódica do trabalho, no fim dos dias, da semana, do ano ou da vida de trabalho."*¹⁰¹

Foi também excluída a identificação de um corpo de autores que, como nós próprios, se preocupam abertamente com o futuro de sociedades em que o crescimento do tempo de não-trabalho acabe por lhe fazer perder a condição de residual. Cremos que só a época

⁹⁹MONERA OLMOS (1984), p. 316, citando a obra *Discours sur l'emploi des loisirs*, surgida em França, em 1739, sem indicação de autor

¹⁰⁰DUMAZEDIER (1979), p. 20

¹⁰¹DUMAZEDIER (1979), p. 28

dos escritos de DUMAZEDIER justifica esta omissão, porquanto esse tipo de atitude se apresenta como uma continuidade natural do seu próprio trabalho.

II.2.3.2.a. AS CIVILIZAÇÕES GREGA E ROMANA

No seu conceito original, o ócio terá sido uma invenção dos gregos. Em todas as civilizações anteriores, ou nas posteriores não influenciadas pela Grécia, só o valor do tempo livre ou o benefício das actividades de recreação são exaltados, o que está longe de ser o mesmo. De um ponto de vista filosófico,

*"They considered the intelligent use of free time the main purpose of life."*¹⁰²

GRAZIA,¹⁰³ referindo Aristóteles, diz que o ócio seria *"libertarse de la necesidad de trabajar"*. Repare-se que a noção de tempo nem sequer aparece nesta definição; o ócio seria uma condição, ou um estado - o estado de estar livre da obrigação de trabalhar.

Por outro lado, como VEBLEN sublinha,

*"En el proceso de la evolución cultural, la aparición de una clase ociosa coincide con el comienzo de la propiedad."*¹⁰⁴

Sem esse pressuposto, e sem a existência de mão-de-obra dependente, ou mesmo escrava, não poderia haver meios de subsistência exteriores ao trabalho.¹⁰⁵

Esta aversão ao trabalho, sobretudo ao que exigia esforço físico - quase todo, ao tempo - não era sinónimo de preguiça, da ambição de nada fazer. SENECA, um romano cujo pensamento se manteve fiel à ética grega do ócio, afirmou que:

¹⁰² CHUBB, CHUBB (1981), p. 15

¹⁰³ GRAZIA (1966), p. 3

¹⁰⁴ VEBLEN (1963), p. 30

¹⁰⁵ Veja-se que também havia uma relação entre este modo de vida e o trabalho, só que a prática de um e de outro não se concentrava nos mesmos indivíduos...

*"Nunca está el sabio más activo que cuando contempla ante sus ojos las cosas divinas y humanas (pero...) gloriarse en el ocio es ambición de perezoso."*¹⁰⁶

Muito mais tarde, a «civilização do trabalho» veio a fazer uma releitura deste posicionamento:

*"This view (the Greek and Roman civilisations), however, did not represent a rejection of the value of work as such, but a distortion of the relative merits of its various kinds and particularly a failure to see the inherent worth and dignity of human labour of a physical kind."*¹⁰⁷

A origem etimológica da palavra que os gregos usavam para definir o seu conceito de ócio era *scholé*, a mesma de que derivou escola.

*"El origen etimológico del término está en la raíz scholé que significa «pararse» y, consecuentemente, tener reposo y paz. También significaba tener tiempo desocupado o tiempo para uno mismo, y de ahí el vínculo con la formación en tanto que resultado que se persigue con el ocio (...) implica liberarse de la necesidad del trabajo y así disponer de tiempo."*¹⁰⁸

*"La scholé no era un simple no hacer nada, sino su antítesis: un estado de paz y de contemplación creadora - dedicada a la theoria - en que se sunía el espíritu."*¹⁰⁹

Sebastian de GRAZIA, um autor muito vinculado ao ideal grego de ócio, aproveita esta aproximação à imagem de escola, ou atitude de vida, para matizar as críticas que atribuem a este conceito de lazer uma classificação de antidemocrático:

*"(...) el de clase ociosa, ya sea pobre o rico, noble o plebeyo, de los fuertes o de los débiles, tiene siempre el poder de ser el único que, debido a su genio, se forma a sí mismo."*¹¹⁰

*"El mundo está dividido en dos clases, no tres o cinco o veinte. Exactamente, dos. Una es la grande mayoría; la otra es la ociosa, no la de los ricos o los herederos, sino la de aquellos que aman las ideas y la imaginación."*¹¹¹

¹⁰⁶ «Cartas a Lucilio», Livro VII-LXVIII, in Obras Completas, Madrid, Aguilar, p. 563-564, citado em MONERA OLMOS (1984), p. 309-310

¹⁰⁷ New Catholic Encyclopedia, artigo *Theology of work*, p. 1015

¹⁰⁸ PUIG ROVIRA (1987), p. 21

¹⁰⁹ MUNNÉ (1980), p. 40

¹¹⁰ GRAZIA (1966), p. 335

¹¹¹ GRAZIA (1966), p. 334

Jean BAUDRILLARD aborda o mesmo assunto, mas de uma forma muito mais céptica:

*"O velho adágio em que se concentrava outrora toda a reivindicação de justiça social e que rezava «todos os homens são iguais diante do tempo e da morte» sobrevive agora no mito, cuidadosamente alimentado, de que todos se descobrem iguais no lazer."*¹¹²

O tipo de valorização que os gregos atribuíam ao lazer não obstava à consideração de actividades de recreação, cujos propósitos eram bem distintos:

*"El mundo griego hacía una distinción bien clara entre ocio y diversión. El primero estaba reservado a unos pocos, mientras que la diversión pertenecía a todo el pueblo (...) La diversión era considerada como descanso necesario para reincorporarse de nuevo al trabajo."*¹¹³

O princípio fundamental, claro em PLATÃO, ARISTÓTELES e EPICURO, era o de que não podia haver nenhuma utilidade nas actividades de ócio. Restavam, assim, a música e a atitude contemplativa do filósofo, a busca da verdade e da razão.

*"(...) ninguna ocupación puede ser ocio, ni siquiera la del que se emplea a si mismo, cuyo fin ha sido escogido por él mismo (...) la diversión (paidia) y el recreo (anapausis) son necesarios a causa del trabajo. No son fines en si mismos (...) Pero el fin de estar ocupado debería ser únicamente el conseguir el ocio (...) La capacidad de emplear debidamente el ocio es la base de toda la vida del hombre libre."*¹¹⁴

*"El trabajo es el antónimo del tiempo libre (...) el tiempo libre se refiere a una forma determinada de calcular una determinada clase de tiempo; el ocio es una forma de ser, una condición del hombre, que pocos desean y menos alcanzan."*¹¹⁵

Na civilização romana, não obstante algumas excepções, como o já referido SENECA, o lazer deixou de ser um objectivo em si mesmo e tendeu para uma percepção mais pragmática e utilitária: era-lhe reconhecido mérito como meio de preparação para o exercício militar, como tempo de descanso do trabalho e como mecanismo de controlo social, por via dos espectáculos.

¹¹²BAUDRILLARD (1981), p. 186

¹¹³MONERA OLMOS (1984), p. 308

¹¹⁴GRAZIA (1966), p. 4-5

¹¹⁵GRAZIA (1966), p. XIX

*"(...) en el otium romano (...) el ideal grego ha sido invertido: el ocio pasa a ser un medio y el trabajo el fin. Pero ambos, ocio y negocio, forman parte constitutiva del hombre completo; so es tal el hombre que reúne el otium cun dignitate."*¹¹⁶

Contudo, também neste caso a análise etimológica encerra algumas curiosidades. Ócio deriva de *otium*; o negócio, a actividade, vem de *negotium*, uma palavra constituída a partir da primeira, pelo que

*"Poner el otium tras el negotium es invertir la secuencia etimológica."*¹¹⁷

Esta sequência etimológica deve relacionar-se com a importância hierárquica que era atribuída aos respectivos conceitos; é de notar, também, que a palavra trabalho deriva de *tripalium*, que era um instrumento de castigo para os escravos. Já entre os gregos era a palavra *ascholia* que significava o trabalho, numa construção que junta o prefixo *a* à base *scholé*. Hoje é o lazer que deriva e depende do trabalho; quem não tem emprego é desempregado; não há um *desócio*. Cremos que esta inversão da lógica *otium/negotium*, ou *scholé/ascholia*, não é despida de significado.

O ideal grego de ócio é um referencial único que se foi perdendo ao longo da história:

*"La idea de ocio nació en Grecia y emigró a Roma. Al caer Roma, e incluso antes, se refugió en los monasterios, habiendo cambiado de forma y habiéndose convertido en ideal de contemplación (...) El ideal del ocio estaba ligado a los estudios clásicos y al conocimiento del griego o del latín. Al no tener acceso a estas lenguas era difícil llegar a las ideas que encerraban."*¹¹⁸

*"Si nos hace el efecto de que los restos de la tradición de ocio pertenecen principalmente al siglo XVIII, la impresión es correcta."*¹¹⁹

*"Seguendo la línea de la Historia, vemos cómo el ocio, en la época de crecimiento de la tecnología, desaparece ante la avalancha del trabajo. Cuando volvió a surgir, había cambiado de forma: ahora se trataba de tiempo libre de trabajo, de tiempo fuera del empleo."*¹²⁰

¹¹⁶MUNNÉ (1980), p. 43

¹¹⁷GRAZIA (1966), p. 246

¹¹⁸GRAZIA (1966), p. 221

¹¹⁹GRAZIA (1966), p. 234

¹²⁰GRAZIA (1966), p. 47



Contudo, existem muitos autores, de diferentes épocas, para além do já várias vezes citado Sebastian de GRAZIA, que continuam a pugnar pelo «ócio espiritual». Vejamos alguns exemplos:

*"...il ne me restait, pour dernière espérance, que celle de vivre sans gêne, dans un loisir éternel (...) J'aime à m'occuper à faire des riens, à commencer cent choses et n'en achever aucune, à aller et venir comme la tête me chante, à changer à chaque instant de projet, à suivre une mouche dans toutes ses allures (...) à muser enfin toute la journée sans ordre et sans suite, et à ne suivre en toute chose que le caprice du moment."*¹²¹

*"Se la vacanza esiste come supporto funzionale alla produzione, l'otium esiste in quanto tale, non perché funzionale al negotium."*¹²²

*"Lazer é fruir, descansar, viver em plena gratuidade, brincar, contemplar, conviver em simplicidade, sonhar. Lazer é o saber praticar a arte do ócio."*¹²³

*"Não é abandonar-se ao não fazer nada, é não querer fazer nada mesmo! Ter a profissão de não querer fazer nada.(...) (no «Império do Ócio») todos teriam tempo livre de conservar, no adulto, a criança."*¹²⁴

Para além das opiniões, ou das vontades, o facto é que o modelo de lazer identificado pelos filósofos gregos do Período Clássico dificilmente pode ser aceite na actualidade, atendendo à clara raiz antidemocrática que lhe está subjacente. Não parece haver alternativa para o lazer recreativo, para a ocupação utilitária ou inconsequente do tempo:

*"Les fatigues de la «vie moderne» rendent indispensables le divertissement, la distraction, la détente."*¹²⁵

Fernando Micael PEREIRA resume a situação de modo breve:

*"Consumimos lazer, não cultivamos o tempo livre."*¹²⁶

¹²¹ Jean Jacques ROUSSEAU, Les Confessions, XII, citado no Dictionnaire de la Langue Francaise Le Grand Robert, artigo *Loisir*.

¹²² DI NALLO (1992), p. 82

¹²³ PEREIRA (1991), p. 147

¹²⁴ SILVA (1994), pp. 14 e 115

¹²⁵ LEFEBVRE (1968), p. 103

¹²⁶ PEREIRA (1991), p. 147

II.2.3.2.b. AS SOCIEDADES PRÉ-INDUSTRIAIS: O LAZER DOS CAMPONESES E DOS ARISTOCRATAS

Neste tipo de sociedades rurais os camponeses não chegavam, ou chegam, a fazer uma separação prática dos tempos de trabalho e de não-trabalho:

*"Sin embargo, entre el espacio tiempo-libre y el espacio-tiempo de trabajo no había una separación tan profunda como en la actualidad, al ser la familia la unidad básica de producción y consumo y al seguirse unos ritmos de trabajo relativamente flexibles y adaptados a los ciclos naturales. Gran parte de las actividades lúdicas (fiestas, celebraciones, charlas, etc.) se disfrutaban en lugares próximos a la vivienda y en muchas ocasiones como una prolongación del mismo trabajo."*¹²⁷

*"(...) hasta la revolución industrial, el sentido de esta polarización no era evidente. Con anterioridad a ella, entre trabajo y tiempo libre no había un enfrentamiento claro, sino una relación de complementaridad y de equilibrio mutuo (...) las actividades de cada parcela de sustentaban mutuamente. Ambos periodos contribuían a formar una sola vida. (...) Tal equilibrio no ponía en duda en ningún momento la importancia predominante del trabajo."*¹²⁸

Esta mistura de funções, no tempo e no espaço, presta-se a alguns equívocos. O mais frequente é pensar-se que na sociedade pré-industrial se trabalhava pouco, menos que no período industrial:

*"Demasiado frecuentemente se ha confundido la llamada ética del trabajo del protestantismo con la mera intensidad del trabajo, como si antes el hombre no hubiera trabajado duramente. El campesino y el artesano europeos siempre trabajaron reciamente, pero con un ritmo fluctuante capaz de amplias variantes en sus oscilaciones."*¹²⁹

Outro equívoco é precisamente o contrário do anterior, isto é, subvalorizar as atitudes de lazer então vigentes só porque elas não tinham uma expressão espacial e temporal bem autonomizada:

"El desarrollo del comportamiento ante el tiempo libre, como fenómeno social y como función fundamental de importancia geográfica, está ligado en su origen al desarrollo de la sociedad industrial. En la

¹²⁷ ASCÓN et alli (1989), p. 16

¹²⁸ PUIG ROVIRA; TRILLAS (1987), p. 27

¹²⁹ GRAZIA (1966), p. 279

sociedad agraria, amplios sectores de la población no disponían de la oportunidad de un aprovechamiento regular del tiempo libre, de modo que no se puede decir que en aquellos tiempos el esparcimiento tuviera carácter de función fundamental."¹³⁰

Para além da não separação clara entre tempo de trabalho e de não-trabalho, DUMAZEDIER aponta ainda uma outra razão para não considerar como lazer as práticas integradas das sociedades pré-industriais - a inexistência de liberdade de escolha individual perante hábitos massificados e condicionados culturalmente. Mas será que os condicionamentos actuais ao uso do tempo de lazer, sejam eles de natureza cultural, económica, política, etc., são menos constrangedores da liberdade individual de escolha, face à imensa variedade da oferta disponível?

Ainda no âmbito das sociedades pré-industriais cabe também referência ao chamado «ócio aristocrático», igualmente desconsiderado por DUMAZEDIER, uma vez que partia de uma atitude de abstenção do trabalho. O seu objectivo nem sequer continha a nobreza do ócio grego, limitando-se a actividades de afirmação de prestígio social e fruição pessoal.

*"Certains font remonter le loisir au mode de vie de certaines classes aristocratiques de la civilisation traditionnelle. Pourtant il ne semble pas non plus que l'oisiveté puisse être appelée loisir (...) Cette oisiveté ne se définit pas pour rapport au travail. Elle n'en est ni en complément, ni une compensation, mais un substitut (...) Certes, l'oisiveté des nobles se voulait liée aux plus hautes valeurs de civilisation, même lorsque, dans la réalité, elle était marquée par la médiocrité ou la bassesse."*¹³¹

VEBLEN, na sua obra de referência, afina pela mesma crítica:

*"El consumo ostensible de bienes valiosos es un medio de aumentar la reputación del caballero ocioso."*¹³²

"Desde los días de los filósofos griegos hasta los nuestros, los hombres reflexivos han considerado siempre como un requisito necesario para poder llevar una vida humana digna, bella o incluso irreproachable, un cierto grado de ociosidad y de exención de todo contacto con los

¹³⁰MAIER; PAESLER; RUPPERT; SCHAFFER (1987), p. 119

¹³¹Joffre DUMAZEDIER, in Encyclopædia Universalis, artigo *Loisir*

¹³²VEBLEN (1963), pp. 81-82

procesos industriales que sirven a las finalidades cotidianas inmediatas de la vida humana."¹³³

*"Los hábitos mentales que caracterizan la vida de la clase ociosa son los determinados por la relación personal de dominio y por los conceptos derivados y valorativos del honor, el valor, el mérito y otros semejantes."*¹³⁴

Este tipo de ócio é o que melhor afirma a condição antidemocrática de todos os lazeres pré-industriais, e de alguns posteriores.¹³⁵

*"El ocio esta en otro plano. Una barrera es el trabajo. La otra, la igualdad. Ese plano es la aristocracia."*¹³⁶

II.2.3.3. O VALOR CENTRAL DO TRABALHO NAS SOCIEDADES INDUSTRIALIZADAS

Nas sociedades industrializadas o trabalho tornou-se no principal valor social e ético:

*"Plus on vieillit, plus il faut s'occuper. Il vaut mieux mourir que de traîner dans l'oisiveté une vieillesse insipide; travailler c'est vivre."*¹³⁷

Passou a existir uma clara segregação temporal e espacial das actividades profissionais e de lazer, precisamente o oposto da época anterior. A pergunta «Então, o que é que fazes?» passou a ter como única resposta a actividade profissional desenvolvida. O lazer foi limitado à diversão e à recuperação de forças, a fim de beneficiar indirectamente as actividades de produção.

"En el modo de vida creado por la sociedad industrial, el tiempo libre y la diversión estarán cada vez mas separados de la actividad profesional,

¹³³ VEBLEN (1963), p. 45

¹³⁴ VEBLEN (1963), p. 390

¹³⁵ Como em português utilizamos a palavra lazer para significar o tempo de não-trabalho socialmente legítimo e digno, não preguiçoso, não precisamos de defender o «indefensável» conceito de ócio. O mesmo não acontece em espanhol, onde se utiliza *ocio* com o significado que atribuímos a lazer. Daí que Adolfo CASTILLA e José António DIAZ tenham sentido a necessidade de se demarcarem da tradução espanhola do «leisure de VEBLEN»: "El sentido que Veblen daba al ocio no tiene nada que ver con el que se le da en la sociedad actual a esta palabra." [CASTILLA; DIAZ (1987), p. 53]

¹³⁶ GRAZIA (1966), p. 319

¹³⁷ VOLTAIRE, Correspondance, 1847 (Carta de 1760.12.08), citado no Dictionnaire de la Langue Française Le Grand Robert, artigo *Loisir*.

existiendo siempre relaciones entre el trabajo y el ocio, pero de otra naturaleza (...) el ocio como condición cercana al pueblo, ha perdido su sentido, mas allá de su calidad de descanso necesario e imprescindible entre distintas sesiones de trabajo. Su objetivo no pasaba de la simple reposición de fuerzas físicas. El control del ocio iba a ser el mismo que el de la dedicación al trabajo: el reloj."¹³⁸

A satisfação de consumos «necessários» cada vez mais alargados, ou mesmo declaradamente supérfluos, passou a ser objectivo de vida da maioria das pessoas. O trabalho era e é o único instrumento para atingir este objectivo para quem não tem bens próprios - ou nem sequer os pode ter, como nas economias de tipo socialista -, isto para além da dignidade moral intrinsecamente ligada ao dever de trabalhar. A afirmação de um estatuto profissional elevado, quase sempre associado a um bom nível remuneratório, funciona como uma montra do sucesso; e há até casos de profissões relativamente mal remuneradas mas que têm prestígio para se impor à margem dos valores da riqueza.

"A sociedade tende, por isso, a valorizar o acto produtivo, que lhe permite fazer e ter muitas coisas, cada vez mais coisas, em grande quantidade e variedade. É essa a lógica do crescimento económico, é esse o ritmo da sociedade de consumo."¹³⁹

"Centramo-nos no trabalho profissional, porque ele não só nos dá a remuneração, como dá ainda status. És o que fazes profissionalmente, és o que ganhas, és aquele que subiu a determinado nível profissional. É o trabalho que te dá consideração social, é o trabalho profissional que constitui a base do teu relacionamento e socialização, pelo menos na idade adulta, é o trabalho profissional que te permite realizares-te."¹⁴⁰

Este tipo de atitude só muito recentemente começou a ser posto em causa, e não temos dúvidas de que ele é ainda predominante na maioria dos países e, sobretudo, na mentalidade da maioria das pessoas. O seu suporte cultural e teórico abrange as doutrinas religiosas, quase toda a teoria económica e os sectores menos críticos da Sociologia do trabalho. Jean BAUDRILLARD resumiu a situação de forma simples:

"Vivemos numa época em que os homens jamais conseguirão perder tempo suficiente para conjurar a fatalidade de passarem a vida a ganhá-lo."¹⁴¹

¹³⁸ MONERA OLMOS (1984), pp. 317-319

¹³⁹ AMARO (1991), p. 57

¹⁴⁰ PEREIRA (1991), p. 140

¹⁴¹ BAUDRILLARD (1981), p. 190

II.2.3.4. A REACÇÃO À SOCIEDADE DO TRABALHO: A (SOBRE)VALORIZAÇÃO DO LAZER

Apesar de se encontrarem em clara minoria, existem também autores que pugnam por uma grande valorização do tempo e das actividades de lazer:

*"Les loisirs, qui n'avaient qu'une importance secondaire dans l'horaire journalier, deviennent peu à peu l'un des éléments fondamentaux de la personnalité complexe de l'homme contemporain (...) d'une simple récupération des forces ou d'un plaisir purement personnel, ils deviennent un moyen de former et de créer des personnalités harmonieuses et une société équilibrée."*¹⁴²

*"(...) el ocio debe entenderse como una oportunidad para la expresión corporal, incremento de la autoconciencia y autorrealización (...) el ocio consiste en todas aquellas actividades virtuosas por las cuales un hombre crece moral, intelectual y espiritualmente. Es lo que hace a la vida digna de ser vivida."*¹⁴³

*"El tiempo libre consiste en un modo de darse el tiempo social, personalmente sentido como libre y por el que el hombre se autocondiciona para compensarse, y en último término afirmarse individual y socialmente. El tiempo libre es un tiempo de libertad para la libertad."*¹⁴⁴

*"Freud described adolescence as a period when the individual makes two important adjustments in the transition to adult life, adjustment to sex and adjustment to work. Nowadays we may have to add a third - adjustment to leisure. This not only because of the shadow of unemployment which hangs over many school-leavers. Leisure is an important part of our lives. For many people, leisure time is the real part of life - when they are most truly themselves - as Aristotle said."*¹⁴⁵

Alguns outros autores assentam a sua esperança no tempo livre mais por desilusão face ao mundo do trabalho:¹⁴⁶

*"Les hobbies (...) essaient d'introduire un peu de couleur dans la grisaille de notre civilisation industrielle."*¹⁴⁷

¹⁴² MIHOVILOVIC (1980), p. 109

¹⁴³ CASTILLA; DIAZ (1987), p. 56

¹⁴⁴ MUNNÉ (1980), p. 105

¹⁴⁵ ROBERTS (1981), p. 102

¹⁴⁶ Há até autores desiludidos tanto com o trabalho como com o lazer. DUMAZEDIER, referindo-se a FRIEDMANN, diz que: "(...) il avait perdu l'espoir qu'une humanisation du travail et une humanisation du loisir soient capables de permettre à l'homme de dominer la civilisation industrielle et urbaine qu'il a produite." [DUMAZEDIER (1988), p. 254]

*"(...) in un mondo la cui ferrea organizzazione lavorativa lascia sempre meno spazio all'affermazione ed all'espansione della personalità umana - a cui per altro concede in misura sempre maggiore il cosiddetto tempo libero - è su quest'ultimo che bisogna puntare, appunto, per lo sviluppo della personalità umana. Quest'ultima, infatti, sempre più non trova altro spazio di realizzazione al di fuori del tempo libero - fortunatamente, come s'e visto, in continuo aumento - il cui significato conseguentemente muta profondamente nella nostra società."*¹⁴⁸

*"(...) es como contar cada año que la medicina arrebatada a la muerte no como otro año de vida, sino como un año de felicidad (...) el trabajo, parece ser, es tan opresivo que cualquier tiempo que se pueda quitar se ve como libertad."*¹⁴⁹

Pode considerar-se que esta hipervalorização do tempo de lazer é uma decorrência normal da obsessão pelo trabalho. Stanley PARKER, como que a chamar à realidade, lembra que o valor deste tipo de discussões é, para a maioria das pessoas, pouco mais do que teórico, uma vez que o seu dia-a-dia é vivido como uma rotina fatal.¹⁵⁰

*"The clues that we have to the various historical meanings of work must be gained from philosophical and religious writers and refer to the ideal of work held by an elite. For the rest, the «problem» of meaning of work did not exist."*¹⁵¹

Mesmo os autores que se posicionam «do lado» do lazer não deixam de manifestar alguns receios:

*"La paz y la prosperidad son peligrosas si un país no sabe qué hacer con el ocio."*¹⁵²

*"(...) el ocio puede ser fuente de satisfacciones pero también origen de males y desgracias."*¹⁵³

Roman GUBERN, por seu turno, chama a atenção para vários exemplos de mau uso do tempo de não-trabalho.¹⁵⁴

¹⁴⁷ FRIEDMANN (1956), p. 193

¹⁴⁸ GRUMELLI (1992), p. 93

¹⁴⁹ GRAZIA (1966), p. 69

¹⁵⁰ Numa perspectiva diferente, NETO (1992) apreciou a rotina diária de um grupo de reformados de Lisboa. Apesar de poderem dispor de todo o seu tempo, recusam a ideia de terem tempo livre!

¹⁵¹ PARKER (1971), p. 34

¹⁵² GRAZIA (1966), p. XVIII

¹⁵³ CASTILLA; DIAZ (1987), p. 54

¹⁵⁴ GUBERN (1987), p. 172. O autor não refere as fontes estatísticas que justificam estas afirmações.

- as intoxicações etílicas;
- a delinquência não lucrativa (vandalismo);
- a taxa acrescida de acidentes e de brigas com feridos;
- a maioria dos divórcios são decididos à segunda-feira;
- o Domingo é um dia preferido por muitos suicidas.

David RIESMAN vai ainda mais longe, e afirma que só o receio social pelo mau uso do tempo de lazer tem impedido o seu crescimento:

*"I believe we would now be much further on the road to the wholly automatic factory if management had not residual - and surely understandable - fears that without work we would be lost."*¹⁵⁵

Outros autores, mais do que o receio pelo eventual mau uso do tempo de lazer criticam as formas como a sua prática é orientada, nomeadamente a tendência para a massificação, muitas vezes sujeita a interesses comerciais e/ou políticos:

*"Le loisir, ce n'est plus la fête ou la récompense du labeur, ce n'est pas encore l'activité libre s'exerçant pour elle même. C'est le spectacle généralisé: télévision, cinéma, tourisme."*¹⁵⁶

*"O lazer é forçado na medida em que, por detrás da aparente gratuitidade, reproduz fielmente todos os constrangimentos mentais e práticas do tempo produtivo e da quotidianidade escravizada."*¹⁵⁷

*"Lo ideal de ocio ya no existe (...) Su lugar ha sido ocupado por el ideal del tiempo libre, o de la buena vida. La buena vida consiste en que el pueblo disfrute de aquello que produce la industria, que venden los publicistas y que ordena el gobierno."*¹⁵⁸

A repartição rotineira do tempo, neste quadro de massificação, é um obstáculo importante ao princípio de liberdade individual que deve ser o alicerce fundamental das práticas de lazer:

*"Quando se tem tempo livre, é porque já não é livre."*¹⁵⁹

A liberdade de escolha perante as práticas de lazer é hoje mais ou menos condicionada do que no passado? É nossa opinião que este debate deve situar-se em dois pontos de

¹⁵⁵RIESMAN (1969), p. 270

¹⁵⁶LEFEBVRE (1968), p. 106

¹⁵⁷BAUDRILLARD (1981), p. 191

¹⁵⁸GRAZIA (1966), p. 259

¹⁵⁹BAUDRILLARD (1981), p. 187

vista diferentes: a) em termos absolutos, e se considerarmos que os condicionamentos económicos, culturais, etc., são uma realidade histórica persistente, o leque de opções é hoje infinitamente maior do que em qualquer outra época; nada nos impede de fazermos tudo o que se fazia no passado mais o que se pode fazer hoje, sem nos deixarmos influenciar por interesses de terceiros; b) em termos relativos, é natural que o cruzamento de muitas hipóteses disponíveis com muitas condicionantes implique alguma frustração, mas isso tanto acontece face ao lazer como em relação a muitos outros aspectos da vida moderna.

A apreciação estatística das actividades de lazer é difícil, sobretudo dos seus aspectos qualitativos, uma vez que o valor atribuído a cada prática é muito personalizado e o prazer de um pequeno momento pode exceder o de actividades de longa duração. Do mesmo modo, é impossível a elaboração de um inventário de actividades «possíveis», dados os múltiplos significados que elas podem conter, conforme as circunstâncias (a jardinagem pode ser uma actividade lúdica, uma necessidade familiar ou uma profissão; praticar desporto pode ser um acto de prazer, de valorização do corpo, de consumo de um hábito social ou uma profissão; ver televisão pode ser agradável, pode ser um refúgio sem alternativas ou até um modo de responder à necessidade de integração social).

II.2.3.5. A CONVIVÊNCIA EQUILIBRADA ENTRE O TRABALHO E O LAZER

A dicotomia entre os autores que opinam no sentido do valor do trabalho e os que privilegiam as práticas de lazer fez surgir, com naturalidade, os que defendem a sua convivência equilibrada e complementar. É esta a «escola» de DUMAZEDIER, que conta com muitos adeptos:

"Una sociedad con un tiempo libre democrático, un tiempo libre para todos y de cada uno, no puede basarse en el ocio ni en el trabajo (no ocio),

sino en la síntesis de ambos en el tiempo libre, sin eliminar ni uno ni outro."¹⁶⁰

*"Une telle attitude, toute polarisée sur le loisir, tend à faire de l'existence deux parts irréductibles l'une à l'autre: une vie subie, passive ou négative, abandonnée au travail servile, et une vie choisie, quantitativement minoritaire, focalisée sur le non-travail, qui seule a des aspects positifs. Ce n'est pas possible."*¹⁶¹

*"Leisure was thought to be the opposite of work, but increasingly leisure and work are considered to be on a continuum."*¹⁶²

*"Problèmes du travail et du non-travail sont étroitement entremêlés. Quels que soient les oppositions, les contrastes, les apparentes contradictions, ils expriment un même individu, une même personnalité. L'homme est un."*¹⁶³

O relacionamento entre o trabalho e o lazer tende a ser cada vez mais multidireccionado e complexo, com jogos cruzados de determinação que não são fáceis de identificar:

*"A mesure que le loisir gagne en importance, en prestige et en valeur, il acquiert sa force propre, il entretient des relations complexes non seulement avec le travail, mais aussi avec l'ensemble des déterminants sociaux et culturels; il devient déterminant autant que déterminé. Impossible alors de le traiter exclusivement comme un phénomène compensateur ou complémentaire du travail."*¹⁶⁴

*"Sociologists' inquiries have shown that work not only determines «how much», but also «patterns» individuals' uses of leisure."*¹⁶⁵

O direito ao lazer é já um facto adquirido. O tempo a ele destinado, e as actividades que lhe dão forma, adquiriram um padrão elevado de autonomia e consideração social.

*"(...) le loisir ne peut plus être traité comme un appendice du travail. Avant d'étudier ses relations avec le travail et les déterminants sociaux, il importe de définir et d'analyser son contenu propre. Notre hypothèse est que le contenu du loisir constitue le plus important des problèmes que pose, à partir d'un certain seuil de développement économique, la culture de masses."*¹⁶⁶

"Le loisir (...) ne se réduit pas à une collection incohérente d'activités. Son contenu présente une structure culturelle. Ces activités correspondent

¹⁶⁰ MUNNÉ (1980), p. 173

¹⁶¹ POIRLER; CLAPIER-VALADON (1989), p. 398

¹⁶² Leisure management A to Z - A Dictionary of Terms, artigo *Leisure*

¹⁶³ FRIEDMANN (1970), p. 82

¹⁶⁴ Joffre DUMAZEDIER, in FRIEDMANN; NAVILLE et alli (1970), Vol.II, p. 353

¹⁶⁵ ROBERTS (1981), p. 52

¹⁶⁶ DUMAZEDIER; RIPERT (1966), p. 9

non seulement à des besoins mais aussi à des valeurs physiques et spirituelles."¹⁶⁷

A ciência económica contribuiu muito para esta evolução do conceito de lazer; apagou-lhe o rótulo de tempo improdutivo e criou-lhe uma nova imagem que o posiciona, agora, como um criador directo e indirecto de empregos e de riqueza e, mais importante, como um tempo de consumo, logo de grande animador da economia. Contudo, esta não é uma situação «instalada». Existem ainda muitas resistências e censuras, que se manifestam sobretudo em situações de crise económica; a discussão do lazer só é propícia em tempo de progresso.

*"Le loisir est un produit de l'évolution des sociétés technologiques, mais son analyse est difficile car son étendue exacte et son influence réelle restent en partie cachées. Quand elles sont dévoilées, elles se heurtent à des résistances, à des censures, conscientes ou inconscientes, qui tiennent aux valeurs du travail, de la morale ou de la religion de l'époque antérieure."*¹⁶⁸

No final deste percurso pela bibliografia dedicada ao lazer, ou que com ele se relaciona, ficámos tentados a propor nós próprios uma definição actual para este conceito:

Tempo que cada pessoa afecta a actividades de sua livre escolha, sem quaisquer interesses que não os que decorram da sua vontade, assegurados que estejam os meios para a sua subsistência e uma inserção social adequada.

Concordamos com DUMAZEDIER em apresentar o lazer como um conceito que incorpora um determinado tempo e as actividades que o preenchem; ao começarmos a frase pelo tempo damos-lhe uma ligeira vantagem relativa, que se justifica pela frequente percepção sinónima das actividades de lazer como recreação, o que lhe retira alguma amplitude. Concordamos ainda com DUMAZEDIER na exigência de uma grande liberdade individual de escolha perante um quadro amplo de motivações, dentro das possibilidades e condicionantes do meio social. Finalmente, atendendo às complexas formas de evolução do mercado de trabalho, e aqui ao contrário de DUMAZEDIER, não fazemos ênfase na relação entre os tempos de trabalho e lazer; pode ser até que, no

¹⁶⁷DUMAZEDIER; RIPERT (1966), p. 295

¹⁶⁸Encyclopædia Universalis, artigo *Loisir*

futuro, existam pessoas que razoavelmente não tenham que trabalhar, sem que isso implique a perda do legítimo direito ao lazer; o que nos parece essencial, porque lazer é prazer, é que cada indivíduo possa ter os meios para uma subsistência digna e uma inserção social conveniente.

Mas será importante definir o lazer?

*"A proposition of this work is that everyone has an intuitive definition of what recreation and leisure are, and that is not always possible or necessary to put that definition into words."*¹⁶⁹
*"Leisure is more readily experienced than defined."*¹⁷⁰

¹⁶⁹SMITH (1983), p. 9

¹⁷⁰PATMORE (1983), p. 5

II.3. A OPINIÃO PÚBLICA PORTUGUESA - ENTREVISTAS

O tema deste trabalho implica a consideração de muitas opiniões subjectivas. A única forma de testar a subjectividade é cruzá-la com outras do mesmo teor. Note-se que o verbo utilizado foi testar, e não avaliar; não há qualquer acréscimo de verdade apenas pelo possível facto de muitas pessoas terem convicções semelhantes. Contudo, em ciências sociais tem de se aceitar este método de « projecção razoável » do futuro, com base numa probabilidade acrescida pela convergência de muitas opiniões credíveis. Numa perspectiva técnica, é este o princípio do « Método de Delphi ».¹

A síntese bibliográfica é uma forma indirecta de cruzar opiniões. Mas faltava o confronto, contemporâneo e vivo, com outras pessoas cujo saber fosse relevante para a validação das nossas « conclusões possíveis ». Foi esse saber que procurámos recolher e transmitir, através de um conjunto alargado de entrevistas a personalidades portuguesas.

II.3.1. AS ENTREVISTAS: ASPECTOS PRÉVIOS

A opção pela técnica de entrevistas, em desfavor de inquéritos, não foi difícil de fazer. Por um lado, a matéria em apreço não se adapta a um modelo fragmentado de pergunta/resposta directa; por outro lado, o tipo de reflexão exigida apontava claramente para um universo de entrevistados restrito e seleccionado, para o qual seria, no mínimo, deselegante a imposição rígida de respostas muito balizadas. A elaboração de um guião, cujo modelo apresentamos um pouco mais adiante, garantiu a possibilidade de sistematizar as respostas obtidas.

Todas as entrevistas foram conduzidas no segundo semestre de 1994. Esta referência temporal parece-nos importante, por dois motivos: em primeiro lugar, ela serve para recordar a conjuntura económica que se vivia, ao tempo, a qual era marcada pelo final

¹Método de previsão, ou de cenarização, que assenta na recolha e tratamento das opiniões de um painel de especialistas de uma determinada matéria.

anunciado de uma grave crise e pela promessa de um novo ciclo de retoma; em segundo lugar, esse período correspondeu a uma fase já relativamente adiantada desta investigação, opção que seguimos para não correremos o risco de que a informação assim colhida ultrapassasse os limites desejados e pudesse influenciar a concepção do próprio trabalho.

Não tivemos a pretensão de perceber este conjunto de entrevistas como uma amostra representativa (de um universo, aliás, indefinido), mas sim apenas como um painel de opiniões. Ver-se-à, também, que seguimos uma estrutura analítica; não pretendemos comentar as ideias recolhidas e muito menos extrair conclusões a partir delas; essa foi uma tarefa que guardámos para o ponto II.4., em conjunto com as informações que nos chegaram de outras fontes.

O número de entrevistas a efectuar teria de representar um compromisso entre a capacidade de um investigador individual e a necessidade de abranger um leque de pessoas suficientemente variadas para poderem ser complementares. Apontámos para a realização de 100 entrevistas, número que o próprio processo de trabalho se encarregou de confirmar como equilibrado, atendendo à produtividade marginal decrescente que se foi definindo a partir de cerca de metade desse valor. O resultado final fixou-se em 102 entrevistados, cuja listagem apresentamos no Anexo I.

A diferenciação das pessoas contactadas passou, em primeiro lugar, pela sua referência socio-profissional. Definimos, *a priori*, que era importante ouvir algumas pessoas cujas actividades se relacionam com o lazer de terceiros, subdividindo esse grupo em:

- turismo (6 entrevistas);
- desporto (15 entrevistas);
- arte/cultura/espectáculo (13 entrevistas).

Outros entrevistados referem-se a um conjunto de profissões/actividades que pressupõem uma reflexão própria sobre o tema desta investigação, a saber:

- docentes do ensino superior e investigadores (17 entrevistas);

- pessoas com ligação ao meio empresarial (11 entrevistas);
- políticos e sindicalistas (12 entrevistas);
- pessoas com actividade na área da comunicação (21 entrevistas);
- pessoas com ligação ao ordenamento do território e planeamento regional e urbano (7 entrevistas).

É de notar que vários entrevistados cruzam duas ou mais das características que informaram a constituição dos grupos antes referidos; a título de exemplo, um jornalista desportivo está intrinsecamente ligado à comunicação e ao desporto. Sempre que assim acontece, considerámos esses entrevistados nos grupos correspondentes às motivações que nos conduziram até eles. As referências profissionais específicas que indicamos (ver Anexo I) são as que ocorriam na época de realização das entrevistas, e o mesmo acontece com os graus académicos.

A indispensável elaboração de algumas das respostas que pretendíamos obrigou a uma grande selectividade nos contactos estabelecidos. Assim, foi com naturalidade que atingimos um elevado nível médio de instrução dos entrevistados, que se revela em 67% de licenciados, dos quais 31% são pós-graduados.

Pareceu-nos também importante ouvir pessoas de diferentes escalões etários, que representassem expectativas pessoais diversas. Fixámos a divisão etária em quatro grupos que, embora admitindo excepções, tipificámos do seguinte modo: 20-24 anos (fase pré-activa ou de início de actividade; não nos pareceu útil ouvir jovens com menos de 20 anos, atendendo à sua provável impreparação para responder às perguntas do guião); 25-44 anos (fase de maior crescimento da vida activa); 45-64 anos (fase de estabilização ou início do declínio da vida activa); 65 e mais anos (fase pós-activa). Procurámos, como referência, que a proporção de entrevistas efectuadas junto de cada um dos grupos etários fosse próxima da que eles representam na população residente em Portugal Continental (ver quadro II.3.1.).

**Quadro IL3.1. - Distribuição das entrevistas por grupos etários.
Comparação com a população residente em Portugal Continental***

Anos	Ent. (%)	Pop. (%)
20-24	6	11
25-44	43	38
45-64	39	32
65 e mais	12	19
Total	100	100

* População residente em 1991, com mais de 20 anos - INE (XIII Recenseamento Geral da População, 1991).

Muito embora não desprezemos a diferença de comportamentos entre homens e mulheres perante o uso do tempo não preferimos este aspecto na composição do grupo de entrevistados, face à dificuldade de o compatibilizar com os outros dois objectivos antes referidos. Com esta atitude, o resultado final foi de 83 entrevistados do sexo masculino e 19 do sexo feminino, o que acaba por espelhar o desequilíbrio na representatividade dos dois sexos nas diversas categorias socio-profissionais.

A selecção final dos entrevistados foi informada por vários factores, a começar, naturalmente, pela sua disponibilidade; contudo, diga-se que a taxa de insucesso dos contactos que efectivamente fizemos não foi desencorajadora. Balizados pelos nossos próprios conhecimentos, ou por contactos que nos foram indirectamente facultados, tivemos ainda que nos cingir a limites convenientes de proximidade geográfica, o que fez com que a grande maioria das entrevistas se realizasse na área de Lisboa. Com tudo isto, cremos que o conjunto de pessoas que pudemos ouvir reúne objectivamente uma grande qualidade.

Para concluir este comentário preliminar, assumimos que a síntese das respostas apuradas pode incluir algumas repetições em relação ao conteúdo de outros pontos, anteriores ou posteriores; essas repetições ficam a dever-se, por um lado, ao carácter muito abrangente das questões levantadas nestas entrevistas e, por outro lado, à opção

expressa de autonomizar os conhecimentos assim adquiridos, por respeito às opiniões de quem connosco quis colaborar.

II.3.2. O GUIÃO DAS ENTREVISTAS

Todas as perguntas que compõem este guião foram enquadradas num contexto mais amplo, que passamos a comentar, para em seguida analisarmos as respostas obtidas.

1. Ao colocar-se no ponto de vista das sociedades industrializadas, que habitualmente se designam de «desenvolvidas», acredita que o crescimento do desemprego será uma consequência inevitável da evolução tecnológica e correlativa diminuição das necessidades de mão-de-obra?
2. A relação entre o aumento da produtividade tecnológica e o aumento do desemprego parte de um pressuposto de limitação de mercados, que se reconhece tendencialmente no «mundo desenvolvido». Como comentar este pressuposto, bem como a hipótese de um aumento exterior de mercados que absorva a evolução da produtividade sem pôr em causa o emprego?
3. A evolução do processo económico tem uma relação estreita com a Natureza; poderá esta vir a estabelecer-lhe uma espécie de «bloqueio ecológico», baseado na ameaça de esgotamento de alguns recursos e/ou da própria habitabilidade da Terra?
4. O novo «desemprego estrutural» pode ser perspectivado como uma reacção primária ao desajustamento, também ele estrutural, entre os postos de trabalho oferecidos e a mão-de-obra disponível. Será inevitável um aumento progressivo e generalizado do tempo não-dedicado ao trabalho? Em que períodos da vida? Com que custos sociais e económicos?
5. Como se pode antever a ocupação dos futuros tempos livres, no novo quadro de gestão do tempo?
6. Será provável que a nova repartição e gestão dos tempos de trabalho/não-trabalho venha a implicar alterações nas formas de povoamento?

A primeira pergunta tinha por objectivo avaliar o estado de espírito de cada entrevistado face ao mais importante pressuposto desta investigação: estaremos à beira de uma alteração fundamental no modo como repartimos e gerimos o nosso tempo? Será que, no limite, essa alteração pode pôr em causa o próprio referencial do trabalho e modificar o valor cultural e de uso de cada uma das parcelas desse tempo? A libertação de tempo de trabalho é percebida como um facto genericamente bom ou preocupante?

A segunda pergunta relaciona-se estreitamente com a anterior. O seu propósito era o de pôr em causa alguns dos alicerces que sustentam a linha de pensamento antes questionada; o aumento da produtividade tecnológica só implica substituição de factores de produção, nomeadamente de mão-de-obra, se o volume global da produção não se puder expandir proporcionalmente.

Por muita engenhosa que seja a acção dos profissionais do *marketing* e publicidade, o ritmo de expansão dos mercados do «mundo desenvolvido» prefigura-se limitado, tanto por razões demográficas como da própria capacidade de consumo; em alternativa, o chamado «Terceiro Mundo» tem uma população enorme e em crescimento, cujos desejos de consumo, omissos até há umas dezenas de anos, se encontram hoje muito majorados pelo efeito dos meios de comunicação social, nomeadamente a televisão. Para que a explosão desse consumo se concretizasse seria indispensável uma redistribuição diferente dos meios de riqueza, que o mesmo é dizer uma completa transfiguração do modelo de funcionamento do sistema capitalista, que sempre se tem baseado numa lógica de explorador/explorado. Será possível admitir esta «subversão», pautada pela necessidade de sobrevivência do próprio sistema? Para estimular um maior desenvolvimento a esses povos ter-se-ia que realizar uma transferência maciça de «saber-fazer»; estarão ambas as partes (origem e destino) disponíveis e motivadas para esta nova forma de colonização? Que diferenças existem, a este nível, entre as regiões a que grosseiramente chamamos «Terceiro Mundo»? Como seriam desmobilizados obstáculos tão fortes como a prevalência de inúmeros conflitos armados e de condições higiénico-sanitárias muito precárias? Será o modelo económico capitalista expansível a todo o Mundo, em etapas que se sucederiam inexoravelmente?

A terceira pergunta foi ainda uma sequência das anteriores. Poderão ser os limites da Natureza, que o mesmo é dizer da sobrevivência física da espécie humana, que virão a moderar e/ou modelar a voragem do processo económico? Ou existirá capacidade tecnológica, actual ou previsível, para que o processo evolua sem pôr em causa a Natureza? Se a hipótese lançada na segunda pergunta deste guião vingasse, que gestão de recursos se poderia fazer face a uma sociedade de consumo expandida a todo o Mundo?

A quarta pergunta foi, digamos assim, menos reflexiva e mais pragmática. Perante o «desemprego estrutural», que novas soluções se vão encontrar? Será possível prolongar o método habitual de redução das jornadas laborais, ou seja, a concessão progressiva do capital face à atitude reivindicativa dos trabalhadores? Ou, em período de reajustamento, terão de ser todos os agentes, incluindo os trabalhadores e o Estado, a assumir os custos dessa redução? Qual a viabilidade da «partilha de tempo de trabalho» (*job-sharing*)? Que futuro para os sistemas de segurança social?

A quinta pergunta tinha um objectivo simples e directo. Uma pressuposta nova repartição do uso do tempo alterará substancialmente as práticas de lazer: que tendências para a futura ocupação dos tempos livres? Estarão essas tendências próximas do que é desejável, ou teremos que fazer esforços para as encaminhar num sentido melhor?

Finalmente, a sexta e última pergunta do guião prendia-se com a abordagem específica da Geografia a esta problemática - a organização do território. Esta organização, a começar pela definição das formas de povoamento, está estruturalmente ligada ao modo de vida; uma modificação importante na gestão do tempo implicará, por isso, grandes alterações nas necessidades e expectativas das populações perante os seus territórios. Poderemos considerar a hipótese de um número significativo de pessoas, nomeadamente as que vivem em grandes núcleos urbanos, e que parecem ser as mais insatisfeitas, vir a preferir alterar o seu local de residência, enquadrando-o num espaço mais de acordo com o novo modelo de vida projectado?

II.3.3. A ANÁLISE DAS RESPOSTAS

II.3.3.1. A PRIMEIRA PERGUNTA DO GUIÃO

Ao colocar-se no ponto de vista das sociedades industrializadas, que habitualmente se designam de «desenvolvidas», acredita que o crescimento do desemprego será uma consequência inevitável da evolução tecnológica e correlativa diminuição das necessidades de mão-de-obra?

Convidámos todos os entrevistados a tomarem como referência para as suas respostas a actual estrutura económica, cultural, social e política, embora, como é óbvio, admitindo a sua evolução. Se assim não fosse, a variedade das especulações tornaria impossível qualquer exercício de síntese.

A grande maioria (88%) das respostas a esta pergunta foi afirmativa. Apenas 6% dos entrevistados responderam de uma forma claramente negativa, revelando ainda esperança no actual modelo económico. Os restantes 6% mostraram receio de um futuro incerto e, por isso, querem acreditar numa renovação do sistema vigente, mas sem terem qualquer ideia de como se poderá concretizar essa renovação.

Vários entrevistados disseram sentir que, face à banalização dos episódios de crise, é a própria noção de crise que vai desaparecendo. Algo de novo deve estar a surgir. Há uma época a chegar ao fim.² Nesta fase de transição, custa a fazer a distinção entre o que ainda são referências do passado, o que é normal num período de mudança e o que são já indícios do futuro anunciado. Mas também é verdade que alguns outros entrevistados ainda se mostraram optimistas, até porque as crises em vigência parecem sempre piores do que realmente são e foram todas as suas antecedentes.

² Um dos quadros superiores de empresas definiu a situação com muita clareza: a sociedade está doente! Só existem duas saídas: ou se prolonga a agonia, para «morrer» mais adiante, ou se assume a necessidade de mudança.

A percepção, maioritariamente ratificada, de que estaremos a viver o final de um ciclo histórico parte de um amplo sentimento cultural e não de aspectos restritos, como sejam a evolução tecnológica ou mesmo a globalidade do sistema económico; o produtivismo, e todas as bases comportamentais que têm suportado o processo de desenvolvimento pós-Revolução Industrial, são valores cada vez menos firmes. A rapidez da mudança faz antever como inevitável a ocorrência de uma ou duas «gerações choque»,³ pessoas que já não serão capazes de se reajustar; a grande maioria dos entrevistados situou o limiar dessas gerações nas pessoas que têm hoje 45 ou mais anos de idade, sobretudo nos casos em que a sua qualificação académica e/ou técnico-profissional é baixa.

A actual crise de desemprego é já entendida como justificável, em simultâneo, pelas três razões-tipo que se costumam associar a este fenómeno: estrutural, conjuntural e tecnológica.⁴ Contudo, há fortes indícios de que ela possa vir ainda a acentuar-se nos próximos tempos: sendo o terciário, e nomeadamente os serviços, o último refúgio da mão-de-obra, ele é também o sector em que a produtividade tem tido uma evolução menos significativa, quando comparada, por exemplo, com os ganhos no sector industrial e até mesmo nas actividades primárias; só que esta fase vai certamente ser ultrapassada, atendendo à espectacular evolução da informática e das telecomunicações.⁵

A crescente complexidade do inter-relacionamento entre os diversos espaços mundiais faz com que estudar a sua evolução global tenha de ser, também, compreender as suas

³ Um dos políticos que ouvimos disse que o tempo de mudança não poderá ser inferior a uma ou duas gerações, porque as transformações são muito significativas, mas também não poderá ser superior, porque o Mundo não poderia aguentar mais.

⁴ O sistema económico capitalista pressupõe uma taxa útil de desemprego, quer para assegurar o rejuvenescimento das empresas e a rotatividade entre sectores quer para conter o nível salarial em valores competitivos. O problema é fixar essa taxa de desemprego útil: entre os 2% e os 10%, as opiniões são possíveis, por vezes mais para justificar desgostos sociais do que para interpretar objectivamente situações macro-económicas; se é que convencer as pessoas afectadas de que uma determinada taxa de desemprego é normal adianta alguma coisa...

⁵ Um dos políticos marcou algumas datas: na sua opinião, a grande mudança começou pelo início dos anos setenta, quando a produtividade cresceu imenso; depois esse crescimento parou, mas há uma nova consciência de mudança que se tornou clara nos últimos 4 ou 5 anos; quando a produtividade tiver condições para voltar a crescer (ou seja, quando ela puder ser estendida ao terciário) o novo crescimento do desemprego vai ser terrível, se entretanto não se tiverem encontrado outras soluções, não se vê bem quais.

diferenças e desigualdades. A situação de cada país, ou região, é sempre o resultado de múltiplas influências, por vezes bem longínquas, e a sua soma não é um mero exercício de aritmética, mas antes uma complexa análise sistémica. Quantos postos de trabalho se criam, em todo o mundo, por capitais provenientes de países com elevadíssimas taxas de desemprego?

Para os economistas, começa a ser clara a inadequação das tradicionais soluções *keynesianas* de combate ao desemprego. Nas sociedades «desenvolvidas», a tendência para a satisfação das necessidades elementares, mesmo tomando estas em sentido lato, faz com que já não existam estímulos fortes para que o sistema económico se reanime; por outro lado, ainda está por compreender a recente novidade que é a não evolução paralela do crescimento económico e do emprego - ao contrário do passado, hoje a competitividade e o crescimento passam quase sempre (e mais ainda nos países «desenvolvidos») por fortes investimentos em tecnologia, que o mesmo é dizer menos emprego. A estratégia das grandes empresas multinacionais faz com que muitos dos problemas de competitividade dos países mais «desenvolvidos» face aos do «Terceiro Mundo» tenham origem neles próprios; o capital privado tende a procurar para si as maiores mais-valias que o mercado possa proporcionar, independentemente de onde isso aconteça.

Em paralelo com a problemática da incorporação tecnológica/libertação de mão-de-obra, temos vindo a assistir a práticas de gestão que procuram diminuir o núcleo permanente de trabalhadores das empresas, tendo em vista a sua adaptabilidade a flutuações conjunturais e a renovação e actualização dos quadros de pessoal. Muitas empresas que foram (ou ainda são) grandes empregadoras tenderão a reduzir os seus quadros até ao limite da essência produtiva, associada a alguns apoios fundamentais, como sejam a investigação e a comercialização. Muitos serviços paralelos, de que a limpeza e segurança são os casos mais óbvios, passarão a ser «externalizados», o mesmo podendo vir a acontecer facilmente com algumas assessorias, por exemplo em matérias financeiras ou de comunicação e imagem.

Se o cenário acima se concretizar em larga escala, o que parece provável,⁶ muitos trabalhadores vão ter de gerar e manter em concorrência o seu próprio posto de trabalho, o que será uma dificuldade acrescida em relação às muitas outras que se perspectivam. Por outro lado, esta tendência para a dispersão dos núcleos empresariais pode ser contrariada pelas dificuldades que lhe são inerentes ao nível do investimento tecnológico e de investigação, bem como do controlo de qualidade e da comercialização.

Os poucos entrevistados que responderam de forma negativa à hipótese levantada nesta pergunta, isto é, os que não admitem mais do que uma crise conjuntural e apostam na continuidade do modelo vigente, partiram quase sempre de uma das seguintes duas hipóteses, aliás antagónicas: o que se passa é uma escassez de mercados que se pode resolver estimulando o aumento do rendimento e do consumo; o mal é a alternância cíclica de estados económicos de aceleração e desaceleração, com correcções que só surgem *a posteriori* dos problemas, quando a solução terá que passar por uma moderação generalizada dos salários, ou seja, um reajustamento da economia feito por contenção.

Alguns outros entrevistados, quase todos com formação ideológica de «esquerda», abordaram o problema de um modo mais filosófico. Segundo eles, o trabalho pode e deve ser sempre um exercício de liberdade, de criação do Homem e de elevação perante a Natureza. O centro da vida será sempre o trabalho, mas não o alienante, que pode ser substituído pelas máquinas. Tempo de trabalho não é o mesmo que tempo de venda da força de trabalho; o conceito de trabalho produtivo tem de ser reapreciado.

Muitos entrevistados abordaram também algumas soluções possíveis para o problema do desemprego. Parece haver consenso quanto à inutilidade de perceber a tecnologia como uma inimiga potencial; numa empresa, como num país, recusar a evolução tecnológica, para supostamente defender alguns postos de trabalho, é apenas dar trunfos a outros e apressar a derrocada global. É também opinião generalizada que a educação será uma

⁶ Um dos artistas alertou para o perigo de um aumento explosivo da economia paralela, em consequência da pulverização dos núcleos produtivos.

grande fonte de ocupação do tempo, tanto para quem ensina como para quem aprende. Outra boa oportunidade será o «ambiente», tanto pela recuperação de áreas degradadas, como pela produção de matérias «naturais» ou recicladas, como ainda pelo grande volume de investigação e comunicação que estará subjacente a tudo isto. Aliás, a investigação, a informática e a comunicação, todas interligadas, sendo os sectores «de ponta» da actualidade são também aqueles em que mais pessoas apostam para o futuro.

O ritmo de trabalho dos dias de hoje, a complexidade da vida urbana e a desagregação da família tradicional fazem acreditar no crescimento dos serviços de apoio ao indivíduo e à família, bem como na profissionalização de muitas actividades hoje voluntárias, no âmbito da solidariedade social. Por outro lado, se as pessoas vierem a dedicar menos tempo ao trabalho irão continuar a requerer, no futuro, este tipo de serviços? Virá a ter a família uma configuração e vivência diferentes das actuais?

Toda a reflexão sobre uma sociedade de serviços desemboca infalivelmente no problema da geração inicial de riqueza que a possa sustentar, bem como na própria organização do sistema. A possibilidade de uma globalização da economia, em que alguns países seriam o braço produtivo que complementaria a inteligência (e o bem-estar...) de outros, depende das relações de poder que o futuro próximo estabeleça, mas também das lógicas de reciclagem do capital.

Para os trabalhadores menos habilitados do ponto de vista tecnológico a solução poderá passar, também, pelo incentivo da criatividade e pelo regresso às actividades artesanais e aos ofícios, relevando os seus particularismos e, em alguns casos, a sua eficácia.

Partindo do princípio que no futuro os tempos não-dedicados ao trabalho serão efectivamente maiores, desenha-se um outro grande conjunto de oportunidades, com sede na pedagogia e organização das actividades de recreação.⁷ Estas actividades podem

⁷ Independentemente da evolução quantitativa das diferentes parcelas de uso do tempo, apenas uma alteração na forma de o gerir já pode ter resultados importantes; a concentração de horários de trabalho, a sua flexibilização de acordo com interesses personalizados e o incremento do teletrabalho são

ter uma forte componente social, mas nada obsta a que elas sejam, também, mercados para empresas privadas de sucesso, até porque é óbvia a crescente intercepção entre lazer e consumo. Os domínios da cultura e do desporto, por exemplo, estão longe de ser aproveitados em toda a sua amplitude; o mundo «desenvolvido», e nomeadamente a Europa, tem todas as condições para tirar partido das oportunidades de negócio em matéria de recreação.

II.3.3.2. A SEGUNDA PERGUNTA DO GUIÃO

A relação entre o aumento da produtividade tecnológica e o aumento do desemprego parte de um pressuposto de limitação de mercados, que se reconhece tendencialmente no «mundo desenvolvido». Como comentar este pressuposto, bem como a hipótese de um aumento exterior de mercados que absorva a evolução da produtividade sem pôr em causa o emprego?

Em termos gerais, os entrevistados não acolheram entusiasticamente a hipótese levantada nesta pergunta - 29% disseram claramente que não acreditam, 15% revelaram muitas dúvidas e 38% admitiram que talvez, mas só a longo prazo e sob muitas considerações; resultou, assim, que apenas 18% das respostas corroboraram a solução do «aumento exterior de mercados».

Muito embora a esmagadora maioria dos entrevistados não questionasse o pressuposto que serve de base a esta pergunta, houve quem dissesse que os mercados do «Norte» ainda estão longe do esgotamento, e que a sua exploração é muito mais fácil do que quaisquer aventuras no exterior. Dever-se-à, portanto, investir ainda mais no *marketing* e em todas as soluções que estimulem o consumo.

exemplos de iniciativas que mexem com o uso do tempo, até porque podem permitir uma diminuição do período gasto em transportes, aspecto decisivo em todas as grandes concentrações urbanas.

Entre os que aceitam o primeiro pressuposto mas têm muitas reservas quanto a uma qualquer alteração no relacionamento «Norte/Sul», alguns entrevistados, mais radicais, disseram que esse relacionamento não pode ser alterado porque nem sequer existe, é uma mistificação. Por outro lado, por que é que se haveria de expandir o modelo do mundo «desenvolvido» actual, que já revela tantas contradições?

Parece certo que a eventual expansão de mercados para os países mais pobres só se fará se os mais ricos não tiverem outra alternativa. Por outro lado, ela pode vir a ser uma consequência natural da estratégia presente de muitas empresas multinacionais que, para já, actuam no «Terceiro Mundo» sobretudo para explorarem a mão-de-obra local.

Um outro conjunto de respostas realçou as diferenças entre os países que grosseiramente chamamos de «sudesenvolvidos». A Ásia e a Europa de Leste parecem ser os mercados mais facilmente integráveis, atendendo à maior semelhança dos seus sistemas económicos com os do «Primeiro Mundo»; os outros espaços só são considerados mais remotamente, até por comparação de vantagens em relação aos primeiros.⁸

De momento, há um conjunto de grandes dificuldades estruturais nos países do «Terceiro Mundo» que diminuem o seu potencial de mercado: os conflitos armados, que se associam a uma grande instabilidade política e cultural;⁹ a falta de condições higiénico-sanitárias; o baixo nível das infraestruturas básicas e dos equipamentos. Outro tipo de problema, bem diferente, está a decorrer do crescimento do acesso à informação: a comunicação global, fácil e diária, faz com que as populações dos países mais pobres, nomeadamente as elites, sejam tentadas pelo que de melhor e mais inovador a técnica

⁸ Um dos profissionais da comunicação, numa tentativa de simplificar, chegou às seguintes conclusões: em África, a cultura tribal é impermeável à aculturação, pelo menos num horizonte temporal razoável; na América Latina, o problema da violência e da desarticulação dos sistemas nacionais, por via do crime organizado, é uma grave dificuldade; na Ásia, o sistema económico é mais permeável, mas a cultura é tão diferente que se torna imprevisível aos olhos de terceiros.

⁹ Note-se que é aos países do «Norte» que cabe desmobilizar os enormes interesses do negócio do armamento que estão por trás dos conflitos armados, encontrando alternativas económicas; só deles, também, pode partir uma revalorização das produções (ou fases da produção) realizadas nos países mais pobres, indispensável para melhorar o seu poder de compra.

pode oferecer, o que diminui as possibilidades de um certo gradualismo na sua integração económica. Os limites da Natureza são outro factor de restrição; não existem matérias primas que aguentassem toda uma população mundial, ou perto disso, a consumir ao ritmo que actualmente se verifica nos espaços mais «desenvolvidos».

Um outro problema é o dos recursos humanos mobilizáveis para esta hipotética estratégia de desenvolvimento: poder-se-à contar com os recursos locais? Ou terá de se partir para uma lógica de importação de «saber fazer», ou seja, de mão-de-obra oriunda do «Primeiro Mundo»? A primeira possibilidade exigiria uma significativa elevação do nível educacional das populações dos países mais pobres, até que ele fosse comparável com o que se verifica nos mais «desenvolvidos»; mas um tal processo seria uma tarefa de gerações, cuja retribuição fica fora do horizonte de qualquer investimento privado, hoje largamente maioritário na cena internacional.¹⁰ A segunda hipótese também não é isenta de reservas: haverá nos países acolhedores desse eventual processo migratório poder de encaixe para os inevitáveis choques culturais?¹¹ E do outro lado, que interesse haveria numa deslocação significativa de mão-de-obra qualificada para o «Terceiro Mundo»? Enquanto o «Norte» puder oferecer suporte económico, quer através do mercado de trabalho quer através de bons sistemas de protecção social, a vontade de partir à aventura não será muita; mas o desespero, ou mais simplesmente a desilusão, podem ajudar a essa hipótese; por outro lado, a evolução demográfica nos países mais ricos está a fazer estreitar a sua população activa, logo a diminuir os potenciais candidatos a essa migração.

¹⁰ A este propósito, foi também referido que a dominância do sector económico privado gera uma outra grande dificuldade - a não existência de um poder regulador, que seria muito importante para estimular e gerir uma mudança de condutas tão significativa.

¹¹ As concessões que muitos desses países têm feito para assimilarem sistemas políticos democráticos, de base parlamentar, são, apesar de tudo, uma amostra da sua receptividade ao apoio e à influência exteriores. E, como é lógico, tudo seria mais fácil se o propósito fosse o de aproveitar a cultura, o «saber fazer» e as expectativas locais, e não o de despejar produtos excedentários do «Norte».

II.3.3.3. A TERCEIRA PERGUNTA DO GUIÃO

A evolução do processo económico tem uma relação estreita com a Natureza; poderá esta vir a estabelecer-lhe uma espécie de «bloqueio ecológico», baseado na ameaça de esgotamento de alguns recursos e/ou da própria habitabilidade da Terra?

A conclusão mais importante é que absolutamente ninguém nos transmitiu um sentimento de total tranquilidade em relação à questão ambiental; contudo, a maioria das pessoas (59%) ainda se manifestou optimista quanto à possibilidade de a evolução tecnológica conseguir contornar os problemas (ou os riscos) de agressão. O ambiente é apenas reconhecido como um indicador periférico do processo económico, que aqui ou ali o pode influenciar mas não de forma decisiva; é por isso que os mais pessimistas antevêm uma catástrofe ecológica iminente (27%). Os restantes 14% revelaram muitas dúvidas nesta matéria e/ou deram respostas atípicas.

A acção económica com maior respeito pelo ambiente, com tecnologias limpas, há-de ser o resultado da exigência das próprias populações; o futuro passará por empresas que assumem novas responsabilidades perante as pessoas e a sociedade.¹² Um dia talvez a avaliação do impacte ambiental tenha uma força semelhante à do impacte económico, como forma de avaliação dos investimentos e das actividades das empresas.

Muitos recursos naturais não são renováveis num horizonte temporal breve, o que produz um conflito entre os interesses das gerações - os consumos de hoje são as faltas de amanhã; os ritmos eleitorais dos sistemas de governo democráticos, vigentes em quase todo o Mundo, tendem a fazer privilegiar o imediato, a gestão do curto prazo.

¹² É já evidente que muitas empresas mudaram a sua relação com a causa ambiental. Se no passado ela era vista como uma inimiga que obrigava a gastos, hoje já é frequente a integração privilegiada desta ideia nas estratégias de *marketing*.

Os movimentos ecológicos mereceram uma apreciação muito diversificada. Há quem veja neles um poder moderador e, sobretudo, um meio de reflexão e de antecipação de soluções, para quando a voragem económica for esmagada pelos seus próprios limites.¹³ Mas também há quem os classifique de inconsequentes e utópicos; o ambiente é uma matéria com grande aproveitamento político, o que faz com que este tipo de movimentos acabe por ser absorvido pelo próprio sistema que quer combater.

Por último, note-se que também obtivemos respostas que relevam os aspectos positivos que se associam à causa ambiental. Para além do carácter limitativo que os recursos naturais impõem às actividades económicas, esta causa também incorpora algumas coisas favoráveis, de que a criação de empregos é um bom exemplo; outro será o incentivo que o ambiente pode ser para um bom projecto de desenvolvimento, à imagem do progresso social que se costuma seguir às guerras.

II.3.3.4. A QUARTA PERGUNTA DO GUIÃO

O novo «desemprego estrutural» pode ser perspectivado como uma reacção primária ao desajustamento, também ele estrutural, entre os postos de trabalho oferecidos e a mão-de-obra disponível. Será inevitável um aumento progressivo e generalizado do tempo não-dedicado ao trabalho? Em que períodos da vida? Com que custos sociais e económicos?

Quanto à afirmação que serve de enquadramento a estas perguntas, houve uma grande concordância quanto ao facto de que há um desajustamento, um desemprego estrutural e que isso é um problema.¹⁴ É também consensual que a solução mais duradoura para combater o desemprego é e será sempre o aumento de mercados. Alguns entrevistados

¹³Um dos professores fez uma comparação curiosa: este fatalismo de as boas soluções ambientais só serem perspectivadas para depois de episódios de grande ruptura, ou mesmo de catástrofe, é como o *fair-play*, uma atitude bonita mas que só se pode evidenciar na derrota...

¹⁴A resposta mais dissonante chegou de um dos professores; segundo ele, é de considerar a hipótese de poderem vir a existir sociedades em que uns trabalhem e outros não, sem que isso implique ansiedades nem recriminações de parte a parte.

retomaram a hipótese da exportação maciça de mão-de-obra dos países «desenvolvidos» para os do «Terceiro Mundo», enquanto forma de obviar ao *deficit* educacional nestes últimos e, em simultâneo, resolver o problema do excesso de mão-de-obra que se vai instalando nos países mais ricos.

Mas o desemprego estrutural, nomeadamente o dos países europeus, pode também ser percebido como uma consequência do sistema político-social dominante. Há quem defenda a desregulamentação dos contratos de trabalho e a abdicação de sistemas de protecção social muito ambiciosos, caros e, por isso, inibidores da criação e manutenção de empregos. Onde existe maior flexibilidade contratual o nível de desemprego é mais baixo, mas os insucessos desta estratégia (talvez menos, talvez poucos, mas sempre seres humanos) são autênticos miseráveis; ao contrário, os sistemas proteccionistas geram mais insucessos, mas esses são apenas pobres, entendidos estes como pessoas que podem aceder a meios mínimos de sobrevivência e ficam apenas afectadas no acesso ao «bem-estar».

A grande maioria dos entrevistados que se mostraram mais pessimistas em relação à situação actual referiram negativamente a partição formal da vida em três períodos - de aprendizagem, de trabalho e, por último, o merecido descanso.¹⁵ Parece ser incontroverso que as funções associadas a cada um destes períodos de vida - formação, trabalho e recreação - devem ser vividas em simultâneo e não agregadas em blocos. Os mais exigentes dizem que o ideal seria experimentar essas três funções numa única actividade, isto é, a pessoa realizar-se-ia em plenitude quando pudesse aprender e divertir-se com o seu próprio trabalho.

A grande maioria dos entrevistados concorda que o problema do desemprego acabará por levar a uma profunda alteração na repartição dos usos do tempo. Mas antes, ou

¹⁵ Em termos gerais, este modelo dificulta a coincidência de três aspectos fundamentais para uma vida feliz: ter saúde, ter tempo disponível e ter dinheiro; os jovens podem ter tempo disponível e saúde, mas não têm dinheiro; os adultos podem ter saúde e dinheiro, mas não têm tempo disponível; os idosos podem ter tempo disponível e dinheiro, mas não têm saúde!

complementarmente, ainda existe uma margem de manobra na organização actual do tempo que cumpre aproveitar. Sobretudo nas grandes cidades, existem muitas situações em que vigora um horário de trabalho efectivo brutal (8h-20h, quando não mais...), que nem sequer se justifica por razões de produtividade, ou eficácia, mas apenas porque a vida das diferentes pessoas está desacertada: há quem tenha de começar cedo, por causa dos transportes, e só deixe o emprego muito tarde, para acompanhar o horário de outros colegas. A ideia da desregulação do tempo de trabalho, com horários diferenciados, parece, em muitos casos, ser de acordo fácil entre patrões e empregados; os primeiros ganhariam flexibilidade de gestão, e os segundos beneficiariam de redução no tempo de deslocações. Há que encontrar formas de conciliação, sem esquecer que a desregulação do trabalho implica um salto para o desconhecido, cujos riscos é preciso considerar.

Para além da redução dos horários de trabalho, as duas soluções mais utilizadas para diminuir o volume global de mão-de-obra activa têm sido o prolongamento do período escolar de formação e a antecipação da idade de reforma, mas em ambos os casos a sua continuidade merece grandes reservas.

A formação escolar é dispendiosa, logo tem de ser muito bem justificada por razões próprias; quando isso não acontece, ela pode ser também fonte de muitas expectativas frustradas e de ressentimentos. O tempo gasto numa formação desnecessária, ou inadequada, pode fazer perder outras oportunidades de vida, que têm um momento próprio para serem despoletadas. Estender o período de formação apenas para ocupar jovens sem expectativas de emprego é contribuir para o retardamento da sua menoridade, ou seja, promover o desajustamento, já hoje bem visível, entre a evolução biológica e a maturação intelectual e cultural. A formação deve ser mais relacionada com a vida activa, o que dificilmente se consegue concentrando na juventude todos os esforços que lhe são destinados.

Prosseguir uma estratégia de antecipação da idade de reforma colide com o problema do financiamento e solubilidade dos sistemas de segurança social.¹⁶ Foi referido que este problema levará a uma tendência para o retardamento da reforma, e não o contrário, como aliás já vai sendo amplamente discutido e até implementado em alguns países, de que Portugal é exemplo no que diz respeito ao trabalho feminino.

Mas a desocupação das pessoas de idade mais avançada, independentemente do limiar que venha a ser instituído para a reforma, é uma matéria que deve ser analisada sob múltiplos pontos de vista, alguns de carácter económico e outros não. Por exemplo, vários entrevistados referiram que o tempo de reforma pode ser muito bem aproveitado para tarefas de investigação, eventualmente relacionadas com a evolução do antigo posto de trabalho; existe um capital de tempo disponível e de experiência que, mesmo não sendo considerado útil às actividades directamente produtivas, pode ser utilizado de uma outra forma. Pode ser o espaço e o tempo de diálogo entre gerações, uma espécie de recuperação da ideia do Senado Romano.

Se a extensão do período de formação pré-activa e a antecipação da idade de reforma já não oferecem boas perspectivas, então terá de ser o próprio meio laboral a procurar soluções internas para o crescente problema da libertação de mão-de-obra. Ainda existem algumas pessoas que acreditam que a solução deve ser a que até aqui sempre se utilizou, isto é, uma redução dos horários de trabalho por concessão dos empregadores face à reivindicação dos trabalhadores; para os muitos que já não acreditam nesta possibilidade, ganha alento a discussão do que se tem chamado de partilha do tempo de trabalho, isto é, soluções que passam pela divisão do trabalho ainda necessário por toda a mão-de-obra disponível, existindo também uma concessão ao nível do rendimento por parte de todos os agentes envolvidos - empregadores, empregados e Estado.¹⁷

¹⁶ É opinião generalizada que estes sistemas não têm futuro na sua actual concepção. É necessário redefinir os objectivos possíveis de um sistema público e colectivo, e incrementar a sua relação com iniciativas pessoais de carácter privado.

¹⁷ Existindo redução proporcional de tempo e remuneração não há, do ponto de vista técnico, redução de salário, mas sim apenas de rendimento. Como está em causa o não pagamento de subsídios de desemprego, e outros custos indirectos de carácter social (burocracia, saúde, sistemas de segurança e judicial), o próprio Estado pode ser candidato a compensar uma parte dos salários; isto sem esquecer que a intervenção pública em mercados concorrenciais é sempre matéria muito complexa.

A partilha do tempo de trabalho não consegue reunir, pelo menos para já, uma anuência generalizada - 32% dos entrevistados disseram claramente que não acreditam nela, contra 29% que têm opinião contrária; os restantes 39% deram respostas pouco explícitas, ou onde a dúvida era o factor predominante.

Os entrevistados que disseram não acreditar neste tipo de solução justificaram a sua atitude por diferentes razões:

- por parte dos trabalhadores, porque a dicotomia entre as reivindicações de tempo de trabalho reduzido ou de melhores salários, conforme as conjunturas, fez desacreditar este tipo de lutas e o próprio sindicalismo; a partilha, ainda se aceite, levaria, de imediato, a conflitos pela reposição dos salários perdidos; os mais radicais opinam que esta questão nem se deve colocar, uma vez que o peso dos salários já é muito baixo nos custos globais de produção, logo não é por aí que os problemas económicos e sociais se podem resolver;

- por parte dos empresários, porque há uma diminuição da empatia dos trabalhadores com a empresa, um aumento relativo de custos burocráticos, de formação e de gestão, logo uma menor eficácia.¹⁸

Mas há outras razões de dúvida. Uma delas é a falta de um poder moderador à escala internacional, que pudesse regular e incentivar o avanço desta estratégia num ritmo paralelo em várias partes do Mundo, como parece imprescindível.¹⁹ Outra dúvida advém da crise das ideologias, que terá prejudicado o valor natural da solidariedade. Há quem ache que aceitar a partilha pode partir do pressuposto perigoso de que o sistema é imutável, que não existem alternativas; outros vêem nela uma forte contradição, uma vez

¹⁸ Os comentários de oposição a estas ideias, por vezes expostos pelos mesmos entrevistados que as produziram, referem que o interesse imediato das empresas pode ser sobreposto pela necessidade de refazer o colectivo; para além disso, todos os custos acrescidos por esta estratégia podem ser calculados e introduzidos no sistema, sobretudo se o Estado também resolver participar.

¹⁹ Seria indispensável uma força política que tivesse capacidade para impor horários de trabalho máximos, ao nível mundial, e exigir a prática de direitos sociais/sindicais mínimos, nos países onde eles são menos respeitados. Sem regras de concorrência mais equilibradas não é possível alterar tão profundamente a regulação da mão-de-obra.

que pressupõe uma solução negociada do desespero, quando no desespero ninguém tem discernimento para negociar.

Vejamos, agora, as principais razões em que se apoiou quem nos transmitiu uma visão optimista e positiva desta solução. A falta de um poder moderador pode não ser decisiva, uma vez que as leis do mercado são suficientes para que as empresas actuem voluntariamente, sem necessidade de intervenções superiores; o Estado, ou as organizações supranacionais, devem mesmo reduzir-se a um papel regulador mínimo, sobretudo não obstrutivo, e às bases educacionais que possam suportar múltiplas experiências locais e até pessoais. A partilha é apenas uma solução de crise, e a médio prazo até pode ter efeitos benéficos sobre o nível salarial (ao combater o desemprego favorece a posição da procura no mercado de trabalho); mais tarde, assim se crê, a evolução da produtividade fará recuperar as perdas de rendimento e permitirá, assim, o acesso a uma fase de verdadeira redução do horário de trabalho. Por outro lado, a partilha interessa, e muito, à indústria de tempos livres, o que é importante em termos do mercado de trabalho futuro. Ela pode, ainda, ser entendida como um convite ao trabalho complementar em regime eventual, ou seja, ao «biscate»; deste ponto de vista, seria uma boa transição para o novo modelo de organização do trabalho que se adivinha, baseado em iniciativas individuais, porque neste caso a evolução ocorreria ainda a coberto de um rendimento de subsistência proveniente do antigo emprego.

Outra matéria em debate foi a dos factores que afectam a aceitabilidade da solução da partilha. Quanto questionados sobre este assunto, 45% dos entrevistados disseram que o rendimento disponível na população-alvo é o aspecto que mais afectará a sua disponibilidade para seguir este caminho, enquanto 43% acharam que é a cultura o factor mais importante; os restantes 12% deram-nos respostas atípicas, ou manifestaram não ter opinião.

Entre os entrevistados que acreditam no rendimento como factor chave de diferenciação nesta matéria, alguns pensam que a aceitação será mais fácil para os trabalhadores de países mais ricos, que têm melhor protecção social e que, por outro lado, estão melhor

informados e têm, por isso, a percepção da inevitabilidade deste tipo de soluções; ao contrário, os pobres até poderão vir a preferir esquemas de economia paralela, em vez de aceitarem resolver as coisas no âmbito do mercado formal de trabalho. Contudo, também há quem concorde com o princípio de que o rendimento é a coisa mais importante, mas privilegiando os povos mais pobres; segundo esses, os pobres já estão habituados a pouco e a defenderem-se no «biscate», para além de que mais vale assegurarem algum rendimento do próprio trabalho do que dependerem de sistemas de segurança social muito frágeis; ao contrário, os mais ricos têm muitas expectativas, tanto de nível de vida como de tipo de trabalho.

Mas há muitos outros aspectos que podem afectar a aceitabilidade da partilha do tempo de trabalho. É muito mais fácil para tarefas mecânicas e/ou repetitivas, e é impossível para outras, muito personalizadas ou ligadas à criatividade ou à gestão, por exemplo. As mulheres terão maior propensão para aceitar do que os homens, porque estão mais motivadas para o trabalho doméstico e para os filhos, até pela poupança indirecta que isso lhes pode proporcionar. A dimensão da empresa, e o tipo de relação laboral interna, também são factores a considerar; a aceitação parece mais fácil onde o vínculo trabalhador-empresa seja forte e em empresas com uma certa dimensão, que tenham uma cultura própria; diga-se, no entanto, que outras opiniões referiram a intimidade e a solidariedade próprias das pequenas empresas como vantagens relativas neste processo. A população urbana, tida por menos solidária do que a rural, será um universo menos favorável. A idade é outro factor importante nesta matéria; os mais velhos são os que, por carência de expectativas, mais facilmente podem aderir à ideia da partilha do trabalho. Por último, o perfil dos líderes de opinião presentes em cada caso será, provavelmente, mais importante do que a avaliação de quaisquer outras condicionantes.

Alguns entrevistados, inquietos mas ainda não convencidos por nenhuma proposta concreta de solução para o problema do desemprego estrutural, disseram que a lógica da partilha do trabalho tem, pelo menos, o mérito de gerar um debate interessante. À margem deste tipo de considerações, foi também referido que para uma tal estratégia ter sucesso é necessário um forte empenhamento social, para além de qualquer divisão

técnica de horas de trabalho e de rendimento; é preciso acreditar que a partilha pode não ser apenas uma última solução para o problema do desemprego, a aplicar só depois de esgotadas todas as outras.

II.3.3.5. A QUINTA PERGUNTA DO GUIÃO

Como se pode antever a ocupação dos futuros tempos livres, no novo quadro de gestão do tempo?

Houve quem respondesse a esta pergunta num tom optimista, mas também quem revelasse grande apreensão pelo pressuposto aumento do tempo livre, com particular destaque para a chamada «cultura dos subúrbios», onde mais tempo livre só pode conduzir à solidão, ao desespero, aos consumos viciosos de álcool e estupefacientes, à violência; e não esqueçamos que esta «cultura» é, talvez, a que afecta hoje um maior número de pessoas ao nível mundial, sobretudo se pensarmos nas que mais provavelmente serão atingidos por este processo.

Quando questionados acerca das actividades concretas que virão a ocupar os tempos livres futuros, a grande maioria dos entrevistados manifestou uma reserva de princípio: uma coisa é projectar a evolução das actividades conhecidas, outra é a impossibilidade de imaginar o que o futuro nos poderá trazer, nomeadamente no domínio das inovações de base tecnológica. Mas uma ideia parece segura: este processo será massificado, comandado pelos meios de comunicação e pelas acções de *marketing*, tudo para estimular o consumo.²⁰

²⁰ Um dos professores, reagindo contra isto, disse que as instituições vocacionadas para a promoção do lazer deveriam apenas gerar condições para o exercício da liberdade criativa, investindo nas infraestruturas mas não nos equipamentos. É claro que esta seria uma lógica pública, sem interesses económicos associados.

A listagem seguinte foi ordenada segundo a frequência das citações de cada uma das «entradas»:²¹

- desporto, relação com a Natureza, cuidados com a saúde e o corpo 69%;
- lazeres passivos, tais como ver televisão, frequentar grandes
espectáculos ou jogar com computadores pessoais 27%;
- turismo, sobretudo ligado à procura do exótico 25%;
- artesanato e outras actividades criativas, muitas vezes associadas
à necessidade de procurar rendimentos complementares 13%;
- actividades culturais 11%;
- actividades de relaxamento, com escolhas muito personalizadas 9%;
- actividades de sociabilização, provavelmente ligadas a grupos com
interesses comuns 7%;
- preocupações com a educação permanente 6%.

O desporto é visto como uma actividade de futuro, independentemente do crescimento do tempo livre; relaciona-se com as preocupações higiénico-sanitárias²² e com a ligação à Natureza, aspectos cuja valorização social é crescente. Os desportos de aventura, praticados individualmente ou em pequenos grupos, mereceram um realce especial, porque parecem responder à necessidade de estímulos que é própria da vida moderna e enquadram-se bem no isolamento social que é característico das grandes cidades. As actividades de relação com a Natureza são outra resposta ao artificialismo da vida urbana; para além do desporto e do turismo, esta relação pode concretizar-se na simples contemplação, na leitura à sombra de uma árvore, na pintura, etc.

Os lazeres passivos foram a segunda hipótese perspectivada pelos entrevistados, embora sempre associada a uma carga negativa. A passividade não enriquece as pessoas. Só que

²¹ As respostas foram dadas em sistema aberto e não condicionadas por um leque de alternativas; a listagem só foi organizada *a posteriori* das respostas, numa tentativa de as sistematizar em grupos que nos pareceram coerentes.

²² O crescimento espectacular do número de ginásios urbanos é o melhor comprovativo desta preocupação. Um dos artistas deixou também a ideia de que a ocupação do corpo será sempre mais fácil do que a cultura do espírito, até porque o poder não tende a estimular esta última.

ver televisão é barato e oferece muitas sub-alternativas; por outro lado, a televisão é e será o veículo privilegiado de orientação do consumo, pelo que o *marketing* a ela associado não deixará de estimular, cada vez mais, o aumento do número de horas de visionação. A televisão gera, também, fenómenos de substituição e de mimetismo - as pessoas «vivem» as coisas através do exemplo, da prática e até da opinião de terceiros. Os grandes espectáculos são a concretização mais óbvia do lazer massificado, comercial. A informática pessoal tanto pode ser um meio passivo de entretenimento como o suporte mais poderoso de criatividade e mudança.

A terceira referência invoca o turismo; para quem puder dispor de dinheiro não faltarão estímulos para viajar, tanto em resposta a interesses personalizados como no quadro de acções massificadas. A boa organização que este sector já tem, e que no futuro ainda deve melhorar, desmobilizará facilmente quaisquer outras eventuais restrições.

As actividades criativas, nomeadamente o artesanato, também mereceram uma razoável atenção por parte dos entrevistados. São actividades sem grande aplicação cerebral, particularmente interessantes para os mais idosos; possibilitam a satisfação da obra-feita, mesmo que não exista aplicação comercial. Estas actividades podem ser dinamizadas através de centros de convívio ou, melhor ainda, de formação. Os *hobbies* produtivos podem resultar em pequenos núcleos empresariais, sobretudo nos casos em que as restrições de rendimento o incentivem.

Em relação às actividades culturais, ficámos com a ideia de que muitos entrevistados as referiram mas pelo desejo que elas se desenvolvam do que pela real convicção de que isso venha a acontecer.

A sugestão seguinte aponta para actividades ou atitudes de relaxamento, que compensem o *stress* da vida de trabalho, sobretudo nas cidades. É preciso transformar o *stress* em simples fadiga física.

A última referência destacada foi a da educação permanente. Esta educação pode ter uma função utilitária, tendo em vista as dificuldades crescentes do mercado de trabalho, ou visar apenas o enriquecimento pessoal.

Alguns entrevistados referiram que para além das actividades concretas importa saber com quem elas serão praticadas. Constatámos muitas ideias cruzadas: o individualismo e a interiorização dos lares são tendências actuais que muitos projectam no futuro; por outro lado, o crescimento do tempo livre pode proporcionar uma maior integração familiar e social²³ das práticas, facto que é geralmente apontado como desejável. Outras pessoas vêem as coisas de uma maneira mais estruturada: há grupos com interesses comuns, mais ou menos prestigiados e mais ou menos organizados em forma de *lobbies* que podem vir a congregar muita gente; esta ideia lata pode abranger o voluntariado de acção social, o desporto, a cultura, etc.

II.3.3.6. A SEXTA PERGUNTA DO GUIÃO

Será possível que a nova repartição e gestão dos tempos de trabalho/não-trabalho venha a implicar alterações nas formas de povoamento?

Com esta pergunta pretendíamos obter um comentário dos entrevistados acerca das matérias que informam a perspectiva dos geógrafos sobre esta problemática. Mais concretamente, interessava-nos aferir o pressuposto de que a vida urbana é percebida por muita gente como desconfortável, testar a relação entre a escolha de uma vida na cidade e as referências do mercado de trabalho e, por último, questionar a hipótese de esta relação se poder alterar no futuro.

Uma primeira informação, de carácter quantitativo, é bastante esclarecedora: 87% dos entrevistados deram respostas afirmativas à pergunta efectuada, isto é, acreditam na

²³ Um dos artistas expressou a ideia de que só a hipótese de conversar já será uma conquista perante as novas formas de comunicação!

lógica que há-de presidir a uma mudança estrutural nas formas de povoamento; os restantes 13% também não negam esta possibilidade, mas envolvem-na em algumas dúvidas, pelo menos a curto prazo.

As cidades parecem ter entrado em deseconomia de escala, e vários entrevistados disseram que elas vão mesmo expulsar uma boa parte da sua população. No caso português, o carácter recente do processo de urbanização pode facilitar esta tendência, uma vez que os migrantes de primeira geração têm, em princípio, maior propensão para avaliar as vantagens do regresso às origens. Se o grande crescimento urbano esteve ligado à indústria, e esta está agora em crise, pelo menos em termos de emprego, é natural que as cidades também o estejam.

As respostas favoráveis à hipótese de uma futura «desurbanização residencial» foram concordantes em três aspectos fundamentais: o processo vai ser gradual e iniciado por algumas elites; essas elites detêm níveis elevados de rendimento, logo são exigentes quanto às redes locais de infraestruturas e equipamentos; dentro das cidades, o descontentamento e a propensão para a saída é diferente conforme os bairros, a tipologia urbana e os modos de vida instalados.

Foi também referido que este tipo de migração pode ter uma contra-corrente, uma vez que a desagregação das estruturas produtivas rurais traz muita gente desesperada para as cidades, sem quaisquer expectativas ou orientações concretas.²⁴

Para além das iniciativas individuais, seria desejável que o Estado interviesse como motor desta «desurbanização», criando um quadro legislativo laboral que lhe seja favorável e facilitando o emprego fora dos grandes centros.²⁵ É de notar que no sector privado já se detecta alguma dispersão da produção, enquanto estratégia das

²⁴ Um dos professores chegou mesmo a alertar para o perigo de, no caso português, podermos vir a sofrer no futuro próximo uma suburbanização de tipo terciomundista.

²⁵ Nada obriga a que, nesta época de telecomunicações, muitos dos organismos centrais do Estado estejam sediados na capital (sobretudo organismos autónomos, de que é exemplo o controlo de um imposto como o I.V.A.).

multinacionais e outras grandes empresas; vários entrevistados admitiram que a revisão das formas de povoamento venha a ser independente da alteração das condições de trabalho que pusemos à discussão.

A evolução do fenómeno das residências secundárias foi muitas vezes citada como precursora desta «desurbanização»; para muitas famílias, estas casas têm-se afirmado com uma utilização cada vez mais regular e frequente, daí que este fenómeno possa ser já hoje bem mais importante do que parece, atendendo aos fortes laços culturais e económicos que se começam a detectar entre os «hóspedes» e as comunidades locais. No futuro, se a evolução do mercado de trabalho o favorecer, pode vir a verificar-se uma inversão da lógica da residência secundária, com a passagem da casa «rural» ao estatuto de principal e da «urbana» a secundária; a segunda casa urbana justificar-se-ia por razões de prestígio, de suporte à educação das gerações seguintes e de apoio às deslocações de trabalho. Este modelo de duas casas, «invertido» em relação à prática actual, parece ser uma boa solução para o nosso país, atendendo à falta de flexibilidade do mercado de arrendamento e à consequente necessidade de ter em permanência todas as soluções para prover as necessidades actuais e futuras; se, como foi referido, o preço do solo está a subir no meio rural, quando a agricultura está em declínio, a única justificação razoável é a de que os urbanos estão a marcar posições no campo.

Como vimos, a esmagadora maioria dos entrevistados validou a hipótese levantada nesta sexta pergunta do guião; contudo, também colhemos algumas respostas em que prevaleceram as dúvidas e as reservas.

A necessidade de concentrar os centros de informação e de oferta de serviços poderá proporcionar uma revitalização das grandes metrópoles. Esta ideia, aparentemente contraditória com a que temos vindo a analisar, pode até nem sê-lo, desde que a suposta revitalização urbana se concretize segundo um modelo polinucleado, num quadro geográfico bastante alargado (no exemplo de Lisboa, ela poderia incluir Santarém, Setúbal, Torres Vedras, etc.), o que acaba por corresponder ao espírito da hipótese por nós formulada.

Foi também comentado que é preciso esclarecer qual o tipo de elites que se supõe poderem vir a iniciar este processo. As grandes elites económicas não sofrem a falta de acessibilidade, logo não é por essa razão que vão alterar o seu modo de vida. O pioneirismo desta mudança deverá ser marcado por outras características, por exemplo de âmbito profissional, com vantagem para quem não tem de cumprir horários rígidos nem depende de tarefas estruturadas em cadeia.

Uma outra dúvida que colocámos aos entrevistados foi a do modelo de povoamento que poderá resultar desta fuga da cidade para o campo. Considerámos duas grandes hipóteses: a de as pessoas virem a preferir um modelo clássico de dispersão do povoamento ou, em alternativa, uma revalorização de pequenas e médias cidades.

Dos entrevistados que mostraram concordância de princípio com a hipótese levantada nesta pergunta, 71% deram preferência ao modelo da dispersão, sendo que, destes, 21% restringiram essa dispersão à proximidade de um centro urbano bem equipado; resulta, portanto, que apenas 29% fizeram aposta no desenvolvimento de pequenas e médias cidades.

A dispersão é a resposta mais óbvia ao desgaste da vida urbana. Contudo, a necessária acessibilidade às infraestruturas e equipamentos justificou uma referência frequente à organização de pequenos núcleos sobre a base dispersa,²⁶ e/ou a proximidade de aglomerados urbanos, ou seja, aquilo a que poderíamos chamar uma «dispersão próxima».

A hipótese do desenvolvimento de pequenas e médias cidades assenta, precisamente, no privilégio da acessibilidade a equipamentos e serviços. Esta hipótese é tanto mais pertinente quanto mais baixo for o nível de vida do país em questão; a pobreza obriga a uma maior concentração dos investimentos públicos e privados, por forma a torná-los

²⁶ Um dos técnicos ligados ao planeamento regional disse que esta lógica pode facilmente dirigir-se para a criação de núcleos de prestígio, ou com características que gerem afinidades para os seus ocupantes.

menos dispendiosos e mais rendáveis. Esta seria, também, uma solução de compromisso para quem tem hábitos e referências urbanas.²⁷

Chegados ao fim do apuramento das entrevistas, convém recordar que as matérias incluídas neste ponto são as que resultaram da síntese que efectuámos sobre as respostas colhidas; não pretendemos, nem isso seria possível, que daqui resultasse um conteúdo coerente e completo. Do mesmo modo, também não era nossa intenção fazer comentários ou extrair conclusões directas das ideias que nos foram expostas, mas antes aproveitá-las de uma forma integrada com as demais fontes utilizadas neste trabalho.

²⁷ Um quadro superior de empresas tentou conciliar as duas hipóteses sugeridas, opinando que a moradia unifamiliar, em núcleos coerentes e agrupados, pode tirar o melhor partido de ambos os modelos.

II.4. A SOCIEDADE DO LAZER: REALIDADE, FATALIDADE OU UTOPIA?

II.4.1. ALGUMAS ESTATÍSTICAS RELEVANTES: DURAÇÃO MÉDIA DO TEMPO DE TRABALHO E TAXA DE DESEMPREGO

Ambos estes objectos estatísticos têm um tratamento difícil, sobretudo quando, como é o caso, se pretende analisar séries cronológicas longas e estabelecer comparações internacionais. A classificação destes conceitos para fins estatísticos tem evoluído muito ao longo do tempo e é diferente de país para país, assim como as metodologias e as fontes utilizadas para a sua concretização são também muito diversas.¹ Mas são estes os dados que temos e com os quais temos de construir e fundamentar a nossa análise.

II.4.1.1. DURAÇÃO MÉDIA DO TEMPO DE TRABALHO

A apreciação desta parcela de tempo, como aliás de qualquer outra que resulte da sua partição formal, só faz sentido num quadro espacial e temporal onde seja visível a marca do industrialismo. As sociedades tradicionais de base rural eram (ou são) caracterizadas por um uso integrado do tempo, onde as diferentes funções que o ocupam surgiam (ou

¹“En varios casos, las definiciones nacionales del desempleo pueden diferir de la definición internacional uniforme recomendada. Las definiciones nacionales varían de un país a otro respecto de los límites de edad, los periodos de referencia, los criterios para determinar que una persona está buscando trabajo, el trato de las personas temporalmente suspendidas o en busca de empleo por primera vez.

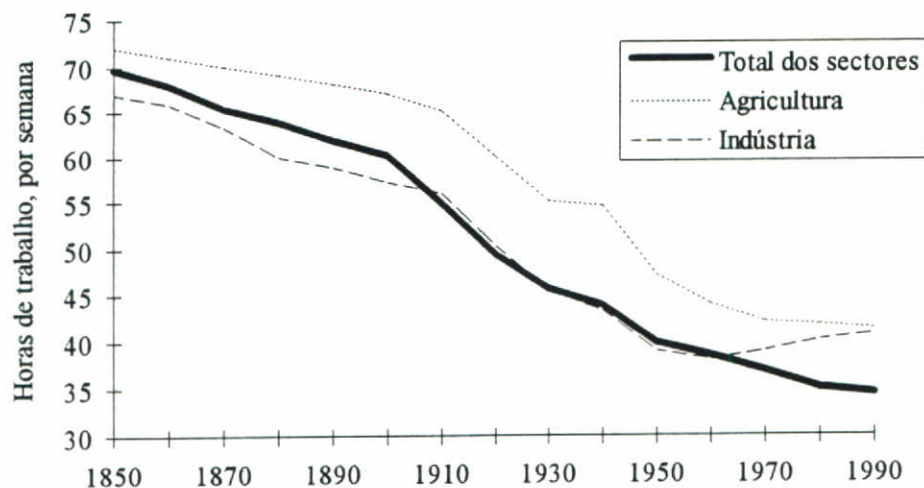
Las comparaciones entre los países están igualmente afectadas por la variedad de fuentes utilizadas para recoger la información de desempleo: (...) Encuestas por muestra sobre la fuerza trabajadora y Encuestas generales por muestra de hogares; Estadísticas del seguro social; Estadísticas de las oficinas de colocación; Estimaciones oficiales, en informaciones combinadas extraídas de una o más de las fuentes ya mencionadas.” [OIT (1995), pp. 411-412]

Mais adiante, acerca das horas de trabalho diz o mesmo relatório:

“Los dos tipos de estadísticas de horas de trabajo se distinguen por medio de las claves siguientes: Horas efectivamente trabajadas; Horas pagadas. (...) Los cuadros dan generalmente el promedio de horas de trabajo por semana y por obrero, pero en ciertos casos, cuando no existen horas de trabajo por semana, se presentan las horas de trabajo por día o por mes. (...) Las estadísticas de las horas efectivamente trabajadas no deberían comprender las horas de trabajo remuneradas pero no trabajadas, tales como las vacaciones anuales, días feriados, ausencias por motivo de enfermedad, las interrupciones para las comidas y el tiempo dedicado a ir desde el domicilio del trabajador al lugar de trabajo y viceversa.” [OIT (1995), p. 543]

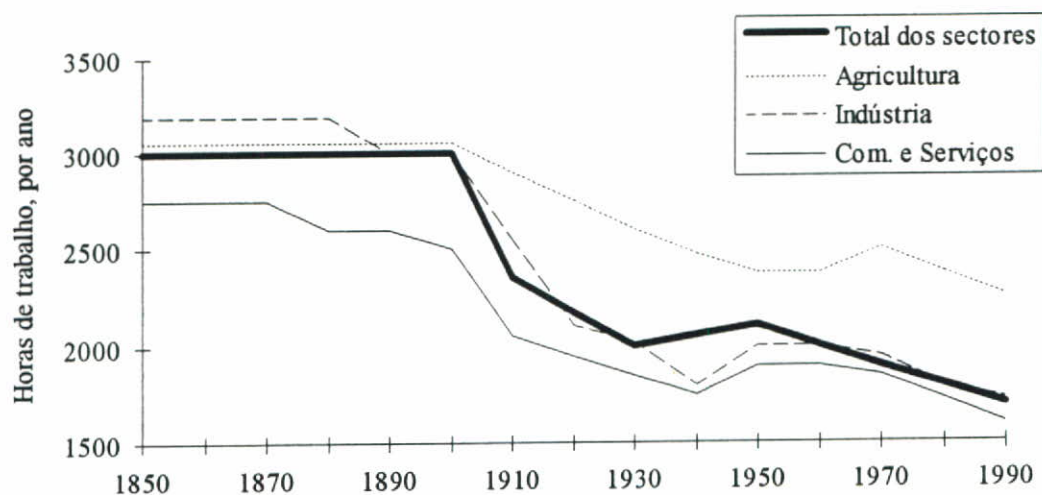
surgem) interligadas, sem uma percepção autónoma nem uma periodicidade regular. Tomemos, então, dois exemplos retirados da bibliografia, um sobre os Estados Unidos da América e outro sobre a França, ambos iniciados na segunda metade do século passado:

Figura II.4.1. - Duração média do tempo de trabalho semanal, por sectores de actividade. Estados Unidos da América (1850-1990)



Fontes: GRAZIA (1966), nos dados até 1960, e OIT (1995), nos dados entre 1970 e 1990.

Figura II.4.2. - Duração média do tempo de trabalho anual, por sectores de actividade. França (1850-1990)



Fonte: THÉLOT; MARCHAND (1991)

Apesar da diferença do objecto em análise (duração média dos tempos de trabalho semanal e anual), pode verificar-se, em ambos os países, uma clara tendência de diminuição do tempo de trabalho ao longo deste período, com particular destaque para os primeiros 30 a 40 anos deste século. A agricultura é o sector económico em que a diminuição do tempo de trabalho se tem revelado mais difícil;² nas últimas décadas o crescimento do emprego no terciário fez aproximar para si a média do conjunto dos sectores, facto que é bem visível na figura II.4.2. mas que também se percebe, por omissão, na figura II.4.1.

Creemos que as interpretações destes dois gráficos se poderiam repetir, com pequenos ajustamentos temporais, em todos os países industrializados. Contudo, a fundamentação das novas formas de repartição do tempo que queremos estudar assenta sobretudo numa dinâmica recente, que aconselha o estudo de séries mais curtas e discriminadas.

Tomámos os países membros da O.C.D.E. como base de amostra, à qual juntámos alguns outros exemplos, seleccionados pelo critério de serem geográfica, social e economicamente diversos.³ Escolhemos como matéria de estudo as horas efectivamente trabalhadas, em média, por semana, em actividades não agrícolas; a não consideração das actividades agrícolas tem a ver com a partição pouco sistemática do tempo que lhes é característica, enquanto a opção pelo horário semanal, e pelas horas efectivamente trabalhadas, limita um pouco a diversidade (tempo de férias, número de dias feriados,⁴ tempo gasto em formação profissional, etc.) que torna as médias anuais ainda mais dificilmente comparáveis (ver quadro II.4.1.).

² O sector industrial tem uma tendência evolutiva menos clara, porque se trata de uma média que esconde situações subsectoriais muito diversas. No caso norteamericano, a inversão de tendência pós-1960 poderá apenas ficar a dever-se à mudança de fonte e respectivos critérios.

³ Note-se que a margem de escolha foi muito reduzida, face às limitações do universo disponível na fonte. Muitos países nem sequer são referidos, e outros têm séries muito empobrecidas por ausências de informação e/ou por critérios de recolha dificilmente compatibilizáveis.

⁴ Só na União Europeia, o tempo de férias anuais varia entre os 20 dias da Irlanda e os 30.8 da Alemanha (22 em Portugal); o número de dias feriados varia entre os 6, na Holanda, e os 14, em Espanha (13 em Portugal). [EUROSTAT (1995b)]

Quadro II.4.1. - Horas efectivamente trabalhadas, em média, por semana, em actividades não agrícolas. Alguns exemplos (1985-1994)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	40,7	40,5	40,2	40,2	40,1	39,7	39,3	39,0	38,0	38,3
Austrália	33,0	32,7	33,1	33,4	33,1	33,3	33,2	33,0	33,0	33,2
Bélgica	33,3	33,2	33,2	33,6	33,9	33,7	33,0	32,6	32,6	..
Canadá	32,0	31,8	31,9	32,1	31,7	31,3	30,8	30,5	30,6	..
Espanha	37,2	37,4	36,1	36,5	36,8	36,7	36,6	36,1
E.U.A.	34,9	34,8	34,8	34,7	34,6	34,5	34,3	34,4	34,5	34,7
França	39,0	39,1	39,1	39,1	39,1	39,1	39,1	39,1	39,0	39,0
Holanda	40,3	40,3	40,2	40,1	40,1	40,1	40,2	40,1	40,1	..
Japão	47,3	47,2	47,3	47,3	46,9	46,1	45,4	44,4	43,6	..
Noruega	35,5	35,8	35,2	35,8	35,7	35,3	35,0	34,9	34,9	35,0
Nova Zelândia	39,6	38,9	38,8	38,6	38,8	38,7	38,5	38,7	38,9	39,2
Portugal	41,0	40,2	40,9	41,4	41,5	41,1	40,0	38,9	38,8	..
Reino Unido	43,6	43,6	43,7	44,1	44,3	44,2	43,5	43,6	43,5	..
Suécia	36,0	36,2	36,3	36,5	36,7	36,9	36,8	36,7	35,4	35,8
Chile	43,0	44,4	44,4	45,3	44,3	44,9	45,2	44,7	44,5	45,3
Coreia do Sul	51,9	52,5	51,9	51,1	49,2	48,2	47,9	47,5	47,5	..
Egipto	56,0	56,0	57,0	60,0	56,0	55,0	57,0	51,0

Fonte: OIT (1995)

Notas:

.. valores não disponíveis

Alemanha - horas pagas; só sobre o território da ex-R.F.A.;

Canadá - horas pagas;

Coreia do Sul - só assalariados;

Egipto - horas pagas; só estabelecimentos com mais de dez assalariados a tempo completo;

E.U.A. - horas pagas; só sobre o sector privado; exclui pessoal de direcção;

França - exclui serviços de água, comunicações, administração pública e serviços domésticos;

Holanda - horas pagas;

Noruega - inclui agricultura, caça, silvicultura e pesca;

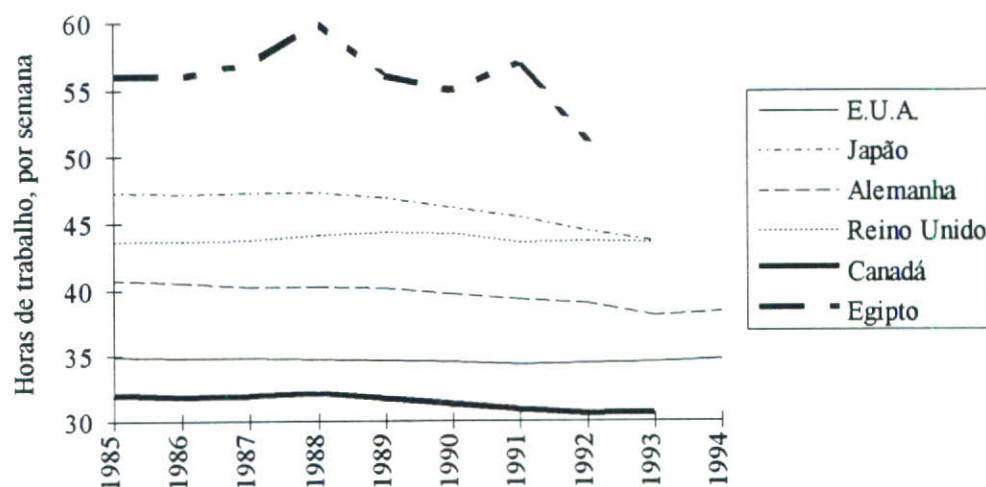
Nova Zelândia - horas pagas; inclui silvicultura; só estabelecimentos com mais de dois assalariados a tempo completo;

Portugal - exclui o sector dos serviços;

Reino Unido - exclui a Irlanda do Norte.

Deste conjunto de países retirámos alguns exemplos representativos para elaborar o gráfico seguinte (Fig. II.4.3.).

Figura II.4.3. - Horas efectivamente trabalhadas, em média, por semana, em actividades não agrícolas. Alguns exemplos (1985-1994)



Fonte: Ver quadro II.4.1.

Os **Estados Unidos da América** servem de exemplo de um grupo de oito países (Austrália, Espanha, E.U.A., França, Holanda, Noruega, Nova Zelândia e Suécia) que identificámos como tendo uma evolução pouco significativa e com uma tendência nem sempre estável; note-se que, dentro deste grupo, a evolução processou-se a partir de bases muito diferentes, desde as 33 horas por semana da Austrália até às 40 horas da Holanda.

O **Canadá**, e a Bélgica, têm uma tendência de decréscimo, apesar de já partirem de valores muito baixos (32/33 horas). A **Alemanha**, e Portugal, têm igual tendência de decréscimo, mas partem de valores ainda elevados (40/41 horas). No caso do **Japão**, e da Coreia do Sul, essa tendência é ainda muito mais nítida, o que se justificará pelo facto de os seus valores de base serem muitíssimo mais altos (47 e 52 horas, respectivamente).

O **Reino Unido** é um caso especial no âmbito dos países mais desenvolvidos. Os seus tempos de trabalho são extensos (43/44 horas, por semana), e não se desenha ainda uma tendência de decréscimo; resulta, assim, uma surpreendente semelhança com o Chile.

O **Egipto** apresenta uma situação bem diferente. Os seus horários de trabalho, com valores médios na ordem das 50 a 60 horas por semana, fazem parte de uma realidade muito distinta da do «mundo desenvolvido».

Numa análise geral, impressiona a grande diversidade de situações entre países cujo posicionamento nos *rankings* tecnológico e económico faria prever uma maior proximidade. Se as diferenças entre os tempos semanais de trabalho nos países mais «desenvolvidos» e os asiáticos ou do «Terceiro Mundo» podem ser consideradas normais, no quadro cultural e económico vigente, o mesmo não se pode dizer de situações como as do Reino Unido ou da Holanda, para só falar nos casos mais extremos dentro da amostra que conseguimos reunir. É certo que existem algumas diferenças nos critérios de recolha da informação - conforme as notas do quadro II.4.1. -, mas não cremos que elas possam justificar tão grandes divergências.

Para testar e complementar a informação recolhida pela O.I.T. recorreremos ao trabalho da Eurostat. Muito embora esta entidade se dedique apenas à União Europeia e não abranja, portanto, países tão importantes como os E.U.A., o Japão ou o Canadá, as suas indicações são, com toda a certeza, muito significativas no âmbito fechado dos países «desenvolvidos». Ressalvadas também algumas pequenas diferenças nos critérios de recolha e tratamento da informação, confirma-se a diversidade interna de situações e o posicionamento relativo destes países entre si.⁵ Muito interessante é o resultado do inquérito acerca da comparação entre a duração do trabalho efectivo e o habitual, ou contratado (ver quadro II.4.2.).

⁵ EUROSTAT (1995a)

Quadro II.4.2. - Assalariados que declaram trabalhar mais horas efectivas do que as contratadas.**
Comunidade Económica Europeia (1983-1992)

	Alem.	Bélg.	Din.	Gréc.	Esp.	França	Hol.	Irl.	Itália	Lux.	Port.	R.Un.
1983	4,9	3,8	..	1,6	..	4,3	*12,3	5,1	4,8	2,7	..	6,2
1984	..	4,1	5,1	1,7	..	4,7	..	3,8	3,8	3,4	..	7,8
1985	7,0	4,0	6,5	1,2	..	5,0	*9,0	5,3	3,6	2,6	..	8,5
1986	7,4	4,0	6,9	1,4	..	5,6	..	4,2	3,2	3,3	1,8	9,0
1987	7,7	4,5	8,2	1,2	1,1	5,0	23,8	4,6	3,0	2,9	1,7	9,4
1988	8,1	3,9	9,0	1,4	0,5	6,1	24,3	6,2	2,3	2,3	2,2	10,4
1989	10,3	4,2	8,9	1,6	0,4	5,7	26,3	6,7	3,0	2,8	2,5	11,7
1990	11,5	5,0	9,0	1,3	0,4	7,6	30,3	5,9	3,4	2,8	3,6	11,4
1991	10,5	5,0	9,1	1,1	0,4	7,2	28,1	5,5	3,8	3,3	3,5	11,3
1992	10,3	5,1	9,9	1,5	0,6	7,4	3,5	3,5	3,4	11,2

** valores em percentagem

Notas:

* dados pouco fiáveis

.. dados não disponíveis

Fonte: EUROSTAT (1995a)

É de notar que, em princípio, o número de horas efectivamente trabalhadas deve ser inferior ao das horas habituais, ou contratadas, uma vez que exclui uma série de hipóteses de faltas remuneradas. Os casos em que isso não acontece ficam a dever-se à prática de horas extraordinárias, remuneradas ou não. Não deixa de ser significativo que a Holanda - onde os horários semanais são ainda relativamente extensos - seja o país onde esses valores são mais altos; por outro lado, a Alemanha, o Reino Unido (também com horários muito longos) e a Dinamarca, três dos países mais ricos da União, são aqueles em que este fenómeno se revela mais crescente. Fica claro, com estes dados, que paralelamente à redução efectiva do tempo de trabalho estamos também a viver formas diferentes de o contratar e praticar.

II.4.1.2. TAXA DE DESEMPREGO

A duração do tempo de trabalho tem uma ligação intrínseca com a evolução do desemprego. Ao longo da história, foram os episódios críticos de desemprego, quase sempre associados a vagas de inovação tecnológica, que incrementaram a redução do tempo de trabalho, precisamente como forma de combater esse desemprego e de

redistribuir a riqueza conseguida pelos ganhos de produtividade. Vejamos, no quadro II.4.3. e na figura II.4.4. dele extraída, qual tem sido a evolução deste indicador nos últimos anos, em alguns países.⁶

Quadro II.4.3. - Taxas de desemprego.* Alguns exemplos (1985-1994)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	7,1	6,4	6,2	6,2	5,6	4,8	4,2	4,6	6,1	6,9
Austrália	8,2	8,0	8,0	7,2	6,1	6,9	9,5	10,7	10,8	9,7
Bélgica	11,3	11,2	11,0	9,7	8,0	7,2	7,2	7,7	8,6	9,7
Canadá	10,5	9,5	8,8	7,7	7,5	8,1	10,3	11,3	11,2	10,3
Espanha	21,1	20,8	20,1	19,1	16,9	15,9	16,0	18,1	22,4	23,8
E.U.A.	7,1	6,9	6,1	5,4	5,2	5,4	6,6	7,3	6,7	6,0
Finlândia	5,0	5,3	5,0	4,5	3,4	3,4	7,5	13,0	17,7	18,2
França	10,2	10,4	10,5	10,0	9,4	8,9	9,4	10,4	11,6	12,5
Holanda	10,6	9,9	9,6	9,1	8,3	7,5	7,0	5,6	6,2	7,2
Irlanda	17,0	17,0	16,7	16,2	14,7	13,3	14,7	15,5	15,6	14,7
Itália	9,6	10,5	10,9	11,0	10,9	10,3	9,9	10,5	10,2	..
Japão	2,6	2,8	2,8	2,5	2,3	2,1	2,1	2,2	2,5	2,9
Noruega	2,6	2,0	2,1	3,2	4,9	5,2	5,5	5,9	6,0	5,4
Nova Zelândia	..	4,0	4,1	5,6	7,1	7,7	10,2	10,4	9,6	8,1
Portugal	8,5	8,4	7,0	5,7	5,0	4,6	4,1	4,1	5,5	6,8
Reino Unido	11,2	11,2	10,3	8,6	7,2	6,9	8,8	10,1	10,5	9,6
Suécia	2,8	2,7	1,9	1,6	1,4	1,5	2,7	4,8	8,2	8,0
Total da OCDE	7,8	7,7	7,3	6,7	6,2	6,1	6,7	7,4	7,8	7,8
Chile	12,1	8,8	7,9	6,3	5,3	5,6	5,3	4,4	4,5	5,9
Coreia do Sul	4,0	3,8	3,1	2,5	2,6	2,4	2,3	2,4	2,8	2,4
Egipto	6,9	8,6	9,6	9,0
Eslovénia	..	1,4	1,5	2,2	2,9	4,7	8,2	11,5	14,4	14,4
Jamaica	25,0	23,6	21,0	18,9	16,8	15,7	15,7	15,9
Marrocos	14,7	13,9	16,3	15,4	17,0	16,0
Panamá	12,3	10,5	11,8	16,3	16,3	..	16,0	14,7	13,3	13,8
Polónia	6,3	11,8	13,6	16,4	16,0
Venezuela	13,1	11,0	9,2	7,3	9,2	10,4	9,5	7,5	6,4	..

Fontes: OCDE (1995) e OIT (1995)

Notas:

* Critério da Organização Internacional do Trabalho, também seguido pela O.C.D.E. e EUROSTAT - pessoas em idade de trabalhar (quase sempre maiores de 15 anos) que se encontrem sem emprego, estejam disponíveis para trabalhar e procurem activamente um emprego, em relação à população activa total, incluindo as forças armadas.

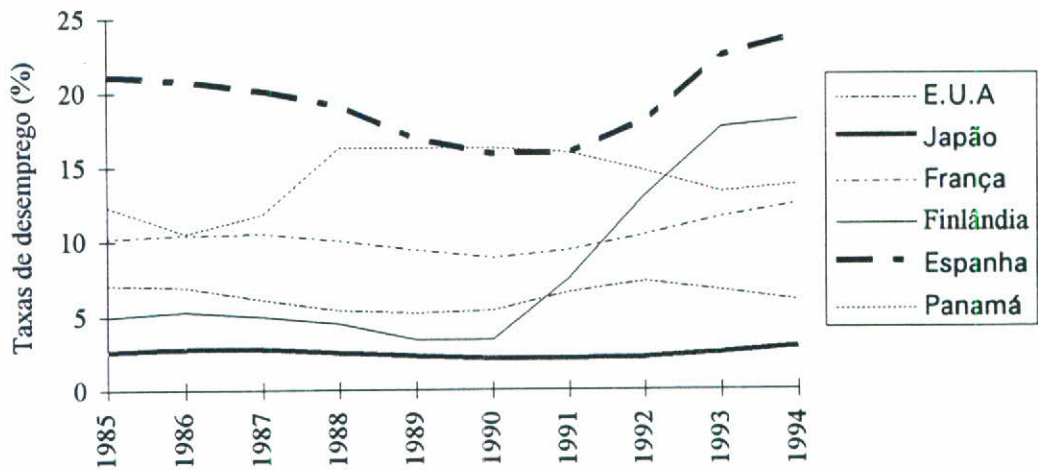
.. dados não disponíveis

Alemanha - só o território da ex-R.F.A.;

Marrocos - só áreas urbanas.

⁶ Amostra seleccionada segundo os mesmos critérios que foram utilizados para a duração média do tempo de trabalho.

Figura II.4.4. - Taxas de desemprego. Alguns exemplos (1985-1994)



Fonte: ver Quadro II.4.3

Como comentário geral a este quadro e figura ressalta, tal como aconteceu com a análise da duração do tempo de trabalho, a grande variedade de situações que se observa, mesmo entre países que aparentemente são homogêneos.

Os Estados Unidos da América surgem no gráfico como exemplo de um conjunto de países cuja situação no final do período é média (6 a 8% de taxa de desemprego), muito embora o perfil da evolução neles verificada durante esta década seja diferente; assim, a Alemanha, a Holanda e Portugal conseguiram baixar as suas taxas até ao início dos anos noventa, mas agora parecem ter dificuldade em fazer evitar a sua reascensão; a Nova Zelândia revelou uma subida muito brusca e uma pequena recuperação nos últimos anos; a Noruega começou de uma base muito baixa mas foi sistematicamente subindo ao longo do período em análise.

O Japão, e a Coreia do Sul, são casos quase únicos ao nível mundial de países com taxas de desemprego virtualmente nulas, próprias de economias muito dinâmicas mas também de uma cultura empresarial em que as responsabilidades sociais são muito superiores às que vigoram no hemisfério ocidental.

A **França** serve de exemplo de um conjunto de países europeus - Bélgica, França, Itália e Reino Unido - bem como da Austrália e do Canadá. São países cuja taxa de desemprego em 1994 se situava em valores já muito elevados (9 a 12%), muito embora em alguns deles - Austrália, Canadá e Reino Unido - se tivesse verificado neste último ano uma ligeira recuperação face aos anos anteriores.

A **Finlândia** é um caso agudo de agravamento recente do desemprego - de 3.4%, em 1990, a 18.2%, em 1994!; o mesmo acontece com a Suécia, embora com valores mais moderados - de 1.5% a 8%. Neste grupo cabem também, ainda que com características e razões justificativas bem distintas, a Polónia e a Eslovénia que, como todas as jovens democracias do ex-«Bloco socialista do leste europeu», estão a sofrer situações gravíssimas de crescimento explosivo do desemprego.

Por último, o **Panamá** surge no gráfico como exemplo de um conjunto de países africanos e americanos, todos eles relativamente pobres mas muito heterogéneos - Chile, Egipto, Jamaica, Marrocos, Panamá e Venezuela. A sua escolha como «representante» foi apenas simbólica e por ter um posicionamento médio no final do período, uma vez que a diversidade tanto dos valores como das tendências evolutivas tornava impossível a identificação de uma qualquer homogeneidade.⁷

Como comentário conjunto à evolução recente dos dois indicadores seleccionados - duração do tempo médio de trabalho e taxa de desemprego - verifica-se que o seu comportamento nestes países é muito variável, instável e incoerente. Não há nenhuma tendência global claramente definida. Merecem destaque as pujantes, mas muito especiais, economias do oriente, bem como a grave situação absoluta e relativa do desemprego nos países europeus, ainda assim muito diferenciada internamente e sob razões justificativas muito diversas.

⁷A limitação do número de exemplos a incluir no gráfico era para nós um pressuposto, por razões de legibilidade.

Esta década foi marcada por sucessivos episódios conjunturais de crise e retoma económica, e essa terá sido a maior causa para a instabilidade da evolução do desemprego. Por outro lado, já antes de 1985 se tinha quebrado a tendência, aparentemente inquestionável, de redução do tempo dedicado ao trabalho, por força de vários motivos de entre os quais se destacam as diferentes regras de contratualização do trabalho ao nível mundial.

Não encontramos, assim, matéria suficiente para validar a hipótese-chave desta investigação, isto é, a previsão de uma nova repartição do tempo, e dos usos que lhe são associados, com base na redução do período dedicado ao trabalho. Contudo, a vulgarização dos meios informáticos, e a sua extensão a tarefas cada vez mais amplas, faz antever uma progressão muito rápida da produtividade nos serviços, fenómeno até hoje desconhecido mas que provocará inevitáveis repercussões no volume e características dos mercados de trabalho, uma vez que é neste sector que se arrumam as actividades a que se auguram melhores perspectivas de crescimento. Ou seja, a evolução futura nesta matéria pode ter pouco a ver com o passado, mesmo com o passado recente. É esta a pista que continuaremos a seguir.

II.4.2. EMPREGO E DESEMPREGO NOS PAÍSES «DESENVOLVIDOS»

O facto de países do mesmo «escalão» na hierarquia mundial terem taxas de desemprego muito distintas leva a que se estabeleçam comparações entre eles, reclamando como soluções para os piores casos as medidas que se interpretam como sendo responsáveis pelas melhores situações. Atendendo às suas especificidades sociais, culturais e económicas, o Japão é habitualmente excluído destas reflexões comparativas. O grande mal que se aponta às economias europeias, quando confrontadas, sobretudo, com a dos E.U.A., é a excessiva regulamentação dos seus mercados de trabalho, que se associa a sistemas de segurança social muito ambiciosos, e por isso caros. Políticas de contratualização do trabalho mais flexíveis e menos onerosas para os empregadores combatem o desemprego estatístico, mas também são potenciais geradoras de muito

subemprego e emprego precário, isto para além de provocarem uma marginalização totalmente desprotegida dos menos aptos. Mais do que estratégias económicas estamos perante questões de cultura, cujo trato é naturalmente complicado.

O quadro II.4.4. e a figura II.4.5. dão uma imagem da situação actual do emprego na União Europeia. As elevadas taxas de desemprego na U.E., e a sua grande diferenciação interna, têm de ser ponderadas com as respectivas taxas de actividade, porque é a própria construção do indicador que a isso obriga.

Quadro II.4.4. - Taxas de actividade e de desemprego. União Europeia (1994)

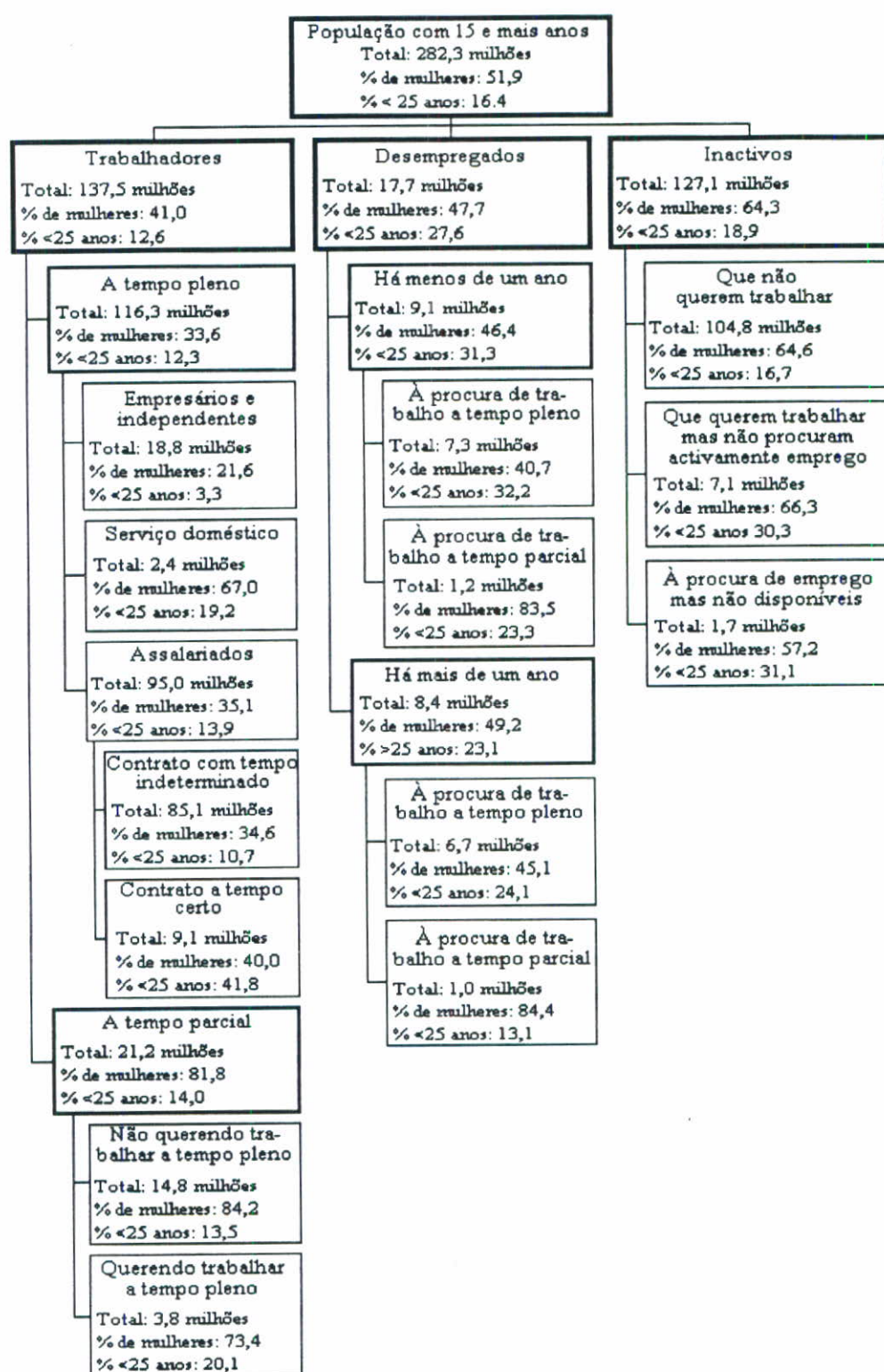
	Ale.	Bél.	Din.	Esp.	Fra.	Gré.	Hol.	Irl.	Itá.	Lux.	Por.	R.U.	TOT
Taxa actividade	58.2	50.3	64.4	48.4	55.5	49.1	58.9	53.3	47.4	52.7	58.5	61.7	55.0
Taxa desemprego	8.7	9.6	8.0	24.3	12.7	8.9	7.2	15.6	11.3	3.5	6.7	9.7	11.4

Fonte: EUROSTAT (1995c)

A taxa de actividade depende das solicitações da economia, mas antes disso está relacionada com bases sociais e de cultura, por exemplo no que diz respeito à extensão da escolaridade obrigatória e à integração da mão-de-obra feminina; na U.E. os valores deste indicador são muito diversos, entre os 47.4% da Itália e os 64.4% da Dinamarca. Poder-se-ia esperar uma relação directa entre as taxas de actividade e de desemprego, isto é, se todos os outros componentes estruturais fossem equivalentes uma menor taxa de actividade deveria gerar menos desemprego e vice-versa, mas não é isso que se verifica:⁸ a Espanha tem uma das taxas de actividade mais baixas (48.4%) e a taxa de desemprego mais elevada (24.3%); Portugal, por seu lado, tem a segunda taxa de desemprego mais baixa (6.7%) e uma das maiores taxas de actividade (58.5%).

⁸ Facto que vem confundir ainda mais a compreensão dos mercados de trabalho e, consequentemente, as propostas para o seu reequilíbrio.

Figura II.4.5. - Situação perante o emprego das pessoas com 15 e mais anos de idade. União Europeia (1994)



Fonte: EUROSTAT (1995c)

Nota: Por ausência de informação, o somatório de alguns subtotais não corresponde ao respectivo total.

Na figura II.4.5. fica claro que o desemprego afecta de maneira diferente a população activa, sendo particularmente grave para as mulheres e para os mais jovens - as percentagens de participação destes grupos no contingente de desempregados são bastante superiores em relação às que se verificam no conjunto dos que têm trabalho, isto mesmo considerando que as suas taxas específicas de actividade são relativamente baixas.

Um aspecto grave do desemprego europeu é que quase 50% dos seus registos são de longa duração (mais de um ano), e também aqui com uma particular incidência nas mulheres; no caso dos jovens isso não se verifica, talvez porque alguns respondem melhor às expectativas dos novos postos de trabalho e outros ainda não tiveram tempo suficiente de permanência no mercado de trabalho para que essa hipótese fosse possível. É de notar, ainda, que a grande maioria dos desempregados, tanto os recentes como os de longa duração, procuram emprego a tempo pleno, nomeadamente os mais jovens; entre os que procuram emprego a tempo parcial há uma esmagadora predominância de mulheres, faltando saber a proporção de casos em que isso corresponde a uma verdadeira livre escolha e daqueles em que é apenas um acto de resignação.

Perante este quadro de desemprego, importa saber qual o tipo de assistência prestada. Na impossibilidade de analisarmos todos os países tomámos dois exemplos bem distintos na U.E.: Portugal, que tem um dos regimes assistenciais mais pobres,⁹ e a Dinamarca, que se encontra no extremo oposto. A estes exemplos europeus juntámos o dos E.U.A., onde se preconiza uma menor intervenção pública e se incentiva a constituição de planos individuais privados de prevenção do desemprego.

Em Portugal, para que um desempregado tenha direito ao máximo benefício previsto tem de assegurar o cumprimento de um «período de garantia» de 540 dias de trabalho, durante os dois anos anteriores à data do desemprego. Nesse caso, o subsídio atribuído é equivalente a 65% da remuneração média no ano que precede os dois meses anteriores à

⁹ Paradoxalmente, esta situação é hoje considerada como vantajosa do ponto de vista político, uma vez que se vai tornando óbvio que os sistemas mais generosos têm de ser empobrecidos.

data do desemprego; esse valor não pode ser inferior ao salário mínimo nacional nem superior ao seu triplo. O prazo de atribuição deste subsídio varia conforme a idade do desempregado, num mínimo de 10 meses para os que tiverem menos de 24 anos e num máximo de 30 meses a partir dos 55 anos.

Para quem não tiver cumprido o «período de garantia», ou para quem não tenha arranjado emprego durante o prazo em que o subsídio «normal» foi atribuído, funciona o chamado subsídio social de desemprego. Para ter acesso a ele, na primeira situação antes descrita, é preciso, apesar de tudo, ter trabalhado 180 dias durante o ano precedente e não possuir um rendimento familiar *per capita* superior a 80% do salário mínimo; quem não cumprir estas condições não tem direito a qualquer apoio. O montante deste subsídio relaciona-se com o salário mínimo nacional, podendo variar entre os 70%, no caso de beneficiários isolados, e os 100%, se os beneficiários forem responsáveis por famílias com quatro ou mais pessoas. Para os trabalhadores que só têm direito a este tipo de subsídio, os prazos de atribuição são os mesmos do regime normal; nos casos em que este regime funciona como um prolongamento do anterior os prazos são fixados em metade da tabela normal, isto é, podem variar entre os 5 meses (10+5, portanto) para os mais jovens e os 15 (30+15) para os mais idosos.

Na Dinamarca,¹⁰ o sistema de apoio aos desempregados é gerido por várias instituições, o que cria situações muito diferenciadas. Tomámos como exemplo os professores e investigadores, cuja assistência é assegurada pelo respectivo sindicato. Um jovem licenciado pode beneficiar de um subsídio de «desemprego» cinco semanas após ter terminado o curso, isto é, sem nunca ter trabalhado. O valor mensal deste subsídio, em 1995, era de aproximadamente 9000 coroas dinamarquesas, ou seja, 240000\$00. O montante máximo, para trabalhadores que já tenham feito descontos durante o período de um ano, é de 11300 coroas, ou seja, 300000\$00.¹¹ O prazo normal de duração deste

¹⁰Segundo JØRGENSEN (1995), 28.7% da população activa dinamarquesa foi afectada pelo desemprego em 1992, num tempo médio de 21 semanas. Este valor revela que o fenómeno do desemprego interessa directamente a um volume de população ainda maior do que sugerem as já de si elevadas taxas oficiais.

¹¹A quotização mensal para este sindicato, e respectivo fundo de desemprego, é de aproximadamente 700 coroas, ou seja, menos de 20000\$00; é nitido que se estabeleceu um regime muito generoso sem se admitir que ele pudesse vir a ser utilizado na dimensão actual. Não é possível comparar estes dados com

tipo de subsídio é de 7 anos, sendo que nos últimos 4 o trabalhador é obrigado a aceitar tarefas de formação profissional ou de «activação social». Este período de 7 anos pode ainda ser estendido por mais 2, através de um sistema de «licenças» de que falaremos um pouco mais adiante.¹²

Nos E.U.A. não existe legislação federal para a assistência no desemprego, pelo que se verificam diferenças assinaláveis entre os Estados. Um dos Estados mais «assistenciais» é a Califórnia, onde podem aceder a um subsídio de desemprego todos os empregados e profissionais liberais que tenham trabalhado pelo menos um ano («período de garantia») nos 16 meses antecedentes ao requerimento do subsídio. O financiamento deste regime é basicamente assegurado por contribuições dos empregadores, o que de algum modo justifica os baixos quantitativos dos subsídios - valores mensais entre cerca de 25000\$00 e 180000\$00, em escalões a definir conforme os respectivos registos de salário no «período de garantia». Para além de estes valores serem muito baixos face ao custo de vida local, cada requerimento de subsídio só pode ser deferido pelo período máximo de seis meses.

Esta grande variedade de regimes assistenciais ao desemprego é mais um factor que corrobora a percepção, já antes denunciada, das diferentes posições dos países «desenvolvidos» face a este problema. Mas há um aspecto que os une e identifica - a concorrência impossível com as práticas laborais vigentes em alguns países asiáticos, africanos ou da América Latina, onde os baixos salários, os períodos de trabalho muito extensos e a total desprotecção dos trabalhadores colocam a sua mão-de-obra a custos imbatíveis.¹³ O quadro II.4.5., ainda que tenha sido elaborado sob grandes dificuldades de recolha e compatibilização da informação, dá uma boa perspectiva das diferenças, ao nível mundial, do custo da mão-de-obra.¹⁴

a situação portuguesa, uma vez que no nosso país as contribuições para a segurança social se fazem de forma integrada, sem discriminar a fatia correspondente ao risco de desemprego.

¹² Numa revista de grande divulgação colhemos uma imagem curiosa: nos países mais ricos da Europa, os sistemas de segurança social têm passado de redes de segurança a camas de rede...

¹³ Pode juntar-se a esta reflexão o uso desregrado do ambiente.

¹⁴ Os países incluídos neste quadro constituem uma «amostra» escolhida sem critério, uma vez que eram os únicos disponíveis na fonte em condições de comparabilidade. A consideração exclusiva da mão-de-obra industrial também se ficou a dever às limitações da fonte, muito embora este sector fosse, de

Quadro II.4.5. - Remuneração anual da mão-de-obra industrial.*
Alguns exemplos (1985-1994)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Alemanha	4313	4456	..	4907	5114	5321	5657	5980
Austrália	..	1730	1827	2027	2186	2367	2528	2691
Equador	-	-	-	-	-	-	-	-	434	..
E.U.A.	2422	2479	2516	2590	2665	2776	2907	3019	3112	3186
Filipinas	-	-	-	-	-	-	40
Finlândia	2273	2465	2651	2900	3219	3654	3876	4051	4231	..
Holanda	4186	4372	4487	4428	4476	4660	4811	5052
Portugal	1125	1253	1464	1683	1917
Quénia	-	-	-	-	-	-	-	95
Suécia	2355	2553	2725	2915	3254	3547	3791

* valores em milhares de escudos

Fonte: OIT (1995)

Notas:

.. dados não disponíveis

- dados não considerados

Alemanha - estabelecimentos com 10 ou mais trabalhadores; só o território da ex-RFA;

Equador - estabelecimentos com 10 ou mais trabalhadores;

E.U.A. - só custos em dinheiro;

Filipinas - estabelecimentos com 5 ou mais trabalhadores;

Finlândia - estabelecimentos com 5 ou mais trabalhadores;

Portugal - estabelecimentos com 10 ou mais trabalhadores;

Quénia - só grandes empresas;

Suécia - só operários.

Ressaltam os valores extraordinariamente baixos das remunerações nas Filipinas, no Quénia e no Equador, que situam estes países, e todos os que eles de algum modo são exemplos, em termos incomparáveis com os restantes; se em vez da simples remuneração da mão-de-obra pudessem ser considerados todos os custos indirectos que ela implica as diferenças seriam ainda maiores. Portugal apresenta uma situação intermédia. Entre os restantes países, os mais ricos deste grupo, existem diferenças assinaláveis; é de realçar, também, um agravamento do custo da mão-de-obra europeia e australiana em relação à

qualquer modo, o mais interessante para este fim. Como os valores estavam inscritos nas várias moedas nacionais houve necessidade de os cambiar para uma única moeda, neste caso escudos; a dificuldade de conseguir os valores de câmbio, ao tempo, fez com que limitássemos os dados relativos ao Quénia, Equador e Filipinas ao ano disponível mais recente, e ainda assim tendo de utilizar a paridade ao dólar de 1996.01.15. Nos países em que a remuneração não era referida ao total anual foi necessário efectuar uma normalização dos respectivos valores.

dos E.U.A., isto apesar de em alguns casos - Alemanha e Holanda - ela já revelar custos bastante mais elevados em 1985.

Estas diferenças no custo internacional da mão-de-obra obrigam os governos dos países «desenvolvidos» a procurar meios de influência que as minimizem, a fim de reequilibrar a concorrência.¹⁵

*"O diferencial de produtividade entre a Europa e os seus concorrentes está a tornar-se inferior ou insuficiente em relação ao diferencial dos custos unitários de trabalho. Por isso, a racionalização da produção com vista à obtenção de novos ganhos de produtividade na Europa deve ser acompanhada por uma reformulação das regras e práticas do comércio internacional, que introduza factores de sã competitividade - em particular ao nível da preservação do ambiente, da protecção social mínima e das condições de trabalho -, por forma a prevenir que aquela racionalização se alcance à custa do aumento do desemprego."*¹⁶

Em paralelo com estas acções políticas, mais ou menos conseguidas, os países «desenvolvidos» vão-se dedicando aos sectores económicos que fogem desta concorrência impossível; estes sectores têm de se basear em padrões elevados de incorporação tecnológica, e por isso só geram emprego muito qualificado e em escasso número. Segundo o PNUD (1994), nas últimas duas décadas o número de empregos nos países desenvolvidos aumentou apenas metade da taxa de crescimento do Produto.

*"A necessidade de garantir a competitividade das empresas, num espaço económico com elevados custos de mão-de-obra, acelerou o grau de intensidade capitalística dos processos de produção, com a consequente diminuição do emprego criado (...) Assim, o crescimento económico deixou de ser gerador de empregos, dado que grande parte do produto comunitário resultou de contínuos aumentos de produtividade de que a actividade económica comunitária carecia por forma a manter a sua competitividade."*¹⁷

¹⁵ Contudo, esta actuação é sempre sujeita a interesses contraditórios, porquanto a exploração da mão-de-obra barata no Terceiro Mundo interessa, e muito, às grandes empresas multinacionais dos países ricos. Para além disso, é bom não esquecer que os países pobres também têm poderes políticos próprios, que lutam para defender as suas bases de cultura e os equilíbrios sociais que lhes pareçam mais adequados. Há um conjunto de forças nacionais e internacionais em presença, de carácter público e privado, com interesses difíceis de compatibilizar e cuja força relativa também não é fácil de avaliar.

¹⁶ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1993), p. 260

¹⁷ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1993), p. 243

“Ahora ya sabemos que puede haber crecimiento económico sin creación proporcional de empleo y que, por tanto, las clásicas fórmulas liberales de estímulo a la inversión y abaratamiento de costes laborales no podrán, por sí solas, solucionar el problema.”¹⁸

Esta obrigatoriedade de uma crescente integração tecnológica, e os consequentes problemas de desemprego, fazem levantar a hipótese de uma transferência maciça de mão-de-obra desde os países «desenvolvidos» para o «Terceiro Mundo», tendo em vista dois objectivos simultâneos: descomprimir os mercados de trabalho dos países ricos e estimular as economias dos países pobres, por forma a que elas se integrem de modo pleno nos mercados mundiais. Muito embora esta hipótese tenha uma construção lógica que parece indiscutível, há um vasto conjunto de razões que a contraria.¹⁹ No essencial, os problemas económicos dos países ricos, e em particular os do emprego, vão ter que ser resolvidos nos seus próprios territórios, até porque

“Nações pobres não podem e não devem imitar padrões de produção e consumismo das nações ricas. De qualquer forma, não seria inteiramente possível (...) nem desejável. (para que todo o Mundo consumisse como os países do «Norte») Seriam necessárias dez vezes as quantidades de combustíveis fósseis e perto de duzentas vezes os recursos minerais.”²⁰

II.4.2.1. TECNOLOGIA E CRESCIMENTO ECONÓMICO

A integração de novas tecnologias na produção apresenta muitas vantagens mas também alguns inconvenientes, nomeadamente ao nível do emprego. Jesús ROMERO MORANTE, num trabalho com objectivos muito diferentes dos que agora nos motivam, construiu uma boa síntese das hipóteses de relação entre a tecnologia e a sociedade:²¹

- cada evolução tecnológica provoca sempre uma mudança social;

¹⁸ Manuel CASTELLS, no jornal El País (1994.03.22, p. 15)

¹⁹ Este assunto foi amplamente debatido nas entrevistas cujos resultados apresentámos em II.3.

²⁰ PNUD (1994), p. 18.

²¹ ROMERO MORANTE, Jesús (1994) - ¿Herramientas o cacharros? Los ordenadores y la enseñanza de la Historia en la educación secundaria obligatoria. Investigación para obtener la suficiencia investigadora en el Programa de Doctorado (Departamento de Educación de las Universidades de Oviedo y Cantabria), policopiado.

- a evolução tecnológica cria condições *para*, desde que não existam obstáculos externos; as tecnologias não são neutras, e as suas consequências podem ser diversas;
- os fenómenos tecnológicos nunca são independentes, mas sim instrumentos que emergem da sociedade em que se integram;
- a sociedade é um sistema, formado por muitos subsistemas que se complementam mas são dotados de alguma autonomia.

A última hipótese é a defendida pelo autor, e também por nós próprios. É no meio social que a tecnologia se inspira e encontra justificação, estímulo e recursos para se desenvolver, e é nesse mesmo meio que ela actua, num sistema cíclico de interacção.

*"El «impacto» como suele decirse de «la ciencia» sobre «la sociedad» ya presupone una concepción sobre la dirección de la mudanza social. La ciencia y la técnica aparecen como causas. Lo demás son efectos."*²²

*"Il n'y a pas de fatalités technologiques. Leurs développements et les conséquences de leurs mises en oeuvre dépendent en grand partie des choix économiques et sociaux qui les accompagnent."*²³

Se alguma coisa parece certa, numa economia aberta e concorrencial, é que para além de quaisquer reservas em relação à tecnologia há que saber viver com ela e aproveitá-la:

*"Rehusar la innovación tecnológica conduce al colapso económico, producido por la competencia comercial extranjera."*²⁴

*"O grande debate dos nossos dias já não é se se deve ou não aceitar a transformação tecnológica, mas como é que ela deve ser introduzida e difundida. De facto, a questão em causa é olhar-se para a tecnologia no quadro mais geral do desenvolvimento socio-económico, por forma a que se reduzam ao mínimo os custos que lhe estão associados, maximize as suas vantagens e se distribua uns e outros de forma equitativa."*²⁵

O progresso tecnológico, e o inter-relacionado crescimento das economias dos países «desenvolvidos», entra muitas vezes em conflito com o sistema social, onde o privado e o público, o individual e o colectivo, o curto e o longo prazo têm muitas dificuldades para se compatibilizarem. A consciência desta conflitualidade é cada vez mais clara, mas já se desenha desde há várias dezenas de anos.²⁶

²²GINER (1985), p. 25

²³D'IRIBARNE (1981), p. 74

²⁴GUBERN (1987), p. 143

²⁵RIBEIRO (1991), p. 89

²⁶George FRIEDMANN, há quarenta anos, escreveu: "(...) on ne peut pas ouvrir à la légère, sans de graves risques, la boîte de Pandore de l'automation. Son introduction doit être préparée, contrôlée avec

"Quizá no haya ningún aspecto del futuro que nos confunda más que el papel del trabajo en la vida de los individuos y de las sociedades (...) Por un lado, si no aumenta constantemente la productividad de la mano de obra de un país, su industria tiende a perder competitividad en el mercado internacional. Por otro lado, si aumenta la productividad, el volumen de producción deberá también aumentar (por definición) para que se mantenga estable el número de puestos de trabajo. Al verse limitada la expansión económica por diversas restricciones ambientales, políticas, sociales y de materias primas, el desempleo crónico se convierte en característica intrínseca del futuro."²⁷

"La crisis de la civilización industrial provoca este drama: la estructura laboral heredada (que ha durado menos de dos siglos) ya no sirve, pero aún no se ha instaurado la nueva civilización que transformará radicalmente los costumbres, las formas de vida, la productividad y, esperémoslo, dará a la especie humana más oportunidades de madurar espiritualmente, culturalmente, socialmente a medida que no sea tan esclava de un trabajo monopolizador del tiempo."²⁸

"(estamos...) em vésperas de novos progressos nas condições tecnológicas, económicas e políticas, o que - na opinião de muitos peritos - irá influir no mundo do trabalho e da produção em não menor escala do que o fez a revolução industrial no século passado."²⁹

"(...) estamos a viver uma revolução tão fundamental que temos de procurar muitos séculos atrás para encontrar um paralelo. Provavelmente, a única mudança comparável foi a que se verificou na passagem do Paleolítico para o Neolítico."³⁰

Há também quem reconheça neste momento histórico um marco muito importante, mas sem o cobrir de nenhum dramatismo especial:

"Post-industrialism means the disappearance of old patterns of employment, the growth in education and leisure and not least in information industries founded on computing and micro processing. This shift into a «service» or «leisure» economy may be uncomfortable but such new technologies offer choices only dreamed about by previous generations."³¹

un soin minutieux, planifiée en fonction de l'économie globale d'une nation, des prévisions concernant le marché intérieur et le commerce international." [FRIEDMANN (1956), p. 209]

²⁷ HARMAN (1985), p. 16

²⁸ ASCÓN et alli (1989), p. 21

²⁹ JOÃO PAULO P.P. II (1981), p. 10

³⁰ TOFFLER (s.d.), p. 19

³¹ HAYWOOD (1989), pp. 254-255

II.4.3. QUE ACTIVIDADES ECONÓMICAS DE FUTURO NOS PAÍSES «DESENVOLVIDOS»?

Como veremos um pouco mais adiante, algumas das medidas aplicáveis no combate ao desemprego assentam na diminuição do tempo de vida activa. Contudo, antes ou a par dessas medidas, importa perceber quais as actividades económicas que ainda podem sustentar algum crescimento:

*"La clé du problème du chômage est donc la croissance économique."*³²

Algumas das actividades que se apresentam como mais promissoras para ocupar a mão-de-obra dos países «desenvolvidos» são precisamente as que emergem das novas tecnologias informáticas e de comunicação, as mesmas que são apontadas como causadoras da actual crise de emprego. Esta sequência entre novas tecnologias-desemprego-renovação do emprego não tem nada de novo no processo histórico:

*"(...) ces techniques nouvelles pourraient déclencher une vague de nouveaux investissements et de création d'emplois (...) lorsque ces effets expansionistes s'affaiblissent, il s'ensuit un période de stagnation ou dépression relative jusqu'à ce qu'une nouvelle impulsion soit donnée par l'introduction de nouvelles techniques, et ainsi de suite."*³³

Esta vaga tecnológica tem a novidade de transcender os simples actos de produção para se envolver nos domínios da inteligência, do imaterial e da criatividade, o que lhe traz factores acrescidos de dúvida, tanto em termos da sua extensão como das pessoas a quem e como afecta.

*"The extent to which the new technology displaces jobs and creates them is still uncertain, although it is evident that some skills are displaced and new ones created."*³⁴

³²BIT (1995b), p. 177. Charles HANDY coloca o problema de outro ponto de vista, mas com o mesmo objectivo: "(...) a la gente se pagará para que consuma". [HANDY (1986), p.244]

³³BIT (1995b), p. 65

³⁴UNITED NATIONS (1994), p. 179

“É evidente, contudo, que não se pode considerar como totalmente afastados os riscos ligados ao aparecimento de uma polarização da sociedade em dois grupos: os que compreendem e utilizam as novas tecnologias e os «tecnologicamente analfabetos» cuja tendência para permanecerem desempregados é muito grande.”³⁵

Em estreita ligação com as novas tecnologias, a escola prefigura-se como uma grande actividade de futuro, com forte impacto económico e na ocupação do tempo das pessoas. Vão ser precisos muitos formadores para ensinar conhecimentos em rápida evolução, que exigem uma relação diferente com o processo de aprendizagem: novos conteúdos, novos métodos de ensino, novos espaços (ou a ausência deles...) e, sobretudo, uma disponibilidade permanente ao longo de toda a vida. Esta escola dinâmica tem de ser reinventada, uma vez que a construção cultural que levou ao modelo de ensino vigente também está em decadência.

“A vida interior da escola tornou-se assim um espelho antecipador, uma preparação certa para a sociedade industrial. Os pontos mais criticados do ensino de hoje - a arregimentação; a falta de individualismo; as normas rígidas de lugares, classes e notas, e o papel autoritário do professor - são precisamente os que tornaram o ensino público em massa um instrumento de adaptação tão eficiente para o seu lugar e para a sua época.”³⁶

“O analfabeto de amanhã não será o homem que não sabe ler; será aquele que não aprendeu a aprender.”³⁷

Desta nova escola espera-se uma acção formativa que ultrapasse as necessidades imediatas do mercado de trabalho. A sua intervenção deve estender-se a todos os domínios da cultura e da vida social, preparando activamente as pessoas para novos referenciais.

“By practical skills I also refer to less technical capabilities, like self-confidence and initiative and other personal and interpersonal skills which will have higher in a life of co-operative self-reliance than in a life based on employment. There are, for example, skills in the use of time, space and money, which the employee culture of the late industrial society has largely been able to ignore.”³⁸

³⁵RIBEIRO (1991), p. 92

³⁶TOFFLER (s.d.), p. 393

³⁷TOFFLER (s.d.), p. 407

³⁸ROBERTSON (1985), p. 182

*"A escola é muda acerca do amanhã (...) O futuro, já banido da sala de aula, é também banido da sua consciência, como se fosse uma coisa inexistente, como se não houvesse futuro."*³⁹

O domínio ambiental também deverá proporcionar muitas oportunidades de trabalho, englobando tarefas de investigação, de recuperação de espaços degradados e de acompanhamento de novos usos. É a própria sobrevivência da espécie que obriga a esta atenção renovada pelo ambiente, mas ela é também fruto de uma reacção cultural contra o artificialismo das técnicas produtivas e da vida urbana.

Na actividade das empresas, as tarefas ligadas à satisfação do cliente, como o *marketing* ou o controlo de qualidade, parecem ter boas hipóteses de expansão. Na medida em que produzir muito deixou de ser um problema, e considerando também algumas reacções anticonsumistas que cada vez mais se vão afirmando, é fundamental conhecer profundamente estes mercados da abundância (para usar a designação de RIESMAN), e ter a capacidade de os satisfazer com o máximo de requinte.

Para os menos instruídos e apetrechados do ponto de vista tecnológico, devem ter bom futuro algumas artes de transformação (artesanato) de elevada qualidade funcional e valor cultural, dirigidas a interesses personalizados, bem como a prestação de pequenos serviços (v.g. construção civil, reparações mecânicas, etc.) às famílias e às empresas.

Todos os serviços de apoio ao indivíduo e à família, nomeadamente aos grupos dependentes e/ou mais carentes - crianças, idosos, doentes, presos, marginalizados - são actividades que prometem crescer, provavelmente incorporando no mercado formal de trabalho algumas acções hoje praticadas em regime de voluntariado social, o que não se tem por certo que seja uma vantagem. O pressuposto crescimento deste tipo de actividades justifica-se pela desagregação da vida doméstica: os núcleos familiares tendem a ser cada vez mais pequenos - raramente incluem mais de duas gerações - quando não são mesmo individuais, e as permanências em casa são curtas; falta tempo para as tarefas de rotina, e mais falta ainda para assistir aos necessitados. Mas qual será o

³⁹TOFFLER (s.d.), pp. 414-415

impacto sobre esta realidade da hipótese de redução do tempo de trabalho que levantamos nesta investigação? Em que fases da vida se reduzirá esse tempo? Sem discriminação sexual ou incidindo mais sobre as mulheres, a quem, na maior parte dos países, a cultura exige uma maior atenção ao lar?⁴⁰ Não cremos que seja possível, para já, construir cenários fundamentados sobre tantas dúvidas.

As actividades económicas ligadas ao lazer são outra fonte natural de expectativas de emprego. A sua exploração já tem hoje algum sucesso, nomeadamente no âmbito do sector turístico, e é previsível que este potencial cresça na medida em que o tempo de não-trabalho possa também aumentar; contudo, é verdade que a esperança que muitas vezes se coloca neste tipo de actividades económicas é exagerada;⁴¹ no caso de muitas regiões portuguesas do interior, por exemplo, essa expectativa decorre da falta de outras alternativas económicas, razão que se compreende mas que não deve evoluir para cenários de ilusão.

O consumo de serviços ligados ao lazer não é de primeira necessidade; o seu valor económico é instável, porque sujeito a modas e em muitos casos a irregularidades temporais (sazonalidade), logo muito difícil de avaliar⁴² e explorar. A tradicional

⁴⁰ Segundo um estudo da COMISSÃO PARA O ANO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA [(1993), p.38], com excepção de “tratar de questões administrativas,” “consertar coisas estragadas” e “engraxar sapatos,” todas as restantes tarefas domésticas são claramente percebidas em Portugal como de responsabilidade da mulher. A mesma discriminação sexual é patente nas responsabilidades pedidas aos filhos, conforme são raparigas ou rapazes.

⁴¹ Em termos gerais, a vantagem para a economia regional de equipamentos de recreação ao ar livre não é grande: “Sin embargo, algunos estudios han llegado a la conclusión de que los efectos del gasto público y privado asociado a las instalaciones recreativas al aire libre son relativamente pequeños (...) Parece ser que muchas personas consideran su participación en actividades de recreación al aire libre como una forma de disfrutar de unas vacaciones baratas.” [MILLERD; FISCHER (1979), p. 250]. No caso específico dos investimentos privados: “(...) los rendimientos correspondientes a la labor personal y de gestión del empresario han sido siempre extremadamente bajos en el caso de las empresas que proporcionan recreación al aire libre.” [BEVINS (1979), p. 243]

⁴² Têm sido propostos vários métodos de avaliação económica dos equipamentos destinados à recreação, pensados sobretudo para ajuizar da pertinência de gastos públicos. Contudo, na maior parte dos casos estes métodos também podem ser utilizados para orientar a gestão de investimentos privados.

Partindo do comportamento do consumidor chegou-se ao método do «Gasto global por visita», assente no somatório dos gastos admitidos com a viagem, estada e alimentação e ainda com todas as despesas inerentes a ingressos e outros serviços prestados. O valor de um equipamento seria tanto maior quanto mais elevada fosse a predisposição para o consumo por ele gerado. Tem como principal crítica o englobamento de muitas despesas que são exteriores ao próprio acto de recreação/lazer; em

convivência neste sector de responsabilidades públicas de carácter social (v.g. redes de infraestruturas e equipamentos, gestão do ambiente, etc.) e interesses económicos privados implica algumas dificuldades de relacionamento e de delimitação das funções que devem caber a cada um destes sistemas.⁴³

II.4.4. OUTROS FACTORES DE EVOLUÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO

Os sectores e actividades antes descritos são os que, em nossa opinião, prometem vir a ocupar mais mão-de-obra no futuro. Mas em paralelo com esta selecção de sectores há outras tendências evolutivas que se podem antever para os mercados de trabalho.

Parece certo que as pessoas vão ter de aumentar muito a sua predisposição para a polivalência e a plurifuncionalidade, porque só assim se podem adaptar ao grande

consequência, desvaloriza relativamente as visitas de indivíduos cuja residência seja próxima do equipamento.

Outra alternativa é o método do «Valor líquido acrescentado», que mede a prosperidade conseguida pelos residentes locais em resultado da implementação de um equipamento de recreação/lazer. Este método fica sujeito a duas críticas fundamentais: por um lado, vê estes equipamentos como um bem comercial, exterior aos seus utilizadores; por outro lado, só serve em escalas de análise limitadas, como uma região, porquanto o seu alargamento, por exemplo ao território nacional, tenderia a anular mutuamente os benefícios e prejuízos parcialmente contabilizados. Para além disso, se a sua aplicação se quiser rigorosa este método é extremamente complexo; SMITH (1971) discriminou os seguintes benefícios e custos a considerar na economia regional:

- Benefícios: gastos públicos com a construção da instalação; emprego directo e indirecto; gastos directos e indirectos que se relacionam com o equipamento da instalação; aumento do investimento privado em função do equipamento; aumento directo e indirecto do consumo; estímulo de outros componentes da vida local (ex. transportes e comunicações); efeitos multiplicadores de circulação do capital;

- Custos: outras oportunidades de investimento perdidas, por esgotamento de recursos; prejuízos nos hábitos de consumo de outros produtos e serviços; eventuais aumentos de impostos; aumento geral dos preços; deterioração do meio ambiente e congestionamento do tráfego; alteração dos modos de vida e acréscimo de práticas anti-sociais (v.g. criminalidade).

Um terceiro método, que a bibliografia indica como o mais utilizado e recomendável, pretende avaliar o «Benefício marginal do utilizador», isto é, a diferença entre o seu limiar de disponibilidade para gastar e o que ele tem efectivamente de pagar para usufruir de um equipamento de recreação/lazer. É conhecido como o «método de Clawson», e dele daremos conta de forma mais detalhada no Anexo II.

⁴³ Há um hábito antigo de se atribuir ao Estado a obrigação de fornecer espaços e meios de recreação. Este hábito criou uma tradição de gratuidade ou de muito baixos custos neste tipo de serviços, o que lhes gera graves dificuldades de gestão, sobretudo ao nível da amortização de equipamentos. Atendendo a isso, e também ao facto de este ser um sector com reconhecido bom efeito multiplicador do consumo, é normal a intervenção pública com diversas medidas de apoio e estímulo ao investimento.

dinamismo dos mercados de trabalho; a ideia de uma função, ainda que especializada, e de um emprego para toda a vida é cada vez menos útil e aceite. José Machado PAIS, referindo-se à população activa mais jovem diz que

*"O trabalho intermitente proporcionado pelos contratos a prazo parece mesmo oferecer-lhes um maior grau de liberdade e de autonomia."*⁴⁴

Esta nova atitude perante o trabalho terá de ser associada, quase fatalmente, a uma maior mobilidade geográfica; para que esta se possa concretizar é necessário que as condições do mercado de habitação o favoreçam e as redes de equipamentos sociais de educação, saúde, lazer, etc., não sejam limitativas. A esta conclusão se refere a Comissão das Comunidades Europeias quando propõe, de forma integrada, um conjunto de medidas de reestruturação dos mercados de emprego:

*"(...) eliminação das barreiras à mobilidade regional, ocupacional e sectorial, sobretudo ao nível habitacional (com a melhoria do regime de arrendamento), criação de incentivos à transferência e mobilidade, reorganização do tempo de trabalho, com desenvolvimento, nomeadamente, de formas de trabalho em tempo parcial e de outros modelos de organização do trabalho ajustados às diferentes realidades empresariais."*⁴⁵

Em paralelo com as evoluções acima referidas, há mais dois aspectos que interessa considerar: a pulverização dos núcleos produtivos e a vulgarização do trabalho à distância. O esbatimento da concentração do trabalho, ou seja, dos grandes empregadores, faz parte de uma estratégia de gestão empresarial tendente a fazer reduzir os custos fixos, para melhor adaptação a conjunturas de crise; a muitos trabalhadores vai ser exigida a capacidade de criar e gerir o seu próprio posto de trabalho, o que poderá ser uma dificuldade acrescida em relação à polivalência e plurifuncionalidade que a todos será imposta. Contudo, esta nova realidade também pode ser vista como vantajosa:

"We are moving out of one historical period into another (...) the age in which employment has been the dominant form of work is coming to an end (...) This is a move to ownwork - to forms of work, paid and unpaid,

⁴⁴ PAIS (1994), p. 106

⁴⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1993), p. 251

*which people organise and control for themselves. (...) We should thus understand it as a historic opportunity for a liberation of work.*¹⁴⁶

A vulgarização do trabalho à distância, apoiado em vários meios de telecomunicação⁴⁷ e em redes de transporte eficazes, é outra evolução provável. Para os trabalhadores, esta solução permite ganhar muito tempo em deslocações e facilita a livre gestão das diversas actividades que ocupam o tempo; para os empresários, para além da vantagem de poderem contar com trabalhadores mais satisfeitos, há que considerar o benefício da redução dos custos em instalações, mas também se têm de ponderar negativamente os efeitos da ausência dos trabalhadores na empresa, como sejam a falta de espírito de grupo e o não aproveitamento da criatividade que decorre da convivência pessoal. Voltaremos a esta matéria no ponto II.5., uma vez que ela tem fortes implicações na reorganização territorial inerente à evolução previsível dos mercados de trabalho.

II.4.5. O INSUCESSO DAS SOLUÇÕES TRADICIONAIS DE COMBATE AO DESEMPREGO

A vitalidade das economias dos países «desenvolvidos» parece comprometida. Existem grandes reservas quanto à possibilidade de expansão dos seus mercados comerciais, e também se expressam muitas dúvidas acerca da sustentabilidade de economias baseadas nos serviços,⁴⁸ caminho para que estes países parecem talhados.

⁴⁶ROBERTSON (1985), p. 189-190

⁴⁷ Muito embora o trabalho à distância seja uma prática anterior à Revolução Industrial, muito antes, portanto, dos modernos meios de telecomunicação, o chamado teletrabalho é hoje a sua componente mais interessante. Segundo o Boletim TC-P, da Associação de Telecentros Rurais de Portugal, na sua edição nº 1, de Setembro de 1993, o conceito de teletrabalho terá sido delineado pelo professor californiano Jack Nilesque, no início dos anos 70, o qual, face ao aumento do preço do petróleo, procurou alternativas que minimizassem as massivas deslocações pendulares em função do trabalho. Na Grã-Bretanha, o país europeu onde esta forma de trabalho está mais desenvolvida, estimava-se em meio milhão o número de trabalhadores independentes que, aquela data, funcionavam em teletrabalho, a que acresciam 60000 empregados a tempo pleno, 140000 em tempo parcial e ainda outros 60000 que tinham como sede o domicílio mas trabalhavam no automóvel.

⁴⁸ Para além das dúvidas de carácter económico, Jeremy SEABROCK produziu o seguinte comentário: *"Leisure and service have been offered to the people of the west as a vision of liberation from earlier and known rigours of industrial manufacture. On the contrary. (...)«Service» means the status of servant; and when was there ever liberation in what?"* [SEABROCK (1989), p. 144]

*"(...) tous les produits industriels qui ont alimenté la croissance (...) sont désormais saturés, ou presque: le taux d'équipement des ménages est de 85 à 95% (...) reste un «marché de remplacement»."*⁴⁹

*"(...) il apparaît relativement difficile de postuler la possibilité d'une croissance autonome des marchés des services, croissance permettant d'engendrer une nouvelle croissance de l'économie globale (...) les vieilles nations industrialisées sont alors condamnées à une croissance lente."*⁵⁰

A ideia de que nos países mais ricos se viverá, apesar de tudo, um futuro de relativa abundância, entronca nas dúvidas acerca do modelo de assistência a prestar aos excluídos do sistema, sejam os desempregados ou os reformados precocemente.⁵¹ Esta assistência tem um fim social, mas é também muito importante para a generalidade do sistema económico.⁵²

A impossibilidade de garantir o pleno emprego, nos termos actuais, parece ser um dado adquirido,⁵³ facto que obriga a reflectir sobre a diminuição do tempo de trabalho individual, a fim de procurar um maior equilíbrio colectivo:

⁴⁹GORZ (1980), p. 197. Note-se que esta afirmação assenta numa lógica de necessidades elementares, sem contar com os constantes novos produtos (exemplos recentes: micro-ondas, computadores pessoais, telemóveis, leitores de *compact disc*) nem com a obsolescência precoce, física e funcional, de muitos outros (os computadores pessoais serão o exemplo mais evidente, mas a televisão de alta definição, ou a três dimensões, e o videotelefone são outras hipóteses futuras com grande interesse comercial). Com tudo isto, não deixa de ser razoável admitir-se que este tipo de consumos não é tão imperativo - e por isso estimulante para a economia - como o foram os de épocas anteriores.

⁵⁰BARCET (1987), p. 47

⁵¹Numa lógica simplista, diz GALBRAITH: *"Se podemos dispensar aquilo que os desempregados não produzem, podemos evidentemente atribuir-lhes o suficiente para manterem os seus hábitos."* [GALBRAITH (1962), p. 289]. Só que esta lógica não contempla o problema da concorrência internacional; nem todo o desemprego resulta de ganhos de produtividade por substituição de factores de produção. Acresce que *"En même temps, il n'est pas inutile d'évoquer la répartition des ressources entre tous les acteurs sociaux, dans des sociétés qui continuent malgré tout à s'enrichir, et de repenser à l'utilité économique et sociale de cette catégorie montante de la population que constituent les personnes âgées."* [COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995a), p. 32]

⁵²Segundo o I.N.S.E.E., de França, em 1989 o rendimento médio anual de uma família francesa sem desempregados era de 186195 francos. Nos casos em que havia desempregados (cerca de 10% das famílias), o rendimento médio baixava para 136934 francos (74%); se os desempregados fossem de longa duração - mais de um ano de desemprego - o rendimento médio ficava já pelos 100478 francos (54%); e se os desempregados fossem operários o valor só atingia os 89822 francos (48%). [Estudo citado por HERPIN (1992)]. Contudo, o problema da distribuição da riqueza tem ainda que levar em conta o sistema de concorrência internacional: *"La mayor abundancia de dinero en los bolsillos de los consumidores europeos puede resultar, ceteris paribus, en la creación de mas puestos de trabajo en Corea."* [GERSHUNY (1987), p. 190]

⁵³*"Não acho que seja possível resolver o problema do emprego no actual sistema. Soube, por exemplo, que Jacques Delors não se candidatou (a Presidente da França) para não ter de dizer que não há nem*

“La plupart des experts annoncent une diminution du volume de travail dont les conséquences ne pourront être atténuées que si la durée du travail sous ses diverses formes (journalière, hebdomadaire, annuelle) est abaissée (...) La pression sur l'emploi n'en sera donc que plus forte dans les années à venir.”⁵⁴

Em paralelo com a redução do tempo médio de trabalho dos activos pode também pensar-se no estreitamento deste «contingente», através da universalização e alargamento do período de formação pré-activa e da antecipação de reformas. Foram estas, aliás, as soluções tradicionalmente mais utilizadas para resolver os problemas passados de desemprego, mas a sua continuidade tem limites de conveniência que parecem esgotados.

II.4.5.1. UNIVERSALIZAÇÃO E ALARGAMENTO DO PERÍODO DE FORMAÇÃO PRÉ-ACTIVA

O retardamento da idade média de entrada no mercado de trabalho tem uma justificação lógica que radica na necessidade de preparar melhor os jovens para vidas profissionais cada vez mais exigentes. Contudo, se a universalização do sistema se justifica por razões de igualdade de direitos, a sua extensão levanta bem mais dúvidas, porquanto não se reconhece grande utilidade num ensino compactado de conhecimentos cuja obsolescência será fatalmente muito rápida; para além disso, a evolução das técnicas didáctico-pedagógicas deve tender para o encurtamento dos períodos escolares, e não o contrário. Mais útil, portanto, será a promoção do regresso periódico de todas as pessoas a um tempo de formação, hipótese essa que, aliás, não é menos promissora do

vai haver emprego para todos.” Maria de Lourdes PINTASILGO, in *Jornal PÚBLICO*, nº 1814, 1995.02.25, p. 20. “A meio da década de 90, temos desemprego maciço (...) Nos sistemas actuais, o desemprego está a adquirir carácter de permanência, enquadrado por uma descoordenação de base entre qualificações, solicitações e incentivos.” [COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995b), p. 3]. E nem o aumento da tolerância do desemprego pode resolver alguma coisa: “Society’s tolerance of unemployment has been remarkably elastic over the past two decades, so that the boundaries for what constitutes an employment crisis have been redrawn several times.” [UNITED NATIONS (1994), p. 158]

⁵⁴ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995a), p. 33

que a anterior enquanto alternativa ao tempo de trabalho, só que em épocas diferentes da vida. Convém não esquecer, também, que a formação escolar implica despesas muito elevadas, despesas essas que devem ser criteriosamente ponderadas com outras alternativas de investimento ou consumo e com os respectivos retornos. Prolongar artificialmente a permanência pré-activa nas escolas, apenas para compensar as incapacidades do mercado de trabalho, é sempre uma má solução, quer resulte de políticas oficiais ou de atitudes espontâneas: não é rendável economicamente, cria frustrações face a expectativas que muitos não atingirão e estimula o desequilíbrio entre a maturação biológica e a afirmação cultural, social e económica dos jovens.

II.4.5.2. ANTECIPAÇÃO DA IDADE DE REFORMA

Esta hipótese é com certeza a mais trabalhada e discutida neste âmbito, mas as dúvidas em seu redor são cada vez maiores. Em primeiro lugar, está por provar a eficácia desta estratégia numa das suas apregoadas virtudes - a substituição de gerações; em muitos casos, a antecipação de reformas pode aliviar momentaneamente o excesso de mão-de-obra percebido em algumas empresas, mas não contribui para nenhuma revisão fundamental na gestão de recursos humanos. Por outro lado, a expulsão precoce dos mais idosos do mercado de trabalho resultará sempre em ganhos de produtividade? Haverá uma lógica económica nesta opção, ou apenas o seguidismo de uma solução conhecida e por isso mais fácil? Não terão os mais velhos um capital de experiência a aproveitar, ainda que deslocados dos seus postos de trabalho habituais, nos quais poderão eventualmente revelar dificuldades de adaptação à mudança?

"Qu'est-ce qu'une société que vieillit? Est-ce une société où l'expérience et la sagesse accumulées la vie durant contribuent au progrès de la communauté tout entière ou une société dans laquelle les individus, passé un certain âge, constituent l'opposition?"⁵⁵

"On a poussé les gens à une préretraite. C'est une erreur. Après enquête, il est prouvé que les travailleurs de plus de cinquante cinq ans sont plus conscients, mentalement plus efficaces et moins absents que les jeunes. Il

⁵⁵BIT (1995b), p. 62

*sont plus attachés à leur entreprise et ont pour eux l'expérience. Les personnes âgées constituent une ressource humaine inestimable qui ne peut être dilapidée.*¹⁵⁶

À margem dos problemas económicos podemos também equacionar dúvidas de natureza social. Que tipo de vida poderão ter as pessoas que são precocemente expulsas (segundo os padrões actuais) do mercado de trabalho? Se é possível, em média, libertar as pessoas de parte da sua vida activa, por que é que esse benefício há-de ser atribuído em bloco e apenas no final, quando, por exemplo, ele poderia fazer muito mais falta na fase jovem adulta e adulta?

*"Comment ne pas dénoncer cette autre absurdité qui consiste à procurer aux individus des loisirs au moment où ils sont souvent moins mobiles, moins actifs, moins désireux de connaître des expériences nouvelles. Il serait donc infiniment préférable de donner aux jeunes la possibilité d'un temps libre, qu'ils utiliseraient pour voyager, achever leur formation, en «profitant» pleinement de ces périodes de repos actif."*¹⁵⁷

Finalmente, a última mas decisiva reserva sobre esta estratégia relaciona-se com os meios de financiamento e a própria solubilidade dos sistemas de segurança social. Se eles forem estruturalmente financiados pelos trabalhadores e pelas empresas, como no caso português, diminuir o número de contribuintes e alargar o de beneficiários só pode trazer problemas, tanto mais que o aumento da esperança média de vida já tende a criar, só por si, alterações ao anterior equilíbrio entre estes dois grupos.⁵⁸ Se admitirmos que estes sistemas podem ser financiados pela generalidade da riqueza produzida por um país, numa lógica solidária de base fiscal, e se partirmos do princípio que a expulsão dos mais idosos do mercado de trabalho se justifica, e justificará no futuro, por progresso tecnológico, que aumenta a criação de riqueza, então este problema passa a ser mais uma

⁵⁶POIRLER; CLAPIER-VALADON (1989), p. 398, referindo-se a estudos da Organização Mundial do Trabalho.

⁵⁷POIRLER; CLAPIER-VALADON (1989), p. 400. Juntamos a esta reflexão as necessidades da família, nomeadamente o acompanhamento de filhos menores.

⁵⁸A esperança média de vida nos países industrializados cresceu 4.8 anos entre 1960 e 1995 (de 69.8 a 74.6 anos); é de notar, também, que nestas três décadas e meia a diferença entre a esperança de vida nos países industrializados e a que se verifica nos que se encontram em «vias de desenvolvimento» se reduziu de 22.4 para 12.2 anos. Nos países mais ricos, e neste mesmo período, a população com 65 e mais anos subiu de 8.5% para 12.0%.

questão de cultura e de solidariedade, e menos uma matéria económica. Só que estes *ses* são difíceis de resolver.

Há uma consciência generalizada de que os sistemas públicos de segurança social se tornaram demasiado generosos para com os seus beneficiários, sobretudo na Europa. A sua filosofia original - a prevenção da miséria em situações de perda de rendimento por doença, desemprego, invalidez ou reforma - foi desvirtuada pela tentação de substituir integralmente o rendimento do trabalho e assalariar a exclusão. Criou-se, assim, um dilema entre os benefícios imediatos que estes sistemas atribuem a cada indivíduo e a consciência crítica do seu prejuízo para o estado geral das economias.

O reequilíbrio financeiro dos sistemas de segurança social tem de passar mais pela redução das despesas do que pelo aumento das receitas. Nem os trabalhadores, nem as empresas e nem sequer o Estado estão em condições de aumentar muito mais o seu esforço nesta matéria.⁵⁹ Reduzir despesas significa diminuir o número de beneficiários, por aumento da idade de reforma⁶⁰ - ao contrário do que o mercado de trabalho podia sugerir - e empobrecer as prestações, o que não é fácil de fazer aceitar. A Itália e a Alemanha protagonizaram exemplos recentes de aumento da idade de reforma, o mesmo acontecendo com Portugal no que diz respeito às mulheres. Em França, o projecto governamental de redução das prestações da segurança social conduziu a uma onda de greves que causou um autêntico caos social, nos últimos dias de 1995. Na Suécia propõe-se um sistema de indexação do valor das pensões à saúde da economia. Em termos gerais, vai-se afirmando a consciência de que as pensões do Estado só podem chegar para as necessidades básicas, devendo o restante consumo ser assegurado por regimes individuais privados.

⁵⁹ Segundo a OIT, o limiar máximo admissível para os descontos destinados à segurança social é de 25%, após o que o sistema entra em colapso e favorece o crescimento da economia paralela.

⁶⁰ *"Durant les années 1950 ou 1960, beaucoup d'Européens avaient une vie professionnelle d'environ 45 ans pour 15 ans de vie de retraite, alors qu'aujourd'hui ils auraient plutôt 35 à 40 années d'activité pour 20 à 25 ans de retraite: le rapport est passé de trois contre un, à deux contre un, ou moins."* [COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995a), p. 33]. *"La norme de la retraite à 65 ans, admise dans la plupart des pays, a été fixée au début du siècle, alors que la moyenne d'espérance de vie était inférieure à 50 ans. Celle-ci approche aujourd'hui de 80 ans, et l'âge de la retraite reste inchangé, quand il n'a pas été abaissé."* [BIT (1995b), p. 48]

II.4.6. NOVAS SOLUÇÕES PARA O DESEMPREGO

II.4.6.1. AS UTOPIAS DO «TEMPO GLOBAL DE TRABALHO» E DO ABANDONO DO TRABALHO FEMININO

As reflexões antes produzidas, acerca das perspectivas do crescimento económico e da evolução do emprego nos países «desenvolvidos», deixaram claro que o futuro exigirá nestes países maior flexibilidade para enfrentar o problema do desemprego.⁶¹

Algumas das novas soluções que se vão propondo são, pelo menos para já, verdadeiramente utópicas. Uma das mais extravagantes propõe que o tempo de trabalho seja reduzido e interpretado como uma obrigação global a cumprir ao longo de toda a vida activa (talvez 50000 horas), conforme as conveniências individuais, num sistema de unidades de crédito!⁶² Quem faria a gestão de um tal sistema? Quem empregaria pessoas em regimes tão liberais?

Uma outra ideia assenta no favorecimento do regresso da mulher à condição privilegiada de mãe e responsável pelo lar, com um abandono total ou parcial do mercado de trabalho formal. Esta hipótese, *a priori* indefensável na cultura ocidental, pode ter justificação económica para as famílias, uma vez que substituiria a prestação de vários serviços domésticos e de apoio às crianças, doentes e idosos, cujo custo não raro se equipara ao rendimento do trabalho de um dos membros da família. A profissão de doméstica poderia ser instituída e remunerada pelo Estado.⁶³ Mas o que pensarão as pessoas, e nomeadamente as mulheres, de tudo isto?⁶⁴ Conseguirão elas encontrar nesta vida doméstica reconstruída uma suficiente gratificação pessoal?

⁶¹ "Si les travailleurs pouvaient choisir librement leur horaire de travail et que les entreprises puissent adapter l'organisation du travail à ces choix, l'emploi s'en porterait sûrement mieux." [BIT (1995b), p. 187]. "Des formules moins rigides de temps de travail sur la journée, la semaine, l'année et l'ensemble de la vie active pourraient répondre à la fois aux besoins des entreprises et aux aspirations des travailleurs (...) il faut négocier des solutions à un niveau décentralisé. Dans certains pays, il faudra aussi amender la législation, la fiscalité et le dispositif de sécurité sociale (...) il importe, cependant, que les nouvelles modalités de temps de travail soient économiquement viables." [OCDE (1994), p. 36]

⁶² Ver referências em HANDY (1986)

⁶³ Em sociedades de abundância, que a tecnologia não põe em causa, antes pelo contrário.

⁶⁴ Para nosso grande espanto, houve um acolhimento bastante generalizado a esta ideia nas conversas que mantivemos (nomeadamente com mulheres, jovens e menos jovens) durante um estágio que

Se isolarmos as componentes sociais e culturais da lógica estrita do processo económico, a verdade é que a mulher só começou a participar de modo pleno no mercado de trabalho quando houve escassez de mão-de-obra, no pós-Segunda Guerra Mundial; como a mão-de-obra é agora excedentária, isso pode favorecer um processo de expulsão sexualmente discriminado, que até parece ter contornos naturais aos olhos de muitos empresários. Diga-se, contudo, que os dados actuais (ainda?) não confirmam esta hipótese:

“(...) on assiste à une remontée en force des femmes sur le marché du travail. Actuellement la courbe européenne des taux d'activité féminins ressemble beaucoup à celle des hommes, avec seulement un décalage vers le bas et un désengagement plus rapide à partir de 40 ans. En revanche, la pente négative entre 15 et 30 ans, qui marquait les effets de la nuptialité et de la fécondité, a disparu et est remplacé par une tendance ascendante très marquée.”⁶⁵

II.4.6.2. TRABALHO A TEMPO PARCIAL E PARTILHA DO TEMPO DE TRABALHO

Uma das soluções tidas por mais razoáveis para combater o desemprego é o incremento do trabalho a tempo parcial.⁶⁶ Voltando ao exemplo da União Europeia (Fig. II.4.5.), verificamos que este tipo de trabalho já tem um peso bastante significativo (15,4% do total de trabalhadores); é também muito importante a constatação de que 69.8% destes trabalhadores estão nesse regime por opção voluntária. Há uma claríssima predominância das mulheres (81.8%), que é ainda um pouco maior (84.2%) quando nos restringimos ao grupo que trabalha a tempo parcial por livre escolha; poderão estes dados ser percebidos

realizámos na Dinamarca e Suécia, em 1995, tendo em vista esta investigação. Sendo os países nórdicos pioneiros em matéria de emancipação da mulher nada o fazia prever; é de admitir, portanto, que depois de ganha a luta pela igualdade de oportunidades entre os dois sexos os modelos ancestrais de família possam vir a ter um interesse renovado.

⁶⁵ COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995a), p. 34

⁶⁶ “It permits married couples to adjust their working time to fit in with their family duties and their ages. It gives employers a chance to cut costs. It is a convenient way of sharing work to remedy the acute unemployment problem.” (World of work - The magazine of the International Labour Organisation, nº 3, 1993, p.12)

como um indício da retracção do trabalho feminino, no sentido do que antes classificámos como utópico?⁶⁷

Recorrendo a outro trabalho da EUROSTAT,⁶⁸ verificamos que o sector dos serviços é aquele em que a incidência deste regime de trabalho é mais importante. Na indústria ele é quase irrelevante, com excepção da Holanda (14.9%, em 1992) e da Dinamarca (11.0%, em 1992). Na agricultura os valores são um pouco mais elevados (máximo de 28.3%, na Holanda, em 1992), mas ainda assim menores do que nos serviços. Como a ordenação relativa entre os países é semelhante, independentemente dos sectores, escolhemos como exemplo os serviços, onde os valores são mais significativos (Quadro II.4.6.).

Quadro II.4.6. - Empregados que trabalham a tempo parcial nos serviços.* Comunidade Económica Europeia (1983-1992)

	Ale.	Bél.	Din.	Esp.	Fra.	Gré.	Hol.	Irl.	Itá.	Lux.	Por.	R.U.
1983	16,7	11,1	30,3	..	12,0	5,3	27,1	8,0	4,1	8,4	..	26,1
1984	16,0	11,0	25,8	..	12,9	4,3	..	8,0	4,7	7,7	..	28,6
1985	16,9	11,6	30,7	..	14,0	4,7	28,9	8,5	4,8	8,6	..	28,8
1986	17,2	12,6	30,3	..	15,0	4,4	..	8,3	4,3	8,3	5,8	29,2
1987	17,0	13,2	30,5	7,6	15,1	4,7	36,0	9,6	5,0	8,9	6,5	29,5
1988	17,7	13,2	29,2	7,4	15,3	4,5	36,6	10,5	4,9	7,5	6,8	29,3
1989	18,3	14,1	28,7	6,6	15,4	4,3	38,4	10,3	5,5	8,6	6,2	28,5
1990	20,4	14,8	28,1	6,8	15,4	3,9	38,6	11,0	4,9	8,6	6,2	28,5
1991	21,1	15,8	27,9	6,5	15,6	3,4	39,6	11,7	5,3	9,2	6,1	29,0
1992	21,8	16,7	27,2	8,0	16,3	4,0	39,0	..	6,0	9,2	7,2	30,0

* valores em percentagem

Nota:

.. dados não disponíveis

Fonte: EUROSTAT (1995a)

⁶⁷ Segundo um estudo da COMISSÃO PARA O ANO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA [(1993), pp. 18-19], 52% dos portugueses acham que a mulher deve trabalhar fora de casa, mas 67% acham que esse trabalho deveria ser apenas em tempo parcial, valor que sobe para 78% quando existem filhos pequenos; esta opinião tem uma clara vinculação sexual, uma vez que 64% dos inquiridos disseram que não concordavam que esta opção fosse dada aos pais.

⁶⁸ EUROSTAT (1995a). Na revista da OIT - *World of work*, nº 3, de 1993, o artigo *International focus on part-time work* confirma, na substância, os elementos colhidos nesta «amostra» europeia.

Constata-se, com naturalidade, que é nos países mais ricos da União (então Comunidade) Europeia que este regime tem maior acolhimento; mais do que qualquer outra coisa, a opção pelo trabalho a tempo parcial depende de o menor rendimento que ele ocasiona não pôr em causa padrões razoáveis de consumo. Entre 1985 e 1992, o coeficiente de correlação entre os valores do trabalho a tempo parcial e do desemprego na C.E.E. era de -0.33, o que de algum modo confirma o pressuposto teórico de uma relação estatística inversa entre estes dois indicadores; a correlação só não será mais elevada porque a complexidade dos sistemas económicos, e em particular dos mercados de trabalho, não aceita interpretações tão simplistas, ainda que logicamente fundamentadas.

Uma das soluções mais insistentemente debatida em anos recentes para combater o desemprego é a chamada partilha do tempo de trabalho, que não é mais do que a aceitação solidária por parte dos trabalhadores de um regime de tempo parcial, com uma remuneração proporcionalmente reduzida.⁶⁹ Os anos de 1993 e 1994, marcados por uma crise económica de âmbito mundial, deram-lhe particular destaque:

*"Com o crescimento do fenómeno «desemprego», é preciso repensar o conceito de trabalho e considerar planos de trabalho flexíveis e inovadores, incluindo a partilha de emprego."*⁷⁰

Uma sondagem nacional publicada no Jornal Público, em 1996.05.01, indica que 85.1% dos portugueses admitem renunciar a aumentos salariais para evitar despedimentos na empresa/instituição em que trabalham; mais ainda, 74.5% aceitam um processo de partilha do tempo de trabalho com redução de salário, desde que isso obste a ameaças de despedimento. Segundo a desagregação socio-estrutural desta sondagem, as pessoas com rendimentos mais baixos são as mais predispostas para este tipo de solução, porque

⁶⁹ Esta definição da partilha serve para os postos de trabalho já existentes e de alguma forma ameaçados. Nada obsta a que a mesma lógica solidária seja estendida à globalidade do mercado de trabalho, envolvendo, inclusivé, a criação de novos empregos; contudo, a gestão destes processos tem contornos e dificuldades diferentes.

⁷⁰ PNUD (1994), p. 20

são também as que se sentem mais atemorizadas pelo desemprego⁷¹ (83.8% dos portugueses não concorda com alterações legislativas que liberalizem a contratualização do trabalho, 72.9% acham que o desemprego vai aumentar durante o ano de 1996 e 90.4% estão convencidos de que a importância deste fenómeno é superior ao que dizem as estatísticas oficiais; 30% dos portugueses já estiveram, ou estão, em situação de desemprego).

O carácter inovador deste tipo de experiências ainda não permitiu a produção de modelos de referência. O caso mais conhecido ao nível internacional terá sido o da *Volkswagen* alemã, iniciado em Dezembro de 1993. Pressionada pela necessidade de despedir alguns milhares de empregados, a empresa conseguiu um acordo histórico com os representantes dos seus trabalhadores, para valer num período de dois anos (1994/1995): a semana de trabalho passou a ser de quatro ou cinco dias, mas sempre com uma redução de tempo de 20% (de 36h para 28h.50m); os salários foram reduzidos entre 12 e 15%.⁷² Este caso prático parece-nos exemplar: um grupo de pessoas, colocado perante a perspectiva do desemprego total de alguns para que se pudesse assegurar o pleno emprego de outros, acordou repartir entre si o tempo de trabalho e o rendimento que a empresa podia assegurar, revelando-se esta como parte interessada no processo, o que passou, também, por algum esforço financeiro próprio.⁷³

A título de comparação, refira-se o ocorrido na *Ibéria*, em Dezembro de 1994, quando a administração reduziu entre 3 e 15% os salários dos seus trabalhadores, sem compensação horária: todos aceitaram, excepto os pilotos, com certeza porque têm maior confiança na sua força junto da empresa e do mercado de trabalho exterior. Dir-se-à que é um processo ilógico, porque deveria haver tempo de trabalho em excesso ou então não existiria razão para ameaça de despedimentos, mas também é um exemplo elucidativo das piores alternativas que as crises podem despoletar.

⁷¹ Esta matéria foi mais desenvolvida no apuramento das entrevistas que realizámos para este trabalho (ver II.3.3.4.).

⁷² Recolha de informação junto do Departamento de Relações Públicas da *Volkswagen*, na Alemanha. Este acordo foi integralmente cumprido; em Dezembro de 1995 foi renovado para os dois anos seguintes.

⁷³ Note-se, contudo, que este relativo sucesso interno foi acompanhado de um despedimento de 3000 trabalhadores na *Seat*, em Espanha, da qual a *Volkswagen* é sócia maioritária.

Quanto a exemplos portugueses, o único caso conhecido de um acordo desta natureza é o da Lisnave.⁷⁴ No âmbito de uma vasta reestruturação interna, a empresa concluiu ter de reduzir drasticamente o seu nível de produção e, em consequência, o número de trabalhadores⁷⁵ - dos 6200 que se registavam em 1993 calculou-se como necessária uma redução até aos 2500, no final de 1996.

Face à necessidade de uma tão brutal libertação de mão-de-obra, a Administração e a Comissão de Trabalhadores assinaram, em Julho de 1994, um acordo para um processo de partilha do tempo de trabalho, com a duração de dois anos (1995 e 1996) eventualmente renováveis. A redução dos turnos, de 8 para 6 horas, seria compensada com formação profissional remunerada, nas 2 horas abatidas, e inserida num contexto de flexibilização de horários.⁷⁶ Com este acordo foi possível conter o despedimento imediato, ou quase, de cerca de 1700 trabalhadores, limitando as dispensas aos regimes de reforma ou acordos voluntários de pré-reforma e rescisão de contrato.⁷⁷

Passando dos exemplos a uma análise mais geral, não se encontram motivos para uma defesa corporativa da partilha do tempo de trabalho: trabalhadores, empresários e Estado

⁷⁴ A actividade actual da Lisnave é apenas a reparação de grandes navios, embora também tenha capacidade para construção. Trata-se de uma actividade muito intensiva em mão-de-obra e que tem de concorrer internacionalmente com salários muito baixos, por exemplo na Polónia ou no Extremo e Médio Oriente; a contenção de custos é difícil e, por outro lado, é um sector muito sensível a crises internacionais; de 1973 a 1985 a empresa viveu em permanentes dificuldades, motivadas pelos «choques petrolíferos» e também pela situação política que então se vivia em Portugal; entre 1986 e 1991 pôde crescer a um ritmo de 18% ao ano, após um acordo laboral; mas a partir de 1991, com a Guerra do Golfo e suas consequências no transporte marítimo, a necessidade de reestruturação tornou-se óbvia.

⁷⁵ A Lisnave vai concentrar toda a sua actividade na Mitrena, nas instalações da antiga Setenave, entretanto comprada. A política laboral passará pela limitação do quadro de pessoal até à essência do núcleo produtivo, contratando no exterior todas as actividades possíveis: (ex. decapagem, pintura, manutenção de maquinaria de apoio, etc.). Os trabalhadores a dispensar serão incentivados a criarem novas empresas, com o objectivo de poderem ser eles próprios os beneficiários dessas adjudicações exteriores.

⁷⁶ O rendimento líquido dos trabalhadores não seria, portanto, afectado durante estes dois anos, embora fosse de admitir que o regime maciço de formação profissional não pudesse ser estendido durante mais tempo. Esperava-se que, nessa altura, a formação facultada e o estímulo à criação de novas empresas pudesse ajudar muitos dos trabalhadores atingidos.

⁷⁷ Em Fevereiro de 1996 o acordo não tinha ainda sido completamente implementado. Não se verificava uma redução formal e sistemática do tempo de trabalho, muito embora os trabalhadores fossem regularmente chamados a planos de formação profissional estabelecidos pela empresa. O propósito de contenção dos despedimentos foi cumprido.

tanto podem percebê-la de forma positiva como negativa. Perante este quadro pouco claro, o que a generalidade das reflexões sobre esta matéria reclama é o direito à flexibilidade, que começa na desobstrução dos constrangimentos de ordem legal⁷⁸ e se prolonga na atitude dos diversos actores em presença, nomeadamente dos seus líderes de opinião e representantes - sindicatos, associações empresariais e também os Governos.

Para a concretização de soluções de partilha do tempo de trabalho é fundamental a definição dos limites de intervenção do Estado. As teses mais liberais defendem que ela se deve reduzir à aprovação de um quadro legal que abra caminho à livre vontade dos agentes económicos; contudo, há muitos autores que pensam, e é essa também a nossa opinião, que o Estado tem bons motivos para se envolver mais, seja por razões orçamentais seja porque esta matéria tem incidências que transcendem o plano estrito da economia.

*"A sua resolução tem condicionantes nos planos económico e social, mas é sobretudo um desafio político e ideológico."*⁷⁹

Para o Estado, subsidiar o emprego pode custar apenas tanto, ou até menos, do que suportar o desemprego; para além do pagamento de subsídios, o desemprego implica também a não-cobrança de impostos e de contribuições sociais e a sobrecarga dos sistemas de segurança social, de justiça e de saúde. Contudo, a abertura à intervenção do Estado não pode esquecer os efeitos distorsores que ela implica na livre concorrência de mercado, nem alhear-se das grandes dificuldades que sempre existirão na escolha dos sectores e empresas que eventualmente sejam candidatas a uma solução deste tipo.

⁷⁸ "La réflexion actuelle sur la réduction du temps de travail, qu'elle s'exprime dans des rapports officiels ou dans les prises de position des partenaires sociaux, s'oriente vers des approches flexibles et progressives, qui tiennent compte au maximum des contraintes économiques et des préférences individuelles en matière de travail, de loisirs et de revenu." [CUVILIER (1981), p. 164]

Entre Julho de 1992 e Maio de 1994, foram aprovados em França três suportes legais para o que foi designado de «Contratos de Solidariedade», os quais podemos considerar como processos de partilha; estes «Contratos» tiveram uma aceitação muito fraca (afectaram menos de 25000 postos de trabalho, no total), precisamente porque eram muito restritivos nas condições da sua aplicabilidade.

⁷⁹ JUDAS (1994), p.1, referindo-se à partilha do tempo de trabalho.

É certo que a partilha do trabalho se aplica melhor a tarefas rotineiras, pouco especializadas e personalizadas; por outro lado, há muitas situações, sobretudo em pequenas empresas, em que a redução do tempo de trabalho só gera mais emprego desde que o horário global de funcionamento cresça, o que nem sempre se justifica. Estas limitações fazem com que a selecção dos casos em que a partilha possa ser interessante ultrapasse a opção entre funções e chegue à escolha dos próprios sectores, o que é perigoso para o equilíbrio do sistema económico. J. L. JUDAS (1994) indica como sectores mais favoráveis a generalidade da indústria, a construção civil, o grande comércio e os transportes urbanos, enquanto o pequeno comércio, a banca e os seguros, todo o trabalho criativo e intelectual e os transportes de longo curso são casos em que se diagnosticam maiores dificuldades de aplicação.

Todo este largo conjunto de dúvidas acerca das consequências da partilha aconselha, também, a um gradualismo criterioso na sua aplicação. Ainda segundo José Luís JUDAS, a prioridade deve ser para as indústrias de grande desgaste físico para os trabalhadores, situações que envolvam grande número de postos de trabalho ou casos em que o Estado tenha maior responsabilidade (empresas e função pública).

Como vantagens paralelas a esta solução salientam-se o incremento dos serviços de lazer e do emprego a eles associado, o tempo acrescido para o convívio familiar e social, a disponibilidade para tarefas de formação pessoal e profissional e ainda para novas experiências de autocriação de empregos, experiências essas que prometem vir a fazer muita falta no futuro próximo.

Quem aprecia de modo favorável a hipótese da partilha do tempo de trabalho parte de uma posição fatalista em relação ao estado actual do mercado e às suas perspectivas de evolução. A partilha é tida como um mal menor,⁸⁰ que se não for aceite abre caminho a

⁸⁰ É preciso não esquecer que "(...) *L'objectif des entreprises étant désormais d'adapter le temps de travail aux fluctuations de l'activité, et non plus d'en réduire la durée.*" [BLOCH-LONDON (1990), p. 31]

um desemprego descontrolado⁸¹ e, provavelmente, afectado por discriminações de carácter sexual e etário. Para combater o actual desemprego é preciso uma política diferente das reduções de trabalho *a posteriori* que foram a resposta aos aumentos da produtividade tecnológica no passado.

*"La reducción de la jornada laboral ha sido seguida de aumentos de productividad suficientes para anular todo efecto de creación de empleo (...) La reducción de la jornada suele preceder al aumento de la productividad."*⁸²

II.4.6.3. O TRABALHO SOCIAL E OS SISTEMAS DE «LICENÇA»

Ainda existem mais duas medidas de combate ao desemprego que justificam referência. Uma delas é o chamado «terceiro mercado de trabalho», um mercado artificial financiado por dinheiros públicos;⁸³ o seu objectivo seria exclusivamente social, tendo em vista evitar a desintegração cultural dos desempregados e, se possível, contribuir para a sua reabilitação profissional. Por muitos benefícios que se possam apontar a esta solução os seus custos são elevados e exclusivamente públicos, pelo que dependem de situações económicas de riqueza.

Uma outra solução é um inovador sistema de «licenças» implementado na Dinamarca. Desde 1 de Janeiro de 1994, qualquer trabalhador dinamarquês pode usufruir de três tipos de «licença» suportadas pelo Governo:

⁸¹ "Los sacrificios de los panoramas del ocio y del desempleo son fáciles de ver. La carga más pesada será para los que no tienen empleo o para la nueva «clase ociosa», aunque los que siegen teniendo um empleo tendrán que pagar unos impuestos más altos. En los escenarios del empleo y del trabajo, los sacrificios están repartidos com mayor equidad, en el sentido de que todo el mundo tendrá bastante menos trabajo asalariado y enevitablemente bastante menos dinero." [HANDY (1986), p.251]

⁸² WHITE (1989), p. 27

⁸³ O primeiro mercado é o de quem tem trabalho, e o segundo o de quem o procura formalmente.

- «licença de parente»: para além da paragem por maternidade, que naquele país é já de sete meses, cada criança dos 0 aos 8 anos dá a possibilidade, à mãe ou ao pai, de suspender remuneradamente a sua profissão durante um ano;

- «licença de formação»: também durante um ano, qualquer trabalhador pode optar por receber um subsídio de formação, desde que exista acordo com o empregador;

- «licença geral»: situação semelhante à anterior, mas em que o trabalhador utiliza o seu «autodesemprego» temporário em actividades de livre escolha, desde que o empregador concorde e seja assegurada substituição por um desempregado.

Os trabalhadores podem acumular os três tipos de «licença», até ao máximo de dois anos, só precisando para isso de terem estado um ano a trabalhar e a realizar os descontos legais.⁸⁴ Depois de esgotado este tempo têm de guardar um intervalo de cinco anos até poderem requerer novas «licenças». Em todos estes casos o subsídio atribuído é de 70% do salário; no caso da «licença de parente», algumas autoridades locais pagam os 30% restantes, como compensação pelos gastos poupados ao sistema de educação pré-escolar.

O objectivo destas medidas é descomprimir o mercado de trabalho à custa de prestações do Estado, desfazendo a ideia de que o subsídio por desocupação (desemprego) só é devido por indemnização social. Para os trabalhadores, a ideia é qualificar, activar e fazer circular, a fim de evitar longas permanências no desemprego. Está claramente assumida a existência de um desemprego estrutural e descontrolado,⁸⁵ que cria marginalidades sociais e por isso justifica os custos desta política.

⁸⁴ Cada período requerido tem de o ser por um mínimo de 13 semanas, a fim de evitar esquemas de grande rotatividade que prejudicariam o bom funcionamento das empresas e não viabilizariam eventuais benefícios formativos para o trabalhador.

⁸⁵ Entre 1966 e 1993, a população activa na Dinamarca cresceu em 591000 trabalhadores, dos quais 326000 foram alimentar o desemprego (de 23000 a 349000); no mesmo período, o sector público aumentou em 508000 unidades, em boa parte para conter os prejuízos sociais do aumento do desemprego.

Durante o ano de 1994, o total de «licenças» atribuído foi de 120000 (60% de «parente», 33% de «formação» e 7% «gerais»). Foi, assim, conseguida uma importante redução formal do desemprego, mas levantam-se muitas críticas a este regime pelos prejuízos que ele gera no sistema de concorrência.

À margem das várias soluções de combate ao desemprego vai ganhando corpo uma outra experiência interessante, com particular destaque nos países escandinavos - a produção de períodos especiais de folga no interior de grupos fechados de trabalhadores, em sistema rotativo e com compensação por parte dos restantes elementos do grupo. Esta ideia não tem implicação no volume de emprego nem sequer no tempo de trabalho efectivo concretizado num período longo, mas tem grande interesse na gestão individual de ciclos temporais mais curtos.

II.4.7. A PROPÓSITO DA FUTURA REPARTIÇÃO E USO DO TEMPO

Em resposta à pergunta que serve de título geral a este ponto II.4., cremos que a sociedade do lazer, entendida aqui não como um qualquer modelo ideal mas apenas como resultado da própria evolução do mundo do trabalho, é uma fatalidade a que só falta a definição objectiva de um calendário e de prioridades geográficas.⁸⁶ Na medida em que o trabalho se vai revelando como cada vez menos necessário para a sobrevivência do homem e mesmo para que a sua vida decorra com algum conforto, mantê-lo artificialmente como a grande referência de cultura é absurdo. Talvez seja cómodo fazê-lo, porque não põe em causa milhares de anos de história, mas não deixa por isso de ser absurdo. A utopia do pleno emprego esgotou-se, e sem ela é inevitável uma mudança estrutural dos usos do tempo.

⁸⁶ Um aspecto paradoxal nesta evolução é que muitas das pessoas que hoje parecem ter mais apetência pelo trabalho são precisamente aquelas que estão a construir as bases de uma sociedade em que o trabalho possa vir a ser menos importante: *"The careerist life form is maintained by today's well-educated young generation, many of whom have a life style and an attitude to work which replace the old employee life form. Work is more commonly seen as an aim in itself - a means of achieving self-realisation and satisfaction. This may result in work expanding at the cost of leisure. They work overtime, take work home and see no distinction between work and leisure."* [A.A.V.V. (1993a), p. 47]

São muitos os autores que, sob os pontos de vista mais diversos, parecem confirmar as conclusões acima expostas. Quando dizemos parecem é porque o conceito de lazer, e mais ainda o de sociedade do lazer, são demasiado fluidos para que seja possível assegurar que o seu entendimento é comparável. DUMAZEDIER (1988) diz simplesmente, a propósito do seu livro *"Vers une civilisation du loisir?"*, de 1962, que a interrogação já não se justifica. Nesta sua obra mais recente, DUMAZEDIER já insinua a emergência de um *Homo Ludens*, que de alguma forma pode ser contraditório com o *Homo Faber* mas dá boa continuidade ao *Homo Sapiens*...

*"If predictions are correct the western world, at least, is moving into an era where the central focus will be on leisure rather than work."*⁸⁷

*"(...) les loisirs devaient tout naturellement faire peu a peu figure d'antidote, de remède ou de substitut de ce même travail."*⁸⁸

*"The discussion has emphasised that consumption culture will be completed and pleasure principle strengthens as the basic motive for people's behaviour."*⁸⁹

Há também reflexões no sentido do talvez, da dúvida:⁹⁰

*"There is rather more evidence that people are increasingly seeking a leisure identity, but even here we need to be cautious about projecting a future trend."*⁹¹

Outros opinam a favor das virtudes do lazer mas sem perder de vista a sua estreita relação com o trabalho:

*"(...) la sociedad del ocio, concebida como una sociedad en la que los hombres se enriquezcan fisica, cultural y eticamente, tiene más posibilidades al producirse a través de personas ocupadas y satisfechas con su trabajo que a través de personas con mucho tiempo libre no deseado. Circunstancia esta ultima que, desgraciadamente, es muy frecuente en nuestros dias."*⁹²

⁸⁷ PIGRAM (1983) p. 235

⁸⁸ ROUSSELET (1974), p. 230

⁸⁹ LIIKKANEN (1994), p. 94

⁹⁰ Algumas dúvidas estendem-se à dificuldade de classificar rigorosamente as acções de trabalho e de lazer: o que é uma reflexão, em casa, sobre o trabalho do dia seguinte? E como entender uma discussão sobre desporto no local de trabalho?

⁹¹ PARKER (1976), p. 147

⁹² CASTILLA; DIAZ (1987), p. 59

*"Se trabaja más y con mayor intensidad a cambio de más tiempo libre. Pero el crecimiento del tempo de ocio sólo puede pagarse con una mayor rentabilidad del trabajo; es decir, racionalizando e intensificando más las tareas. Hecho que a su vez justifica un nuevo incremento del tiempo libre compensador. Así sucesivamente. Pero cuando las variables vinculadas quieren maximizarse, se corre el peligro de romper el sistema que forman."*⁹³

Nesta linha de pensamento, advinha-se uma certa perversidade na hipotética redução do tempo de trabalho, uma vez que no futuro os que conseguirem trabalhar serão privilegiados, provavelmente do ponto de vista económico mas de certeza do ponto de vista social:

*"Esta élite dispondrá de más poder de decisión que el resto de sus conciudadanos (salvo la élite política), gozará de prestigio social y tendrá el privilegio de un puesto de trabajo en vez de padecer un ocio forzoso sufragado socialmente."*⁹⁴

*"Il est possible que l'échelle de valeurs change dans un avenir lointain et que, à mesure que la durée du temps libre augmentera par rapport au temps de travail, celui-ci finisse par être considéré comme un privilège, non pas du point de vue financier, mais en raison de la satisfaction tirée d'une activité utile à la collectivité."*⁹⁵

Para além das convicções dos autores que se dedicam a estas matérias, cremos que é também útil conhecer os resultados de dois inquéritos recentes realizados na União Europeia. O primeiro deles questionou a preferência dos cidadãos por aumentos de salário ou, em alternativa, redução do tempo de trabalho⁹⁶ (Quadro II.4.7.).

⁹³ PUIG ROVIRA; TRILLAS (1987), p. 40

⁹⁴ GUBERN (1987)

⁹⁵ COMMISSION ECONOMIQUE POUR L'EUROPE (1988), p. 11

⁹⁶ A fonte que utilizámos não esclarece as condições técnicas de execução deste inquérito. Não foi questionada a razoabilidade de uma qualquer previsão nestas matérias, mas sim apenas os desejos das pessoas.

**Quadro II.4.7. - Aumento dos salários ou redução do tempo de trabalho?
Comunidade Económica Europeia (1990)**

	A	B	C
Alemanha	44%	42%	14%
Bélgica	29%	50%	21%
Dinamarca	55%	39%	6%
Espanha	26%	53%	21%
França	42%	53%	5%
Grécia	17%	82%	1%
Holanda	29%	55%	16%
Irlanda	16%	79%	5%
Itália	31%	66%	3%
Luxemburgo
Portugal	15%	64%	21%
Reino Unido	26%	64%	10%

.. Informação desconhecida

A- Preferência por redução do tempo de trabalho

B- Preferência por aumento do salário

C- Sem opinião definida

Fonte: SAMUEL (1994), p. 50, citando a Revista *Futuribles*, nº 142, 1990.

Verifica-se que em quase todos os países, e em particular nos mais pobres deste conjunto (Portugal, Irlanda e Grécia) a percentagem de preferências pelo aumento de salário é bastante superior à das que se manifestam pela redução do tempo de trabalho, com excepção da Dinamarca e, por muito pouco, da Alemanha. Conclui-se que esta é, antes de mais, uma questão económica; o tempo é um valor subalterno que só cresce de importância quando o consumo já não é tão necessário e apetecível.⁹⁷

(Só) *"Cuando se hace más difícil vender artículos que hacerlos, cambia el carácter del trabajo y del ocio."*⁹⁸

*"Pretender mais tempo livre é inútil enquanto o sistema industrial puder persuadir o seu trabalhador que os bens são algo mais importante."*⁹⁹

⁹⁷ Estas conclusões não contrariam em nada a predisposição para aceitar medidas de combate ao desemprego que envolvam a redução proporcional de tempo de trabalho e salário, que ilustrámos com uma sondagem realizada em Portugal, em 1996 (ver II.4.6.2.). Neste inquérito questionou-se o ideal, em situação de livre escolha, enquanto no outro as pessoas foram conduzidas a optar entre vários males.

⁹⁸ RIESMAN (1965), p. 15

⁹⁹ GALBRAITH (1973), p. 445. Há nesta matéria uma linha de continuidade histórica que nos faz concordar com a opinião de Henri LEFEBVRE: *"Quand les gens, dans la société ainsi analysée, ne peuvent plus continuer à vivre leur quotidien, alors commence une révolution. Alors seulement."*



O segundo inquérito que nos parece oportuno trazer a este debate questionou o que é «mais importante na vida» das pessoas (Quadro II.4.8.).

**Quadro II.4.8. - "O mais importante na vida"
União Europeia (1993)**

	A	B	C	D
Família	81%	15%	3%	1%
Amigos	42%	48%	9%	1%
Trabalho	52%	34%	10%	4%
Tempo livre	37%	46%	15%	2%
Religião	20%	29%	30%	21%
Política	8%	27%	37%	28%

Fonte: I.E.D. (1993)

- A - MUITÍSSIMO importante
B - Muito importante
C - Pouco importante
D - Nada importante

Tant qu'ils peuvent vivre le quotidien, les anciens rapports se reconstituent. [LEFEBVRE (1968), p. 66].

A título de curiosidade, refiram-se algumas hipóteses de redução do tempo de trabalho simuladas por VEAL (1987), as quais o próprio autor assume como simplistas. O valor actual de referência, no conjunto da vida, é de 86400 horas (48 anos * 1800 horas). Uma redução de 15% sobre estas 86400 horas (passagem a 73440) permitiria, em relação aos padrões actuais, as seguintes hipóteses mutuamente exclusivas:

- 34 horas de trabalho por semana;
- 11 semanas de férias por ano;
- reforma aos 55 anos;
- escolaridade pré-activa até aos 24 anos;
- 7 anos de férias «especiais» ao longo da vida.

Se se quiser investir simultaneamente em todos estes domínios, o resultado da redução de 15% do tempo de trabalho poderia ser:

- 38 horas de trabalho por semana;
- 5 semanas de férias por ano;
- reforma aos 60 anos;
- escolaridade pré-activa até aos 18 anos;
- 6 meses de férias «especiais» ao longo da vida.

Num cenário mais elaborado, VEAL propõe a seguinte hipótese: numa década, um crescimento económico anual de 3% resulta, no final, em 34%, dos quais podemos considerar 7% para reproduzir em forma de redução do tempo de trabalho; se existir vontade política e social de eliminar o desemprego, a sua taxa também deve ser acrescentada ao propósito de redução do tempo de trabalho (VEAL considera uma taxa de desemprego de 15%, ao tempo verosímil no Reino Unido e hoje quase a média da União Europeia); uma diminuição de 22% (7%+15%) produziria uma redução do tempo global de trabalho para 67400 horas, o qual, por sua vez, permitiria a consideração de uma das seguintes possibilidades, mutuamente exclusivas:

- 31 horas de trabalho por semana;
- 15 semanas de férias por ano;
- reforma aos 52 anos;
- escolaridade pré-activa até aos 27 anos;
- 10 anos de férias «especiais» ao longo da vida.

Somando, linha a linha, os valores constantes nas duas primeiras colunas, verifica-se que os meios de sociabilização - família e amigos - são as coisas mais importantes para os europeus (96% e 90%, respectivamente); o trabalho e o tempo livre surgem quase a par (87% e 83%), enquanto a religião e a política são valores em baixa (49% e 35%).¹⁰⁰

Mesmo que se antevejam alguns indícios de mudança, não parece difícil de aceitar que o trabalho continua a ser uma referência fundamental na vida das pessoas.¹⁰¹ As razões originais desta construção cultural foram de natureza económica¹⁰² (a luta pela sobrevivência e o desejo de ter cada vez mais coisas), mas a sua persistência foi-lhe alargando os suportes. O trabalho é apreciado por vários motivos: é o instrumento da dignidade que cada homem deve ter em prover à sua subsistência e à dos que lhe são dependentes; é um meio de elevação perante a Natureza e, para os que são crentes, de aproximação aos desígnios divinos; é a forma mais nobre de afirmação social e de melhorar o acesso ao consumo; é-lhe até reconhecida uma função higiénico-sanitária, tanto ao nível físico como psicológico. Os mais radicais dizem que o trabalho é a única forma de realização do homem.¹⁰³

A identificação das pessoas com o seu trabalho expressa-se de modo individual - cada um é aquilo que faz, e indirectamente aquilo que pode ter - mas também nas formas de inserção social. Nos meios urbanos, onde a convivência é mais difícil, as pessoas acabam

¹⁰⁰ Considerando apenas os inquéritos realizados em Portugal, o trabalho destacava-se mais do tempo livre (92% e 75%), a religião tinha um valor um pouco mais alto do que na média europeia (56%) e a política uma cotação relativa ainda mais fraca (21%), tudo situações próprias de um país pobre e de cultura tradicional. HARADA (1994), baseando-se num estudo levado a cabo pelo Gabinete do Primeiro Ministro do Japão, em 1992, diz que 40% dos japoneses já consideram o lazer e a recreação como as coisas mais importantes das suas vidas, sobretudo os jovens. Segundo o autor, estes dados, aparentemente uma surpresa neste país tão dedicado ao trabalho, são o resultado de uma tendência crescente que se iniciou nos anos 80, no que seria o retomar do chamado *Edo Period* (1600-1867).

¹⁰¹ "That which does not contribute to constantly increasing productivity is considered irrelevant and harmful to the economy and thus to the public well-being - What's good for General Motors is good for everybody." [HATCHER (1975), p. 14]

¹⁰² Este facto traz fortes constrangimentos ao próprio sistema económico, sempre que ele necessita de se renovar: "Viewing economics as primarily a concrete reflection of our morality has profound implications for understanding the dynamics of our economic system. For a consequence of this view is that one cannot change economic system in any significant way without changing morality." [HATCHER (1975), pp. 15-16]

¹⁰³ Esta expressão, tantas vezes repetida, é muito curiosa quando interpretada em sentido estrito: a abstenção, ou a simples não participação no trabalho, torna o homem irreal, abstracto, não concreto?

facilmente por assumir os seus colegas de trabalho como parceiros nas actividades não profissionais, até porque algumas empresas estimulam e apoiam essa prática. Quanto mais o homem se enraiza no mundo do trabalho maior é a sua desorientação quando essa ligação é posta em causa, independentemente das razões que o justificam.¹⁰⁴

Apesar de o trabalho ser um pilar cultural muito forte, as condições efectivas do seu exercício têm-lhe vindo a determinar, para muitas pessoas, uma percepção menos favorável. O trabalho deixa de ser virtualmente gratificante quando é reduzido à obrigação de empregar energia, para tarefas muitas vezes massificadas, alienadas¹⁰⁵ e por isso desinteressantes.¹⁰⁶ Como consequência lógica destas más condições do mundo do trabalho, associadas à escassez actual de tempo disponível para o lazer,¹⁰⁷ este aparece como particularmente desejável. Contudo, a maioria dos autores que se debruçam sobre estas matérias recusa uma posição manicaísta sobre os valores de uso do tempo - nomeadamente trabalho e lazer -, isto é, não aceitam o pressuposto de que em algum deles esteja intrinsecamente, e de forma isolada, a raiz da felicidade humana. A estrutura da repartição e gestão do tempo tem contornos muito complexos.

"Este radicalismo, que transforma afinal o tempo de viver em tempo de lazer, aponta para formas sociais que pouco terão a ver ainda com o

¹⁰⁴ A propósito da angústia de um desempregado: *"Je n'aurais jamais imaginé que la paix de mon foyer et mon autorité sur mes enfants dépendaient de mon travail. Eh bien, le travail, c'est tout simplement ce qui commande toute notre vie"*. [citado por FRIEDMANN (1956), p. 233].

¹⁰⁵ *"The division of labour does not normally degrade the individual by making him into a machine: it merely requires that in performing his special function he feels is serving something"*. [MAHMOUDI (1979), p. 21]. Ou a conhecida história de dois pedreiros trabalhando lado a lado, um muito triste e outro irradiando felicidade; o primeiro dizia-se a assentar tijolos, e o segundo a ajudar a construir uma linda catedral...

¹⁰⁶ Estas formas desumanizadas de trabalho advêm muitas vezes de interesses económicos pouco esclarecidos: *"(...) L'organisation oppressive du travail, par les résistances, l'indolence, l'hostilité diffuse qu'elle provoque, prive la firme des trésors d'inventivité et de créativité ouvrières. Les malfaçons, les erreurs, les sabotages, les accidents augmentent."* [GORZ (1973), p. 97]

¹⁰⁷ De um modo geral, no período pós-industrial o peso dos usos do tempo não escolhidos é esmagador - para além das necessidades biológicas e higiénicas do corpo, há que considerar o trabalho, as deslocações e as obrigações de carácter familiar e social. Nos meios urbanos mais congestionados o tempo gasto em deslocações está a fazer com que a fatia temporal gasta neste conjunto de usos não possa decrescer, ainda que os períodos efectivos de trabalho diminuam, o que nem sempre é certo. *"Hemos transformado la civilización y nuestras vidas para ganar tiempo y ocio, pero no lo hemos conseguido. No estamos ni siquiera donde comenzamos."* [GRAZIA (1966), p. 289]. *"Estimates of annual and lifetime leisure suggest that the skilled urban worker may only have regained the position of his thirteenth century counterpart."* [PARKER (1971), p. 37]

padrão comportamental dominante na sociedade ocidental e abre as portas a conceptualizações mais moderadas e também mais próximas das realidades e ambição do mundo actual."¹⁰⁸

*"Future legislation of free time will not only have to take into account the structure of industrial relations. It will also have to take seriously the linkages between work, leisure and family. Government must face the fact that working people see the work-leisure relation holistically."*¹⁰⁹

*"The world of employment will no longer be perceived as segregated from people's other roles and identities. Interests are increasingly being perceived as related to the three welfare-dimensions: having, loving, being - and not only the having as most frequently was the case in the industrial stage. Social roles will be transformed, becoming more personalised, less routine."*¹¹⁰

II.4.7.1. AS PRÁTICAS ACTUAIS DE LAZER E A SUA PROJECCÃO NO FUTURO

Muito embora o lazer, por definição, só incorpore actividades de livre escolha, cujo objectivo é gerar formas de prazer, não é por isso que escapa a várias críticas. Como é influenciado pelos princípios que estruturam o trabalho acaba por padecer do mesmo tipo de males¹¹¹ - massificação, alienação, procura de ordem e rendimento e subjugação aos interesses do consumo;¹¹² quando as práticas envolvem grandes concentrações de

¹⁰⁸ MARTINS (1993), p. 32

¹⁰⁹ WILSON (1988), p. 176

¹¹⁰ JØRGENSEN (1995), p. 5

¹¹¹ "J'ai reconnu, pour ma part, que, si le travail humain est aujourd'hui atteint, vicié de tout de manières (...) les loisirs ne le sont pas moins et par des maux qui, dans le fond, proviennent des mêmes sources." [FRIEDMANN (1970), p. 83] "Também é necessário ter presente que, se o tempo de trabalho corresponde a um período coercivo, outras formas de preencher o tempo livre não o serão menos." [MARTINS (1993), p. 29]

¹¹² A ordem dos males referidos é arbitrária, e nem todos se manifestam em todas as práticas de lazer; mais ainda, a massificação das práticas de lazer não significa obrigatoriamente uma homogeneização dos sentidos e dos prazeres que ele pode proporcionar.

"Deste facto advém que o tempo livre é, cada vez mais, tempo de consumo e, ao mesmo tempo, revela-se que os lazeres perdem o sentido de criatividade pessoal para darem lugar às indústrias dos ócios e à dominação das formas de consumo de massas. (...) Como produto da sociedade industrial moderna, o lazer moderno toma as formas dessa mesma sociedade." [GAMA; SANTOS (1991), pp.106-107]. "Al advenir el ocio-consumo, se ha destruido la dicotomia ocio-trabajo (producción); el ocio queda ahora sujeto a una doble dependencia." [MUNNÉ (1980), p. 174]. "Se a Revolução Industrial teve como característica, no seu arranque, desapossar o Homem de si próprio, fazendo-o trabalhar demais, retirando-lhe a iniciativa, tornando-o máquina, a nova revolução tecnológica pode destruir o Homem, ou muitos homens, pelo mecanismo inverso, tornando-o consumidor de imagens, ser de ilusão, atordoado pelo espectáculo mas com a ilusão de participar." [PEREIRA (1991), p. 143].

peessoas o lazer transforma-se facilmente num móbil para a violência e/ou degradação moral.

É muito difícil conceber um modelo interpretativo das razões que determinam a escolha das práticas de lazer. Sabe-se que algumas delas têm relação com a actividade profissional desenvolvida, seja por razões de habilitação pessoal ou de sociabilização;¹¹³ o sentido inverso desta relação também é possível, mas é menos frequente.¹¹⁴ O nível de instrução¹¹⁵ e as diferenciações etárias e de poder de compra são outros vectores indispensáveis na compreensão deste fenómeno. Mas a tudo isto se sobrepõem informações de cultura e de personalidade que fazem de cada pessoa um caso diferente. Vejamos alguns dados colhidos em dois países bem distintos: Suécia e Portugal.

Quadro II.4.9. - Tempo gasto em práticas de lazer. Suécia (1993)

	Min.	%
Espectáculos de cinema, teatro e desporto	5	1.6
Actividades de «clube»	10	3.3
Hobbies	20	6.6
Passeios	21	6.9
Descansar	22	7.2
Praticar desporto / vida de ar livre	23	7.5
Ler	35	11.5
Vida social	67	22.0
Ver televisão	102	33.4
TOTAL	305	100.0

Fonte: A.A.V.V. (1993a)

O tempo de lazer é tempo de consumo, imprescindível à saúde dos sistemas económicos; a necessidade de escoar a produção corre por caminhos nem sempre defensáveis, ou até confessáveis, conforme alude ORWELL: *"No que toca ao problema da superprodução, latente na nossa sociedade desde o desenvolvimento da técnica da máquina, ele é resolvido pelo método da guerra contínua, também útil para manter a moral pública no diapasão desejado."* (George ORWELL, obra citada, p. 210).

¹¹³ HERBERT (1988) define três hipóteses de interpretação do efeito do trabalho nas opções de lazer:

- o modelo «extensivo», que tende a ver o lazer como algo prolongador do trabalho;
- o modelo de «oposição», que tende a perceber o lazer como algo completamente diferente do trabalho;

- o modelo «neutral», em que habitualmente se procura a diferença do trabalho mas sem que isso constitua objectivo; trabalho e lazer são vistos como partes complementares da vida.

¹¹⁴ Talvez por isso, "(...) *La réaction du loisir sur le travail a été moins étudiée par la Sociologie que l'influence du travail sur le loisir.*" [Joffre DUMAZEDIER, in FRIEDMANN; NAVILLE et alli (1970), Vol.II, p. 356]

¹¹⁵ *"Plus que les différences de niveau économique, les différences de niveau d'instruction apparaissent déjà comme le point stratégique qui décide des inégalités du développement culturel dans le loisir des différentes classes sociales."* [DUMAZEDIER; RIPERT (1966), p. 306]

Quadro II.4.10. - Tempo gasto em algumas práticas de lazer. Área Metropolitana de Lisboa (1994)

	Dia livre		Dia de trabalho	
	Min.	%	Min.	%
<i>Bricolage</i>	19	5.5	2	0.8
Ver televisão	187	54.5	111	46.3
Outro tempo livre	137	40.0	127	52.9
TOTAL	343	100.0	240	100.0

Fonte: PAIS et alli (1994)

Como os dados disponíveis nestes dois casos são estruturalmente diferentes não é possível estabelecer comparações directas entre eles. Realçamos apenas a razoável concordância entre os valores globais do tempo afectado ao lazer¹¹⁶ e a maior propensão dos portugueses para gastarem o seu tempo livre a ver televisão.¹¹⁷

Les HAYWOOD, identifica as seguintes tendências no lazer moderno:

*"(...) privatisation, individuation, commercialisation and pacification. Privatisation stresses that the home is the major site of leisure experience. Individuation refers to the processes that demarcate the individual as a specific person from others. Commercialisation means that leisure is increasingly run on business lines for profit and not need. Finally, pacification is the product of a complex division of labour within which individuals are expected to exercise self-control over passionate emotions and physical violence."*¹¹⁸

Na generalidade concordamos com esta leitura de Les HAYWOOD, com algumas pequenas ressalvas. Em primeiro lugar, trata-se de uma interpretação marcadamente urbana, uma vez que o meio rural não gera particular apetência pela individualização e

¹¹⁶ Um trabalho publicado no *New York Times*, em 1995.09.06, sobre o *time-budget* dos norteamericanos, também apresenta valores próximos destes; em termos gerais, o tempo afectado a cada tipo de uso é muito semelhante ao constatado em Portugal por PAIS et alli (1994).

Inquéritos levados a cabo na Finlândia e em Espanha, referidos por CASTILLA e DIAZ (1987), confirmam as mesmas indicações.

¹¹⁷ Num outro momento do trabalho referido (pp. 72 e seguintes), José Machado PAIS e os seus colaboradores apresentam uma desagregação das actividades de tempos livres dos lisboetas, segundo uma forma própria de codificação. As actividades que os inquiridos apontaram como práticas mais regulares foram as «domésticas receptivas» (ex. ver televisão e vídeo, ouvir música, ler jornais e revistas) e de «sociabilidade local» (ex. ir a cafés, ir à missa, frequentar colectividades de recreio).

¹¹⁸ HAYWOOD et alli (1989), p. 268

privatização dos lazeres, nem tem mercados que justifiquem a sua comercialização. Em segundo lugar, há alguns aspectos associados a estas tendências que importa explicitar: a privatização pode ser compensada pela evolução dos diversos meios de telecomunicação e eventualmente contrariada por um gosto renovado pela Natureza, em contraponto do desgaste da vida urbana; a individualização deve implicar um reforço dos cuidados com o corpo e com a sua imagem; a comercialização está associada a fenómenos de massificação; muito embora isso não seja uma consequência obrigatória, é provável que a conjugação das tendências de privatização e comercialização propicie fenómenos de substituição nos lazeres ou, pelo menos, de atitudes passivas perante a televisão ou outros meios de telecomunicação; a pacificação pode ser prejudicada pela degeneração de alguns fenómenos massificados, sobretudo se a procura de emoções fortes não for canalizada para actividades de aventura, ou mesmo de risco individual, mas que não ponham em causa a boa convivência social.

Contudo, muito mais difícil do que fazer um comentário acerca das tendências actuais do lazer é tentar projectá-las no futuro. Mesmo que admitíssemos que as alternativas em presença seriam basicamente as mesmas que hoje existem, ficaria sempre a dúvida de como é que elas se reproduziriam em ambientes sociais e culturais diferentes, desde logo no que diz respeito à extensão e organização periódica do tempo livre mas também, por exemplo, quanto à riqueza disponível, modelos de povoamento dominantes e estruturação etária da população. Como é altamente provável que as oportunidades de lazer evoluam muito em quantidade e qualidade, sobretudo as que se baseiam em suportes tecnológicos, qualquer exercício de cenarização não é mais do que um assentar de dúvidas sobre outras dúvidas. Recordamos, a este propósito, que as entrevistas que realizámos para este trabalho (ver II.3.3.5.) destacaram como maiores expectativas: o desporto, as actividades de relação com a Natureza e os cuidados com o próprio corpo; os lazeres passivos (televisão, grandes espectáculos, etc.), em resultado das características do meio social mas sobretudo dos interesses de alguns poderosos agentes económicos; o turismo, muito dependente dos níveis de riqueza das famílias; todas as restantes hipóteses foram apreciadas como tendo um futuro previsivelmente menos marcante, o que em muitos casos é lamentável.

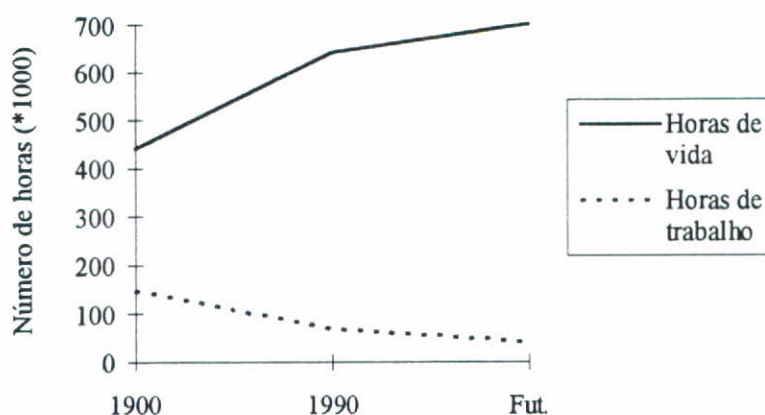
II.4.7.2. DEVE-SE INTERVIR SOBRE O LAZER?

A impossibilidade de prever com segurança a evolução do lazer, associada ao puritanismo cultural em favor do trabalho, justifica a ideia, muitas vezes descrita, de que é necessário e conveniente intervir mais na organização do tempo livre.

*"(...) la problemática del ocio se prolonga hacia el tema de la educación permanente, la animación socio-cultural, la función cultural y educativa de la ciudad, la planificación y control de los espacios de ocio (...) se prolonga hacia la participación de los poderes públicos en la determinación de políticas completas y coherentes de ocio."*¹¹⁹

O número de horas que as pessoas podem utilizar em actividades de lazer, ao longo da vida, tem uma perspectiva de crescimento que se fundamenta não só na evolução do tempo de trabalho mas também no aumento da esperança de vida. Vejamos, a título simbólico, uma projecção da COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (figuras II.4.6. e II.4.7.).

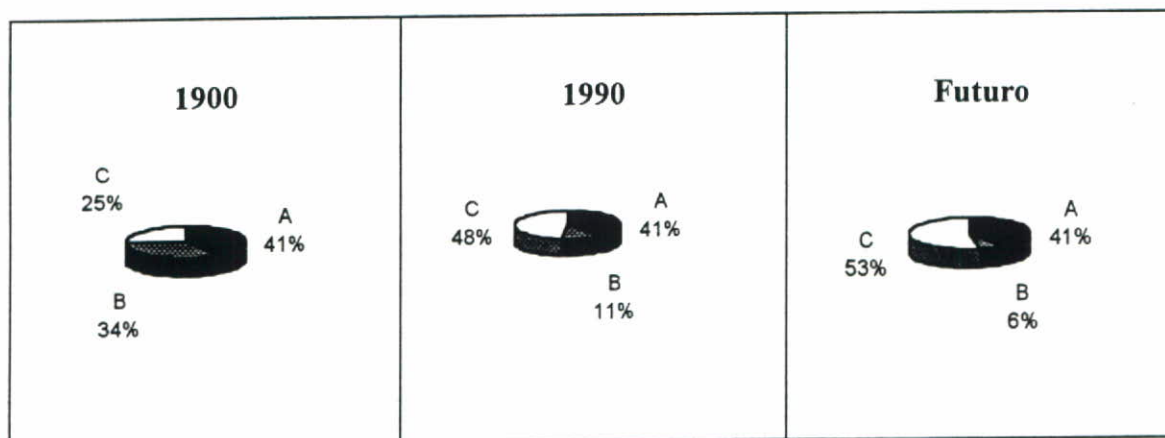
Figura II.4.6. - A duração da vida e do tempo de trabalho



Fonte: COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995a)

¹¹⁹PUIG ROVIRA; TRILLAS (1987), p. 43. Por outro lado, "Se cada pessoa, ocupada unicamente a fazer o que gosta, fosse inteiramente diferente de todas as outras, não haveria dois seres humanos com qualquer base de comunicação." [TOFFLER (s.d.), p. 317].

Figura II.4.7. - Os tempos dedicados às necessidades do corpo, ao trabalho e a outras actividades



A - Necessidades do corpo
B - Trabalho
C - Outras actividades

Fonte: COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995a)

O aumento do tempo deixado ao livre arbítrio é um cenário que muitos percebem como assustador, porque temem os descaminhos que ele pode favorecer:

*"The growth of leisure is seen as creating new problems that require collective solutions before individuals can be left free to pursue their interests. The age of leisure, it is argued, will not be an epoch of tranquillity, but will bring new kinds of scarcity and conflict. In the post-industrial society, older divisions, as between workers and bosses, may decline in importance, but new patterns of strife are anticipated."*¹²⁰

*"O problema não consiste em saber se o homem pode sobreviver à arregimentação e à estandarização; consiste, isso sim, em saber se ele saberá sobreviver à liberdade."*¹²¹

Os defensores mais ortodoxos do lazer opinam que intervir sobre ele é retirar-lhe a sua premissa mais importante - a liberdade de escolha.

"As noted above, any attempt to orchestrate the scope and direction of outdoor recreation may be interpreted as unnecessarily restrictive and conducive to the emergence of a uniform, standardised leisure life-style for all. Thus, the relevance of education for leisure may be questioned in

¹²⁰ROBERTS (1981), p. 115

¹²¹TOFFLER (s.d.), p. 187. A vontade de intervir sobre o lazer tanto pode ser justificada pelo temor das suas más utilizações como pelo desejo de fazer usar este tempo em finalidades de carácter social, cívico ou humanitário.

the same way that planning for outdoor recreation and tourism can be seen by some as contradictory to the notion of discretionary, personal, goal-oriented activity. However, the essence of leisure is freedom."¹²²

Cabe aqui distinguir, no entanto, entre o que é infraestruturar e organizar a oferta de oportunidades de lazer, por um lado, e ter a pretensão ou o direito constituído de limitar e orientar as escolhas possíveis dentro dessas oportunidades, por outro lado. A segunda hipótese é claramente contrariada pelos puristas do lazer, enquanto a primeira levanta dúvidas: se organizar uma qualquer actividade é, em princípio, um meio de libertação, porque dispensa a obrigação de todos terem de fazer tudo e potencia o aumento das possibilidades de oferta,¹²³ no caso concreto do lazer os fenómenos de massificação e comercialização que decorrem dessa organização podem ser vistos como perversos.¹²⁴

¹²²PIGRAM (1983) p. 235. George FRIEDMANN coloca o problema ao nível da dúvida: *"O advento de uma civilização de tempos livres irá obrigar as sociedades mais avançadas a assumirem as suas responsabilidades diante das ricas possibilidades, mas também diante dos imensos riscos que as técnicas de comunicação de massa, portadoras de uma cultura de massa, contêm em relação à felicidade dos cidadãos. Deverão os tempos de ócio ser deixados à iniciativa da livre empresa? Deverão ser organizados pelo Estado? Estreito é o caminho que separa a anarquia do despotismo."* [FRIEDMANN (1981), p. 258]

¹²³ A prevalência das formas organizadas de lazer, em prejuízo das espontâneas e naturais, tem algumas consequências indirectas nem sempre bem avaliadas; uma delas é a tendência para a sofisticação das infraestruturas e equipamentos, que provoca uma selecção pelos níveis de rendimento; uma outra, aliás relacionada com a anterior, é a segregação espacial das actividades (os vizinhos já não se juntam em redor das residências, porque estão a fazer coisas especiais, em sítios próprios, o que implica um grande dispêndio de tempo em deslocações; segundo o *National Atlas of Sweden*, um sueco pode gastar 12 a 14 horas por semana para transportar os seus filhos até aos locais onde eles exercem actividades de lazer, horas essas que chegam a ser a rubrica mais importante no seu orçamento de tempo livre). Também há quem receie o *stress* do excesso de alternativas: *"It is getting more and more difficult to find time for all the things that have to be done (...) leisure time has also become more and more busy and we sell it, voluntarily, for a multitude of organised and institutionalised activities. These comprise an extensive industry continuously providing us with new needs, fashions and investment goals.* [A.A.V.V. (1993a), p. 95]. *"Así, a pesar del aumento de tiempo libre, la sensación psicológica de muchas personas es de no disponer de suficiente tiempo para realizar ni la mitad de las actividades que se nos ofrecen: deportes, viajes, espectáculos..."* [ASCÓN et alli (1989), p. 19]

¹²⁴ No limite, a adesão a qualquer fenómeno de lazer é sempre voluntária. Contudo, reconhece-se a enorme capacidade de persuasão das modernas técnicas de *marketing* e publicidade.

O bom-senso estará, como quase sempre acontece, no meio termo, no saber dosear as intervenções até aos limites da conveniência; mas, como também é regra, esta conclusão é generalista e com pouco conteúdo prático, uma vez que é muito difícil de objectivar.¹²⁵

¹²⁵ CASTILLA; DIAZ (1987) identificam as seguintes situações perante o trabalho e o lazer:

1. Juventude à procura do primeiro emprego;
2. Pessoas em idade de trabalhar que perderam o emprego;
3. Empregados a tempo parcial porque não encontram trabalho em tempo pleno;
4. Reformados antecipadamente;
5. Reformados na idade habitual;
6. Donas de casa e outras pessoas que dispõem de alguma liberdade de gestão do tempo;
7. Pessoas empregadas com tempo normal de trabalho;
8. Pessoas muito ocupadas e sem tempo livre, mas com consciência de estarem alienadas pelo trabalho;
9. Pessoas muito ocupadas, mas sentindo-se assim realizadas.

Ainda segundo os autores, aos grupos 1, 2, 3 e 4 é preciso, sobretudo, dar emprego, mas também alguma terapia ocupacional de lazer nos casos de insucesso junto do mercado de trabalho. Aos grupos 5, 6 e 7 pode ser conveniente conceder terapia ocupacional, conforme as situações individuais. Ao grupo 8 é urgente estimular práticas adequadas de lazer. Ao grupo 9 não há nada que se deva fazer.

II.5. UMA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

II.5.1. A BIBLIOGRAFIA GEOGRÁFICA SOBRE O (TURISMO E) LAZER: BREVE PERFIL HISTÓRICO

O tratamento do tema do lazer pelos geógrafos tem um balanço pouco rico.¹ Contudo, admitindo que o seu estudo tem uma ligação estreita com o do turismo, como o próprio título deste ponto sugere, as primeiras raízes até são bastante antigas, nomeadamente em trabalhos de J. G. KOHL (1841)² ou A. HETTNER (1902).³

As últimas décadas do século passado, e as primeiras do actual, não propiciaram um ambiente científico favorável ao desenvolvimento deste ramo da Geografia.

“(…) la lecture de nombreux travaux remontant au XIX^e siècle et au début du XX^e siècle donne l'impression que c'est souvent par hasard, et entre autres choses, que l'on découvrirait le tourisme. On ne tentait pas d'introduire de façon systématique cette notion dans les études de géographie.”⁴

A crise do positivismo, e a vontade de encontrar um objecto científico próprio da disciplina, fizeram prevalecer uma Geografia Regional de base empírica e historicista. Sem menosprezo pelo trabalho de geógrafos de outras origens, nomeadamente alemã, como A. HETTNER e O. SCHLÜTER, a «Escola Francesa» teve um forte protagonismo neste período, com P. Vidal de la BLACHE como primeira figura. O conteúdo social dos estudos geográficos era escasso, excepto quando se evidenciavam aspectos peculiares na relação entre o Homem e o meio natural. No ramo disciplinar que

¹ Seguimos de perto, até ao seu limite temporal, a análise do geógrafo espanhol Alberto LUIS GOMEZ, que fez publicar, em 1987, três artigos sobre esta matéria: LUIS GOMEZ (1987a); LUIS GOMEZ (1987b); LUIS GOMEZ, Alberto (1987) - De la Geografia del turismo al estudio de las actividades del ocio - algunos problemas conceptuales. *Estudios Turísticos*, 98, 6, pp. 43-58. Um ano depois juntou todo este trabalho num livro: LUIS GOMEZ (1988). Para os anos mais recentes é de referir um artigo de SQUIRE (1994). É de notar que não tivemos ocasião de ler alguns dos trabalhos citados, nomeadamente os que são referenciados em língua alemã.

² KOHL, J. G. (1841) - Der Verkehr und die Ansiedlungen der Menschen in ihrer Abhängigkeit von der Gestaltung der Erdoberfläche. Dresden-Leipzig, Arnoldischen Buchhandlung.

³ HETTNER, A. (1902) - Die wirtschaftlichen Typen der Ansiedlungen. *Geographische Zeitschrift*, 8, pp. 92-100.

⁴ RUPPERT (1978), p. 189.

agora nos motiva, os esforços centravam-se na percepção da importância do meio físico para a formação de motivações turísticas, bem como na identificação cartográfica das mobilidades e dos territórios turísticos.

Em 1919, K. SPUTZ apresentou, em Viena de Áustria, uma tese de doutoramento sobre o turismo na região do Tirol.⁵ A abrangência científica deste trabalho, que considerou aspectos tão variados como o efeito do meio físico nas motivações turísticas, os impactos ambientais, económicos e culturais do turismo e ainda as suas implicações demográficas e na organização das redes de transportes, representou uma clara viragem na orientação até então seguida. Pelas décadas de vinte e trinta foi começando a afirmar-se uma maior importância da componente social na análise geográfica, facto que trouxe uma grande vantagem aos estudos turísticos, de que são exemplos G. WEGENER,⁶ K.C. McMURRY,⁷ S.B. JONES⁸ e A. GRUENTHAL.⁹ A tese de doutoramento de Hans POSER,¹⁰ apresentada em 1939, é um marco desta viragem.

O período entre o final da Segunda Guerra Mundial e 1970 foi bastante marcado pelo neopositivismo que se costuma associar ao trabalho pioneiro de W. CHRISTALLER.¹¹ Muitos geógrafos passaram a dedicar os seus esforços à procura das regularidades sociais de certos fenómenos, incluindo os de turismo e lazer;¹² em paralelo, observou-se

⁵ SPUTZ, K. (1919) - Die geographischen Bedingungen und Wirkungen des Fremdenverkehrs in Tirol. Viena.

⁶ WEGENER, G. (1929) - Der Fremdenverkehr in geographischer Betrachtung, in Industrie und Handelskammer Berlin (ed.) - Fremdenverkehr, pp. 25-53. Berlin.

⁷ McMURRY, K.C. (1930) - The use of land for recreation. *Annals of the Association of American Geographers*, 20, pp. 7-20.

⁸ JONES, S.B. (1933) - Mining and Tourist Towns in the Canadian Rocks. *Economic Geography*, 9, pp. 368-378.

⁹ GRUENTHAL, A. (1934) - Probleme der Fremdenverkehrsgeographie. Die Fremdenverkehrskarte als Mittel der Marktanalyse. Die geographische Bedingtheit des Fremdenverkehrs. Berlin, Selbstverlag.

¹⁰ POSER, Hans (1939) - Geographische Studien ueber den Fremdenverkehr im Riesengebirge: Ein Beitrag zur geographischen Betrachtung des Fremdenverkehrs. Goettingen, Vandenhoeck & Ruprecht.

¹¹ CHRISTALLER, W. (1933) - Die zentralen Orte in Sueddeutschland. Eine oekonomisch-geographische Untersuchung ueber die Gesetzmaessigkeit der Siedlungen mit staedtischen Funktionen. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

¹² O próprio CHRISTALLER chegou a dedicar-se a este tema, muito embora revelasse grandes dúvidas sobre se ele seria uma boa substância para a procura de regularidades sociais e territoriais. Ver, por

também uma grande transformação dos métodos de trabalho, que passaram a privilegiar os aspectos quantitativos.

A chamada «Geografia social alemã» marcou uma forte presença científica nesta época, com nomes como W. HARTKE, F. SCHAFFER, K. RUPPERT e J. MAIER, a que se podem juntar H. BOBEK, de origem austríaca, e R. BRUNET, de França. RUPPERT e MAIER têm bastantes trabalhos publicados sobre assuntos relacionados com o turismo e com outras formas de ocupação do tempo de lazer.¹³ É de notar que esta nova concepção preconizada para a Geografia, e mais especificamente para este ramo, não renegou os objectivos e muito menos os métodos do passado disciplinar, mas antes lhe procurou dar uma nova continuidade. Pierre DEFERT, Marc BOYER, Georges CAZES e Gabriel WACKERMANN são autores com uma vasta produção dedicada ao turismo cujos trabalhos se começaram a afirmar nesta época (entre as décadas de cinquenta e sessenta). Outras referências deste período são E.L. ULLMAN (1954), B. KAYSER (1962),¹⁴ R.E. MURPHY (1963) e B. THOMPSON (1967).

Foi também por esta altura que começaram a surgir os primeiros estudos retrospectivos e de análise epistemológica sobre a Geografia do turismo, lazer e recreação. Recuando um

exemplo: CHRISTALLER, W. (1955) - Beitrage zu einer Geographie des Fremdenverkehrs. *Erdkunde*, IX-1, pp. 1-9; CHRISTALLER, W. (1963) - Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions-underdeveloped countries recreation areas. *Papers of the Regional Science Association*, 12, pp. 95-105. Outros autores andaram por caminhos semelhantes, como, por exemplo: GEIGANT, F. (1962) - Die Standorte des Fremdenverkehrs. Eine sozioökonomische Studie ueber die Bedingungen und Formen der räumlichen Entfaltung des Fremdenverkehrs. Munich, Deutsches Wirtschaftswissenschaftliches Institut fuer Fremdenverkehr an der Universitaet Muemchen; TODT, H. (1965) - Ueber die räumliche Ordnung von Reisezielen. Berlin, Duncker & Humblot.

¹³ Ver, por exemplo:

RUPPERT, K. (1968) - Beitrage zu einer Fremdenverkehrsgeographie, in JACOB, G. (ed), Probleme der Geographie des Fremdenverkehrs der Deutschen Demokratischen Republik und anderer Staaten, pp. 157-165. Leipzig, s.e.;

RUPPERT, K.; MAIER, J. (1969) - Geographie und Fremdenverkehr. Skizze eines fremdenverkehrsgeographischen Konzeptes, in A.A.V.V. - Wissenschaftliche Aspekte des Fremdenverkehrs, pp. 89-101. Hannover, Akademie fuer Raumforschung und Landesplanung;

RUPPERT, K.; MAIER, J. (1970) - Zur Geographie des Freizeitverhaltens. Kallmuenz, Regensburg;

RUPPERT (1978);

RUPPERT (1983).

¹⁴ KAYSER, Bernard (1962) - La Géographie appliquée au tourisme. Actes du Colloque National de Géographie Aplliquée, Paris, Éditions du C.N.R.S.

pouco no tempo, face às últimas citações, encontramos, ainda na década de cinquenta, um trabalho de K.C. McMURRY (1954)¹⁵ e a tese de doutoramento de R. SAMOLEWITZ (1957);¹⁶ dos anos seguintes podemos citar M. WOŁOKOWITSCH (1963),¹⁷ G. WACKERMANN (1964),¹⁸ R.I. WOLFE (1964),¹⁹ K. RUPPERT e J. MAIER (1969),²⁰ D.C. MERCER (1970) e F. CRIBIER (1971).²¹

As obras colectivas coordenadas por P. LAVERY (1971) e C.S. Van DOREN, G.B. PRIDDLE e J.E. LEWIS (1974), bem como os textos incluídos num volume temático do *Bulletin de la Société Languedocienne de Géographie* (1973),²² são outras referências importantes no balanço desta época, a qual é por muitos considerada como fundamental para a autonomização do saber geográfico ligado a este ramo do conhecimento, numa afirmação temporal que coincide, aliás, com a que se verificou noutras disciplinas, conforme vimos em II.2.. Para atestar este marco serve também a criação, em 1972, de um «Grupo de Trabalho» no âmbito da União Geográfica Internacional dedicado ao turismo e lazer, o qual se haveria de transformar em «Comissão» em 1980.

Os dois períodos que já demarcámos neste breve perfil histórico - o «período clássico» e o pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1970) - têm uma definição científica muito clara, tanto no contexto geral da disciplina geográfica como no âmbito específico desta temática. Ao contrário, o período pós-1970 tem-se caracterizado por uma maior

¹⁵ McMURRY, K.C. (1954) - *Recreational Geography*. American Geography: Inventory and Prospect. Syracuse-New York, Association of American Geographers by Syracuse University Press.

¹⁶ SAMOLEWITZ, R. (1957) - *Fremdenverkehr und Geographie*. Ein Beitrag zum Fragenkreise der Erfassung des Fremdenverkehrs durch die geographische Wissenschaft, entwickelt anhand einer Betrachtung von Gebirgsregionen des Fremdenverkehrs in Westfalen. Geographisches Institut der Universität Muenster.

¹⁷ WOŁOKOWITSCH, M. (1963) - *Recherches sur le tourisme. Méditerranée*, 2, pp. 65-77.

¹⁸ WACKERMANN, G. (1964) - Les sources de documentation pour une étude géographique des loisirs. *Revue Géographique de L'Est*, 4, pp. 439-446.

¹⁹ WOLFE, R.I. (1964) - Perspective on Outdoor Recreation: a Bibliographical Survey. *The Geographical Review*, LIV, pp. 203-238.

²⁰ RUPPERT, K.; MAIER, J. (1969, obra citada)

²¹ CRIBIER, Françoise (1971) - La Géographie de la récréation en Amérique anglo-saxonne. *Annales de Géographie*, n° 442.

²² A.A.V.V. (1973) - *Bulletin de la Société Languedocienne de Géographie*, VII, n°s 3 e 4.

diversidade de atitudes perante o objecto da Geografia e, consequentemente, das formas de a praticar. No ramo que agora nos interessa, houve ainda que contar, durante muito tempo, com os defensores dos princípios científicos que consubstanciaram a fase anterior, tanto os decorrentes do «neopositivismo» como da «Geografia social alemã»; são os casos de H. ALDSKOGLIUS (1974),²³ M. HAVRLANT (1976),²⁴ D.G. PEARCE (1979 e 1987),²⁵ J.T. COPPOCK (1980), E. GORMSEN (1983)²⁶ ou J. Allan PATMORE (1983). Mas também foram surgindo autores que procuraram uma revalorização do humanismo e do historicismo nos processos de trabalho dos geógrafos, revalorização essa que, neste tema, é visível, por exemplo, em J.M. MIOSSEC, Dannielle DUMAS, Daniel CLARY, Jean Michel DEWAILLY, Manuel VALENZUELA RUBIO ou Carminda CAVACO, todos eles, aliás, com uma vasta produção que se estendeu até à actualidade; perto desta tendência é também de referir a que privilegia o estudo dos aspectos psicossociológicos na configuração dos espaços de lazer, de que é exemplo o trabalho de D.C. MERCER (1979 e 1980).²⁷ Esta convivência de atitudes é bem estudada por A. STEINECKE (1984).²⁸

Como aconteceu na generalidade das ciências sociais, a conjuntura dos anos setenta, marcada pela recessão económica, não estimulou a produção de estudos geográficos sobre o turismo e lazer. Mas, por outro lado, a afirmação tardia deste ramo na

²³ ALDSKOGLIUS, Hans (1974) - Recreational day trip patterns in urban regions. Some Thoughts on the Relationship between Information and Activity Space, in MATZNETTER, J. (ed.) - Studies in the Geography of Tourism. Papers read and submitted for the Working Conference of the IGU Working Group, Geography of Tourism and Recreation, pp. 137-156. Frankfurt, Geographisches Institut der Universitaet.

²⁴ HAVRLANT, M. (1976) - Sur les methodes de la classification de la charge maximale des loisirs de plein air. XXIII International Geographical Congress, Moscow, Additional Volume of Acts.

²⁵ PEARCE, D.G. (1979) - Towards a geography of tourism. *Annals of Tourism Research*, vol.6, (3), pp. 245-272. PEARCE (1987).

²⁶ GORMSEN, E. (1983) - Tourismus in der Dritten Welt: Historische Entwicklung, Diskussionsstand, sozialgeographische Differenzierung. *Geographische Rundschau*, 35 (2), pp. 608-617.

²⁷ MERCER, D.C. (1979) - Outdoor recreation. Contemporary Research and Policy Issues, in O'RIORDAN, T.; D'ARCE, R.C. (ed.) - Progress in resource management and environmental planning, vol.1, pp. 87-142. New York, John Wiley. MERCER, D.C. (1980).

²⁸ STEINECKE, A. (1984) - Zur Kritik der funktionalen Geographie des Freizeitverhaltens, in HOFMEISTER, B.; STEINECKE, A. (ed.) - Geographie des Freizeit - und Fremdenverkehrs, pp. 264-278. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

Geografia, e a já referida criação, em 1972, de um «Grupo de Trabalho» na U.G.I., provocavam uma contra-corrente favorável.²⁹ Continuavam a ser frequentes os estudos de carácter epistemológico, nos quais a função retrospectiva tinha uma presença forte. Foi na década de setenta que se iniciou a produção de «crónicas» regulares sobre este tema em revistas científicas de Geografia, como as de Jean GINIER, na *Norois*, (1973-1977), J. Allan PATMORE (1977-1979) e J. Allan PATMORE e Michael COLLINS (1980-1982), ambas em *Progress in Human Geography*. Os primeiros anos da década de oitenta viram surgir uma série de números temáticos de revistas, que resultaram num autêntico «balanço de situação», quer através do conteúdo específico de alguns dos seus artigos quer pela interpretação global das matérias incluídas; são os casos do nº 15 da *Regional Studies*, de 1981, do nº 19 da *Ontario Geography*, de 1982, do nº 120 da *Norois*, de 1983, e do vol. 9.1. da *Geojournal*, de 1984. Nesta mesma linha, merece também realce um artigo de J.T. COPPOCK (1982)³⁰ e as obras de J. Allan PATMORE (1983) e Stephen SMITH (1983). Os artigos de Peter L. OWENS (1984) e Andrew KIRBY (1985), e os já citados trabalhos de Alberto LUIS GOMEZ e A. STEINECKE fecham o ciclo de referências a este período, todos eles dentro da vontade de fazer «balanços» e/ou reflexões de carácter teórico.

Os anos mais recentes, aqueles que para nós encerravam uma natural maior expectativa, não revelaram uma produção em número significativo nem nenhuma particular evolução de objectivos e/ou métodos de trabalho.

²⁹ A temática do turismo despertou para os geógrafos portugueses nesta época, pela mão de Carminda CAVACO. Ver, por exemplo: CAVACO, Carminda (1969) - Geografia e Turismo no Algarve. Aspectos Contemporâneos. *Finisterra*, vol. IV, 8, pp. 216-272; CAVACO, Carminda (1970) - Geografia e Turismo: exemplos, problemas e reflexões. *Finisterra*, vol. V, 10, pp. 247-282. No final da década de setenta, coincidindo com a época em que leccionou um Seminário sobre este tema na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Carminda CAVACO voltou a publicar vários títulos neste ramo disciplinar: CAVACO, Carminda (1979) - Turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais. Lisboa, C.E.G.; CAVACO, Carminda (1979) - Turismo e Demografia no Algarve. Lisboa, C.E.G.; CAVACO, Carminda (1981) - A Costa do Estoril (2 vol.). Lisboa, C.E.G.

³⁰ A revista *Leisure Studies*, em cujo primeiro número este artigo se insere, é hoje, sem dúvida, uma das mais importantes neste ramo do conhecimento.

Para consubstanciar estas ideias, fizemos uma consulta aos últimos dez anos da publicação *Références - Bibliographie Géographique Internationale*, elaborada pelo *Institut de L'Information Scientifique et Technique (C.N.R.S.)* sob os auspícios da União Geográfica Internacional.³¹ Com a informação aí recolhida construímos o Quadro II.5.1..

Quadro II.5.1 - A (ir)relevância da temática do lazer na produção internacional de textos científicos em Geografia (1985 - 1994)

	Produção / Nº de Referências												
	Total	Turismo e Lazer											
		Total v.a.	%(1)	Total v.a.	%(1)	Lazer							
						Tipo I		Tipo II		Tipo III		Tipo IV	
						v.a.	%(2)	v.a.	%(2)	v.a.	%(2)	v.a.	%(2)
1985	6285	38	0.36	17	0.17	9	53	4	24	4	24	0	0
1986	7259	50	0.69	21	0.29	5	24	4	19	9	43	3	14
1987	6640	26	0.39	14	0.21	3	21	6	43	5	36	0	0
1988	4760	19	0.40	8	0.17	2	25	4	50	2	25	0	0
1989	5011	23	0.46	5	0.10	1	20	4	80	0	0	0	0
1990	5287	24	0.45	2	0.04	0	0	1	50	0	0	1	50
1991	5128	16	0.31	1	0.02	0	0	0	0	0	0	1	100
1992	4464	17	0.38	2	0.04	0	0	2	100	0	0	0	0
1993	5262	25	0.48	3	0.06	0	0	2	67	0	0	1	33
1994	4867	28	0.57	7	0.14	0	0	0	0	6	86	1	14
TOTAL	54963	266	0.48	80	0.15	20	25	27	33	26	33	7	9

Fonte: *Références - Bibliographie Géographique Internationale*.
Institut de L'Information Scientifique et Technique / Centre National
de Recherche Scientifique (1985-1994).

Tipos de matérias dentro da temática do lazer, deduzidas a partir dos resumos fornecidos na fonte:

I - com predominância de reflexão conceptual e teórica;

II - referentes ao planeamento; incluem matérias como:

- impacto ambiental;
- programação de equipamentos; análise de custos/benefícios em investimentos públicos;
- particularidades das áreas com forte incidência de residências secundárias;

III - análises de casos, quase sempre baseadas no apuramento de inquéritos;

IV - recensões críticas, ou apenas estatísticas, de trabalhos publicados sobre este tema.

(1) Valor percentual do número total de referências

(2) Valor percentual do número de referências na temática do lazer

³¹ Muito embora não seja exaustiva, nem isso seria possível, esta publicação sintetiza o produto de cerca de 400 revistas e outros periódicos, bem como as informações prestadas por um vasto número de colaboradores internacionais acerca das investigações académicas e outros textos publicados. Trata-se, portanto, de uma amostra muito representativa dos trabalhos realizados por geógrafos, que permite, pelo menos, tomar conhecimento da distribuição relativa dos temas mais escolhidos.

Em nenhum destes anos os trabalhos publicados sobre o tema do lazer chegaram a atingir 0.3% da produção total. Mesmo quando associados à temática do turismo, os valores nunca subiram acima de 0.7% (média na década de 0.48%). Num universo tão escasso, as flutuações inter-anuais são irrelevantes e ficam apenas a dever-se à publicação esporádica de uma ou outra colectânea ou número temático de revista.

Numa tentativa de classificar internamente o sub-grupo dedicado ao lazer (80 títulos, no total da década), chegamos a uma divisão muito equilibrada entre as preocupações associadas ao planeamento (quase sempre centradas na avaliação de impactos ambientais), os estudos de casos (resultantes de recolhas específicas de informação e despretensiosos no que diz respeito à constituição de quaisquer modelos interpretativos) e algumas reflexões teóricas que, atendendo à escassa produção global, não podem ser muito consistentes. Por último, registámos ainda alguns trabalhos de retrospectiva, também eles, necessariamente, pouco ricos do ponto de vista crítico. Nada de novo, portanto, em relação ao que se vinha verificando nos anos anteriores.³²

Na bibliografia dos últimos dez anos a que tivemos acesso, e reportando-nos exclusivamente aos textos sobre o lazer que se diferenciam dos limites do turismo (cremos que esta diferenciação já é suficientemente clara para poder ser afirmada),³³ não encontramos, de facto, muita matéria que mereça referência.

Do ano de 1988 destacamos os artigos publicados por Susan HANSON e Geraldine PRATT, David T. HERBERT e pelo português António GAMA, todos eles revelando preocupações de carácter teórico ou, pelo menos, acerca dos meios de afirmação autónoma deste ramo disciplinar. De 1989 salientamos um número temático da revista *Cahiers de Géographie* (nº 30), bem como o interessante capítulo dedicado a este

³² À margem desta apreciação estatística, é também oportuno referir que no próximo Congresso da União Geográfica Internacional (Haia, Agosto de 1996) a temática do lazer não foi escolhida para nenhuma das sessões de trabalho - Conferências Gerais, Comissões e Grupos de Estudo.

³³ Ao fazer o balanço do Congresso da U.G.I. realizado em Barcelona, em 1986, Gerda PRIESTLEY diz mesmo que "(...) se constató la disparidad de intereses entre los estudios del turismo y los del tiempo libre." [PRIESTLEY, Gerda (1987) - Reunión de la Comisión de Geografía del turismo y del ocio de la U.G.I. (Barcelona, 1986). *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 10, pp. 159-163].

assunto numa obra de âmbito mais geral coordenada por Rosa ASCÓN. De 1990 realçamos um artigo de L. GAUDREAU³⁴ sobre os impactos ambientais das actividades de lazer. Em 1991, a revista *Estudios Geográficos* publicou um artigo da geógrafa russa Olga VENDINA³⁵ sobre o lazer rural naquele país; no mesmo ano, António GAMA e Norberto Pinto SANTOS e M. JANSEN-VERBEKE³⁶ produziram estudos sobre uma matéria do mais vivo interesse - a relação entre o lazer e o consumo. De 1992 destacamos um artigo de Marc CHESNEL, com exemplos de aplicações do tempo de lazer em cidades médias francesas. Luís Paulo Saldanha MARTINS apresentou, em 1993, a sua tese de doutoramento à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob o título “Lazer, Férias e Turismo na organização do espaço do Noroeste de Portugal”;³⁷

³⁴ GAUDREAU, L. (1990) - Incidences environnementales des loisirs sur les milieux naturels et les ressources vivantes. *Loisir et Société*, nº 2, pp. 297-324.

³⁵ VENDINA (1991). No ano seguinte, esta revista voltaria ao mesmo tema, e ainda através desta autora - VENDINA (1992).

³⁶ JANSEN-VERBEKE, M. (1991) - Leisure shopping. A magic concept for the tourism industry? *Tourism management*, 1, pp. 9-14.

³⁷ MARTINS (1993). Esta obra é uma excepção no pouco interesse dos geógrafos portugueses pelo estudo do lazer. Os raros que se vão dedicando a este assunto permanecem fiéis à tradição disciplinar de privilégio dos estudos sobre turismo, nomeadamente aspectos específicos de impacto ambiental, económico e social, ou algumas matérias paralelas, como seja o fenómeno das residências secundárias. No âmbito das provas académicas há também a referir: UMBELINO, Jorge (1987) - Turismo e Planeamento Integrado - o exemplo do triângulo turístico de Portalegre/Castelo de Vide/Marvão. Lisboa, dissertação de mestrado em Planeamento Regional e Urbano apresentada à Universidade Técnica de Lisboa (policopiado); MOREIRA, Fernando João (1990) - Turismo em espaço rural: enquadramento e expressão geográfica no território português. Lisboa, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado); SIRGADO, José Rafael (1990) - Turismo e desenvolvimento local e regional: o caso do concelho de Lagos na região do Algarve e no País. Lisboa, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado); ver, em especial, as páginas 38 a 55, nas quais o autor faz uma análise interessante dos conceitos de lazer, recreação, turismo e tempos livres; SANTOS, Maria da Graça (1992) - A residência secundária no âmbito da Geografia dos Tempos Livres. Coimbra, dissertação de mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado); HENRIQUES, Eduardo Brito (1994) - A Lisboa turística: imaginário e cidade - a construção de um lugar turístico. Lisboa, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado); CALDEIRA, Maria José (1995) - Residência secundária na Área Metropolitana de Lisboa - outros espaços, outras vivências. Lisboa, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado); MARVANEJO, Rui (1995) - O turismo social em Portugal - formas, práticas e política. Lisboa, dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

Para além das provas académicas, podemos referir, como outros exemplos de estudos ligados ao turismo: CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989) - A residência secundária na burguesia de Coimbra -

em termos nacionais, esta foi a primeira grande investigação que tomou os lazeres não-turísticos como objecto central, mas o seu conteúdo teórico merece uma referência que

Projecto de investigação. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 8, pp. 133-163; CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989) - Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na Serra da Lousã - Casal Novo e Talasnal. Coimbra, I.E.G., Coleção Estudos; CRAVIDÃO, Fernanda Delgado; CUNHA, Lúcio (1991) - Turismo, investimento e impacto ambiental. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 10, pp. 199-220; HENRIQUES, Eduardo B.; CARRANCA, Maria Adelaide; FEIO, Paulo A. (1991) - O turismo nas políticas recentes de desenvolvimento regional. *Finisterra*, XXVI, 52, pp. 408-427; LOPES, J. da Cruz (1992) - Ecologia humana e turismo no noroeste de Portugal. Évora; OLIVEIRA, J.M. Pereira de (1992) - Património ao serviço do turismo. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 11, pp. 87-92; A.A.V.V. (1993) *Inforgo* - Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos, 6; ARROTEIA, Jorge Carvalho (1994) - O turismo em Portugal: subsídios para o seu conhecimento. Aveiro, Universidade de Aveiro, *Cadernos Turismo e Sociedade*, nº 1; CAVACO, Carminda (1995) - Tourism in Portugal: diversity, diffusion and regional and local development. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie*, vol. 86 (1), pp. 64-71; CUNHA, Lúcio (1995) - Turismo e desenvolvimento na Raia Central - A paisagem e o ambiente como recursos. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 14, pp. 129-138; A.A.V.V. (1996) - *Turismos e Lazer*. Lisboa, EPRU, CEG.

Para além dos exemplos já referidos no texto, poucos mais casos há para apontar de estudos de geógrafos portugueses dedicados ao lazer sem uma vinculação ao turismo. Podemos citar, em anos mais atrasados, dois trabalhos coordenados por Jorge GASPAR: GASPAR, Jorge et alli (1982) - Transformações recentes na Geografia do futebol em Portugal. *Finisterra*, XVII, 34, pp. 301-324; GASPAR, Jorge et alli (1987) - Práticas culturais dos portugueses. Lisboa, EPRU, CEG (10 vol.).

Menos vulgares ainda são as contribuições provenientes de geógrafos que habitualmente se dedicam à Geografia Física, mas também existem alguns exemplos: FERREIRA, A. de Brum et alli (1983) - *Ambiência atmosférica e recreio ao ar livre*. Lisboa, Estudos de Geografia Física, CEG; REBELO, F.; CUNHA, L.; ALMEIDA, A. (1990) - Contribuição da Geografia Física para a investigação das potencialidades turísticas do Baixo Mondego. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 9, pp. 3-34.

Dos anos mais recentes há sobretudo a referir algumas comunicações apresentadas em reuniões científicas: Rodrigo SILVA, Paula ANTUNES e José MARQUES - *A Geografia e as actividades de lazer*, I Congresso da Geografia Portuguesa (Lisboa, 1991); Eduardo Brito HENRIQUES - *Caça, Lazer e Turismo*, I Congresso da Geografia Portuguesa (Lisboa, 1991); Isabel Margarida ANDRÉ e Eduardo Brito HENRIQUES - *Práticas de lazer: território e género*, VI Colóquio Ibérico de Geografia (Porto, 1992); Jorge UMBELINO - *Lazer: um novo tema para a Geografia? Ou uma nova «Nova Geografia» por causa de um tema?*, VI Colóquio Ibérico de Geografia (Porto, 1992); Eduardo Brito HENRIQUES e Paulo Areosa FEIO - *Os espaços de lazer nocturno: algumas notas a propósito do caso de Lisboa*, II Congresso da Geografia Portuguesa (Coimbra, 1994); Jorge UMBELINO - *O tempo de trabalho e de não-trabalho: análise da sua evolução e distribuição espacial*, II Congresso da Geografia Portuguesa (Coimbra, 1994).

O Colóquio *Territórios do Lazer*, organizado pelo Núcleo de Estudos de Turismo e Lazer do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, em Maio de 1996, foi um marco significativo do interesse dos geógrafos portugueses por este tema. Contudo, é de notar que das quatro Sessões deste Colóquio três foram dedicadas aos lazeres turísticos, e apenas uma às restantes formas (*Dos usos do tempo aos usos do espaço: inovações e reconfigurações dos lazeres*). Os oradores convidados para esta Sessão foram José Machado PAIS, um sociólogo (*Novos Imaginários e Territórios do Lazer*), e o geógrafo francês Georges CAZES (*Tourisme et Territoire Urbain: Grandes Problématiques de Recherche*), este último, portanto, a dedicar a sua atenção a fenómenos turísticos. Das comunicações livres, apenas quatro foram abertamente dirigidas ao estudo de lazeres não-turísticos: Adriana GALVANI - *The total tourism*; António GAMA e Norberto Pinto SANTOS - *O tempo do consumo e os espaços do lazer*; Phillipe DUHAMEL e Mireille BROUSTON - *De la nécessaire distinction entre tourisme et loisir*; Teresa ALVES - *Territórios do lazer: do consumo nos tempos de lazer à fruição dos territórios de prazer*.

ultrapassa o âmbito português; do mesmo ano salientamos o volume *Work and Leisure*, todo ele produzido por geógrafos e incluído num atlas da Suécia,³⁸ o qual, sendo uma obra de divulgação e, portanto, sem ambições de carácter teórico, surge como um trabalho muito claro e bem apresentado, com uma excelente ilustração; ainda de 1993, é de referir o número 77 da revista *Méditerranée*, que inclui um bloco temático de seis artigos todos eles dedicados ao estudo de espaços para lazer em periferias de grandes metrópoles. De 1994 destacamos um artigo de Shellagh SQUIRE, que faz um balanço actual da produção geográfica dedicada a este tema.

II.5.2. TRAÇOS DE UM TEMA POUCO PRATICADO PELOS GEÓGRAFOS

Após o breve perfil histórico apresentado, passamos a tecer alguns comentários acerca da bibliografia geográfica dedicada ao lazer. A primeira nota é a reafirmação de que esta temática tem, de facto, despertado muito pouca atenção entre os geógrafos, o que se reflecte tanto no fraco volume global da produção como na pouca riqueza e diversidade dos estudos, na linha, aliás, do que acontece na generalidade das ciências sociais, com alguma excepção da Sociologia:

*“Sociologists (...) have stressed the importance of the contemporary revolution in social values which is resulting in a complete reversal of the traditional valuation of work above leisure, but geographers have been slow to analyse the geographical consequences of such changing attitudes.”*³⁹

São várias as razões que se podem apontar para a pouca atenção dispensada pelos geógrafos aos fenómenos associados ao lazer, algumas de âmbito geral e outras mais especificamente disciplinares. De entre as primeiras podemos destacar o carácter recente da generalização do acesso ao lazer; durante muito tempo assistiu-se a um certo

³⁸ A.A.V.V. (1993a).

³⁹ MERCER (1970), p. 261. Gerda PRIESTLEY (obra citada, pág. 161), referindo-se também à Geografia do Turismo e Lazer diz que “(...) su juventud queda reflejada en la ausencia de una metodología definida y la relativa escasez de contribuciones metodológicas (...) con un claro énfasis en la transformación espacial en su dimensión histórica como consecuencia del turismo. Tampoco se logró clarificar el ámbito de la Geografía del Turismo y Ocio.”

menosprezo cultural e científico por factos que, não se relacionando directamente com o trabalho e a produção, eram por isso classificados como «pouco sérios»:

*“Social scientists have been reluctant to turn away from more «serious» classical pursuits to follow what would appear to many to be little more than the study of «fun».”*⁴⁰

Por outro lado, o lazer é habitualmente percebido como um assunto muito personalizado, o que torna difícil a análise sistemática das diversas ciências sociais; não existem meios regulares de recolha de informação nesta matéria, facto que limita, desmotiva ou mesmo inviabiliza muitos estudos, o que por sua vez provoca o desinteresse dos investigadores pelo tema, num ciclo vicioso que é preciso romper.

De um ponto de vista mais especificamente geográfico, vários autores referem que a pouca atenção da disciplina por este tema se fica a dever, em primeira instância, ao facto de ele ser obrigatoriamente interdisciplinar:

*“(…) los peligros que conlleva sintetizar exclusivamente la labor hecha por geógrafos en un campo que no solamente es interdisciplinario (...) sino que, además, tiende a ser más bien ideográfico que nomotético.”*⁴¹

A luta permanente da Geografia para afirmar um objecto científico autónomo, por um lado, e a pouca propensão dos geógrafos para as reflexões de carácter teórico, por outro lado, não facilitam o interesse por uma problemática com estas características.⁴² Sem um quadro conceptual sólido e estimulante, e tendo os geógrafos uma tendência antiga para o descritivismo (tendência essa majorada pela frequente necessidade de recolha própria de informação para estes estudos e, em alguns países, pelo pragmatismo exigido em

⁴⁰ MERCER (1970), p. 261

⁴¹ LUIS GOMEZ (1987a), p. 30. J. Allan PATMORE também parece partilhar da mesma opinião: *“There is little which can be distinctively recognised as recreation geography as opposed to recreation sociology or recreation economics.”* [PATMORE (1983), p. 211]. António GAMA, por seu lado, diz que *“Para falar de tempo livre temos necessidade de propor em primeiro lugar que o uso do tempo é, antes de mais, um problema social e uma questão espacial.”* [GAMA (1988), p. 204] Muito nos agradaria que o «problema» se transforme em vantagem social, por forma a que a «questão espacial» não resulte em problema.

⁴² *“Despite a great deal of empirical work, theoretical underpinnings were notably deficient.”* [PATMORE (1977), p. 112]

investigações financiadas por entidades públicas),⁴³ foi fácil ir-se instalando uma sensação de inconsequência e insatisfação em redor desta temática.

Sob um ponto de vista formal, quando é exigida alguma sistematização, os geógrafos enquadram o lazer em associação com o turismo.⁴⁴ Mas, em boa verdade, nem sempre é clara a diferenciação entre a Geografia do turismo e a Geografia do lazer ou, numa terminologia mais comum nos países anglófonos, a Geografia da recreação (ou recreação de ar livre). Toda esta temática está numa fase incipiente de conceptualização:

*“(...) una fase pre-paradigmática en la que, logicamente, no hay una coincidencia clara entre los geógrafos a la hora de definir el objeto, los métodos y el sentido que se da a ciertos conceptos usados en la investigación.”*⁴⁵

Entre estas três designações (e objectos de estudo) a Geografia do turismo é seguramente a mais praticada. A forte mobilidade que está associada a este fenómeno,⁴⁶ bem como os impactos ambientais, económicos e culturais que ocorrem em situações de forte concentração da actividade turística, justificam a lógica desta preferência:

⁴³ “With agency-dominated funding, much research has inevitably been pragmatic in nature, monitoring and evaluating specific projects to inform and improve management and investment decisions.” [PATMORE (1977), p. 112]

⁴⁴ A chamada *Time Geography*, ou Geografia do Uso do Tempo, pode ser vista como uma forma indirecta de abordagem do lazer; trata-se, no entanto, de uma perspectiva disciplinar mal afirmada. Os estudos que lhe são associados partem quase sempre de análises empíricas de determinadas formas de repartição do tempo (*time-budgets*), individuais e colectivas, para tentar perceber as mobilidades e arranjos espaciais que lhes são consequentes; os seus objectivos científicos, assim definidos, são muito amplos e cruzam-se com os de vários outros ramos da disciplina. Estas conclusões fizeram-nos sentir que não tem muita utilidade, pelo menos para já, valorizar a associação do estudo da Geografia do lazer a esta outra perspectiva. Contudo, é de reconhecer que, ao contrário do turismo e lazer, a *Time Geography* teve direito a um espaço próprio no Congresso de 1996 da U.G.I., embora apenas numa sessão paralela.

⁴⁵ LUIS GOMEZ (1988), p. 82. Segundo este autor, as designações que se utilizam para a abordagem geográfica do tema do lazer variam entre oito alternativas em alemão, onze em inglês e sete em francês!

⁴⁶ Os primeiros geógrafos a dedicarem-se a esta problemática percebiam-na em associação com os transportes; mais tarde, o neopositivismo fez valorizar a componente económica, para hoje ser mais frequente o privilégio do seu conteúdo social. HANSON; PRATT (1988) fazem uma excelente defesa da necessidade de integrar todos estes aspectos.

"L'oblitération du paysage par le tourisme, la forte intensité de la fréquentation, les effets économiques appréciables et les importants flux de circulation expliquent, parmi d'autres raisons, cette préférence."⁴⁷

"Tout d'abord l'attention des géographes s'est tournée vers les effets spatiaux du tourisme, forme de loisirs exigeant du temps et supposant un déplacement (...) L'approche géographique du loisir n'était donc pas suffisamment globale et systématique."⁴⁸

"Les géographes (...) avaient négligé tout un autre plan des activités récréatives. Le tourisme n'est en définitive qu'un aspect de la manière d'utiliser son temps libre. C'est incontestablement le plus géographique puis qu'il entraîne des déplacements à travers l'espace. Mais ce n'est pas le seul. Des activités récréatives de plus en plus variées sont apparues et occupent une partie non négligeable du budget-temps des citoyens, pouvant s'exercer à l'extérieur de la maison ou chez soi."⁴⁹

Assim, não surpreende que o objecto da maioria dos estudos integráveis na Geografia da recreação acabe por ser uma subtracção do que é usual fazer-se na Geografia do turismo, subvalorizando os aspectos ligados às deslocações e concentrando esforços na avaliação dos impactos das actividades, sobretudo os de tipo ambiental, a par de algumas iniciativas ao nível da programação de infraestruturas e equipamentos.

"Recreational geography investigates the spatial conditions for leisure activities and the spatial consequences of the leisure activities of the population in various dimensions. Its aim is to contribute to the optimum territorial organisation of recreation and leisure activities corresponding to social and individual requirements on the basis of the respective socio-economic conditions."⁵⁰

(A Geografia da recreação é) "la ciencia que investiga «las formas de organización y los procesos con transcendencia espacial desencadenados por los grupos humanos cuando satisfacen la función vital «recrearse»."⁵¹

A Geografia do lazer, que pressupõe um maior privilégio dos aspectos sociais ligados ao uso do tempo livre, é, de entre as três referidas, a designação (e consequentemente a orientação) menos frequente:

⁴⁷ RUPPERT (1983), p. 504

⁴⁸ RUPPERT (1983), p. 503

⁴⁹ BONNEAU (1983), p. 479

⁵⁰ BENTHIEN (1984), p. 62

⁵¹ LUIS GOMEZ (1987a), p. 20, citando RUPPERT, K; MAYER, J. (1969, obra citada).

*"Preocupada esencialmente por el estudio de la naturaleza y del paisaje, nuestra ciencia abordó de una manera indirecta el analisis de lo social, derivandose de ellos ciertos problemas (...) que son de alto interés para poder entender, aún hoy en dia, la orientación dada en muchos países a los estudios geográficos sobre el ocio, el turismo y la recreacion."*⁵²

*"These have tended to focus however on a number of relatively narrow fronts, on traditional concerns with spatial patterns and processes and with the impact of growing leisure demands upon countryside, uplands and coastal areas. Perhaps more significantly, there has been a focus on recreation rather than leisure, on specific activities which might be termed recreational behaviour."*⁵³

Acontece, também, que é difícil, se não mesmo impossível, a demarcação de territórios específicos destinados ao lazer. Poder-se-ão considerar alguns espaços preferencialmente vocacionados para esse fim, mas isso não significa que todas as opções de lazer tenham de ser neles concretizadas.⁵⁴

Toda esta análise encerra um paradoxo: é o conceito de lazer que contém o de turismo como uma das suas possibilidades de aplicação, e não o contrário; o lazer é normalmente entendido como uma determinada parcela de tempo em que podem ocorrer actividades recreativas de livre escolha, ou seja, a recreação depende da existência de um tempo de lazer e de várias condicionantes sociais; resulta, assim, que aquilo que aparentemente deveria ser o «tronco» principal deste ramo do saber tem sido reduzido a um papel residual, quando não esquecido.

Em nossa opinião, a Geografia do lazer, mais do que apreciar as formas de consumo do espaço pelas actividades recreativas, deve preocupar-se em perspectivar o tempo livre como uma infraestrutura social cujo valor promete crescer bastante num futuro mais ou

⁵² LUIS GOMEZ (1987a), p. 7

⁵³ HERBERT (1988), p. 242. L. PEDRINI indica, para o caso italiano, uma justificação bem mais prosaica: *"The geography of leisure has been neglected because of the absence of an Italian equivalent to the term «leisure» and its consequent absence as a notion from Italian culture."* [PEDRINI (1984), p. 70].

⁵⁴ *"Las diversas actividades constituyen entonces el vínculo que liga las dimensiones del medio natural y los valores socio-económicos, demográficos y psicológicos de los individuos. Por ello, es necesario estudiar las actividades recreativas para definir el «entorno recreativo»."* [VENDINA (1992), p. 733].

menos próximo. Apesar de este entendimento não ser muito frequente, encontrámos algumas definições da Geografia do lazer que lhe são próximas:

*"Une approche géographique du loisir quotidien a pour object les implications des interrelations entre l'organisation sociale des pratiques du loisir, les structures socio-économiques qui déterminent leur production et leurs projections sur les espaces de la vie quotidienne, espaces naturels ou déjà plus ou moins aménagés."*⁵⁵

*"À Geografia do lazer caberá explicar como o preenchimento de parte do tempo livre poderá influir nas formas de organização do território, tanto pela formalização de estruturas espaciais específicas como pela definição de padrões de comportamento espacial, motivados por uma crescente capacidade de escolha das populações perante o lazer que ultrapassa largamente o âmbito do turismo."*⁵⁶

Independentemente das perspectivas de análise, é fácil encontrar opiniões que augurem uma maior importância futura dos fenómenos associados ao tempo de lazer, nomeadamente os que se relacionam com a organização territorial:

*"Si pendant longtemps l'espace et le temps de travail ont été considérés comme les supports privilégiés (uniques?) de la production économique, de l'organisation spatiale et de la socialisation, aujourd'hui cette tendance semble s'inverser et, devant de la perte des valeurs liées au travail, celles du loisir acquièrent une forte prééminence."*⁵⁷

*"Les récentes études de la CEE sur les perspectives à long terme de l'évolution de l'habitat (...) montrent que le très net accroissement quantitatif du temps libre sera un des principaux problèmes posés aux pays industrialisés."*⁵⁸

⁵⁵ DIENOT (1983), p. 492

⁵⁶ MARTINS (1993), p. 20. O reforço da segunda componente desta definição levou o autor a acrescentar que "a Geografia do lazer não pode ser entendida como uma mera especialização da Geografia urbana." (p. 21) Concordamos plenamente com a conceptualização defendida por Luís Paulo Saldanha MARTINS na sua recente tese de doutoramento, mas isso não invalida que o objectivo que nos conduz neste trabalho seja diverso do então perseguido por este geógrafo português, que ele próprio assim definiu: "Por isso pretende-se analisar o descanso, no tempo segundo uma perspectiva contemporânea e, no espaço, numa área designada grosso modo por Noroeste de Portugal;" (p. 3) não existiu, portanto, a intenção de especular sobre o futuro do uso do tempo, propósito a que agora nos atrevemos; por outro lado, Luís Paulo Saldanha MARTINS conjugou o estudo de fenómenos turísticos com o de outros lazeres, o que não acontece connosco.

⁵⁷ DIENOT (1983), p. 491

⁵⁸ COMMISSION ECONOMIQUE POUR L'EUROPE (1988), p. iv

II.5.3. TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

A evolução económica e social que debatemos nos pontos anteriores deste capítulo (ver II.3.e II.4) há-de estar, naturalmente, associada a amplas transformações nas formas de compreender, organizar e utilizar os territórios. Numa tentativa de identificar essas transformações chegámos a quatro tópicos principais:

- mobilidade acrescida pela necessidade de flexibilizar as atitudes perante o trabalho;
- aumento do volume de trabalho no domicílio;
- novos princípios para a programação de infraestruturas e equipamentos;
- será possível um fenómeno de desurbanização?

Os dois primeiros tópicos decorrem directamente da evolução previsível dos mercados de trabalho, enquanto os dois últimos têm uma ligação estreita com a hipótese de acréscimo do tempo livre que debatemos nesta investigação. Como em todos estes casos falamos de futuro, não podemos ambicionar meios de prova que os fundamentem; resta-lhes a lógica própria da sua formulação e a credibilidade que lhes possa ser concedida pelas opiniões solidárias que fomos juntando ao longo do texto anterior.

II.5.3.1. MOBILIDADE ACRESCIDA PELA NECESSIDADE DE FLEXIBILIZAR AS ATITUDES PERANTE O TRABALHO

As múltiplas análises que se vão produzindo sobre o futuro dos sistemas económicos coincidem em lhes antever ritmos evolutivos muito rápidos. As funções individuais, as empresas e mesmo os sectores de actividade podem vir a ter ciclos de vida muito mais curtos do que os verificados hoje; em consequência, torna-se imprescindível para os trabalhadores uma maior predisposição para a polivalência e plurifuncionalidade, predisposição essa que será a sua única segurança possível dentro da insegurança estrutural. A mobilidade das carreiras profissionais passará, em muitos casos, por deslocações geográficas que podem exigir a mudança de residência. Em paralelo com a

mobilidade das carreiras estará a das próprias empresas, também elas em permanente e atenta procura das localizações mais favoráveis.

A evolução do conceito de distância tem vindo a provocar uma percepção do território cada vez mais complexa. Se no passado era sobretudo a distância física que determinava a intensidade das relações entre os espaços, com pequenas interferências que podiam decorrer de factores como o custo, o tempo, o conforto ou a segurança das deslocações, a evolução recente das redes e da operacionalidade dos diferentes meios de transporte veio alterar de forma substancial esta realidade: hoje, e no futuro ainda mais, qualquer deslocação tende a ser rápida, relativamente barata, confortável e segura. O Mundo estreita-se, e o relacionamento entre as regiões e os seus agentes joga-se na competitividade aberta, na comunicação e partilha tecnológica e de meios de investigação; contudo, este ambiente de grande mobilidade não deve ser confundido com uma neutralização do factor espaço, como bem refere David HARVEY:

*"The less important the spatial barriers, the greater the sensitivity of capital to the varieties of place within space."*⁵⁹

Para que as empresas, e as pessoas, se possam dispersar é preciso que se dispersem também os vários equipamentos e serviços públicos e privados que são necessários para produzir um meio social confortável. A flexibilização dos mercados de habitação, nomeadamente através de sistemas de arrendamento, joga aqui um papel fundamental.

II.5.3.2. AUMENTO DO VOLUME DE TRABALHO NO DOMICÍLIO

O trabalho no domicílio não é nenhuma criação recente, muito pelo contrário. Os ofícios, e a generalidade do trabalho artesanal, desde sempre o utilizaram, bem como o próprio sector industrial, em ramos como o têxtil ou o calçado, que juntam uma grande intensidade do uso de mão-de-obra com a não exigência de equipamentos concentrados e

⁵⁹ HARVEY (1989), pp. 295-296.

de grande dimensão (pelo menos em algumas fases do processo produtivo). O que existe de recente neste âmbito é a possibilidade de alargar esta opção de trabalho a muito mais funções e actividades, por via do recurso aos modernos meios de telecomunicação, ou seja, ao chamado teletrabalho. O quadro II.5.2. dá conta da importância do trabalho no domicílio na União Europeia.

Quadro II.5.2. - Trabalho no domicílio. União Europeia (1993)

	TOT	Ale.	Bél.	Din.	Esp.	Fra.	Gré.	Hol.	Irl.	Itá.	Lux.	Por.	R.U.
Agricultura													
Total (%)	2.7	5.8	..	4.2	1.1	..	0.2	2.3	5.6	4.0	0.3	1.3	9.4
Mulh. (%)	35.2	44.1	..	35.7	45.5	..	99.0	14.2	4.6	29.8	0.0	46.2	35.3
Indústria													
Total (%)	5.9	5.2	3.1	3.3	0.4	0.3	1.2	0.6	5.2	3.4	1.5	1.7	18.6
Mulh. (%)	28.4	34.3	14.2	24.8	38.9	48.9	39.0	18.3	18.3	41.7	16.7	92.0	22.2
Serviços													
Total (%)	8.9	9.1	10.0	10.1	1.0	0.7	6.0	0.8	7.3	3.9	5.4	0.9	23.9
Mulh. (%)	49.9	48.2	50.6	53.9	46.0	80.3	52.3	46.3	38.7	45.0	39.2	90.7	50.2
Total dos sectores													
Total (%)	7.5	7.2	7.7	7.8	0.7	0.5	3.8	0.8	6.5	3.6	4.4	1.0	22.1
Mulh. (%)	44.5	44.5	47.1	45.1	46.0	51.2	50.8	37.6	30.3	42.8	35.4	89.7	43.5

Notas:

.. valor desconhecido

Fonte: EUROSTAT (1995d)

Total - Percentagem no conjunto da população activa.

Mulheres - Percentagem dentro do universo fechado do trabalho no domicílio.

Em termos sectoriais, é nos serviços que esta forma de trabalhar tem maior acolhimento, seguindo-se a indústria e a agricultura.⁶⁰ O prometido crescimento da importância dos serviços faz pensar que o trabalho no domicílio crescerá correlativamente.

⁶⁰ A possibilidade de registar trabalho no domicílio no sector agrícola é praticamente inviabilizada pela definição estatística deste indicador, uma vez que para a EUROSTAT (e esta parece ser uma regra facilmente aceitável) o trabalho nas proximidades da residência não é integrável neste conceito.

A diferenciação entre os países também é grande: verifica-se um claro destaque do Reino Unido, com 22.1% (quase o triplo da média da U.E.), seguido da Dinamarca (7.8%), Bélgica (7.7%), Alemanha (7.2%) e Irlanda (6.5%). A posição do Reino Unido é manifestamente indiciadora de uma cultura própria nesta matéria, a qual se estende, de forma menos vincada, à Irlanda; não é de estranhar que os restantes três países em destaque sejam dos mais ricos da União.⁶¹

As mulheres têm uma presença muito significativa entre os que trabalham no domicílio,⁶² uma vez que os valores observados se reportam a taxas gerais de actividade feminina ainda inferiores às correspondentes masculinas.

Numa tentativa de sistematização, distinguimos as seguintes vantagens e desvantagens potenciais do trabalho no domicílio, e mais especificamente do teletrabalho:⁶³

A - VANTAGENS

- produz uma economia dos tempos gastos em deslocações, o que possibilita aumentar o horário de trabalho e/ou gerar mais tempo livre;
- diminui os gastos em instalações;
- cria condições para o aumento da produtividade;
- possibilita um melhor ajustamento do horário de trabalho ao ritmo biológico dos trabalhadores;
- promove a diminuição da taxa de absentismo;
- possibilita uma utilização mais fácil das redes de telecomunicações, uma vez que alarga o período potencial de acesso;

⁶¹ Em Portugal, por exemplo, o baixo valor verificado (1.0%) não tem qualquer correspondência com a vontade das pessoas. Num estudo da COMISSÃO PARA O ANO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA (1993) revela-se que 55.8% dos portugueses preferiam trabalhar em casa, contra 38.6% que acham melhor trabalhar em local diferente da habitação e 5.6% que não manifestam opção clara. Pena é que o estudo não discrimine os factores que mais terão pesado nesta preferência: poupança de tempo em deslocações? Alívio da tensão causada pelo congestionamento do tráfego urbano? Uma vida mais económica?

⁶² Contudo, algumas situações extremas, em que a participação feminina neste tipo de trabalho atinge os 80% ou 90% (Grécia, Portugal e França) devem apenas ser entendidas como excepções que se justificam pela reduzida dimensão dos respectivos universos.

⁶³ Seguimos de perto um exercício semelhante que foi publicado no *Boletim TC-P (Associação de Telecentros Rurais de Portugal)*, nº 7, Março de 1994.

- aumenta a área de influência dos trabalhadores liberais;
- facilita o acesso ao trabalho das pessoas (nomeadamente mulheres) com grandes responsabilidades familiares;
- reduz a poluição ambiental;⁶⁴
- ajuda os deficientes com dificuldades de locomoção.

B - DESVANTAGENS

- cria situações de potencial tensão familiar, provocadas pela incompreensão dos restantes membros da família em relação à necessidade de um tempo e de um espaço para trabalhar;
- potencia o desfavorecimento relativo deste tipo de trabalhadores em matéria de progressão de carreiras;
- desagrega os locais de trabalho,⁶⁵ o que poderá conduzir à perda dos «direitos dos trabalhadores» que se foram construindo através da sua união e prejudicar as formas de criatividade que são estimuladas pelo diálogo vivo e directo entre as pessoas.

Postas estas reflexões, falta saber como é que elas se repercutirão no volume e nas formas futuras de prática desta opção de trabalho; mais do que isso, é de notar que as vantagens apontadas são apenas benefícios potenciais, que podem ou não concretizar-se, enquanto as desvantagens podem ser matizadas por diversas formas. Com tudo isto, é nossa firme convicção que o teletrabalho vai crescer muito de importância no futuro,⁶⁶ embora com um ritmo, sequência temporal e prioridade geográfica difíceis de antever.

⁶⁴ Num relatório da British Teleworking, publicado em 1992, sob o título *The Economics of Teleworking*, afirma-se que se 9% da população mundial optasse pelo teletrabalho poupar-se-iam 972 milhões de litros de combustível por dia; se esse número fosse de 15%, quatro milhões de veículos poderiam durar mais 5 anos, enquanto a poupança de combustível seria de 516 milhões de contos por ano.

⁶⁵ Os chamados telecentros podem minimizar esse efeito, para além de facultarem o acesso a equipamentos caros ou pouco utilizados. Note-se que neste caso já não se trata de trabalho no domicílio, mas apenas de utilizar o teletrabalho como meio de dispersar os núcleos produtivos.

⁶⁶ Na *Expotelecom*, uma feira de telecomunicações organizada pela Portugal Telecom, em Junho de 1996, esta empresa anunciou que vai promover, a curto prazo, a deslocação do Serviço de Assistência Telefónica aos consumidores para sistemas de trabalho no domicílio.

II.5.3.3. NOVOS PRINCÍPIOS PARA A PROGRAMAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

A programação de infraestruturas e equipamentos tem uma relação estreita com o povoamento, o modo de vida e as conseqüentes necessidades das pessoas. As duas hipóteses que antes focámos, ambas ligadas à evolução provável dos mercados de trabalho - aumento da mobilidade geográfica e do trabalho no domicílio - interferem com estas condicionantes, pelo que, a concretizarem-se, terão repercussões sobre as infraestruturas e equipamentos que as pessoas possam requerer. Mas foi sobretudo a pensar na possibilidade de uma alteração importante na repartição do tempo e respectivas conseqüências no povoamento - aspecto que trataremos especificamente no ponto seguinte - que chamámos aqui esta matéria.

Há aspectos básicos, como as redes públicas de abastecimento de água e electricidade, de saneamento ou de equipamentos de saúde que dependem estritamente da distribuição das pessoas no território, ou seja, do povoamento; mas há outros aspectos em que, para além do tipo de povoamento, é preciso considerar as situações concretas, os gostos e as expectativas dos habitantes, de que são exemplo os equipamentos ligados ao lazer. As redes escolares são provavelmente (como muitos outros...) um conceito em mudança: com uma concepção clássica ajustada à formação pré-activa, e sobretudo pensada para o ensino básico obrigatório, a distribuição actual destas redes segue um modelo que decalca a hierarquia urbana e/ou administrativa; na medida em que, como parece certo, a Escola venha a ter no futuro objectivos diferentes dos que hoje imperam é bem provável que a sua programação também tenha de ser profundamente revista.

Os critérios de programação de infraestruturas e equipamentos enfermam, em todas as suas frentes, de uma rigidez que é sistematicamente criticada:

“La normalisation procède ainsi d'un double mouvement: elle codifie à la fois les demandes et les réponses, c'est pourquoi l'on parle parfois des «effets pervers» de la normalisation des équipements.”⁶⁷

“Les normes (...) ne prennent en compte qu'une réalité déformée (...) leur caractère technique masque l'inégalité de fait devant les équipements: ceux-ci ne sont que des cadres potentiels de consommations collectives.”⁶⁸

A rigidez destas normas é uma consequência natural dos seus objectivos de aplicação: pensadas sobretudo para regular investimentos públicos, ou para moldar acções de planeamento territorial, percebe-se que se tenham de escudar em parâmetros absolutamente inquestionáveis, que o mesmo é dizer a população residente. Se já se mostra difícil incorporar indicadores que relevem a estratificação etária, económica ou social das populações, muito mais complicado ainda será admitir a inclusão de aspectos subjectivos de cultura e comportamento, ou outros que se relacionem com hipotéticas formas diferenciadas de gerir o tempo. Neste contexto, a reflexão que propomos acerca da necessária revisão dos métodos de programação de infraestruturas e equipamentos é mais um alerta, que nos parece indispensável, do que uma expectativa de concretização a curto ou mesmo médio prazo.

II.5.3.4. SERÁ POSSÍVEL UM FENÓMENO DE DESURBANIZAÇÃO?

As famílias procuram escolher um local de habitação que seja acessível em relação às suas referências espaciais mais importantes - o trabalho, as escolas e alguns bens e serviços mais ou menos essenciais - num processo cuja complexidade tem vindo a crescer ao longo do tempo:

"All activities «take place» somewhere: the children's schooling, the wife's work, the husband's work, trips to see friends and relations, holidays and so on. One has to be located somewhere, live in the «right» place for all

⁶⁷ LACAZE, Jean-Paul (1979) - Introduction à la planification urbaine. Paris, Éditions du Moniteur, pp. 83-84

⁶⁸ LAVERGNE, François de (1979) - Économie politique des équipements collectifs. Paris, Economica, p. 186.

the pieces to fall into place. In the old society with the breadwinning husband, the housewife at home and the children going to the local school, the choice was fairly straightforward. The field of activities was restricted and there were few options. In modern society both options and restrictions as to where one should live and work are more numerous."⁶⁹

Como muitas famílias não conseguem ver cumprido satisfatoriamente este objectivo há caminho aberto para a mudança, sobretudo nas grandes cidades e mais ainda nas suas periferias.⁷⁰ Na medida em que os horários de trabalho o favoreçam, tanto em termos de durações mais reduzidas como do aumento da flexibilidade, e assentando no pressuposto da existência de redes de transporte e telecomunicação eficazes, deve crescer a apetência por locais de habitação mais afastados das cidades.⁷¹

*"Quanto mais se abreviar o dia de trabalho, menos serão as famílias com filhos que aceitarão viver na cidade. O movimento de êxodo constitui uma espécie de revolta contra o meio técnico que, muitas vezes, não tem sabido satisfazer nem as necessidades do Homem durante o trabalho, nem as do Homem depois de acabado o seu trabalho."*⁷²

*"(...) a saturação crescente das áreas urbanas conduz ao aumento da procura de espaços periféricos que assegurem outras vertentes da qualidade de vida que não aquelas tradicionalmente ligadas ao processo de expansão do fenómeno urbano, em estreita relação com a industrialização. Continuando o conceito de urbanização a traduzir o mais elevado dos padrões de qualidade de vida será muito possivelmente fora das áreas urbanas que as populações o conseguirão atingir."*⁷³

É certo que não encontramos um suporte estatístico ou documental que indicie uma tendência neste sentido,⁷⁴ e as sensibilidades perante esta hipótese são muito variadas,

⁶⁹ A.A.V.V. (1993a), p. 71

⁷⁰ A Carta Urbana Europeia, aprovada pelo Conselho da Europa, em 1992, desagrega 20 temas diferentes em relação aos quais se requerem intervenções sobre a qualidade de vida urbana, num claro reconhecimento de que há muita coisa que não está bem nesta matéria. Ver: CONSEIL DE L'EUROPE (1993) - La Charte Urbaine Européenne. Strasbourg, Conseil de L'Europe.

⁷¹ Note-se que não estamos agora a debater a deslocação de actividades económicas (o que já fizemos em II.5.3.1.) e muito menos uma suposta perda de capacidade polarizadora das cidades (na qual não acreditamos), mas tão somente uma possível alteração dos padrões de residência.

⁷² FRIEDMANN (1981), p. 257.

⁷³ MARTINS (1993), p. 50.

⁷⁴ Há muitos movimentos cruzados que confundem a percepção estatística deste tipo de migrações; por outro lado, uma boa parte das pessoas que aderirem a esta ideia devem vir a fazê-lo em regime de dupla residência, o que é mais um factor de perturbação da análise. Os dados sobre a transferência de propriedade e transformação do uso do solo poderiam ser uma fonte de informação alternativa, mas a

como atestam os resultados das entrevistas que apresentámos em II.3.: há quem a apoie entusiasticamente, quem a aceite com reservas e também quem a rejeite, alertando até para o risco da ocorrência do fenómeno inverso, isto é, um supercrescimento desregrado das periferias urbanas, em resultado da fuga para as cidades dos rurais expulsos pela decadência das actividades tradicionais do campo e de algumas indústrias locais.⁷⁵

Nós acreditamos que esta proposição não só tem lógica como já se iniciou, mesmo no nosso país. A partir dos casos pontuais que vão chegando ao nosso conhecimento, cremos que os pioneiros são sobretudo pessoas com idades entre os 30 e os 50 anos, com bom nível económico e, naturalmente, que exercem profissões que não requerem uma permanência rígida e prolongada nos locais de trabalho. Pessoas com idade mais avançada têm uma menor propensão para mudanças de vida tão radicais, e os mais jovens ainda estão totalmente concentrados no lançamento das suas vidas profissionais, para além de muitas vezes lhes faltar suporte financeiro.

A indispensabilidade de um bom nível económico para as famílias que vierem a aderir a esta ideia relaciona-se com uma premissa da nossa reflexão - em muitos casos, talvez na maioria, a decisão de habitar fora das cidades passará por um fenómeno de dupla residência. O modelo tradicional da residência secundária para lazer, onde se passam alguns fins-de-semana e dias de férias, pode vir a ser transposto para uma situação de «vida dupla»,⁷⁶ em que ambas as casas são utilizadas com regularidade semelhante.⁷⁷ Na

sua recolha institucional não é sistemática nem chegaram ao nosso conhecimento estudos que pudessem suprir esta falha; afastámos a hipótese de recolhermos nós próprios alguma informação neste âmbito, uma vez que o volume de trabalho requerido para cada caso tornaria completamente impossível podermos chegar a uma amostra significativa.

⁷⁵ Daniel NOIN, num artigo sob o título *Le point sur la population mondiale*, publicado num número especial da revista *Six milliards d'hommes*, de 1994, refere que *“Le mouvement de loin le plus massif est celui qui amène les ruraux vers les cités. Ce phénomène, qui a surtout caractérisé les pays développés au XIX siècle ou dans la première moitié du XX siècle, est en plein essor dans les pays en voie de développement.”* Ainda segundo este autor, estima-se que entre 1990 e 1995 o movimento dos campos para as cidades tenha sido, em média anual, de cerca de 28 milhões de pessoas, o que representa uma tendência crescente - entre 1960 e 1965 o valor médio anual destas migrações era de aproximadamente 9 milhões de pessoas.

⁷⁶ CALDEIRA (1995), em conclusão de uma interessante síntese teórica sobre esta matéria, propôs como definição para residência secundária *“(…) todo o alojamento fixo, que não constitui residência permanente de ninguém, propriedade da família ou arrendada por períodos superiores a um ano, utilizado temporariamente, nas férias, fins-de-semana ou outros períodos de tempo, cuja função*

medida em que as condições dos mercados de trabalho e os níveis locais de equipamento social o forem favorecendo, a «segunda residência» pode ser cada vez mais «primeira», passando a urbana a ser percebida como um suporte para algumas viagens de âmbito profissional e uma reserva preventiva para a geração seguinte, sobretudo para a sua formação universitária.⁷⁸ Como a maioria das pessoas não aceita com agrado um regime de migrações pendulares - ainda que aligeiradas em relação às que hoje se verificam são uma obrigação não raro penosa -, este processo de «desurbanização» pode ser estimulado e consolidado pela dispersão das actividades económicas.

Quais as novas formas de povoamento que poderão resultar desta «fuga» das grandes cidades? A primeira tentação é pensar num modelo de dispersão rural, por ser a hipótese que mais se opõe à situação em pressuposto declínio; contudo, as necessidades de integração social, de prevenir a própria segurança e de ter fácil acesso ao consumo de uma gama variada de bens e serviços contrariam esta ideia e jogam a favor de uma tendência de aglomeração. A dimensão dos aglomerados preferidos deve relacionar-se com a riqueza dos países e das respectivas populações: onde esta for maior, mesmo os pequenos núcleos⁷⁹ podem justificar mercados e níveis de equipamento suficientes para assegurar bons níveis de conforto, enquanto nos países mais pobres só os maiores aglomerados o conseguem; cremos mesmo que em alguns casos, e Portugal talvez seja um deles, o que se verificará é um reforço das pequenas cidades, ainda que este se faça à

principal é o lazer.” (p. 23) Nota-se, portanto, que o reconhecimento de funções extra-lazer para as residências secundárias ainda não está bem assimilado.

Por outro lado, nas situações de dupla residência torna-se difícil perceber o modo concreto de inserção social e económica das famílias: como definir a referência, urbana ou rural, que é mais forte em cada caso e momento? A empatia que se estabelece facilmente nos meios rurais gera fortes apelos em seu favor; contudo, a inércia em relação a processos burocrático-administrativos faz com que para muitos seja difícil reconhecer a mudança do ponto de vista formal.

⁷⁷ Esta hipótese depende de boas condições de mobilidade e também da não existência de outros constrangimentos, nomeadamente de tipo climático - nos países do norte da Europa, por exemplo, muitas residências secundárias são longínquas e têm por alvo as montanhas e os desportos de inverno, pelo que não se ajustam a visitas regulares ao longo do ano.

⁷⁸ CALDEIRA (1995), p. 208, confirmou indícios desta hipótese em trabalho empírico realizado na Área Metropolitana de Lisboa.

⁷⁹ Núcleos eventualmente associados a gostos e interesses pessoais, por vezes com prestígio social (por exemplo, na proximidade de centros de desportos náuticos ou campos de golfe); tanto é de admitir o reaproveitamento de aglomerados antigos como a construção de novos.

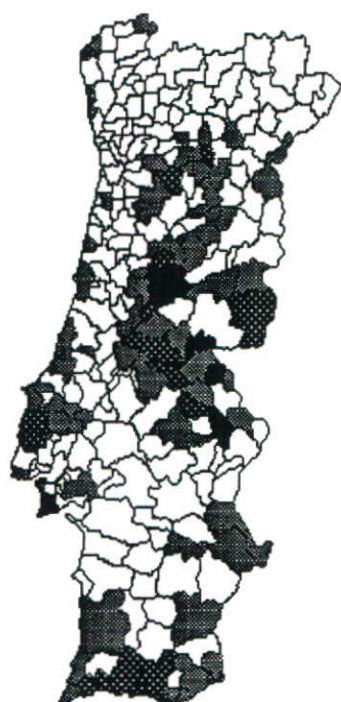
custa de um crescimento periférico sob a forma de moradias, mais de acordo com a lógica que vimos comentando.⁸⁰

E até que limiar de distância do «aglomerado principal» se processará este fenómeno? Como partimos da ideia que este processo se baseará num sistema de dupla residência, pelo menos numa primeira fase, a distância admitida dependerá da eficácia das redes de transportes e telecomunicações e da frequência das migrações pendulares requeridas; no exemplo de Lisboa, a maior área metropolitana portuguesa, cremos que este limiar se situará hoje pelos 50 a 60 quilómetros, com particular apetência pelo litoral Oeste e pelo Baixo Ribatejo, onde os preços do solo ainda são convidativos; é bem provável que a construção da futura ponte «Vasco da Gama» crie um novo pólo de interesse no Alentejo, sobretudo no litoral, e que o limiar proposto possa vir a ser sucessivamente alargado.

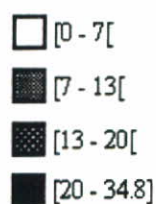
Os dados oficiais disponíveis sobre as residências secundárias em Portugal não possibilitam retirar grandes conclusões (figuras II.5.1 a II.5.4.). As figuras II.5.1. e II.5.2., que mostram as percentagens concelhias de alojamentos com uso sazonal, em 1981 e 1991, tornam óbvio, para quem conhece a realidade nacional, que este conceito não está a ser bem interpretado.

⁸⁰ FERRÃO; HENRIQUES; NEVES (1994) fazem um excelente debate desta matéria, tomando por hipótese a revalorização futura das cidades de pequena e média dimensão; não chegam a formular uma conclusão clara, uma vez que tanto diagnosticam razões para o crescimento das grandes metrópoles como para o reforço de aglomerados mais pequenos. O conceito de metrópole polinucleada, ou em «arquipélago», num território global muito amplo, pode ser um compromisso entre vários apelos.

Figura II.5.1. - Alojamentos com uso sazonal (1981)

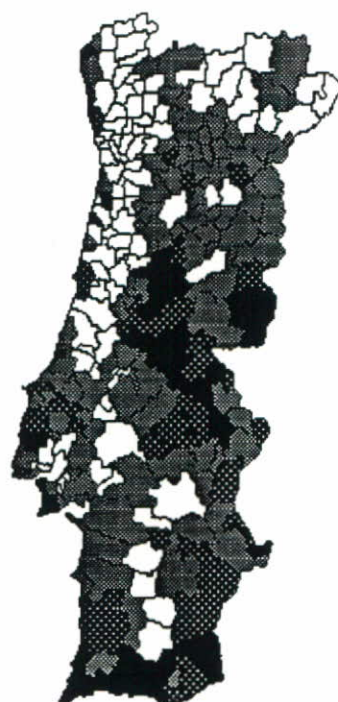


Alojamentos com uso sazonal (%)

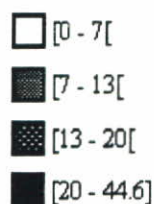


Fonte: I.N.E. - II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

Figura II.5.2. - Alojamentos com uso sazonal (1991)



Alojamentos com uso sazonal (%)



Fonte: I.N.E. - III Recenseamento Geral da Habitação, 1991.

O I.N.E. admite quatro tipos de alojamento familiar, de acordo com a sua forma de ocupação:

- alojamento familiar com residência habitual - alojamento familiar ocupado que constitui a residência principal habitual de, pelo menos, uma família;
- alojamento familiar com ocupante ausente - alojamento familiar ocupado, pertencente a indivíduos que nele deixaram de ter a sua residência habitual e que estão ausentes por longos períodos (ocupante emigrado e ocupante ausente no país);

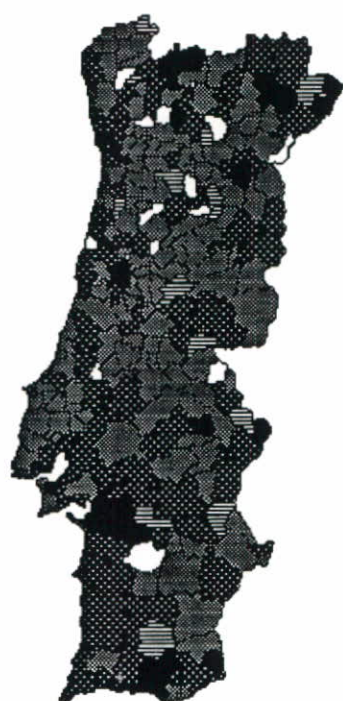
- alojamento familiar com uso sazonal - alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual;
- alojamento familiar vago - alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontra disponível no mercado da habitação.

Não é, portanto, por falta de clarificação dos conceitos mas sim pela sua má utilização que a figura II.5.1., respeitante a 1981, e mais ainda a figura II.5.2., de 1991, revelam uma confusão evidente entre os «alojamentos familiares com ocupante ausente», típicos das regiões com forte emigração, e os «alojamentos familiares com uso sazonal». Muito embora não eliminemos a hipótese, muito pelo contrário, de o número de residências secundárias ser crescente no interior e mesmo a distâncias consideráveis das grandes cidades,⁸¹ os valores em presença são de tal forma exagerados que não se podem aceitar como possíveis.

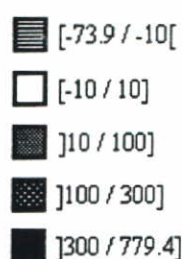
Foi já com grande reserva, portanto, que elaborámos as figuras II.5.3. e II.5.4., onde se visualizam as evoluções na década 1981/1991 da taxa percentual de alojamentos com uso sazonal (ou seja, a sua evolução em termos absolutos) e da percentagem de alojamentos com uso sazonal (ou seja, a sua evolução no contexto do conjunto de alojamentos). Em ambos os casos verificamos um grande reforço deste tipo de alojamentos mas sem um padrão territorial definido, o que confirma a pouca valia desta informação.

⁸¹ A recuperação de antigas casas de família para este fim, ou a construção de novas residências em locais escolhidos de acordo com a tradição regional das famílias, podem concorrer para um maior afastamento das residências secundárias em relação às grandes metrópoles.

Figura II.5.3. - Taxa percentual de evolução dos alojamentos com uso sazonal (1981/91)



Evolução dos alojamentos com uso sazonal (%)

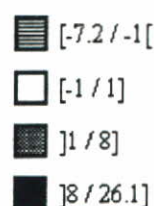


Fonte: I.N.E. - II e III
Recenseamentos Gerais da
Habitação, 1981/1991.

Figura II.5.4. - Evolução da percentagem dos alojamentos com uso sazonal (1981/91)

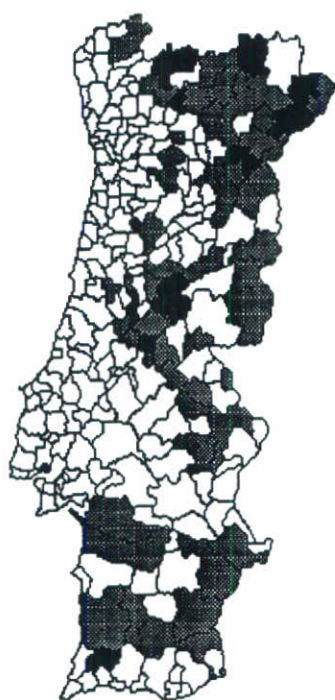


Evolução da percentagem de alojamentos com uso sazonal



Fonte: I.N.E. - II e III
Recenseamentos Gerais da
Habitação, 1981/1991.

A alternativa natural a estes dados é a que se reporta à evolução da população residente (figuras II.5.5. e II.5.6.). Aqui não existem surpresas: as maiores perdas de população verificam-se em todo o interior e os maiores ganhos no litoral.

Figura II.5.5. - Taxa de evolução da população residente (1981/91)**Concelhos com maiores perdas relativas de população**

Fonte: I.N.E. - XII e XIII Recenseamentos
Gerais da População, 1981/1991

Figura II.5.6. - Taxa de evolução da população residente (1981/91)**Concelhos com maiores ganhos relativos de população**

Fonte: I.N.E. - XII e XIII Recenseamentos
Gerais da População, 1981/1991

A perda de população do concelho de Lisboa e o reforço das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto podiam ser percebidos como uma pré-confirmação da hipótese de «desurbanização» que temos vindo a debater; mas não cremos que isso seja verdade, porque a maioria dos movimentos migratórios que justificaram essas evoluções ficaram a dever-se à terciarização do centro da cidade e à consequente suburbanização no estilo clássico dos «dormitórios».

Mais uma vez se confirma, portanto, que não existe informação portuguesa que acredite a hipótese que lançamos. Exemplos de outros países levariam, muito provavelmente, à mesma conclusão. Contudo, como já antes dissemos, não é a leitura dos factos actuais que motiva a nossa convicção, mas sim a maneira como perspectivamos a sua evolução futura.

Para concluir esta reflexão, cremos ser importante referir que a projectada saída de algumas pessoas dos grandes aglomerados urbanos também deverá melhorar a qualidade de vida dos que ficarem, sem esquecer que as cidades, não obstante poderem vir a expulsar alguma da sua população, contêm poderosos atractivos para a ocupação do tempo livre; e é precisamente o projectado aumento desse tempo que constitui a ponta da meada com que fomos construindo esta investigação...

*"(...) por una escala humana que convierta las ciudades en habitables y descentralice la población en comarcas y ciudades - Estado donde pueda recuperarse el individuo universal"*⁸²

*"La ciudad presenta, así, una doble faceta como lugar de partida y de destino en lo que se refiere a las actividades de tiempo libre."*⁸³

⁸² RACIONERO (1983), p.140

⁸³ MAIER; PAESLER; RUPPERT; SCHAFFER (1987), p. 126

III - O DESPORTO NA OCUPAÇÃO DO TEMPO DE LAZER - O CASO DO DISTRITO DE PORTALEGRE

III.1. O EXERCÍCIO FÍSICO E O DESPORTO: RAZÕES PARA A SUA PRÁTICA

III.2. A SITUAÇÃO DESPORTIVA NO DISTRITO DE PORTALEGRE

III.2.1. As infraestruturas e equipamentos para a prática desportiva

III.2.2. Formas de prática e praticantes

III.2.3. Resultados de um inquérito sobre a prática desportiva

III.2.4. Avaliação crítica da situação actual

III - O DESPORTO NA OCUPAÇÃO DO TEMPO DE LAZER - O CASO DO DISTRITO DE PORTALEGRE

A prática desportiva apresenta-se como uma das actividades mais importantes na ocupação actual do tempo de lazer, mas a sua escolha para dar corpo à decisão de incluir neste trabalho uma componente empírica também se justifica por:

- permitir uma análise internamente diversificada;*
- dispor de um volume razoável de informação estatística;*
- ser do nosso agrado pessoal.*

A estas razões acabou por se juntar o resultado das entrevistas que apresentámos em II.3., o qual apontou claramente o desporto, e as actividades de ar livre, como as formas de ocupação do tempo de lazer que se prevêem mais importantes no futuro.

Feita a escolha do tema faltava a decisão sobre a área concreta do estudo. A opção pelo distrito de Portalegre justifica-se pelos laços de origem que a ele unem o autor e, por via destes, pelas facilidades de trabalho conseguidas, muito importantes face às limitações de tempo e de recursos de investigação a que sabíamos estar sujeitos; a delimitação do distrito como unidade de investigação, hoje já menos natural do que há uns anos, partiu da coincidência com a área de jurisdição da Subdelegação local do INDESP, que constituiu a nossa principal fonte de informação directa e de contactos. Pela lógica inversa de reflexão, se admitirmos que este exemplo não tem fortes razões que o identifiquem e aconselhem também não encontramos motivos para o eliminar.

Para abrir esta parte do trabalho concebemos uma pequena nota acerca do sentido da prática desportiva e da sua provável evolução. O estudo concreto sobre o distrito de Portalegre passa por quatro momentos: o diagnóstico das infraestruturas, entendidas estas como os recintos disponíveis para a prática desportiva e as bases organizacionais que a suportam; o conhecimento dos praticantes; o apuramento de um inquérito onde se questionou o sentimento da população local perante a sua prática desportiva; por último, um balanço entre os anseios que se detectam no inquérito antes referido e os projectos que decorrem da orientação pública para este sector.

III.1. O EXERCÍCIO FÍSICO E O DESPORTO: RAZÕES PARA A SUA PRÁTICA

As práticas recreativas que envolvem exercício físico devem ser quase tão antigas como o próprio Homem; a invenção dos primeiros jogos foi uma consequência natural do processo de sociabilização. Na cultura ocidental, a civilização grega clássica terá sido a primeira a afirmar o desporto como um hábito de vida que se deve estimular, reconhecendo-lhe benefícios para a saúde e também para o melhor exercício de algumas actividades, nomeadamente militares. O passo seguinte foi a organização regular de eventos desportivos, em que a componente espectáculo começou também a estar presente.

Com muitas outras páginas se foi escrevendo a história do exercício físico e do desporto. As práticas diversificaram-se e tornaram-se mais complexas, com o aperfeiçoamento de regras e a sofisticação dos recintos, equipamentos e acessórios. Os Estados foram-se interessando e envolvendo cada vez mais no fomento e na gestão do exercício físico, nomeadamente construindo infraestruturas e determinando a obrigatoriedade da sua inclusão no ensino.¹ O final do século passado, e sobretudo o século XX, marcaram um acentuar da competição desportiva internacional, resultado da restauração do movimento olímpico, concretizada por iniciativa do Barão Pierre de Coubertin, em 1896, e da criação e desenvolvimento de várias modalidades colectivas. A atenção sobre estas competições foi sendo sucessivamente reforçada, ao ponto de elas serem vistas como meio de afirmação nacional, autênticas batalhas socialmente aceitáveis:

*"The competitive bodily exertions of people in the highly regulated form that we call «sport» have come to serve as symbolic representations of a non-violent, non-military form of competition between states."*²

¹ Em Portugal, esta introdução deu-se nos finais do século XIX: "Para além de uma sólida formação moral, baseada no autocontrolo e no escrupuloso respeito pelos outros, o que se recomendava, também, era um programa de exercícios corporais que pudesse contribuir para o vigor do espírito, na perspectiva do mens sana in corpore sano." [CRESPO (1990), p. 489]

² DUNNING; ROJEK (1992), p. 12.

Os grandes espectáculos assim produzidos tornaram-se no centro de fabulosos interesses económicos directos e indirectos, ancorados nos diversos meios de comunicação social e em múltiplas formas de comércio. A pressão exercida sobre os atletas envolvidos nesta alta competição é enorme, tornando inevitável a profissionalização; para melhorar o seu rendimento criou-se uma complexa estrutura de investigação científica, que envolve não só as metodologias de treino como várias disciplinas biomédicas e de aperfeiçoamento dos materiais utilizados;³ o pior é que a vontade transformada em necessidade de ganhar por qualquer meio conduziu a expedientes pouco recomendáveis, como o *doping* e a corrupção.

Associados a algumas competições desportivas surgem fenómenos de violência, dentro e fora dos recintos. Estes desvirtuamentos são mais frequentes quando a responsabilidade dos praticantes e a paixão dos espectadores são maiores, mas o limiar entre a violência e o normal extravazamento de energias e agressividade, que é próprio da prática desportiva saudável, também pode ser ultrapassado mesmo em situações bem mais inocentes.⁴

Michel BOUET, num livro já com alguns anos mas ainda estruturalmente actual, inventariou as seguintes «funções, papéis e aplicações do desporto»:⁵

- ultrapassagem dos limites; os *records* pessoais, locais, regionais, nacionais e internacionais; os praticantes que são tomados como ídolos servem, muitas vezes, de mediadores/substitutos na prossecução destes objectivos;

³ A Geografia, como a generalidade das ciências sociais, também já despertou há muito tempo para o estudo deste fenómeno. Segundo BALE (1989), este «ramo geográfico» já está bem presente desde os anos sessenta, sobretudo nos E.U.A. e Reino Unido; não foi difícil utilizar nele conceitos e métodos habituais da disciplina, como os de capacidade de carga, programação de equipamentos ou a «teoria dos lugares centrais».

⁴ A violência associada às práticas recreativas que envolvem exercício físico é um estigma antigo, muito anterior às formas modernas de desporto e ao radicalismo apaixonado das suas competições; basta recordar a brutalidade dos «jogos romanos», as lutas de gladiadores e outras práticas em que a barbárie atingia também animais.

⁵ BOUET (1968), pág. 447 e seguintes.

- esgotamento das energias não consumidas; para além da energia física, nos tempos modernos surge também a necessidade de aliviar o *stress* que é próprio da vida urbana;

- função higiénico-sanitária; são de considerar os efeitos directos do exercício físico e também a sua indução de hábitos de vida mais saudáveis, por exemplo ao nível de uma melhor alimentação e do controlo do consumo de tabaco e estupefacientes:

“La santé du sportif n'est pas seulement l'absence de maladie (...) il y a un style sportif de la santé qui est quelque chose de nouveau.”⁶

- estabelecimento/fortalecimento de relações pessoais; a solidariedade inerente à busca de objectivos comuns, mais importante em situações de risco físico ou de forte pressão social em relação a alguns resultados desportivos;

- função estética; tanto para quem vê como para quem pratica;

“Le sport produit de la beauté puisqu'il engendre l'athlète qui est de la sculpture vivante.”⁷

- função hedonista; a busca do prazer pelo prazer;

- função lúdica; a diversão como objectivo;

- função educativa; a disciplina, o respeito, o espírito de cooperação e de superação constante;

- função de lazer; aparece como uma função de síntese, na medida em que é reconhecida ao desporto a capacidade de cumprir todas as componentes do lazer definidas por DUMAZEDIER (descansar/relaxar, divertir, formar);

“Les formes de loisir moderne, dont le sport fait partie, atteignent un degré de complexité tel qu'elles débordent largement la sphère du ludique.”⁸

- função militar; é um meio para melhorar a preparação física e para estimular a predisposição para o combate; é de realçar o surgimento de alguns desportos inspirados por esta função, como o tiro, as artes marciais e o paraquedismo;

⁶ BOUET (1968), p. 477

⁷ BOUET (1968), p. 497, citando o Barão Pierre de Coubertin.

⁸ BOUET (1968), p. 533

- função de preparação para o trabalho; tal como a anterior, esta função parte de uma atitude utilitarista perante o desporto e consubstancia-se na justaposição de aspectos bastante variados, como os benefícios para a saúde, o patrocínio do espírito de amizade e cooperação e até, eventualmente, alguma preparação específica, de que é exemplo o motociclismo para a profissão de mensageiro;

- função de espectáculo;

- aplicações socio-económicas; aproveitadas directamente da função de espectáculo mas também de muitos outros aspectos indirectos, como a comunicação social, a venda de produtos e serviços, etc.;

- aplicações políticas; o desporto como forma de afirmação e prestígio de um grupo, região ou país;

- outras funções; item residual, onde cabem, por exemplo, funções terapêuticas, de reinserção de inadaptados, de favorecimento das condições de segurança pessoal ou de auxílio à investigação científica (proporciona situações de teste nos limites, aplicáveis, por exemplo, na biomedicina, na mecânica automóvel, etc.).

Ainda segundo Michel BOUET, os factores sociais que favoreceram a expansão do desporto moderno foram:⁹ o aumento do tempo livre e da riqueza disponível; a melhoria dos transportes e comunicações; a democratização do acesso à prática (vulgarização do desporto escolar e para trabalhadores, emancipação feminina), facto que, a par do aumento da esperança de vida e da melhoria das condições médias de saúde, contribuiu para um crescimento generalizado da população desportiva. Por seu lado, também existem factores «internos» às próprias práticas que geram um autoestímulo, como sejam as ciências biomédicas aplicadas, o surgimento de novas modalidades e até a melhoria na medição dos resultados atingidos, aspecto que estimula a competição do praticante para consigo próprio e os outros.

Numa avaliação actual das funções antes apresentadas, cremos serem de destacar:

⁹ BOUET (1968), pp. 367-386.

- uma forte consolidação do reconhecimento dos benefícios do exercício físico, embora centrada nos seus aspectos mais individualistas, como sejam as funções higiénico-sanitária e estética; há um renovado culto do corpo, que é percebido como o primeiro recurso do Homem na sua afirmação profissional e social:

*“A importância dada ao corpo, no nosso tempo, contrapõe-se ao ofuscamento a que estava submetido no passado, fenómeno verificado na sequência de uma assinalável inversão de valores, traduzida na passagem das ideias de acumulação e poupança a preocupações de consumo e dispêndio de energias. Os novos valores de beleza, felicidade ou juventude identificam-se com um corpo que se transforma em objecto de cuidados e desassossegos.”*¹⁰

- da observação acima, associada ao isolamento que é característico da vida urbana, decorre uma valorização relativa dos desportos individuais, ainda que pontualmente praticados em grupo;

- o desgaste da vida nas cidades provoca uma diminuição da preferência pelas modalidades e recintos convencionais, em favor de novas práticas em espaços naturais, muito diversificadas (ainda a personalização...) e onde a componente aventura e risco marca presença forte:

*“Essa maneira (o desporto de aventura) libertou-se das formas estandardizadas que nos foram legadas pela civilização industrial, e que hoje são consubstanciadas pelas modalidades tradicionais. Estas obedecem a um padrão regulamentado, codificado e institucionalizado ao longo do século XX.”*¹¹

¹⁰ CRESPO (1990), p. 7. Por outro lado, “(...) a necessidade de prolongar a vida e a aspiração ao prazer podem, no entanto, esconder razões mais profundas que, eventualmente, se tendem a esbater num quadro de subtilezas que escapa ao homem comum. A história do corpo, desenvolvida no plano da «longa duração», poderá contribuir para o estabelecimento dos mecanismos que nos levam à obsessão da prática desportiva do presente e a dar importância a todos os signos de narcisismo e hedonismo que parecem caracterizar as épocas em decadência..” [CRESPO (1990), p. 574]

O individualismo e o culto do corpo têm muitas marcas para além da prática desportiva, como sejam a vulgarização da cirurgia estética e da psicanálise, o aumento das despesas com seguros de saúde, a fobia anti-tabaco (que por vezes se estende ao quase anti-tudo que não sejam interesses próprios), etc.

¹¹ PIRES (1991), p. 3. Segundo este autor, o que chama as pessoas para este tipo de modalidades desportivas é a fuga voluntária ao conforto, a conquista da Natureza, a vitória sobre o medo, fazer qualquer coisa de que poucos são capazes e procurar situações inesperadas. O desporto de aventura é, assim, feito de heróis do inútil, que não aspiram a nada de valor prático ou económico, para além da sua própria busca do prazer.

- um reforço dos interesses económicos e políticos associados ao desporto, e consequentemente das orientações que eles projectam nas práticas; estes interesses passam sobretudo pela promoção sistematizada de atletas-vedetas que garantem a organização de grandes espectáculos, mas o *marketing* da venda de materiais nem sempre converge com esta lógica; é preciso criar fenómenos de moda desportiva com ciclos de vida convenientemente curtos, os quais atingem os tipos de material utilizados mas também as próprias modalidades, num propósito que não pode ficar circunscrito aos limites dos desportos convencionais; cremos, por exemplo, que a moda actual dos chamados «desportos radicais» pode até ser duradoura, mas o mesmo não acontecerá com as práticas específicas que hoje lhe dão corpo.¹²

As três primeiras notas antes referidas assentam em pressupostos que podem vir a ser abalados pelas transformações sociais que debatemos no capítulo anterior, nomeadamente as alterações no uso do tempo e nas formas de povoamento.¹³ Ao contrário, o reforço dos interesses económicos e políticos sobre o desporto parece ser uma realidade bem sólida e capaz de se projectar no futuro; por muito que se deseje um retorno à valorização dos aspectos lúdicos, recreativos, formativos e até ao hedonismo no desporto, isso vai depender das orientações que estes «interesses» venham a impor.

¹² Pomos, assim, algumas reservas à ideia linear de Gustavo PIRES: *"A aventura desportiva é uma nova dimensão das práticas desportivas. É, por assim dizer, a fase terciária do desenvolvimento do desporto, entendendo-se que a primeira foi constituída pelo jogo e desenvolveu-se na sociedade agrícola, numa dimensão local e a uma escala reduzida. A segunda é constituída por práticas desportivas formais, desenvolvidas numa dimensão global e à escala planetária, decorrentes da sociedade industrial. A terceira configura as práticas não-formais e informais, as práticas inorganizadas, específicas da sociedade pós-industrial em que o desporto estabelece um corte definitivo com o mundo do trabalho."* [PIRES (1991), p. 18]

Concordamos com a ideia de que na «era industrial» o desporto se encontrava associado à produção por uma série de laços, por vezes metafóricos: o desporto como uma máquina bem estruturada e regulada; a produtividade na fábrica e no desporto, ou seja, o mito do campeão; o desporto dá saúde, é bom para uma maior produtividade no trabalho. Só que, a nosso ver, as novas práticas desportivas respondem a um outro modelo organizacional, muito dependente de interesses económicos, o qual se apresenta diversificado e espacialmente difuso mas nem por isso menos eficaz.

¹³ Arcelino Mirandela da COSTA enquadra favoravelmente o futuro do desporto por um vasto conjunto de razões: *"(...) mais terciarização, novas tecnologias, menos esforço físico no trabalho, maior urbanização, enfim, o Homem de hoje é confrontado, por um lado, com uma maior sedentarização, menos movimento e, por outro, com mais stress e menos contacto com a Natureza; por sua vez, a diminuição dos horários de trabalho, o aumento da escolaridade e as reformas antecipadas, medidas que começam também já a ser adoptadas na sociedade portuguesa, criaram um aumento significativo dos tempos livres, que obtêm cada vez mais espaço e importância na vida dos indivíduos."* [DGD (1988), Preâmbulo]

III.2. A SITUAÇÃO DESPORTIVA NO DISTRITO DE PORTALEGRE

III.2.1. AS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA

III.2.1.1. EQUIPAMENTOS DE «FORMAÇÃO E COMPETIÇÃO»

Os responsáveis pela gestão pública do fenómeno desportivo utilizam esta designação para as instalações de «tipo artificial»: campos de grandes jogos (futebol, rãguebi, etc.), campos de pequenos jogos (polidesportivos e campos de ténis), salas de desporto (pavilhões e ginásios), piscinas (cobertas e descobertas) e pistas de atletismo. Tomar este tipo de instalações como sinónimo exclusivo dos equipamentos para a formação e competição desportiva, remetendo todas as outras para o segmento da recreação lúdica, é uma atitude que hoje se pode considerar restritiva mas que permaneceu indiscutida até há poucos anos. A garantia de uma boa rede de instalações de tipo «artificial» ainda hoje é percebida como a primeira e indispensável infraestrutura para a prática desportiva; é fácil opinar que o desporto deve ser promovido de uma forma mais aberta e diversificada, mas é difícil justificar o interesse dos investimentos públicos necessários a essa alteração de política.

No distrito de Portalegre, a rede dos equipamentos desportivos de «formação e competição» era composta, em 1994, pelos elementos constantes no quadro III.2.1., a partir do qual foi elaborada a figura III.2.1.

Quadro III.2.1. - Instalações desportivas: equipamentos de «formação e competição». Distrito de Portalegre (1994)

	Gr. Jogos		Peq. Jogos		Sal.D	Piscinas		Inst. Esp.			
	Relv.	Pel.	Polid.	C.Ten		Cob.	Desc.	Pic	CT	PN	PM
Alter do Chão	0	4	2	2	1	0	0	1	0	0	0
Arronches	0	1	2	0	0	1	0	0	0	0	0
Avis	0	3	3	1	1	0	0	0	1	1	0
Campo Maior	1	2	1	0	2	0	1	0	0	1	0
Castelo de Vide	1	1	1	2	1	1	0	0	0	1	0
Crato	0	3	4	0	1	0	0	0	0	0	0
Elvas	1	5	5	4	2	0	1	3	2	0	0
Fronteira	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Gavião	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Monforte	0	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0
Nisa	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sôr	0	5	2	2	1	0	1	0	0	1	1
Portalegre	1	6	12	3	2	1	3	0	2	0	0
Sousel	0	3	3	0	1	1	0	0	0	0	0
TOTAL	4	43	40	14	16	5	7	5	5	4	1

Fonte: INDESP (Subdelegação de Portalegre)

Instalações consideradas:

Campos de grandes jogos (relvados e pelados);

Campos de pequenos jogos (polidesportivos e campos de ténis);

Salas de desporto (pavilhões e ginásios);

Piscinas (cobertas e descobertas);

Instalações especiais (Picadeiros, Carreiras de Tiro, Postos Náuticos e Pistas de *Motocross*); a inclusão formal deste tipo de instalações no âmbito dos equipamentos de «formação e competição» foi um «acréscimo» que apreciámos na base de dados local do INDESP.

Nota: Não existia nenhum registo referente a pistas de atletismo

Figura III.2.0. - Os concelhos do distrito de Portalegre

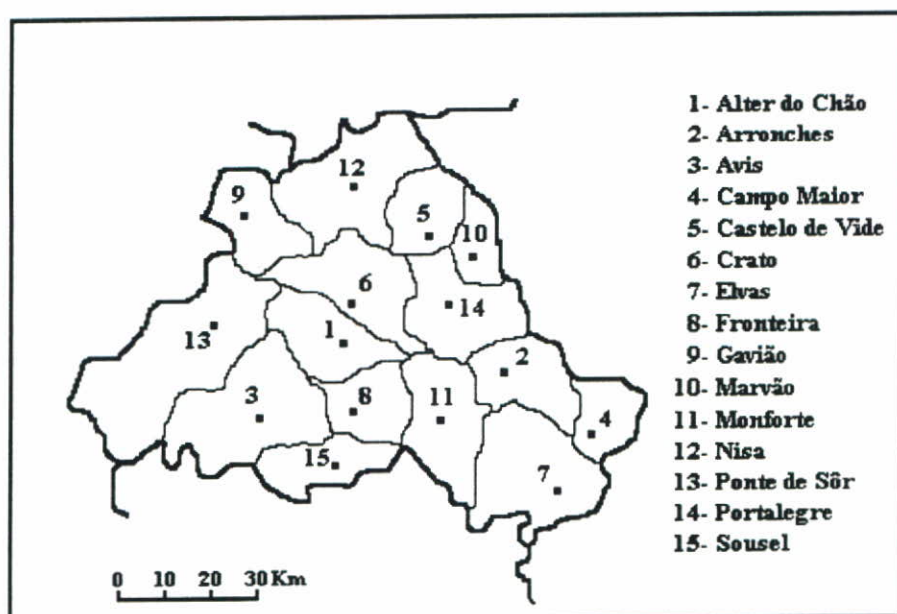
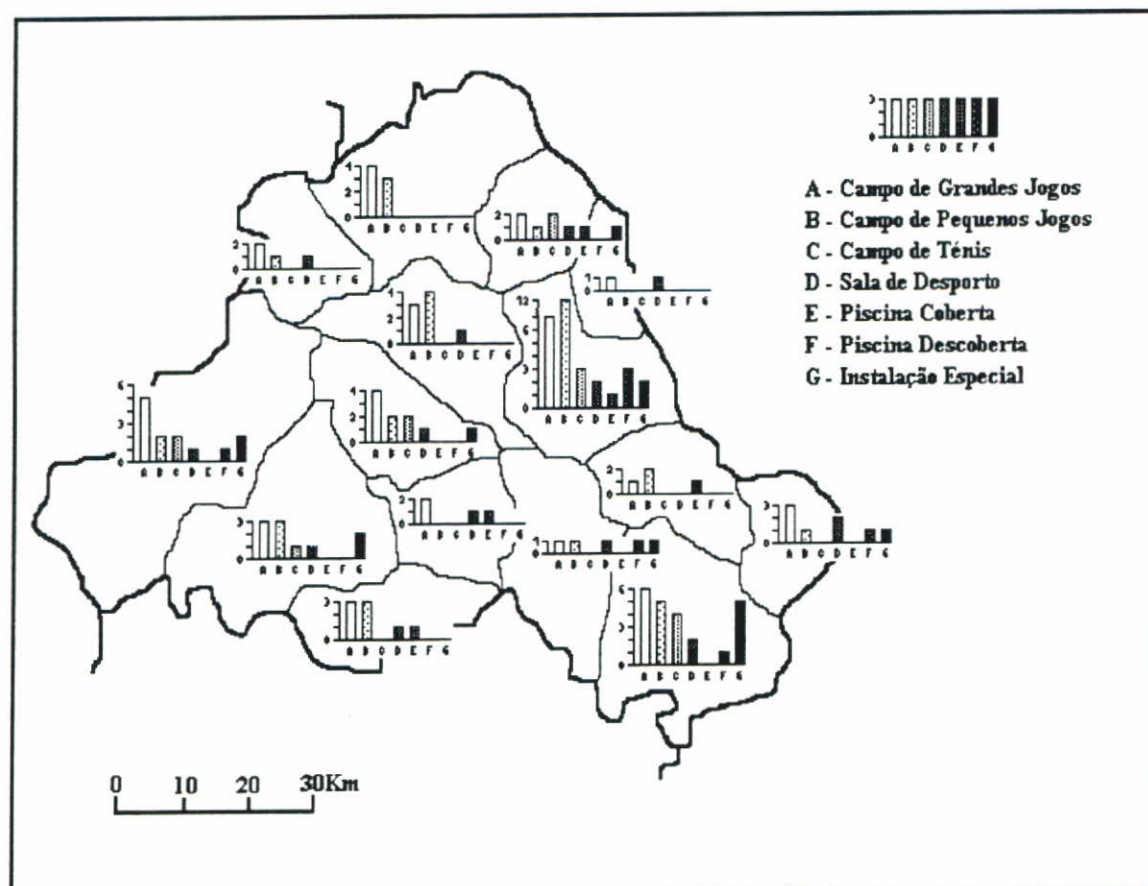


Figura III.2.1. - Instalações desportivas: equipamentos de «formação e competição». Distrito de Portalegre (1994)



Fonte: INDESP (Subdelegação de Portalegre)

Poderá esta ser considerada uma boa rede? O INDESP avalia a distribuição deste tipo de equipamentos segundo vários critérios (quadro III.2.2.), que incluem, para além das dimensões que dizem respeito à sua funcionalidade: a) uma norma de superfície desportiva útil, medida em m² por habitante; b) uma população base para cada tipo de recinto; c) uma área prevista de irradiação, medida alternativamente em quilómetros (deslocação pedonal) ou minutos (deslocação rodoviária).

Quadro III.2.2. - Critérios do INDESP para a programação de equipamentos desportivos

	Espaços ao ar livre			Espaços cobertos		Plan. água
	Grandes Cp. Jogos	Pequenos Cp. Jogos	Pistas de Atletismo	Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas de ar livre
Área desp. útil (m ²)						
mínimo	5000	800	6000	450	100	100
padrão	8000	1500	15000	1100/1500	250/350	250/350
M ² / hab	2,0	0,65	1,2	0,09	0,02	0,04
População base	2500	1250	5000	5000	5000	2500
entre	4000	2500	12500	15000	15000	7500
Irradiação km	2 / 3	0,5 / 1	2 / 4	2 / 4	2 / 4	2 / 3
minutos	15 / 20	5 / 15	15 / 20	15 / 30	15 / 30	15 / 20

Fonte: INDESP (1990)

Nota: Por área de irradiação entende-se o território cuja acessibilidade é compatível com a capacidade de atracção do equipamento. É a população residente na área de irradiação que faz justificar, ou não, a criação de determinado equipamento. Depois de genericamente justificados, todos os equipamentos devem:

- localizar-se na proximidade de escolas;
- integrar-se, o mais possível, com outros equipamentos;
- complementar-se com espaços verdes e áreas de recreio;
- localizar-se em posição central relativamente à área a servir.

A população base, e a área de irradiação, servem sobretudo para tomar decisões específicas de implantação no terreno; a superfície desportiva útil por habitante é, assim, o principal indicador de avaliação global das redes.¹ A situação perante este indicador dos distritos de Portugal Continental, em 1994, era a constante no quadro III.2.3.

¹ Ao basear-se num indicador singular o INDESP fica sujeito às críticas da não consideração das particularidades demográficas, sociais, económicas e culturais de cada população, e até da variabilidade climática e ambiental dos espaços. Sobre este último aspecto diz Gustavo PIRES: "Não podemos cometer

Quadro III.2.3. - Equipamentos desportivos de «formação e competição». Superfície desportiva útil por habitante (m²). Portugal Continental (1994)

	Gr. jogos	Peq. jogos	P. atlet.	Pisc. cob.	Pisc. desc	Salas desp	TOTAL
Valor de referência*	2,00	0,65	1,20	0,02	0,04	0,09	4,000
Aveiro	1,55	0,39	0,08	0,004	0,01	0,08	2,114
Beja	3,19	0,66	0,08	0,001	0,02	0,03	3,981
Braga	1,38	0,53	0,07	0,002	0,01	0,04	2,032
Bragança	1,84	2,97	0,06	0,001	0,01	0,05	4,931
Castelo Branco	1,86	1,44	0,06	0,001	0,02	0,05	3,430
Coimbra	1,96	0,61	0,03	0,003	0,01	0,05	2,663
Évora	2,97	0,41	0,00	0,003	0,02	0,05	3,453
Faro	1,22	0,86	0,28	0,002	0,09	0,06	2,512
Guarda	2,48	2,59	0,15	0,002	0,01	0,05	5,282
Leiria	2,08	0,54	0,07	0,002	0,01	0,06	2,762
Lisboa	0,59	0,24	0,07	0,002	0,01	0,03	0,942
Portalegre	3,19	0,71	0,00	0,002	0,04	0,11	4,052
Porto	0,75	0,33	0,06	0,002	0,01	0,05	1,202
Santarém	2,01	0,75	0,13	0,001	0,01	0,06	2,961
Setúbal	1,05	0,47	0,12	0,001	0,01	0,05	1,701
Viana do Castelo	1,62	0,71	0,00	0,001	0,01	0,05	2,391
Vila Real	2,31	2,73	0,13	0,002	0,01	0,05	5,232
Viseu	2,12	1,27	0,11	0,001	0,01	0,03	3,541
TOTAL	1,36	0,66	0,08	0,002	0,01	0,05	2,162

* ver quadro III.2.2.

Fonte: INDESP

Pode verificar-se que, com excepção dos «campos de pequenos jogos», há um subequipamento generalizado a todo o país, particularmente grave no que diz respeito às pistas de atletismo e às piscinas cobertas. Perante a escassez de recursos financeiros foi privilegiada a multiplicação dos recintos com menores custos de construção e manutenção (em alguns casos com um interesse, pelo menos, duvidoso...), o que resultou num persistente prejuízo dos restantes.

o grave erro de tentar atingir, em matéria de infraestruturas desportivas, as taxas dos países da Europa que, como se sabe, têm condições climáticas muito mais rigorosas do que as portuguesas, à custa da construção de grandes instalações desportivas cobertas. Do ponto de vista ideológico e político é um erro, do ponto de vista educativo é antipedagógico e do ponto de vista económico é um desastre." [PIRES (1991), p. 7]

O distrito de Portalegre, como todos os do interior, goza de uma situação favorável em relação à média nacional. A razão é simples: ao fazer-se o cruzamento do critério da área de irradiação com o da população base por equipamento acaba sempre por resultar algum benefício para as áreas menos povoadas. Com 4.052 m² de superfície desportiva útil por habitante este distrito já ultrapassa a referência média nacional (4 m²/hab), mais ainda se considerarmos que a sua população é bastante envelhecida e, portanto, o número de utilizadores potenciais é proporcionalmente baixo. É de notar, ainda, que só as pistas de atletismo (inexistentes) e as piscinas cobertas (0.002 m²/hab) acusam valores abaixo do objectivo nacional apontado para cada uma das tipologias.

Passando ao nível concelhio (quadro III.2.4. e figura III.2.2.), continua a verificar-se que as áreas com mais população - neste caso os concelhos de Portalegre, Elvas e Ponte de Sôr - estão entre as que apresentam valores menos favoráveis neste indicador. Nos restantes concelhos existem situações muito diversas, que se ficarão a dever aos diferentes dinamismos e capacidades de afirmação política das respectivas autarquias.

Quadro III.2.4. - Equipamentos desportivos de «formação e competição»: superfície desportiva útil por habitante (m²). Distrito de Portalegre (1994)

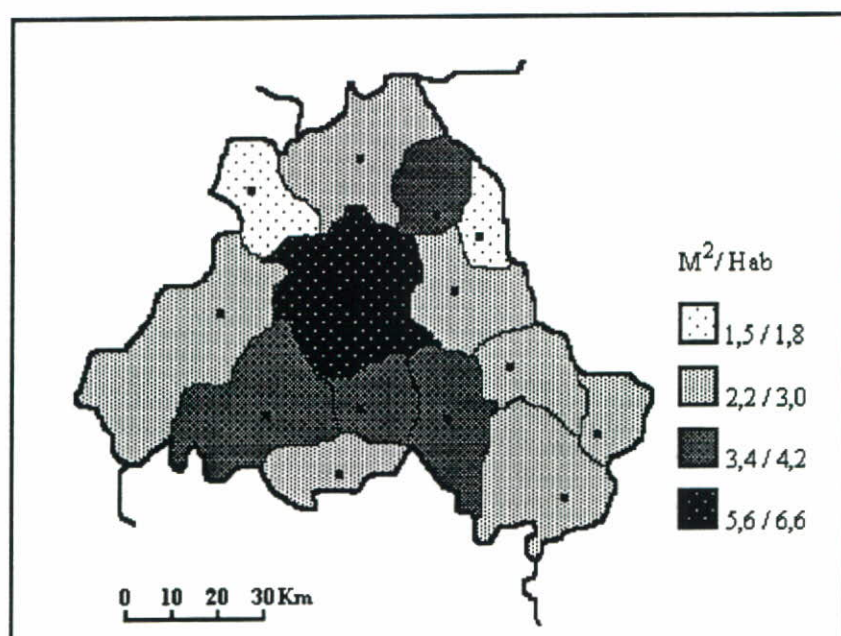
	G. Jogos	P. Jogos	Piscinas	Salas D.	TOTAL
Alter do Chão	5,50	0,72	0,07	0,24	6,52
Arronches	1,45	0,60	0,09	0,30	2,43
Avis	3,44	0,54	0,00	0,11	4,10
Campo Maior	2,52	0,26	0,04	0,12	2,94
Castelo de Vide	3,04	0,84	0,06	0,26	4,20
Crato	4,47	0,95	0,00	0,25	5,67
Elvas	1,82	0,34	0,01	0,09	2,26
Fronteira	3,13	0,00	0,07	0,25	3,45
Gavião	1,56	0,14	0,00	0,09	1,79
Marvão	1,39	0,00	0,00	0,18	1,57
Monforte	2,20	0,79	0,09	0,33	3,42
Nisa	2,41	0,45	0,00	0,00	2,86
Ponte de Sôr	2,15	0,23	0,01	0,05	2,45
Portalegre	1,71	0,57	0,05	0,07	2,40
Sousel	1,76	0,72	0,05	0,17	2,69

Notas: Não existia nenhum registo referente a Pistas de Atletismo

Não foi possível obter informação discriminada sobre as piscinas cobertas e descobertas.

Fonte: INDESP (Subdelegação de Portalegre)

Figura III.2.2. - Equipamentos de «formação e competição»: superfície desportiva útil. Distrito de Portalegre (1994)



Fonte: INDESP (Subdelegação de Portalegre)

Perante estes valores, a Subdelegação local do INDESP mantém a proposta de um amplo conjunto de novas instalações (quadro III.2.5.), cuja previsão de custos ultrapassa 2.5 milhões de contos (quadro III.2.6.). Este montante, aparentemente muito alto, não é desproporcionado em relação às ambições de carácter nacional; considerados os mesmos custos unitários, as instalações tidas por necessárias em todo o País significariam um gasto aproximado de 5000 milhões de contos.²

² Número e discriminação das unidades conforme o Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo [DGD (1990)]. Estes custos reportam-se à construção de novos equipamentos de «formação e competição», não considerando despesas de manutenção nem de reabilitação de unidades degradadas; também não foram integrados os custos inerentes aos espaços exteriores às instalações nem às chamadas «instalações especiais».

**Quadro III.2.5. - Novas instalações desportivas propostas pelo INDESP.
Distrito de Portalegre (1994)**

	Gr. Jogos		Peq. Jogos		Sal. D	Piscinas		P. At.	Inst. Esp.		
	Relv.	Pel.	Polid.	C.		Cob.	Desc.		QD	Fr.	Out.
Alter do Chão	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	-
Arronches	1	0	1	2	0	0	0	0	1	1	-
Avis	1	0	3	0	0	1	0	1	1	0	-
Campo Maior	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1 CV
Castelo de Vide	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1 Lud
Crato	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	-
Elvas	0	1	3	0	0	1	0	1	1	0	-
Fronteira	0	0	1	2	0	0	0	0	1	1	-
Gavião	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	-
Marvão	0	0	0	2	0	1	0	0	1	1	1 AD
Monforte	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	-
Nisa	0	0	0	2	0	1	0	0	1	1	-
Ponte de Sôr	1	1	2	2	1	1	0	1	1	1	-
Portalegre	1	0	2	2	0	0	0	1	1	0	1 CH
Sousel	1	0	1	2	0	0	0	1	1	1	-
TOTAL	7	3	18	14	1	7	0	9	14	6	4

Fonte: INDESP (Subdelegação de Portalegre)

Instalações consideradas:

Campos de grandes jogos (relvados e pelados);

Campos de pequenos jogos (polidessportivos e campos de ténis);

Salas de desporto (pavilhões e ginásios);

Piscinas (cobertas e descobertas);

Pistas de atletismo de 250 metros, excepto Portalegre (400 metros);

Instalações especiais: Quintal desportivo e Frontão de Ténis; Centro de Vela / *Windsurf*, Ludoteca / Jogos Tradicionais, Escola de Asa delta, Centro hípico.

Quadro III.2.6. - Estimativa de custos das novas instalações desportivas propostas pelo INDESP. Distrito de Portalegre (1994)

	Gr. Jogos		Peq. Jogos		Sal.D.	Pisc.	P.Atl.	Esp			TOTAL
	Relv.	Pel.	Polid.	C.Tén				QD	Fr.	Out.	
Alter do Chão	50	0	14,5	0	0	0	40	40	0	0	144,5
Arronches	50	0	14,5	25	0	0	0	40	4	0	133,5
Avis	50	0	43,5	0	0	70	40	40	0	0	243,5
Campo Maior	0	0	14,5	0	0	0	0	40	0	27	81,5
Castelo de Vide	0	25	14,5	0	0	0	40	40	0	35	154,5
Crato	50	0	14,5	0	0	70	40	40	0	0	214,5
Elvas	0	25	43,5	0	0	70	40	40	0	0	218,5
Fronteira	0	0	14,5	25	0	0	0	40	4	0	83,5
Gavião	0	0	0	0	0	70	0	0	0	0	70,0
Marvão	0	0	0	25	0	70	0	40	4	3	142,0
Monforte	0	0	14,5	0	0	0	40	40	0	0	94,5
Nisa	0	0	0	25	0	70	0	40	4	0	139,0
Ponte de Sôr	50	25	29,0	25	132	70	40	40	4	0	415,0
Portalegre	50	0	29,0	25	0	0	88	40	0	15	247,0
Sousel	50	0	14,5	25	0	0	40	40	4	0	173,5
TOTAL	350	75	261,0	175	132	490	408	560	24	800	2555,0

unidade: milhares de contos

Fonte: INDESP (Subdelegação de Portalegre)

Instalações consideradas: ver quadro III.2.5

Face ao desenvolvimento actual da rede parece lógico que não existam projectos para piscinas descobertas, assim como concordamos com a grande contenção no que diz respeito às salas de desporto e aos campos de grandes jogos (note-se que os campos relvados correspondem a uma qualificação e não a um mero aumento quantitativo da rede). Também não surpreende o esforço pedido para piscinas cobertas e pistas de atletismo, uma vez que são estas as tipologias actualmente mais carenciadas. As «instalações especiais» fogem do conceito de equipamento de «formação e competição» do INDESP, mas a sua inclusão saúda-se enquanto indicador de diversificação da rede. A única nota de surpresa, e de discordância, vai para o elevado número de campos de pequenos jogos requeridos: 18 polidesportivos e 14 campos de ténis! A inclusão destes projectos só pode justificar-se em atenção a exigências de natureza político-administrativa (ver quadro III.2.7.), cuja lógica nem sempre converge com a dos restantes critérios de programação.

Quadro III.2.7. - Rede base de instalações desportivas. Proposta da Comissão de Coordenação da Região Alentejo.

Sede de Freguesia	1 polidesportivo descoberto
Sede de Concelho	1 polidesportivo descoberto 1 piscina coberta (16.66 x 8) 1 pavilhão desportivo 1 campo de grandes jogos relvado 1 campo de grandes jogos de terra batida 1 frontão de ténis 1 pista de atletismo de 250m, com seis corredores 1 recinto para a prática de desportos informais
Sede de Distrito	polidesportivos 1 piscina coberta (25 x 12.5) 1 pavilhão desportivo de 3 módulos, com bancada 1 campo de grandes jogos relvado 1 campo de grandes jogos de terra batida 4 campos de ténis 2 frontões de ténis 1 pista de atletismo de 400m, com seis corredores 1 recinto para a prática de desportos informais

Fonte: C.C.R.A. (1993)

São várias as razões que nos levam a criticar esta proposta: em primeiro lugar, o INDESP,³ ao definir as normas de programação destes equipamentos não incluiu nelas qualquer critério de tipo administrativo; por outro lado, mesmo que se admitisse esse critério, as áreas de irradiação fixadas (entre 15 a 30 minutos de deslocação em meio de transporte rodoviário, conforme os equipamentos - ver quadro III.2.2.), ultrapassam largamente qualquer exigência ao nível da freguesia; por último, estas áreas de irradiação, aplicadas em regiões onde a mobilidade é fácil, como é o caso da maioria dos concelhos do Alentejo, aconselhariam sempre a partilha inter-concelhia de alguns equipamentos, sobretudo os mais caros e com taxas de utilização mais reduzidas, como as pistas de atletismo e as piscinas cobertas. No quadro III.2.8. estabelecemos uma comparação (coluna S) entre o que seria a rede «exigida» por este estudo da C.C.R.A.

³ O INDESP participou nesta proposta, através dos seus Delegados que trabalham na área de jurisdição da C.C.R.A.

(coluna R) e a resultante da rede actual acrescida pelas propostas de facto da Subdelegação local do INDESP (coluna P - ver quadros III.2.1. e III.2.5.).

Quadro III.2.8. - Comparação entre propostas de valorização da rede base de instalações desportivas. Distrito de Portalegre

	Nº Fg	GJR			GJTB			POLID			PAV			P.AT.			PISC			F.TE			C.TE			QUI		
		P	R	S	P	R	S	P	R	S	P	R	S	P	R	S	P	R	S	P	R	S	P	R	S	P	R	S
Alter do Chão	4	1	1		4	1	+3	3	4	-1	1	1		1	1		0	1	-1	0	1	-1	2	0	+2	1	1	
Arronches	3	1	1		1	1		3	3		0	1	-1	0	1	-1	1	1		1	1		2	0	+2	1	1	
Avis	8	1	1		3	1	+2	6	8	-2	1	1		1	1		1	1		0	1	-1	1	0	+1	1	1	
Campo Maior	3	1	1		2	1	+1	2	3	-1	2	1	+1	0	1	-1	0	1	-1	0	1	-1	0	0		1	1	
Castº de Vide	4	1	1		2	1	+1	2	4	-2	1	1		1	1		1	1		0	1	-1	2	0	+2	1	1	
Crato	6	1	1		3	1	+2	5	6	-1	1	1		1	1		1	1		0	1	-1	0	0		1	1	
Elvas	8	1	1		6	1	+5	8	8		2	1	+1	1	1		1	1		0	1	-1	4	0	+4	1	1	
Fronteira	3	0	1	-1	2	1	+1	1	3	-2	1	1		0	1	-1	1	1		1	1		2	0	+2	1	1	
Gavião	5	0	1	-1	2	1	+1	1	5	-4	1	1		0	1	-1	1	1		0	1	-1	0	0		0	1	-1
Marvão	4	0	1	-1	1	1		0	4	-4	1	1		0	1	-1	1	1		1	1		2	0	+2	1	1	
Monforte	4	0	1	-1	1	1		2	4	-2	1	1		1	1		0	1	-1	0	1	-1	0	0		1	1	
Nisa	10	0	1	-1	4	1	+3	3	10	-7	0	1	-1	0	1	-1	1	1		1	1		2	0	+2	1	1	
Ponta de Sôr	6	1	1		6	1	+5	4	6	-2	2	1	+1	1	1		1	1		1	1		4	0	+4	1	1	
Portalegre	10	2	1	+1	6	1	+5	14	10	+4	2	1	+1	1	1		1	1		0	2	-1	5	4	+1	1	1	
Sousel	4	1	1		3	1	+2	4	4		1	1		1	1		1	1		1	1		2	0	+2	1	1	

Fontes: C.C.R.A. (1993);
INDESP (Subdelegação de Portalegre);
Câmara Municipal do Gavião

Nº Fg - Número de Freguesias do Concelho

GJR - Campo de Grandes Jogos Relvado; GJTB - Campo de Grandes Jogos de Terra Batida; POLID - Campo de Pequenos Jogos (Polidesportivo); PAV - Sala de Desporto, de tipo Pavilhão; PISC - Piscina Coberta; F.TE - Frontão de Ténis; C.TE - Campo de Ténis; QUI - Quintal Desportivo, ou recinto para a prática informal.

P - Instalações já existentes ou propostas pela Subdelegação de Portalegre do INDESP;

R - Valores de referência propostos pela C.C.R.A. (ver quadro III.2.7.)

S - Saldo entre P e R

Verificam-se inúmeras contradições entre estas duas redes. Quando os Delegados do INDESP pretenderam, através da C.C.R.A., estabelecer uma normativa geral para a programação de equipamentos desportivos na Região Alentejo valeram-se de critérios político-administrativos que abandonaram ou, pelo menos, matizaram quando fizeram programas concretos para as suas áreas de jurisdição. Ainda assim, quase todos os novos equipamentos propostos para o distrito de Portalegre (quadro III.2.5.) seriam negados

pelo critério de população base requerida para cada tipologia pelo G.E.P.A.T., conforme se pode apreciar no quadro III.2.9.

Quadro III.2.9. - Novos equipamentos de «formação e competição». As propostas do INDESP* face ao critério populacional do GEPAT. Distrito de Portalegre (1994)**

	Equipamento	Lugar	Pop. res.	Crit. GEPAT	AP.1	AP.2
Alter do Chão	Grandes jogos relvado	Alter do Chão	2641	4000	Não	Não
	Pista de atletismo de 250m	Alter do Chão	2641	5000	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Seda	462	1250	Não	Não
Arronches	Grandes jogos relvado	Arronches	1881	4000	Não	Não
	Campo de ténis	Arronches	1881	1250	Sim	Sim
	Campo de ténis	Arronches	1881	1250	Sim	Não
	Polidesportivo descoberto	Esperança	333	1250	Não	Não
Avis	Grandes jogos relvado	Avis	1866	4000	Não	Não
	Piscina coberta	Avis	1866	5000	Não	Não
	Pista de atletismo de 250m	Avis	1866	5000	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Valongo	279	1250	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Aldeia Velha	340	1250	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Alcorrego	327	1250	Não	Não
Campo Maior	Polidesportivo descoberto	Degolada	617	1250	Não	Não
Castelo de Vide	Grandes jogos terra batida	Castelo Vide	2641	2500	Sim	Sim
	Pista de atletismo de 250m	Castelo Vide	2641	5000	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Póvoa e Meadas	774	1250	Não	Não
Crato	Grandes jogos relvado	Crato	1820	4000	Não	Não
	Piscina coberta	Crato	1820	5000	Não	Não
	Pista de atletismo de 250m	Crato	1820	5000	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Flor-da-Rosa	348	1250	Não	Não
Elvas	Grandes jogos terra batida	Elvas	13422	2500	Sim	Não
	Piscina coberta	Elvas	13422	5000	Sim	Sim
	Pista de atletismo de 250m	Elvas	13422	5000	Sim	Sim
	Polidesportivo descoberto	Barbacena	856	1250	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Santa Eulália	1437	1250	Sim	Sim
	Polidesportivo descoberto	S. Vicente	759	1250	Não	Não
Fronteira	Campo de ténis	Fronteira	2257	1250	Sim	Sim
	Campo de ténis	Fronteira	2257	1250	Sim	Não
	Polidesportivo descoberto	Cabeço Vide	1213	1250	Não	Não
Gavião	Piscina coberta	Gavião	2006	5000	Não	Não
Marvão	Campo de ténis	Stº Antº Areias	687	1250	Não	Não
	Campo de ténis	Stº Antº Areias	687	1250	Não	Não
	Piscina coberta	Stº Antº Areias	687	5000	Não	Não
Monforte	Pista de atletismo de 250m	Monforte	1239	5000	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Santo Aleixo	770	1250	Não	Não
Nisa	Campo de ténis	Nisa	3676	1250	Sim	Sim
	Campo de ténis	Nisa	3676	1250	Sim	Sim
	Piscina coberta	Nisa	3676	5000	Não	Não

(continua)

Quadro III.2.9. (continuação)

Ponte de Sôr	Grandes jogos relvado	Ponte de Sôr	4718	4000	Sim	Sim
	Grandes jogos terra batida	Ponte de Sôr	4718	2500	Sim	Não
	Campo de ténis	Ponte de Sôr	4718	1250	Sim	Sim
	Campo de ténis	Ponte de Sôr	4718	1250	Sim	Não
	Pavilhão desportivo	Ponte de Sôr	4718	5000	Não	Não
	Piscina coberta	Ponte de Sôr	4718	5000	Não	Não
	Pista de atletismo de 250m	Ponte de Sôr	4718	5000	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Longomel	502	1250	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Vale de Açor	950	1250	Não	Não
Portalegre	Grandes jogos relvado	Portalegre	15150	4000	Sim	Sim
	Campo de ténis	Portalegre	15150	1250	Sim	Sim
	Campo de ténis	Portalegre	15150	1250	Sim	Sim
	Pista de atletismo de 400m	Portalegre	15150	12500	Sim	Sim
	Polidesportivo descoberto	Alegrete	696	1250	Não	Não
	Polidesportivo descoberto	Reguengo	306	1250	Não	Não
Sousel	Grandes jogos relvado	Sousel	2114	4000	Não	Não
	Pista de atletismo de 250m	Sousel	2114	5000	Não	Não
	Campo de ténis	Sousel	2114	1250	Sim	Sim
	Campo de ténis	Sousel	2114	1250	Sim	Não
	Polidesportivo descoberto	Santo Amaro	755	1250	Não	Não

* Ver quadro III.2.5.

** Foi considerada a população residente em 1991

Fonte: INDESP (Subdelegação de Portalegre)
INE (XIII Recenseamento Geral da População, 1991)

AP.1 - Apreciação comparativa simples, conforme consta na fonte;

AP.2 - Apreciação corrigida pela eventual acumulação com equipamentos pré-existentis ou propostos em simultâneo.

Numa apreciação global, parece claro que o distrito de Portalegre está razoavelmente servido deste tipo de equipamentos, pesem embora algumas deficiências qualitativas. Se os investimentos futuros fossem exclusivamente dirigidos para essas lacunas, o que para já não parece estar a acontecer, a rede distrital de instalações desportivas «artificiais» poderia muito em breve ser considerada completa.

III.2.1.2. ESPAÇOS NATURAIS DE RECREIO E DESPORTO⁴

Para além das instalações desportivas «artificiais», existem muitos outros espaços onde se pode fazer exercício físico e praticar alguns desportos. O quadro III.2.10. dá conta dos espaços com estas características que foram inventariados no distrito de Portalegre.⁵

⁴ Designação utilizada no Atlas Desportivo Nacional [ver DGD (1987)]

⁵ Considerámos apenas os espaços cujo acesso é público e permanente.

Quadro III.2.10. - Espaços Naturais de Recreio e Desporto. Distrito de Portalegre.

	Lugar	Tipo de actividade / Prática	Qualificação dos Espaços				
			I	II	III	IV	V
Alter do Chão	Alter do Chão	Hipismo	2	3	3	2	1
Alter do Chão	Alter do Chão	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Alter do Chão	Seda	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Alter do Chão	Alter Pedroso	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Alter do Chão	Cunheira	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Alter do Chão	Chança	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Arronches	Arronches	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Arronches	Esperança	Espeleologia	3	2	1	1	2
Avis	Maranhão (Barragem)	Vela	3	3	2	2	1
Avis	Maranhão (Barragem)	Windsurf	3	3	2	2	1
Avis	Maranhão (Barragem)	Remo	3	3	2	2	1
Avis	Maranhão (Barragem)	Canoagem	3	3	2	2	1
Avis	Maranhão (Barragem)	Passeio de barco	3	3	2	2	1
Crato	Crato	Percurso de Manutenção	3	3	2	2	1
Elvas	Elvas	Hipismo	3	2	2	2	1
Elvas	Elvas	Campo de Tiro	3	3	3	2	1
Elvas	Elvas	Raid Hípico	3	3	2	2	1
Elvas	Caia (Barragem)	Percurso de Manutenção	3	3	2	2	1
Elvas	Caia (Barragem)	Vela	3	3	2	3	1
Elvas	Caia (Barragem)	Windsurf	3	3	2	2	1
Elvas	Caia (Barragem)	Remo	3	3	2	2	1
Elvas	Caia (Barragem)	Canoagem	3	3	2	2	1
Elvas	Calçadinha	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Gavião	Belver	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Marvão	Marvão (I)	Asa Delta	3	3	2	1	1
Marvão	Marvão (II)	Asa Delta	3	3	2	1	1
Nisa	Nisa	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Nisa	Chão da Velha	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Nisa	Amieira do Tejo	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Montargil (Barragem)	Vela	3	3	2	2	1
Ponte de Sôr	Montargil (Barragem)	Windsurf	3	3	2	2	1
Ponte de Sôr	Montargil (Barragem)	Remo	3	3	2	2	1
Ponte de Sôr	Montargil (Barragem)	Canoagem	3	3	2	2	1
Ponte de Sôr	Montargil (Barragem)	Passeio de barco	3	3	2	2	1
Ponte de Sôr	Montargil (Barragem)	Motonáutica	3	3	2	2	1
Ponte de Sôr	Ladeira	Pista de Motocross	3	3	2	2	1
Ponte de Sôr	Tramaga	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Barreiras	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Vale de Açor	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Foros do Arrão	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Longomel	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Rosmaninhal	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Montargil	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Torre das Vargens	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Ponte de Sôr	Ervedeira	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1
Portalegre	Portalegre	Campo de Tiro	3	3	2	1	1
Sousel	Santo Amaro	Jogos Tradicionais	3	3	3	2	1

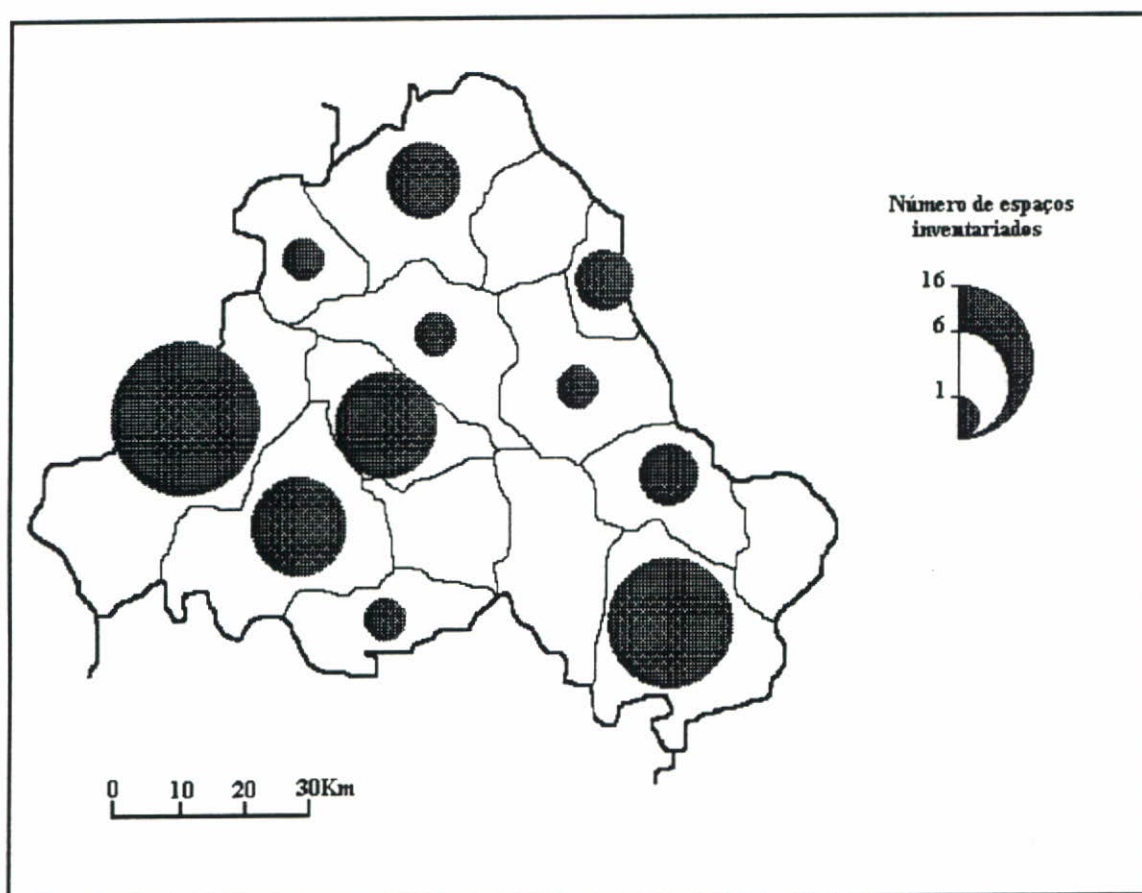
Fonte: DGD (1987);

Actualizado pelo INDESP (Subdelegação de Portalegre), em 1994

Qualificação dos espaços conforme:

I - Condições de prática (3 - Boas; 2 - Médias; 1 - Inadequadas); II - Acesso (3 - Bom; 2 - Médio; 1 - Insuficiente); III - Estruturas de apoio (3 - Boas; 2 - Médias; 1 - Inadequadas); IV - Carga de utilização (3 - Elevada; 2 - Média; 1 - Reduzida); V - Degradação do ambiente (3 - Acentuada; 2 - Média; 1 - Reduzida).

Figura III.2.3. - Espaços naturais de recreio e desporto. Distrito de Portalegre*



* ver quadro III.2.10. para a desagregação por tipos de espaços.

Fonte: DGD (1987).

Atualizado pelo INDESP (Subdelegação de Portalegre), em 1994.

A avaliação desta rede de espaços desportivos tem de ser feita em moldes muito diferentes dos utilizados para as instalações «artificiais». Para além de alguns pequenos arranjos, ou equipamentos de apoio, grande parte destes espaços são uma mera decorrência do ambiente natural, como, por exemplo, uma praia com boas condições para o *surf*, uma pista de esqui, um bom trilho para a prática de modalidades «todo-o-terreno», etc.; outros, embora sejam construção do Homem, como as albufeiras onde se praticam desportos náuticos, têm um aproveitamento como espaço desportivo que é secundário em relação às verdadeiras razões que lhes deram origem. Em função destas características não há modelos a seguir, nem redes a completar, nem distribuições tipológicas mais ou menos equilibradas.

O distrito de Portalegre não tem acesso ao mar nem dispõe de planos de neve regulares; os desportos que se praticam nestes ambientes estão, assim, inviabilizados. Mas, em contrapartida, tem albufeiras amplas, como as do Maranhão (Avis), Caia (Elvas) e Montargil (Ponte de Sôr), onde se podem praticar várias modalidades aquáticas; possui também uma morfologia variada, que tanto possibilita actividades típicas de montanha (ex. alpinismo, montanhismo) como outras que são características de áreas mais planas (ex. corta-mato, *raid* hípico ou motorizado); o clima proporciona muitos dias em que o conforto ambiental é adequado à prática desportiva de ar livre.

Boa parte destas potencialidades são pouco aproveitadas pela população, mas isso tanto é verdade neste distrito como no resto do País. Muito embora esta realidade esteja em mudança, os portugueses que praticam desporto - e são muito menos do que seria desejável - ainda estão muito limitados aos recintos e modalidades «convencionais».

III.2.1.3. OS CLUBES: ESTRUTURA ASSOCIATIVA E DESPORTO FEDERADO

Os clubes fazem a angariação de novos praticantes, promovem a sua iniciação e formação desportiva, organizam as práticas diárias e enquadram a competição, tanto em modalidades colectivas como individuais; são, portanto, uma infraestrutura desportiva fundamental.

No distrito de Portalegre existem 11 Associações no âmbito do desporto federado:⁶ Atletismo, Andebol, Boxe, Futebol, Ginástica, Jogos Tradicionais, Judo, Natação, Pesca Desportiva, Ténis e Xadrez; contudo, à data de referência da informação (1994), as Associações de Andebol, Boxe e Xadrez estavam inactivas. Por uma questão de critério

⁶ Para além destas existe uma Comissão Delegada da Federação Portuguesa de *Badminton*, cujas funções são semelhantes à de uma Associação. No entanto, nesta altura a sua actividade local é quase nula, uma vez que os poucos jogadores filiados na Federação através de clubes do distrito não são nele residentes.

não consideramos neste trabalho as Associações de Jogos Tradicionais (6 clubes filiados) e Pesca Desportiva (23), porque a prática destas modalidades tem uma vocação predominantemente lúdica e não envolve actividade física intensa, ainda que esteja inserida em quadros competitivos regulares. São 6, portanto, as Associações, e respectivos clubes filiados, cuja actividade importa analisar (quadro III.2.11.).

Quadro III.2.11. - Clubes filiados nas Associações desportivas do distrito de Portalegre (1994).

	Atlet.	Futebol	Ginást.	Judo	Natação	Ténis	TOTAL
Alter do Chão	0	4	0	0	0	0	4
Arronches	2	2	0	0	0	1	5
Avis	3	2	0	0	0	0	5
Campo Maior	2	1	0	1	0	1	5
Castelo de Vide	0	2	0	0	1	0	3
Crato	1	2	0	0	0	0	3
Elvas	3	4	3	1	1	1	13
Fronteira	1	1	0	0	0	0	2
Gavião	0	1	0	0	0	0	1
Marvão	0	1	0	0	0	0	1
Monforte	1	1	0	0	0	1	3
Nisa	1	3	0	0	0	0	4
Ponte de Sôr	3	2	0	1	0	0	6
Portalegre	3	6	0	1	1	0	11
Sousel	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	20	32	3	4	3	4	66

Fonte: Associações distritais referidas

Se uma escolha alternativa entre 6 modalidades nunca poderia ser tida por muito variada, a verdade é que só no concelho de Elvas essa escolha é de facto possível; em Portalegre e Campo Maior a opção é entre 4 modalidades, em Arronches, Monforte e Ponte de Sôr é entre 3, em Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira e Nisa é entre 2 (sempre o Futebol e outra), em Alter do Chão, Gavião e Marvão não há alternativa ao Futebol e em Sousel não existe qualquer clube. Verifica-se uma esmagadora predominância do Futebol (cerca

de metade dos clubes registados),⁷ como aliás acontece em todo o País; para além deste destaca-se o Atletismo, uma modalidade fácil de fomentar e praticar nas suas variantes de corrida em corta-mato e estrada: não requer instalações nem equipamentos especiais; num baixo nível de competição não exige meios técnicos sofisticados; goza do incentivo da imagem de vários atletas portugueses de nível mundial; pratica-se individualmente.

A prática individual parece ser uma característica muito importante, uma vez que, com excepção do Futebol, todas as restantes modalidades incluídas no quadro III.2.11. a respeitam.⁸ Os desportos colectivos são contrariados por um vasto conjunto de razões:⁹ requerem o interesse concertado de muitas pessoas, o que é difícil acontecer numa população desportiva de reduzido número; exigem instalações apropriadas; necessitam de técnicos especializados, que nem sempre existem; envolvem obrigatoriamente despesas muito elevadas, sobretudo em vestuário e em viagens que abrangem dezenas de pessoas - a interioridade faz com que todas as deslocações sejam longas, não raro envolvendo mais do que um dia.

Desta análise resulta que a estrutura associativa distrital, no âmbito do desporto federado, não consegue ter uma dinâmica forte no estímulo e organização de práticas desportivas regulares e diversificadas. Resta o desporto escolar e «para trabalhadores», que trataremos nos pontos seguintes.

⁷ É de notar que o total de 66 registos não corresponde a outras tantas colectividades. Há vários clubes ecléticos, e nestes o futebol é quase sempre a primeira modalidade e a própria razão da sua existência.

⁸ O *Badminton*, o Boxe, os Jogos Tradicionais, a Pesca Desportiva e o Xadrez, que não incluímos neste estudo pelas razões antes explicadas, também dizem respeito a práticas individuais.

⁹ Este tipo de considerações parece servir, noutra medida, à generalidade do País: “Para concluir, será importante referir que dentro das modalidades praticadas e pretendidas se encontra uma predominância naquelas que são mais susceptíveis de serem praticadas no âmbito do desporto para todos, na maioria dos casos de forma individual e sem a necessidade de infraestruturas pesadas.” [DGD (1988), p. 55]



III.2.1.4. DESPORTO ESCOLAR

O Programa de Desporto Escolar congrega núcleos com origem em escolas do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, cuja adesão é voluntária. Existe um Quadro Competitivo Nacional, que contempla quatro modalidades colectivas (Andebol, Basquetebol, Futebol de 5 e Voleibol) e duas individuais (Atletismo e Ténis de Mesa); está também prevista a existência de núcleos que se dediquem a modalidades que não fazem parte do Quadro Competitivo Nacional, bem como projectos especiais que integrem elementos exteriores às Escolas e ainda a participação de núcleos escolares em competições federadas.¹⁰ No ano lectivo de 1994-1995 as escolas e professores envolvidos no Programa de Desporto Escolar foram os constantes no quadro III.2.12.; estas escolas deram origem aos núcleos desportivos descritos no quadro III.2.13.

Quadro III.2.12. - Escolas e Professores envolvidos no Programa de Desporto Escolar. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)

	Prep.		C+S		Sec.		Out.		TOTAL	
	Esc	Prof	Esc	Prof	Esc	Prof	Esc	Prof	Esc	Prof
Dist. Portalegre	2	16	11	21	4	22	1	1	18	60
Portugal	166	578	342	1272	315	1250	98	344	921	3444

Fonte: Ministério da Educação

Quadro III.2.13. - Núcleos integrados no Programa de Desporto Escolar. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)

	Quadro comp. nac.	Extra quad. comp. nac.	Projectos especiais	Núcleos federados	TOTAL
Dist. Portalegre	82	29	0	0	111
Portugal	2932	677	88	97	3794

Fonte: Ministério da Educação

¹⁰ Há uma clara intenção de separar os âmbitos das práticas; na competição exclusivamente escolar as equipas não podem participar com mais de 2 elementos federados na modalidade em causa.

O chamado Quadro Competitivo Nacional é a componente mais forte do Programa. A sua distribuição por modalidades é conforme o quadro III.2.14.

Quadro III.2.14. - Quadro Competitivo Nacional do Programa de Desporto Escolar. Distribuição dos núcleos por modalidades. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)

	Andebol		Basquet.		Futebol 5		Voleibol		Atletismo	Tén. Mesa
	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dist. Portalegre	10	6	9	7	32	0	9	2	0	7
Portugal	220	111	378	200	720	193	234	249	376	251

M - Masculino; F - Feminino

Fonte: Ministério da Educação

Tanto ao nível nacional como distrital observa-se, mais uma vez, o claro domínio do Futebol (neste caso na variante de 5 jogadores por equipa) perante as restantes modalidades, mostrando-se estas, por sua vez, razoavelmente equilibradas entre si. Com excepção do Voleibol, e neste apenas ao nível nacional, observa-se que os núcleos masculinos são em muito maior número do que os femininos, uma tendência que veremos substancialmente confirmada quando, um pouco mais adiante, analisarmos os indicadores específicos da procura.

É curioso assinalar que no distrito de Portalegre o Atletismo não tenha nenhum núcleo organizado, uma vez que esta é, a par do Futebol, a única das restantes modalidades aqui referidas que tem complemento no desporto federado. Daqui se poderá depreender, por um lado, que os jovens têm preferência pela formas mais «sérias» de competição e, por outro lado, que existe apetência de base por outras modalidades, as quais só não têm continuidade fora do âmbito escolar pelas razões estruturais antes apresentadas (ver III.2.1.3.).

Fora do Quadro Competitivo Nacional o distrito de Portalegre regista 29 núcleos de desporto escolar, distribuídos por 7 modalidades/actividades conforme o quadro III.2.15.

Quadro III.2.15. - Núcleos de desporto escolar com actividade exterior ao Quadro Competitivo Nacional. Distrito de Portalegre (1994-1995)

<i>Badminton</i>	12
Clube de Mar	1
Ginástica Acrobática	6
Ginástica Desportiva	3
Ginástica Rítmica	2
Patinagem	1
Remo	4
TOTAL	29

Fonte: Ministério da Educação

O total de 29 núcleos é interessante face ao conjunto do País (677 núcleos). No entanto, a sua variedade é escassa (7 modalidades, num total de 51 ao nível nacional) e centrada em interesses muito pontuais que parecem depender apenas da motivação dos respectivos animadores (*Badminton*, Ginástica e Desportos Náuticos), o que pode comprometer a sua continuidade.

Conforme é visível no quadro III.2.13., no distrito de Portalegre não existem projectos especiais nem núcleos escolares federados, rubricas estas que, aliás, têm muito pouca expressão no conjunto do País.

III.2.1.5. DESPORTO «PARA TRABALHADORES»

O chamado desporto «para trabalhadores» tem raízes sólidas em Portugal. A responsabilidade da sua gestão é actualmente do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), instituição criada em 1975 para suceder à Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), cuja origem remonta a 1935. Os objectivos do INATEL incluem a prática desportiva mas não ficam por ela limitados:

“O INATEL, como Instituto público, dirige-se especialmente aos trabalhadores e busca, no domínio do aproveitamento dos tempos livres, dar satisfação a reconhecidos direitos económicos, sociais e culturais, visando, com equilíbrio, adequação e por forma generalizada, o seu acesso aos meios e instrumentos de acção cultural, à prática desportiva, à ocupação recreativa, a estruturas económicas de repouso e lazer, de molde a consubstanciar objectivos de preservação de saúde, de melhoria de qualidade de vida, de valorização humana, de coesão e progresso social.”¹¹

A actividade desportiva do INATEL divide-se em quatro sectores: «Actividades básicas»; «Provas regulamentares»; «Desporto para todos»; «Desporto aventura».

As «Actividades básicas» correspondem às formas de prática regular promovidas e suportadas financeiramente pelo INATEL, através dos Centros de Cultura e Desporto (CCD). Podem filiar-se como CCD núcleos de trabalhadores de uma empresa ou instituição, assim como residentes de um mesmo bairro ou localidade, nomeadamente através das Casas do Povo. No distrito de Portalegre existem 49 núcleos desportivos (46 CCD e 3 Casas do Povo), mas destes apenas 30 exercem actividade regular, de acordo com a seguinte distribuição concelhia (quadro III.2.16.):

Quadro III.2.16. - Núcleos desportivos com actividade regular filiados no INATEL. Distrito de Portalegre (1994)

Alter do Chão	0
Arronches	0
Avis	0
Campo Maior	1
Castelo de Vide	3
Crato	0
Elvas	2
Fronteira	0
Gavião	1
Marvão	1
Monforte	1
Nisa	1
Ponte de Sôr	3
Portalegre	15
Sousel	2
TOTAL	30

Fonte: INATEL (Delegação de Portalegre)

¹¹ Decreto-lei nº 61/89, de 23 de Fevereiro.

Ao nível nacional, o regime de «actividades básicas» admite 8 modalidades: Atletismo, Damas, Ginástica, Judo, Natação, Ténis, Tiro e Xadrez; contudo, em Portalegre apenas a Ginástica, o Judo e a Natação marcam presença, num total de 26 classes (quadro III.2.17.):

Quadro III.2.17. - Classes de «Actividades básicas» do INATEL, por modalidades. Distrito de Portalegre (1994)

Ginástica	16
Judo	6
Natação	4
TOTAL	26

Fonte: INATEL (Delegação de Portalegre)

As «Provas regulamentares» são a designação atribuída aos quadros competitivos. Muito embora o INATEL preveja a competição em quatro desportos colectivos e oito individuais, na Delegação de Portalegre, em 1994, o panorama era bem menos variado (quadro III.2.18.).¹²

Quadro III.2.18. - «Provas regulamentares» do INATEL, por modalidades. Distrito de Portalegre (1994)

Atletismo	9
Ténis de mesa	2
TOTAL	11

Fonte: INATEL (Delegação de Portalegre)

O «Desporto para todos» consiste num programa de actividades ocasionais, abertas ao grande público e que, regra geral, não necessitam de inscrição prévia. O seu objectivo é

¹² Não se realizaram provas de Andebol, Basquetebol, Futebol, Voleibol, Judo, Natação e Xadrez. As modalidades de Damas, Pesca de rio e Tiro de pressão de ar não foram consideradas por terem um carácter predominantemente lúdico e não envolverem actividade física intensa.

promover o convívio e o recreio desportivo, o que não exclui algumas formas simples de competição. Das 120 acções desta natureza que se realizaram no distrito de Portalegre, em 1994, apenas 41 foram de modalidades que se enquadram dentro dos critérios que temos vindo a seguir (quadro III.2.19.):

Quadro III.2.19. - Acções de «Desporto para todos» do INATEL, por modalidades. Distrito de Portalegre (1994)

Atletismo	22
Cicloturismo	2
Futebol	1
Futebol de 5	5
Ténis de Mesa	11
TOTAL	41

Fonte: INATEL (Delegação de Portalegre)

O «Desporto aventura» congrega várias modalidades de ar livre «não convencionais», em que a relação com a Natureza e, muitas vezes, o factor risco marcam presença forte. Quando estas actividades existem, o que não é o caso do distrito de Portalegre, o seu enquadramento é sempre sob a forma de Projecto Especial.

III.2.1.6. ENQUADRAMENTO TÉCNICO

A única quantificação que é possível conseguir nesta matéria é a dos profissionais de educação física que exercem nas escolas, os quais são a base de onde saem muitos dos técnicos responsáveis por núcleos desportivos nos mais diversos âmbitos (escolar, «para trabalhadores», clubes federados).¹³ No ano lectivo 1994-1995, a situação no distrito de Portalegre (e no País, para comparação) era a seguinte (quadro III.2.20.):

¹³ Existem muitos outros «técnicos», mais ou menos habilitados, por vezes até detentores de formação específica e licença de monitor ou treinador das diferentes federações, cujo número e actividade não é possível avaliar; uma boa parte deles são, em simultâneo, os responsáveis pelos próprios clubes em que exercem a sua actividade.

Quadro III.2.20. - Professores de educação física em exercício nas escolas do ensino básico e secundário. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)*

	Efectivos		Outros com hab. própria		Outros sem hab. própria		TOTAL	
	A	B	A	B	A	B	A	B
Dist. Portalegre	52	3.9	12	0.9	29	2.1	93	6.9
Portugal	4248	4.6	1216	1.3	883	0.9	6347	6.8

* Foi utilizada a população residente em 1991

Fonte: Ministério da Educação
INE (XIII Recenseamento Geral da População, 1991)

A - Valor absoluto

B - Valor por cada 10000 habitantes

O número de professores de educação física em exercício nas escolas do distrito de Portalegre apresenta-se equilibrado em relação à média nacional; contudo, a sua qualificação é relativamente menor, o que é visível nos números respeitantes aos «efectivos» e a «outros com habilitação própria». Independentemente das qualificações dos técnicos em presença, o seu baixo valor absoluto limita muito a diversidade da oferta desportiva que eles podem ajudar a desenvolver e sustentar.

III.2.2. FORMAS DE PRÁTICA E PRATICANTES

Algumas das características da prática desportiva neste distrito são facilmente dedutíveis a partir das infraestruturas que a suportam, nos termos anteriormente expostos: espera-se que ela seja escassa, pouco diversificada e centrada em modalidades individuais. Os motivos desta pobreza não decorrem de falta de instalações, mas sim dos custos gerais da interioridade: penúria de população, sobretudo jovem; isolamento geográfico e respectivas implicações no acesso à competição, mais marcante nas modalidades colectivas; escassez de técnicos qualificados; falta de motivação e de dinamismo associativo, que fecha um ciclo vicioso que afasta a população da prática desportiva.

III.2.2.1. A «CARTA DA PROCURA DA PRÁTICA DESPORTIVA E RECREATIVA»¹⁴

Embora já com alguns anos - oito, precisamente - este documento continua a ser uma referência fundamental nesta matéria, uma vez que a profundidade da informação nele contida é irrepetível para um investigador (ou equipa) não institucional.

O quadro III.2.21. mostra um índice geral de participação desportiva de 27%,¹⁵ muito baixo em termos europeus; na mesma época, verificavam-se 34% em Espanha, 43% na República Federal da Alemanha, 74% em França e 77% na Bélgica. Muitas mais pessoas foram iniciadas na prática desportiva (61%), mas algumas perderam esse hábito; 6% dos inquiridos declararam-se como procura potencial não satisfeita, o que originou um factor de expansão da prática de 22%. O tempo médio da actividade semanal parece equilibrado (4 horas). A grande maioria dos praticantes limita-se a uma única modalidade (índice de diferenciação de 1.2 modalidades por praticante). A prática organizada institucionalmente é maioritária - 61%, dos quais 12,5% pertencem aos sistemas federados. Quanto às motivações que conduzem à prática, 76.5% dos inquiridos referiram a melhoria da condição física e do estado geral de saúde, 43.8% citaram o divertimento e 33.5% revelaram dar importância aos aspectos de sociabilidade.

A desagregação segundo alguns factores socio-estruturais desta população permite um melhor conhecimento dos seus hábitos desportivos. O género masculino tem uma participação desportiva mais frequente, intensa e diferenciada por modalidades; a sua presença em formas de desporto organizado é também relativamente mais importante.

¹⁴ DGD (1988)

¹⁵ O universo considerado foi a população entre os 15 e os 60 anos; admitiu-se que as pessoas com mais de 60 anos devem ter uma prática desportiva pouco significativa e que, por outro lado, os jovens entre os 10 e 15 anos estarão integralmente abrangidos pelo desporto escolar; de qualquer modo, todos os menores de 15 anos não teriam boas condições para responder ao inquérito.

A estratificação por grupos etários revela, com naturalidade, que as práticas são mais frequentes nos escalões mais jovens. Os desportistas com idade mais avançada têm maior propensão para formas de desporto organizado, em contraponto com as práticas espontâneas que são próprias do convívio juvenil.

A análise segundo as habilitações literárias mostra que os níveis mais elevados deste indicador se relacionam com práticas desportivas mais frequentes e segundo formas organizadas, o que traduzirá uma maior consciência dos seus benefícios mas também uma superior disponibilidade de recursos.

Os restantes factores socio-estruturais (considerados no quadro III.2.21.) parecem ser mais um reflexo dos anteriores do que verdadeiras novidades nesta caracterização: a análise respeitante às classes profissionais não se afasta muito da dos níveis de habilitação literária; não existe diferenciação visível entre activos e inactivos, enquanto as domésticas, reformados e estudantes reflectem as características, respectivamente, de mulheres, idosos e jovens; a análise do estado civil reproduz a predominância dos jovens entre os solteiros, para além da permanente diferenciação entre homens e mulheres em todas as situações familiares.

A informação respeitante ao distrito de Portalegre está descrita no quadro III.2.22. Os dados disponíveis não permitiram a construção de uma matriz tão completa como a que foi elaborada para o nível nacional; no entanto, salvaguardadas algumas pequenas diferenças, estes elementos permitem concluir que a interpretação global que fizemos para o País também é válida neste distrito.

**Quadro III.2.21. - Índices desportivos gerais e factores socio-estruturais.
Portugal (1988)**

	Índice Partic.	Índice Pr. NS	Índice Proc.	Factor Exp.	Índice Inic.	Índice Fidel.	Índice Intens.	Índice Difer.	Índice D. Org	Índice DNO
TOTAL	27	6	33	22	61	41	4	1.2	61	39
SEXO										
Masculino	36	6	42	16	80	46	4	1.2	65	35
Feminino	18	5	23	28	52	35	3	1.1	50	50
IDADE										
15-19	55	11	66	19	81	60	4	1.2	49	51
20-34	32	7	39	21	76	43	4	1.1	61	39
35-49	20	4	24	18	59	35	4	1.1	71	29
50-59	7	1	8	15	42	18	4	1.1	66	34
HAB. LITERÁRIAS										
Analfabeto	2	1	3	36	19	10	4		46	54
Ensino Básico	14	3	17	23	50	28	4		57	43
Ensino Secundário	41	8	49	19	82	49	4		59	41
Ensino Superior	44	7	51	16	88	50	4		67	33
CLASSE SOC. PROF										
Trab. Agríc. e Indif.	20	5	26	24	60	35	4	1.1	54	46
Trab. Qualif. Secund.	30	6	36	19	69	43	4	1.1	61	39
Trab. Qualif. Terciário	33	7	40	20	75	44	4	1.1	62	38
Quadros Téc. e Sup.	47	6	53	13	86	54	4	1.2	69	31
Empresários	34	6	40	17	74	46	4	1.3	68	32
POP. ACT. / INACT.										
Activos	25	5	30	20	68	37	4		64	36
Desempregados	26	7	33	27	73	36	4		58	42
Domésticas	7	3	10	40	30	22	3		51	49
Reformados	6	1	7	17	46	12	3		59	41
Estudantes	54	9	63	16	86	64	4		54	46
ESTADO CIVIL										
Casados H	27	5	32	17	76	35	4		72	28
Casados M	11	3	14	30	41	26	3		55	45
Solteiros H	52	8	60	15	86	61	4		59	41
Solteiros M	32	8	40	26	72	45	4		47	53
Outros H	19	2	21	13	68	28	4		72	28
Outros M	8	2	10	28	34	25	3		60	40

Fonte: DGD (1988)

Nota: Índices de Participação efectiva, Procura não-satisfeita, Procura total, Expansão potencial, Iniciação, Fidelidade, Intensidade horária semanal, Diferenciação por modalidades, Desporto Organizado e Desporto não-organizado.

**Quadro III.2.22. - Índices desportivos gerais e factores socio-estruturais.
Distrito de Portalegre (1988)**

	Índice Partic.	Índice Pr. NS	Índice Proc.	Factor Exp.	Índice Difer.	Índice D. Org
TOTAL	32	6	38	19	1.3	59
SEXO						
Masculino	45	5	50	11		
Feminino	20	7	27	35		
IDADE						
15-19	56	8	64	14		
20-34	40	10	50	25		
35-49	25	4	29	16		
50-59	8	1	9	13		
HAB. LITERÁRIAS						
Analfabeto	2	0	2	0		
Ensino Básico	21	5	26	25		
Ensino Secundário	52	9	61	17		
Ensino Superior	54	6	60	11		
CLASSE SOC. PROF						
Trab. Agric. e Indif.	27	6	33	22		
Trab. Qualif. Secund.	41	6	47	16		
Trab. Qualif. Terciário	38	7	45	19		
Quadros Téc. e Sup.	50	4	54	8		
Empresários	36	8	44	22		
POP. ACT. / INACT.						
Activos	31	6	37	20		
Desempregados	32	7	39	22		
Domésticas	9	3	12	33		
Reformados	11	3	14	27		
Estudantes	62	9	71	14		
ESTADO CIVIL						
Casados H	32					
Casados M	11					
Solteiros H	66					
Solteiros M	37					
Outros H	25					
Outros M	4					

Fonte: DGD (1988)

Nota: Índices de Participação efectiva, Procura não-satisfeita, Procura total, Expansão potencial, Diferenciação por modalidades e Desporto Organizado.

O índice de participação (32%) é um pouco superior à média nacional (27%), e o mesmo acontece com o índice de diferenciação por modalidades (1.3, face a 1.2 no País); contudo, o desporto organizado tem relativamente menos importância (índice de 59%, contra 61% da média nacional), facto que é ainda mais visível no que diz respeito às práticas federadas (5.2% contra 12.5%). Se as primeiras observações referidas poderiam surpreender quem esperasse uma forte correlação entre a interioridade (e o consequente

menor desenvolvimento socio-económico) e baixos índices de prática desportiva, os dados referentes ao desporto organizado, sobretudo o federado, trazem uma nova percepção deste fenómeno, a qual, aliás, está bem clara no próprio relatório da «Carta da Procura»:

“A relação que se estabelece entre o desenvolvimento sócio-económico dos diferentes distritos e o seu desenvolvimento desportivo só em parte foi comprovada. Verificou-se que em termos do nível de participação não se encontra uma relação de causa e efeito. No entanto, se se considerar o desenvolvimento desportivo de forma integrada, onde, para além dos níveis de participação, se contempla a organização da prática, regularidade da mesma, bem como a participação e resultados no âmbito dos quadros competitivos, já se verifica uma relação directa entre o desenvolvimento sócio-económico e o desenvolvimento desportivo.”¹⁶

A análise segundo os factores socio-estruturais considerados neste trabalho também confirma a coincidência dos dados distritais com os de nível nacional. Nota-se uma evidência um pouco maior dos estratos já antes privilegiados - homens, jovens e pessoas com melhores habilitações literárias, ou com rendimentos mais elevados -, o que parece revelar uma sociedade ainda mais marcadamente tradicional.

A desagregação das práticas por modalidades é tratada no quadro III.2.23., para o nível nacional, e no quadro III.2.24. para o distrito de Portalegre.

¹⁶ DGD (1988), p. 59

**Quadro III.2.23. - Modalidades desportivas praticadas e pretendidas.
Portugal (1988)**

	Praticantes desportivos	Procura não satisfeita	Índice de participação	Índice de proc. não sat.	Índice de procura	Factor de expansão
Activ. subaquát.	3108	33	.06	.00	.06	1.06
Aeronáutica	934	272	.02	.00	.02	29.12
Andebol	66376	16013	1.21	.29	1.50	24.12
Atletismo	213119	29203	3.88	.53	4.41	13.70
Automobilismo	1988	2914	.04	.05	.09	146.58
<i>Badminton</i>	7343	1436	.13	.03	.16	19.56
Basquetebol	71682	17966	1.30	.33	1.63	25.06
Bilhar	13608	727	.25	.01	.26	5.34
Boxe	3494	1174	.06	.02	.08	33.60
<i>Bridge</i>	1172	0	.02	.00	.02	.00
Caça	42359	904	.77	.02	.79	2.13
Camp / Caravan.	3006	354	.05	.01	.06	11.78
Canoagem	7072	2424	.13	.04	.17	34.28
Ciclismo	50421	6577	.92	.12	1.04	13.04
Columbofilia	3256	0	.06	.00	.06	.00
Damas	4009	124	.07	.00	.08	3.09
Equestres	8850	1467	.16	.03	.19	16.58
Esgrima	3192	335	.06	.01	.06	10.49
Esqui	1225	189	.02	.00	.03	15.43
Futebol	506623	65900	9.22	1.20	10.42	13.01
Ginástica	238131	45755	4.33	.83	5.17	19.21
Golfe	5282	2116	.10	.04	.13	40.06
Halterofilia	7257	1283	.13	.02	.16	17.68
Hóquei em patins	11352	3491	.21	.06	.27	30.75
Judo / <i>Karaté</i>	36780	7273	.67	.13	.80	19.77
Lutas amadoras	1656	696	.03	.01	.04	42.03
Minigolfe	1355	556	.02	.01	.03	41.03
Montanhismo	1313	134	.02	.00	.03	10.21
Motociclismo	3797	1803	.07	.03	.10	47.48
Motonáutica	820	321	.01	.01	.02	39.15
Natação	109452	61860	1.99	1.13	3.12	56.52
Patinagem	4577	3593	.08	.07	.15	78.50
Pentatlo moderno	535	118	.01	.00	.01	22.06
Pesca desportiva	41870	872	.76	.02	.78	2.08
Pesca d. alto mar	1083	178	.02	.00	.02	16.44
Râguebi	7364	1226	.13	.02	.16	16.65
Remo	6201	820	.11	.01	.13	13.22
<i>Squash</i>	8607	1316	.16	.02	.18	15.29
Ténis	116546	34146	2.12	.62	2.74	29.30
Ténis de mesa	21799	2243	.40	.04	.44	10.29
Tiro	2352	885	.04	.02	.06	37.63
Tiro com arco	1347	0	.02	.00	.02	.00
Tiro c/ armas caça	705	405	.01	.01	.02	57.45
Vela	13609	1753	.25	.03	.28	12.88
Voleibol	58562	17269	1.07	.31	1.38	29.49
Xadrez	23059	743	.42	.01	.43	3.22
Jogos tradicionais	5603	571	.10	.01	.11	10.19
Outras	60820	4684	1.11	.09	1.19	7.70
TOTAL	1804671	344122				

Fonte: DGD (1988)

**Quadro III.2.24. - Modalidades desportivas praticadas e pretendidas.
Distrito de Portalegre (1988)**

	Praticadas		Pretendidas	
	V.A.	%	V.A.	%
Activ. subaquát.	0	0.0	0	0.0
Aeronáutica	0	0.0	0	0.0
Andebol	803	2.4	377	6.0
Atletismo	4245	12.4	698	11.1
Automobilismo	56	0.2	0	0.0
<i>Badminton</i>	222	0.7	13	0.2
Basquetebol	642	1.9	265	4.2
Bilhar	389	1.1	25	0.4
Boxe	0	0.0	0	0.0
<i>Bridge</i>	0	0.0	0	0.0
Caça	2528	7.4	56	0.9
Camp / Caravan.	0	0.0	0	0.0
Canoagem	56	0.2	25	0.4
Ciclismo	698	2.0	0	0.0
Columbofilia	111	0.3	0	0.0
Damas	222	0.7	0	0.0
Equestres	222	0.7	13	0.2
Esgrima	0	0.0	0	0.0
Esqui	0	0.0	0	0.0
Futebol	9237	27.1	1019	16.2
Ginástica	4783	14.0	1180	18.7
Golfe	111	0.3	25	0.4
Halterofilia	167	0.5	0	0.0
Hóquei em patins	0	0.0	0	0.0
Judo / <i>Karaté</i>	389	1.1	25	0.4
Lutas amadoras	0	0.0	13	0.2
Minigolfe	0	0.0	0	0.0
Montanhismo	56	0.2	0	0.0
Motociclismo	56	0.2	13	0.2
Motonáutica	0	0.0	0	0.0
Natação	2367	6.9	1236	19.6
Patinagem	0	0.0	13	0.2
Pentatlo moderno	0	0.0	0	0.0
Pesca desportiva	3226	9.5	0	0.0
Pesca d. alto mar	0	0.0	0	0.0
Râguebi	56	0.2	0	0.0
Remo	0	0.0	13	0.2
<i>Squash</i>	56	0.2	0	0.0
Ténis	1075	3.2	915	14.5
Ténis de mesa	803	2.4	56	0.9
Tiro	222	0.7	0	0.0
Tiro com arco	0	0.0	0	0.0
Tiro c/ armas caça	167	0.5	0	0.0
Vela	56	0.2	13	0.2
Voleibol	698	2.0	265	4.2
Xadrez	111	0.3	13	0.2
Jogos tradicionais	0	0.0	0	0.0
Outras	276	0.8	25	0.4
TOTAL	34106	100.0	6296	100.0

Fonte: DGD (1988)

Tomando como base os dados nacionais (em parte expostos no quadro III.2.23.), e utilizando um critério misto que considerou as variáveis indicadas no quadro III.2.25., o INDESP separou as modalidades em quatro grupos, conforme o quadro III.2.26.

Quadro III.2.25. - Agrupamento das modalidades conforme a sua prática. Variáveis consideradas nos agrupamentos.

	Pratic. federados	Procura total	Clubes	Técnicos	Subsídios*
I	76793	506623	2622	4763	291714
II	3000-14000	11000-24000	+ de 100	+ de 100	+ de 20000
III	1000-3000	1500-11000	20-100	20-100	5000-20000
IV	até 1000	até 1500	até 20	até 20	até 1500

* Atribuídos às Federações, em milhares de escudos

Fonte: INDESP (1990), com base em dados da DGD (1988)

Quadro III.2.26. - Agrupamento das modalidades conforme a sua prática.

Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Futebol	Natação Voleibol Ginástica Ténis Judo Andebol Atletismo Basquetebol Pesca desportiva Ciclismo Xadrez Vela Ténis de mesa	Lutas amadoras Automobilismo Tiro Activ. subaquáticas Hipismo Esgrima Boxe Patinagem Remo <i>Badminton</i> Râguebi Canoagem Bilhar Patinagem Halterofilia Golfe Motociclismo Tiro c/ armas de caça Hóquei em campo	Tiro com arco Damas Pesca desp. de alto mar <i>Karting</i> Pentatlo moderno Esqui Motonáutica Minigolfe <i>Bridge</i> Montanhismo Aeronáutica

Fonte: ver quadros III.2.23. e III.2.25.

O Futebol, sózinho no grupo I, é claramente uma realidade à parte; as modalidades que constituem o grupo II ainda têm bastante popularidade; no grupo III estão modalidades com baixa procura e, finalmente, o grupo IV reúne as opções de prática mais exóticas. Pode ainda observar-se (quadro III.2.23.) que a procura não satisfeita é maior, embora não rigorosamente pela mesma ordem, nas modalidades que constituem os grupos I e II, o que indicia uma grande estabilidade destas opções, independentemente das razões que as justificam.

A procura desportiva por modalidades no distrito de Portalegre (quadro III.2.24.) revela concordância com os dados nacionais, salvo pequenas diferenças e abstraindo o facto de os âmbitos das práticas serem diversos: modalidades como o Andebol, Basquetebol ou Voleibol só são praticadas neste distrito no âmbito do desporto escolar, o que em parte justifica a sua relativa subvalorização; em contrapartida, o Ténis de Mesa tem uma presença distrital relativamente superior à média do País, apesar de a sua prática ser apenas de tipo recreativo.

III.2.2.2. PRÁTICAS FEDERADAS

Após a análise da «Carta da Procura da Prática Desportiva e Recreativa» passamos a comentar a informação mais actualizada que recolhemos para este trabalho. O número de atletas filiados nas Associações desportivas em actividade no distrito de Portalegre é o constante nos quadros III.2.27. a III.2.32.

Quadro III.2.27. - Atletas filiados na Associação de Atletismo do Distrito de Portalegre (1994)

	Masculinos				Femininos				TOTAL
	NS	S	V		NS	S	V		
Alter do Chão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avis	37	4	2	43	23	0	0	23	66
Campo Maior	16	3	1	20	5	0	0	5	25
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	4	13	1	18	1	3	0	4	22
Fronteira	9	0	0	9	6	0	0	6	15
Gavião	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monforte	25	11	2	38	3	0	0	3	41
Nisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sôr	7	4	0	11	8	1	0	9	20
Portalegre	20	5	3	28	9	1	0	10	38
Sousel	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	118	40	9	167	55	5	0	60	227

Nota: NS (Não-Seniores); S (Seniores); V (Veteranos)

Fonte: AADP

Quadro III.2.28. - Atletas filiados na Associação de Futebol do Distrito de Portalegre (1994)

	Masculinos		
	NS	S	
Alter do Chão	27	80	107
Arronches	46	43	89
Avis	25	23	48
Campo Maior	106	25	131
Castelo de Vide	23	41	64
Crato	54	44	98
Elvas	107	90	197
Fronteira	59	0	59
Gavião	0	23	23
Marvão	0	24	24
Monforte	51	21	72
Nisa	49	66	115
Ponte de Sôr	120	19	139
Portalegre	208	121	329
Sousel	0	0	0
TOTAL	875	620	1495

Nota: NS (Não-Seniores); S (Seniores)

Fonte: AFDP

Quadro III.2.29. - Atletas filiados na Associação de Ginástica do Distrito de Portalegre (1994)

	Masculinos			Femininos			TOTAL
	NS	S		NS	S		
Alter do Chão	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	0	0	0	0	0	0	0
Avis	0	0	0	0	0	0	0
Campo Maior	0	0	0	0	0	0	0
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	0
Crato	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	38	7	45	53	16	69	114
Fronteira	0	0	0	0	0	0	0
Gavião	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	0	0	0	0	0	0
Monforte	0	0	0	0	0	0	0
Nisa	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sôr	0	0	0	0	0	0	0
Portalegre	0	0	0	0	0	0	0
Sousel	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	38	7	45	53	16	69	114

Nota: NS (Não-Seniores); S (Seniores)

Fonte: AGDP

Quadro III.2.30 - Atletas filiados na Associação de Judo do Distrito de Portalegre (1994)

	Masculinos			Femininos			TOTAL
	NS	S		NS	S		
Alter do Chão	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	0	0	0	0	0	0	0
Avis	0	0	0	0	0	0	0
Campo Maior	12	1	13	0	0	0	13
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	0
Crato	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	11	4	15	6	1	7	22
Fronteira	0	0	0	0	0	0	0
Gavião	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	0	0	0	0	0	0
Monforte	0	0	0	0	0	0	0
Nisa	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sôr	8	3	11	2	0	2	13
Portalegre	12	4	16	3	0	3	19
Sousel	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	43	12	55	11	1	12	67

Nota: NS (Não-Seniores); S (Seniores)

Fonte: AJDP

Quadro III.2.31. - Atletas filiados na Associação de Natação do Distrito de Portalegre (1994)

	Masculinos			Femininos			TOTAL
	NS	S		NS	S		
Alter do Chão	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	0	0	0	0	0	0	0
Avis	0	0	0	0	0	0	0
Campo Maior	0	0	0	0	0	0	0
Castelo de Vide	7	0	7	7	0	7	14
Crato	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	23	0	23	29	6	35	58
Fronteira	0	0	0	0	0	0	0
Gavião	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	0	0	0	0	0	0
Monforte	0	0	0	0	0	0	0
Nisa	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sôr	0	0	0	0	0	0	0
Portalegre	24	7	31	17	12	29	60
Sousel	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	54	7	61	53	18	71	132

Nota: NS (Não-Seniores); S (Seniores)

Fonte: ANDP

Quadro III.2.32. - Atletas filiados na Associação de Ténis do Distrito de Portalegre (1994)

	Masculinos				Femininos				TOTAL
	NS	S	V		NS	S	V		
Alter do Chão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arronches	0	3	7	10	0	0	0	0	10
Avis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Maior	4	0	0	4	0	0	1	1	5
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crato	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Elvas	47	25	17	89	27	3	4	34	123
Fronteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gavião	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marvão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monforte	0	3	6	9	0	0	0	0	9
Nisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponte de Sôr	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portalegre	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sousel	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	51	31	30	112	27	3	5	35	147

Nota: NS (Não-Seniores); S (Seniores); V (Veteranos)

Fonte: ATDP

Em termos absolutos, a participação em competições federadas por atletas do distrito é muito fraca, uma vez que se esgota nestas seis hipóteses.¹⁷ Contudo, estas modalidades «resistentes» até têm uma presença relativamente forte no distrito, quando confrontada com valores de referência nacionais (quadro III.2.33.).

Quadro III.2.33. - Importância na população residente dos atletas filiados em algumas federações desportivas. Portugal e distrito de Portalegre (1994)*

	A	B
Atletismo	16.9	11.2
Futebol	111.4	91.3
Ginástica	8.5	25.1
Judo	4.9	6.3
Natação	9.8	5.1
Ténis	11.0	7.5

* Foi considerada a população residente em 1991.

A - Número de filiados no distrito de Portalegre, por cada 10000 habitantes;

B - Número total de filiados no País, por cada 10000 habitantes.

Fontes: Federações referidas
INE (XIII Recenseamento Geral da População, 1991)

III.2.2.3. DESPORTO ESCOLAR

A prática no âmbito do desporto escolar decalca a estrutura dos seus núcleos de oferta, nos termos apresentados em III.2.1.4. Face à grande variabilidade do número de jovens que se mantêm activos em cada momento, a Coordenação Nacional do Desporto Escolar limita-se a estabelecer um mínimo de 20 elementos para o arranque e funcionamento de cada núcleo,¹⁸ calculando em 30 a média dos seus participantes efectivos.

¹⁷ Lembramos que as modalidades de carácter essencialmente lúdico e/ou que não envolvem esforço físico intenso não foram por nós consideradas.

¹⁸ Sempre que este número deixe de ser atingido o responsável pelo núcleo deve dar disso conhecimento ao respectivo Coordenador distrital.

III.2.2.4. DESPORTO «PARA TRABALHADORES»

A presença no distrito do desporto «para trabalhadores» tem uma configuração bastante semelhante à do desporto federado: as modalidades praticadas regularmente são pouco diversificadas (embora o peso relativo dos atletas nelas inscritos seja superior à média nacional) e a participação em competições é bastante reduzida; mais uma vez se verifica, também, que as modalidades colectivas têm grande dificuldade de afirmação (no caso do INATEL até o Futebol é vítima dessa dificuldade, uma vez que a sua prática só se regista em algumas acções de «desporto para todos»). Vejamos, mais detalhadamente, qual a situação de cada um dos segmentos em que se divide a actividade desportiva patrocinada pelo INATEL (quadros III.2.34. a III.2.36.).¹⁹

Quadro III.2.34. - Importância na população residente dos atletas inscritos nas «Actividades básicas» do INATEL. Portugal e distrito de Portalegre (1994)*

	Dist. Portalegre		Portugal	
	A	B	A	B
Ginástica	314	23.4	15325	15.5
Judo	102	7.6	1498	1.5
Natação	78	5.8	5997	6.1
Outras	0	0	1539	1.6
TOTAL	494	36.8	24359	24.7

* Foi considerada a população residente em 1991.

A - Número de atletas;

B - Número de atletas por cada 10000 habitantes.

Fontes: INATEL
INE (XIII Recenseamento Geral da População, 1991)

¹⁹ Mais uma vez com excepção de modalidades de carácter essencialmente lúdico e/ou que não envolvem esforço físico intenso.

Quadro III.2.35. - Importância na população residente dos participantes nas «Provas regulamentares» do INATEL. Portugal e distrito de Portalegre (1994)*

	Dist. Portalegre		Portugal	
	A	B	A	B
Atletismo	208	15.5	10999	11.2
Ténis de Mesa	43	3.2	2313	2.4
Outras (indiv.)	0	0	1739	1.8
Outras (colect.)	0	0	14167	14.4
TOTAL	251	18.7	29218	29.6

* Foi considerada a população residente em 1991.

A - Número de atletas;

B - Número de atletas por cada 10000 habitantes.

Fontes: INATEL
INE (XIII Recenseamento Geral da População, 1991)

Quadro III.2.36. - Importância na população residente dos participantes nas actividades de «Desporto para todos» do INATEL. Portugal e distrito de Portalegre (1994)*

	Dist. Portalegre		Portugal	
	A	B	A	B
Atletismo	1312	97.8	47683	48.3
Cicloturismo	237	17.7	4773	4.8
Ténis de Mesa	582	43.4	11298	11.5
Futebol de 5	268	20.0	10648	10.8
Futebol de 11	68	5.1	3234	3.3
Outras	0	0	41906	42.5
TOTAL	2467	183.9	119542	121.2

* Foi considerada a população residente em 1991.

A - Número de atletas;

B - Número de atletas por cada 10000 habitantes.

Fontes: INATEL
INE (XIII Recenseamento Geral da População, 1991)

Como já havíamos referido, não se verificaram quaisquer acções de «Desporto aventura» na Delegação de Portalegre, enquanto no conjunto do País se observaram 195 acções, distribuídas por 12 modalidades e envolvendo 10227 participantes (10.4 por cada 10000 habitantes, um valor ainda muito baixo quando comparado com as outras orientações do desporto «para trabalhadores»).

III.2.2.5. FORMAS ESPONTÂNEAS DE PRÁTICA

Para além dos três âmbitos de desporto organizado (federado, escolar e «para trabalhadores»), existe ainda um número indeterminado de pessoas que praticam desporto de um modo informal e espontâneo. Segundo a informação recolhida junto do Delegado do INDESP e do Coordenador Desportivo do INATEL, as modalidades em que no distrito de Portalegre este tipo de práticas acontecem com alguma regularidade são as seguintes, em valores aproximados: Cicloturismo e Bicicleta de todo-o-terreno (150); Atletismo de estrada e corta-mato (100); Equitação (30); Remo, Vela e Canoagem (30); Patinagem e *Skate* (20).

III.2.3. INQUÉRITO À PRÁTICA DESPORTIVA NO DISTRITO DE PORTALEGRE

A informação analisada nos pontos anteriores já permite um diagnóstico bastante claro da situação desportiva no distrito. Contudo, pareceu-nos ainda útil levar a efeito um inquérito directo à população residente, com o qual pretendemos compreender melhor alguns aspectos qualitativos das práticas e auscultar as expectativas locais em relação ao futuro nesta matéria.

A ficha de inquérito (ver Anexo III) divide-se em duas partes, a primeira destinada ao rastreio dos praticantes e a segunda a algumas qualificações das práticas. A estrutura que concebemos foi deliberadamente simples e contida nos objectivos, uma vez que se tratou de um «inquérito de rua» executado no terreno por alunos universitários.²⁰

III.2.3.1. PRATICANTES E NÃO-PRATICANTES

A primeira grande diferenciação nos resultados do inquérito é entre os praticantes e os não-praticantes. O quadro III.2.37. revela essa diferença, segundo uma apresentação por concelhos.²¹

A percentagem de praticantes (37%) traduz uma taxa de participação um pouco superior à que se verificava na «Carta da Procura» (32%); embora 37% ainda seja um valor muito baixo, a tendência de crescimento não deixa de ser animadora.

A desagregação segundo o sexo dos praticantes (quadro III.2.38.) confirma, com muita clareza, que a participação desportiva dos homens é bastante superior à das mulheres. Contudo, em relação aos dados da «Carta da Procura», de 1988, verifica-se que enquanto a taxa de participação masculina se manteve estável (45%) a feminina subiu de 20% para 30%; ou seja, o crescimento geral do número de praticantes antes descrito (de 32% a 37%) ficou a dever-se à evolução favorável da participação feminina.

²⁰ Agradecemos a colaboração da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre, em especial do Dr. José Gaspar e dos seus alunos do 1º ano de Gestão e Criação de Empresas e do 2º ano de Gestão Comercial e *Marketing* (ano lectivo de 1994-1995).

Foram realizados 625 inquéritos, que correspondem a uma amostra da população distrital com uma margem de erro de 2% num intervalo de confiança de 95%. A amostra foi estratificada proporcionalmente por concelhos, e dentro destes foi dividida segundo as respectivas quotas por sexo e grupos etários.

²¹ A informação concelhia deve ser vista como meramente indicativa, uma vez que a representatividade estatística da amostra se refere ao conjunto do distrito e não a cada um dos seus concelhos.

Quadro III.2.37. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Número de praticantes.

	A	B	C
Alter do Chão	21	12	57
Arronches	17	8	47
Avis	26	7	27
Campo Maior	39	18	46
Castelo de Vide	19	6	32
Crato	23	4	17
Elvas	112	50	45
Fronteira	19	6	32
Gavião	28	5	18
Marvão	21	3	14
Monforte	17	5	29
Nisa	46	10	22
Ponte de Sôr	80	30	38
Portalegre	127	58	46
Sousel	30	11	37
TOTAL	625	233	37

A - Número de inquéritos realizados

B - Número de praticantes

C - Percentagem de praticantes

Quadro III.2.38. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, segundo o sexo.

	Feminino			Masculino		
	A	B	C	A	B	C
Alter do Chão	11	6	55	10	6	60
Arronches	10	3	30	7	5	71
Avis	13	3	23	13	4	31
Campo Maior	20	8	40	19	10	53
Castelo de Vide	10	4	40	9	2	22
Crato	12	1	8	11	3	27
Elvas	57	23	40	55	27	49
Fronteira	10	3	30	9	3	33
Gavião	15	1	7	13	4	31
Marvão	11	0	0	10	3	30
Monforte	9	3	33	8	2	25
Nisa	24	3	13	22	7	32
Ponte de Sôr	42	11	26	38	19	50
Portalegre	65	25	38	62	33	53
Sousel	15	4	27	15	7	47
TOTAL	324	98	30	301	135	45

A - Número de inquéritos realizados

B - Número de praticantes

C - Percentagem de praticantes

A análise por grupos etários (quadro III.2.39.) mostra que a tradicional concentração da prática desportiva nos escalões mais jovens é um fenómeno que ainda tem tendência para crescer - entre a «Carta da Procura», de 1988, e 1995 o grupo etário que revelou uma evolução favorável mais significativa foi o dos menores de 20 anos (de 46% a 74%). Esta situação, relacionada com a generalização da escolaridade obrigatória, pode ser um bom indicador para o futuro, desde que se consiga melhorar o «índice de fidelidade» à prática desportiva.

Quadro III.2.39. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, segundo os grupos etários.

	≤ 19 anos			20-44 anos			45-64 anos			≥ 65 anos		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Alter do Chão	4	3	75	5	5	100	6	4	67	6	0	0
Arronches	3	3	100	4	3	75	5	2	40	5	0	0
Avis	5	4	80	6	2	33	8	1	13	7	0	0
Campo Maior	11	11	100	12	6	50	9	1	11	7	0	0
Castelo de Vide	4	4	100	5	2	40	4	0	0	6	0	0
Crato	4	3	75	6	1	17	6	0	0	7	0	0
Elvas	30	23	77	39	23	59	27	4	15	16	0	0
Fronteira	4	4	100	6	2	33	5	0	0	4	0	0
Gavião	5	3	60	8	0	0	7	1	14	8	1	13
Marvão	4	2	50	6	1	17	5	0	0	6	0	0
Monforte	4	4	100	5	0	0	4	1	25	4	0	0
Nisa	8	6	75	11	2	18	12	2	17	15	0	0
Ponte de Sôr	19	16	84	25	9	36	20	5	25	16	0	0
Portalegre	32	18	56	41	22	54	32	10	31	22	8	36
Sousel	8	4	50	9	6	67	5	1	20	8	0	0
TOTAL	145	108	74	188	84	45	155	32	21	137	9	7

A - Número de inquéritos realizados
B - Número de praticantes
C - Percentagem de praticantes

A forma de ocupação dos inquiridos não foi uma das estratificações da amostra utilizadas neste inquérito,²² pelo que os resultados apurados sobre esta matéria (ver

²² Esta foi uma regra que tivemos de impor, uma vez que a sucessiva subestratificação da amostra tornaria quase impossível o trabalho dos inquiridores e poria seriamente em risco a sua característica aleatória.

quadro III.2.40.) têm uma validade estatística condicionada. Confirmamos, apenas, taxas de participação mais elevadas nos trabalhadores mais qualificados. O quinto grupo (Estudantes/Reformados/Desempregados/Domésticas) é reconhecidamente híbrido, pelo que não podemos comentar o respectivo resultado (40% de taxa de participação); não valorizamos estas categorias, uma vez que já na «Carta da Procura» se tinha verificado que as características dos estudantes decalcam as do escalão etário mais jovem, as dos reformados podem ser observadas no escalão etário de idade mais avançada e as domésticas reproduzem as fracas taxas de participação desportiva das mulheres; por outro lado, a condição de desempregado não parece afectar a predisposição para a prática desportiva.

Quadro III.2.40. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, segundo as formas de ocupação.

	I			II			III			IV			V		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Alter do Chão	3	1	33	2	2	100	3	3	100	2	2	100	11	4	36
Arronches	0	0	0	0	0	0	3	2	67	4	2	50	10	4	40
Avis	1	0	0	5	0	0	7	2	29	2	0	0	11	5	45
Campo Maior	7	1	14	7	2	29	3	2	67	1	1	100	21	11	52
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	3	1	33	3	0	0	13	5	38
Crato	0	0	0	2	0	0	3	0	0	1	0	0	17	4	24
Elvas	4	0	0	1	1	100	31	13	42	10	7	70	66	30	45
Fronteira	3	0	0	1	1	100	5	1	20	0	0	0	10	4	40
Gavião	0	0	0	2	2	100	13	1	8	1	0	0	12	2	17
Marvão	0	0	0	0	0	0	5	2	40	2	0	0	14	1	7
Monforte	2	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0	10	5	50
Nisa	2	0	0	5	0	0	9	3	33	3	0	0	27	7	26
Ponte de Sôr	6	0	0	5	2	40	17	5	29	4	2	50	48	21	44
Portalegre	8	3	38	9	3	33	23	10	43	18	10	56	69	32	46
Sousel	1	0	0	0	0	0	6	2	33	4	1	25	19	8	42
TOTAL	37	5	14	39	13	33	134	47	35	57	25	44	358	143	40

I - Operários agrícolas

II - Operários industriais

III - Trabalhadores do comércio e serviços

IV - Empresários e Profissões liberais

V - Estudantes, Reformados, Desempregados e Domésticas

A - Número de inquéritos realizados

B - Número de praticantes

C - Percentagem de praticantes

Aos inquiridos que declararam ser não-praticantes foi perguntado o motivo dessa situação (quadro III.2.41.). A razão indicada com mais frequência foi a falta de tempo, seguida de três outras com importância relativa bastante semelhante: ter idade muito avançada, não gostar e ter falta de saúde; com valores mais baixos foi também invocada a falta de hábito e um conjunto de outras razões dispersas.

Quadro III.2.41. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os não-praticantes: razões apontadas para não praticar.

	tnp	I		II		III		IV		V		VI	
		A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Alter do Chão	9	3	33	3	33	2	22	1	11	0	0	0	0
Arronches	9	2	22	4	44	2	22	1	11	0	0	0	0
Avis	19	4	21	4	21	2	11	3	16	0	0	6	32
Campo Maior	21	4	19	7	33	2	10	4	19	0	0	4	19
Castelo de Vide	13	5	38	2	15	2	15	2	15	1	8	1	8
Crato	19	6	32	0	0	8	42	1	5	0	0	4	21
Elvas	62	30	48	2	3	9	15	18	29	3	5	0	0
Fronteira	13	5	38	3	23	1	8	1	8	1	8	2	15
Gavião	23	13	57	2	9	3	13	0	0	0	0	5	22
Marvão	18	6	33	5	28	2	11	5	28	0	0	0	0
Monforte	12	5	42	1	8	1	8	0	0	3	25	2	17
Nisa	36	11	31	7	19	7	19	6	17	0	0	5	14
Ponte de Sôr	50	10	20	15	30	9	18	10	20	6	12	0	0
Portalegre	69	16	23	11	16	17	25	12	17	13	19	0	0
Sousel	19	7	37	8	42	3	16	0	0	1	5	0	0
TOTAL	392	127	32	74	19	70	18	64	16	28	7	29	7

I - Ter falta de tempo

II - Ter idade muito avançada

III - Não gostar

IV - Ter falta de saúde

V - Não ter esse hábito

VI - Outras, tais como ter falta de dinheiro, ter falta de companhia, sentir falta de infraestruturas, etc.

tnp - total de não-praticantes

A - Número de respostas

B - Percentagem no total de não-praticantes

No quadro III.2.42. analisamos estas razões desagregadas segundo os factores socio-estruturais que considerámos no inquérito. As respostas dos inquiridos do sexo masculino e feminino têm uma ordenação relativa muito semelhante. No que respeita aos escalões etários, verifica-se que a «falta de tempo» é um problema sobretudo referido pelas pessoas entre os 20 e os 64 anos; as referências à «idade avançada», e à «falta de saúde», são, muito naturalmente, quase exclusivas dos mais idosos; preocupante é o facto de bastantes jovens referirem «não gostarem» ou «não terem hábito» de praticar desporto. Os trabalhadores do comércio e serviços e os empresários e profissionais liberais concentraram os motivos evocados para não praticar na «falta de tempo»; como são estes os grupos que prometem crescer mais no futuro, a problemática da gestão do tempo tem de ser considerada com grande atenção.

Quadro III.2.42. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os não-praticantes: razões apontadas para não praticar, segundo o sexo, idade e formas de ocupação.

	tnp	I		II		III		IV		V		VI	
		A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
TOTAL	392	127	32	74	19	70	18	64	16	28	7	29	7
Masculino	166	52	31	30	18	29	18	25	15	8	5	22	13
Feminino	226	75	33	44	20	41	18	39	17	20	9	7	3
≤ 19 anos	36	9	25	0	0	19	53	0	0	8	22	0	0
20 a 44 anos	105	60	57	0	0	24	23	2	2	9	9	10	10
45 a 64 anos	123	46	37	13	11	17	14	25	20	8	7	14	11
≥ 65 anos	128	12	10	61	50	10	8	37	30	3	2	5	4
Oper. agrícolas	32	13	41	4	13	5	16	8	25	0	0	2	6
Oper. industriais	25	5	20	1	4	9	36	2	8	3	12	5	20
Trab. com. serv.	88	47	53	5	6	15	17	9	10	4	5	8	9
Emp / Prof. Lib.	32	13	41	5	16	5	16	6	19	1	3	2	6
Est/Ref/Des/Dom	215	49	23	59	27	36	17	39	18	20	9	12	6

I - Ter falta de tempo

II - Ter idade muito avançada

III - Não gostar

IV - Ter falta de saúde

V - Não ter esse hábito

VI - Outras, tais como ter falta de dinheiro, ter falta de companhia, sentir falta de infraestruturas, etc.

tnp - total de não-praticantes

A - Número de respostas

B - Percentagem no total de não-praticantes

III.2.3.2. QUALIFICAÇÕES DA PRÁTICA

A segunda parte do inquérito foi destinada a compreender algumas das características e anseios dos praticantes. A distribuição segundo as modalidades praticadas (quadro III.2.43.) confirmou o perfil traçado no âmbito do desporto federado e «para trabalhadores (ver III.2.2.), com destaque para o Futebol, Ginástica, Atletismo, Natação e Ténis.²³

Quadro III.2.43. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Número de práticas, por modalidades.

	M 1	M 2	M 3	M 4	M 5	M 6	M 7	M 8	M 9	M 10	M 11	M 12	M 13	M 14	M 15	M 16	M 17	M 18	M 19	TOT
Alter do Chão	0	0	3	0	0	0	0	1	2	1	2	0	1	0	0	3	0	0	0	13
Arronches	1	0	0	0	1	0	1	0	4	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	10
Avis	0	0	0	0	0	0	0	1	3	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	7
Campo Maior	0	0	4	0	3	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	18
Castelo de Vide	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6
Crato	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Elvas	0	2	13	0	9	0	0	4	10	12	2	1	7	1	0	2	1	0	1	65
Fronteira	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	7
Gavião	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Marvão	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Monforte	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	0	0	0	5
Nisa	2	0	3	0	1	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	12
Ponte de Sôr	0	0	2	2	8	0	1	0	9	9	0	0	0	0	3	1	0	0	0	35
Portalegre	2	0	11	0	4	0	7	0	17	11	0	0	7	0	0	0	0	0	0	59
Sousel	0	0	1	0	0	0	0	0	5	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	11
TOTAL	5	2	38	2	27	1	9	6	76	43	4	1	26	1	3	11	1	2	1	259
TOTAL (%)	1,9	0,8	14,7	0,8	10,4	0,4	3,5	2,3	29,3	16,6	1,5	0,4	10,0	0,4	1,2	4,2	0,4	0,8	0,4	100

- M1 - Andebol
- M2 - Artes Marciais
- M3 - Atletismo
- M4 - *Badminton*
- M5 - Basquetebol
- M6 - Canoagem
- M7 - Ciclismo (e Cicloturismo)
- M8 - Culturismo (e Halterofilia)
- M9 - Futebol
- M10 - Ginástica (rítmica e aeróbica)

- M11 - Hipismo (e Equitação)
- M12 - Hóquei em patins
- M13 - Natação
- M14 - Râguebi
- M15 - *Squash*
- M16 - Ténis
- M17 - Ténis de mesa
- M18 - Voleibol
- M19 - *Windsurf*

Nota: Não foram consideradas modalidades que não implicam esforço físico e/ou têm um carácter predominantemente lúdico (exemplos: pesca, caça, xadrez, etc.)

²³ A não referência ao Judo terá sido um mero acaso na constituição da amostra.



A referência ao Ciclismo e Cicloturismo também é interessante, mas o Basquetebol, que registou 10.4% das preferências, merece um comentário especial: sendo estas práticas, com toda a certeza, bastante concentradas no desporto escolar, a sua referência específica é a prova de que existe uma apetência de base por modalidades - cremos que o Basquetebol é o exemplo mais referido, mas não será o único - que não têm qualquer sequência na estrutura associativa nem no desporto «para trabalhadores». Existem, portanto, formas de bloqueio ao que seria a intenção espontânea das práticas desportivas.

A análise desta informação segundo os factores socio-estruturais considerados no inquérito (quadro III.2.44.) revela que ainda existem algumas modalidades em que a prática é bastante segregada segundo os sexos: o Futebol é um domínio quase exclusivamente masculino, enquanto a Ginástica e a Natação têm uma clara dominância feminina; o Atletismo, o Basquetebol e o Ténis revelam situações de maior equilíbrio. No que diz respeito aos escalões etários, os casos particulares mais interessantes são o Basquetebol - uma concentração no primeiro escalão etário ainda maior do que a média, dada a sua vinculação quase exclusiva ao desporto escolar - e o Atletismo - a modalidade que melhor resiste à tendência de não-prática nos escalões etários mais avançados. A desagregação segundo as formas de ocupação não justifica um comentário específico nesta matéria; há uma grande concentração dos praticantes nos grupos «Trabalhadores do comércio e serviços» e «Estudantes/Reformados/ Desempregados/Domésticas» (neste caso devido sobretudo aos estudantes), e as modalidades escolhidas em cada um deles não se desviam muito das tendências do conjunto da amostra.

Quadro III.2.44. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Número de práticas por modalidades, segundo o sexo, idade e formas de ocupação.

	M 1	M 2	M 3	M 4	M 5	M 6	M 7	M 8	M 9	M 10	M 11	M 12	M 13	M 14	M 15	M 16	M 17	M 18	M 19	TOT
TOTAL	5	2	38	2	27	1	9	6	76	43	4	1	26	1	3	11	1	2	1	259
Masculino	3	2	25	0	12	1	5	6	73	3	1	1	6	1	3	7	1	1	1	152
Feminino	2	0	13	2	15	0	4	0	3	40	3	0	20	0	0	4	0	1	0	107
≤ 19 anos	3	1	13	2	19	0	0	2	43	19	0	1	11	0	0	6	0	0	0	120
20 a 44 anos	0	1	11	0	4	0	5	4	27	17	3	0	10	1	3	4	1	1	1	93
45 a 64 anos	2	0	12	0	4	0	1	0	6	5	1	0	4	0	0	1	0	1	0	37
≥ 65 anos	0	0	2	0	0	1	3	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	9
Oper. agrícolas	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	6
Oper. industriais	0	0	4	0	1	0	0	0	5	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	13
Trab. com. serv.	2	1	11	0	3	1	2	3	12	10	0	0	5	1	1	2	0	0	1	55
Emp. / Prof. Lib.	0	0	5	0	2	0	3	0	7	4	2	0	2	0	0	1	1	0	0	27
Est/Ref/Des/Dom	3	1	18	2	21	0	3	3	51	27	0	1	17	0	2	7	0	2	0	158

M1 - Andebol

M2 - Artes Marciais

M3 - Atletismo

M4 - *Badminton*

M5 - Basquetebol

M6 - Canoagem

M7 - Ciclismo (e Cicloturismo)

M8 - Culturismo (e Halterofilia)

M9 - Futebol

M10 - Ginástica (rítmica e aeróbica)

M11 - Hipismo (e Equitação)

M12 - Hóquei em patins

M13 - Natação

M14 - Râguebi

M15 - *Squash*

M16 - Ténis

M17 - Ténis de mesa

M18 - Voleibol

M19 - *Windsurf*

Nota: Não foram consideradas modalidades que não implicam esforço físico e/ou têm um carácter predominantemente lúdico (exemplos: pesca, caça, xadrez, etc.)

No quadro III.2.45., dedicado à análise dos modos de prática desportiva, recorda-se que o número de praticantes apurados na amostra foi de 233. Face ao volume de práticas registadas (259 - ver quadros III.2.43. e III.2.44), a taxa de diferenciação por modalidades é de 1.1, significativamente inferior à que se verificava na «Carta da Procura», de 1988 (1.3). A quebra do número de desportistas polivalentes é uma confirmação natural da fraca diversidade da oferta disponível.

Quadro III.2.45. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, por modos de prática.

	A	B	C	D	E	TOTAL
Alter do Chão	0	10	1	0	1	12
Arronches	2	3	0	2	1	8
Avis	2	3	0	2	0	7
Campo Maior	1	10	0	3	4	18
Castelo de Vide	3	2	0	1	0	6
Crato	1	1	0	2	0	4
Elvas	20	18	0	4	8	50
Fronteira	0	4	2	0	0	6
Gavião	1	3	1	0	0	5
Marvão	0	3	0	0	0	3
Monforte	2	3	0	0	0	5
Nisa	4	3	0	2	1	10
Ponte de Sôr	6	11	2	10	1	30
Portalegre	17	21	1	10	9	58
Sousel	4	5	0	2	0	11
TOTAL	63	100	7	38	25	233

A - num clube

B - com amigos

C - com colegas de trabalho

D - na escola

E - individualmente

Os modos de prática indicados revelam alguns valores surpreendentes. Tendo a amostra 108 praticantes com menos de 20 anos (ver quadro III.2.39.) não era de esperar que apenas 38 indicassem a Escola como local privilegiado das suas práticas desportivas. Mais surpreendente ainda é o facto de 63 inquiridos (27%) referirem os clubes como sendo o seu ambiente desportivo, o que dificilmente se compatibiliza com a informação tratada no ponto III.2.2. e nos leva mesmo a admitir uma eventual incompreensão do sentido da pergunta. O desporto «para trabalhadores» e as práticas individuais têm uma expressão naturalmente reduzida. O desporto «entre amigos», informal, é sem dúvida o modo de prática mais entranhado na população (43% das respostas), ainda que algumas pessoas acumulem com outras opções, nomeadamente os jovens em idade escolar.

O quadro III.2.46. mostra bem que não é só na escolha das modalidades que existe uma atitude diferente dos dois sexos perante a prática desportiva: as mulheres cultivam

relativamente pouco as soluções informais «entre amigos» (27%), com certeza porque estas são quase sempre concretizadas em espaços abertos e de livre acesso ao público; desta opção resulta um reforço relativo das práticas institucionais (clubes e escolas); ao contrário, 54% dos homens preferem o desporto «entre amigos», secundados pelos 24% que optam pelas práticas organizadas por clubes (provavelmente os que estão mais empenhados na competição), tendo as outras três hipóteses um significado muito mais reduzido. Com excepção das práticas «na escola» serem uma prerrogativa natural dos mais jovens, a análise por escalões etários e formas de ocupação da população não oferece comentários significativos.

Quadro III.2.46. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes por modos de prática, segundo o sexo, idade e formas de ocupação.

	A	B	C	D	E	TOTAL
TOTAL	63	100	7	38	25	233
Masculino	32	73	4	11	14	134
Feminino	31	27	3	27	11	99
≤ 19 anos	25	43	0	34	6	108
20 a 44 anos	25	40	3	4	12	84
45 a 64 anos	9	15	3	0	5	32
≥ 65 anos	4	2	1	0	2	9
Oper. agrícolas	2	2	0	0	1	5
Oper. industriais	2	5	2	1	3	13
Trab. com. serv.	14	23	4	1	5	47
Emp. / Prof. Lib.	6	9	0	2	8	25
Est/Ref/Des/Dom	39	61	1	34	8	143

- A - num clube
- B - com amigos
- C - com colegas de trabalho
- D - na escola
- E - individualmente

As respostas acerca dos objectivos da prática desportiva (quadro III.2.47.) são uma sequência natural das obtidas para os modos de prática: há um destaque das funções

lúdicas e de convivência social, bastantes preocupações com a saúde e a aparência física²⁴ e muito pouca atenção aos aspectos competitivos.

Quadro III.2.47. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, por objectivos da prática.

	A	B	C	TOTAL
Alter do Chão	6	5	1	12
Arronches	2	6	0	8
Avis	0	5	2	7
Campo Maior	7	10	1	18
Castelo de Vide	2	2	2	6
Crato	3	1	0	4
Elvas	20	21	9	50
Fronteira	2	4	0	6
Gavião	2	2	1	5
Marvão	2	1	0	3
Monforte	1	4	0	5
Nisa	2	5	3	10
Ponte de Sôr	8	19	3	30
Portalegre	21	31	6	58
Sousel	7	4	0	11
TOTAL	85	120	28	233

A - manutenção física

B - procura de diversão

C - competição desportiva

A desagregação das respostas sobre os objectivos da prática segundo os factores socio-estruturais considerados não revela grandes particularidades em relação ao conjunto da amostra (quadro III.2.48.). Confirmam-se, contudo, alguns aspectos esperados, como a relativa maior propensão dos homens e dos mais jovens para a competição desportiva, bem como a relação directa entre os escalões etários mais avançados e o crescimento das preocupações com a «manutenção física».

²⁴ O trabalho de campo mostrou que muitos dos inquiridos tiveram dificuldade em seleccionar qual o principal objectivo da sua prática desportiva, por se dividirem entre a «manutenção física» e a «procura de diversão».

Quadro III.2.48. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, por objectivos da prática, segundo o sexo, idade e formas de ocupação.

	A	B	C	TOTAL
TOTAL	85	120	28	233
Masculino	42	68	24	134
Feminino	43	52	4	99
≤ 19 anos	29	68	11	108
20 a 44 anos	33	39	12	84
45 a 64 anos	18	10	4	32
≥ 65 anos	5	3	1	9
Oper. agrícolas	3	2	0	5
Oper. industriais	6	7	0	13
Trab. com. serv.	18	20	9	47
Emp. / Prof. Lib.	7	14	4	25
Est/Ref/Des/Dom	51	77	15	143

A - manutenção física

B - procura de diversão

C - competição desportiva

Apesar dos índices de prática poderem ser considerados baixos, só 50 dos inquiridos que se declararam praticantes (21%) consideraram as infraestruturas locais para o desporto como más²⁵ (ver quadro III.2.49.); a grande maioria (58%) situou-se na resposta de «meio termo». Se tomarmos a amostra segundo os factores socio-estruturais considerados, verificamos, nesta matéria (ver quadro III.2.50.), uma posição mais exigente dos homens, dos escalões etários mais avançados e dos grupos profissionais mais qualificados e/ou com melhor nível de rendimento.

²⁵ Os inquiridores foram instruídos para esclarecerem que o conceito de infraestrutura devia ser tomado no sentido amplo que consideramos neste trabalho (ver III.2.1.), e não apenas em relação às instalações.

Quadro III.2.49. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Avaliação das infraestruturas pelos praticantes.

	Boas	Suf.	Más	TOTAL
Alter do Chão	2	9	1	12
Arronches	1	5	2	8
Avis	2	4	1	7
Campo Maior	6	11	1	18
Castelo de Vide	2	4	0	6
Crato	0	4	0	4
Elvas	11	25	14	50
Fronteira	2	4	0	6
Gavião	1	1	3	5
Marvão	0	1	2	3
Monforte	0	5	0	5
Nisa	1	3	6	10
Ponte de Sôr	8	18	4	30
Portalegre	6	36	16	58
Sousel	6	5	0	11
TOTAL	48	135	50	233

Quadro III.2.50. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Avaliação das infraestruturas pelos praticantes, segundo o sexo, idade e formas de ocupação.

	Boas	Suf.	Más	TOTAL
TOTAL	48	135	50	233
Masculino	21	78	35	134
Feminino	27	57	15	99
≤ 19 anos	26	66	16	108
20 a 44 anos	17	41	26	84
45 a 64 anos	3	22	7	32
≥ 65 anos	2	6	1	9
Oper. agrícolas	2	3	0	5
Oper. industriais	4	7	2	13
Trab. com. serv.	9	22	16	47
Emp. / Prof. Lib.	1	14	10	25
Est/Ref/Des/Dom	32	89	22	143

Aos inquiridos que classificaram as infraestruturas como «más» foi pedido que dessem sugestões para as melhorar. Quase todas as respostas foram no sentido de reivindicar mais instalações (ver quadro III.2.51.), o que parece revelar alguma falta de sentido

crítico perante a situação local do fenómeno desportivo. Pensar que a criação de mais equipamentos é condição suficiente para fazer evoluir a prática desportiva é sempre uma atitude simplista; em termos locais, e face à informação debatida nos pontos III.2.1. e III.2.2., é seguramente um grave erro de avaliação.

Quadro III.2.51 - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Propostas para melhorar as infraestruturas.

Mais clubes	1
Mais divulgação	4
Mais incentivos	2
Mais instalações	43
TOTAL	50

Os quadros III.2.52. e III.2.53. dão conta dos resultados à última pergunta do inquérito, a qual questionou os praticantes acerca dos seus «sonhos desportivos», afastadas que fossem, por hipótese, todas as suas eventuais limitações de tempo, dinheiro, etc. As respostas não foram muito extravagantes; duas das modalidades mais referidas - Natação e Ténis - fazem mesmo parte da limitada oferta desportiva actual no distrito. As modalidades equestres parecem também exercer algum fascínio, o que se percebe com facilidade neste ambiente cultural. Logo em seguida, e esse é um dado curioso, surgem referências a vários desportos de aventura/acção/«radicais», como sejam modalidades náuticas, aéreas ou o Automobilismo e *Karting*. Depois, por entre referências quase isoladas, merecem ainda algum destaque as Artes marciais, a Ginástica e o Golfe; as duas primeiras, à semelhança da Natação e do Ténis, são desejos já hoje acessíveis, enquanto o Golfe deve ser uma consequência imediata da prevista inauguração, ainda em 1996, do primeiro campo localizado no distrito, neste caso no concelho de Marvão. Por último, o Basquetebol, mais uma vez a modalidade colectiva «resistente» que nos faz acreditar no interesse local por práticas que não têm tido oportunidade de se afirmar e expandir.

Quadro III.2.52. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Modalidades pretendidas.

	M 1	M 2	M 3	M 4	M 5	M 6	M 7	M 8	M 9	M 10	M 11	M 12	M 13	M 14	M 15	M 16	M 17	M 18	M 19	M 20	M 21	M 22	M 23	TOT
Alter do Chão	2	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	9
Arronches	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	5
Avis	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	6
Campo Maior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Castelo de Vide	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Crato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Elvas	0	0	0	2	1	4	2	2	3	0	4	2	2	1	5	0	1	8	1	0	1	4	0	43
Fronteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Gavião	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5
Marvão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Monforte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	3
Nisa	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	1	9
Ponte de Sôr	0	1	0	2	0	1	3	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	4	0	0	2	3	0	20
Portalegre	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	10	0	0	0	2	0	23
Sousel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	0	1	0	0	0	2	0	9
TOTAL	3	1	6	9	1	6	7	2	3	1	11	2	7	7	22	2	4	32	2	1	3	17	1	150
TOTAL (%)	2,0	0,7	4,0	6,0	0,7	4,0	4,7	1,3	2,0	0,7	7,3	1,3	4,7	4,7	14,7	1,3	2,7	21,3	1,3	0,7	2,0	11,3	0,7	100

M1 - Alpinismo

M2 - Andebol

M3 - Artes marciais

M4 - Asa delta (Parapente e Paraquedismo)

M5 - Atletismo

M6 - Automobilismo (e Karting)

M7 - Basquetebol

M8 - Boxe

M9 - Ciclismo

M10 - Culturismo

M11 - Desportos náuticos

M12 - Futebol

M13 - Ginástica

M14 - Golfe

M15 - Hipismo (e Equitação)

M16 - Hóquei em patins

M17 - Motociclismo

M18 - Natação

M19 - Patinagem

M20 - Pólo aquático

M21 - Râguebi

M22 - Ténis

M23 - Voleibol

Nota: Não foram consideradas modalidades que não implicam esforço físico e/ou têm um carácter predominantemente lúdico (exemplos: pesca, caça, xadrez, etc.). Foram também eliminadas as modalidades cujos espaços de prática não existem no distrito (exemplos: *surf*, *esqui*, etc.).

A desagregação socio-estrutural da amostra (ver quadro III.2.53) tem resultados quase irrelevantes, o que é curioso face à estrutura das práticas actuais. A distribuição relativa das modalidades desejadas é bastante semelhante em todos os grupos considerados; ressaltam-se algumas excepções, aliás esperadas, como sejam o facto de as mulheres não mostrarem grande apetência por modalidades que envolvem violência e/ou risco elevado

(ex. Artes marciais, Automobilismo), e a prevalência da Natação em todos os escalões etários.

Quadro III.2.53. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Modalidades pretendidas, segundo o sexo, idade e formas de ocupação.

	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M13	M14	M15	M16	M17	M18	M19	M20	M21	M22	M23	TOT
TOTAL	3	1	6	9	1	6	7	2	3	1	11	2	7	7	22	2	4	32	2	1	3	17	1	150
Masculino	1	1	6	6	1	5	3	2	1	1	7	2	1	5	8	2	4	14	0	0	2	10	1	83
Feminino	2	0	0	3	0	1	4	0	2	0	4	0	6	2	14	0	0	18	2	1	1	7	0	67
≤ 19 anos	2	0	4	6	1	3	6	1	0	0	5	0	1	2	9	2	2	10	2	1	3	8	1	69
20 a 44 anos	0	1	2	3	0	3	1	0	2	0	6	1	4	4	10	0	2	12	0	0	0	7	0	58
45 a 64 anos	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	2	1	3	0	0	6	0	0	0	2	0	18
≥ 65 anos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	5
Oper. agrícolas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Oper. industriais	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	6
Trab. com. serv.	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	4	0	1	1	7	0	1	10	0	0	1	4	0	34
Emp / Prof. Lib.	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1	3	0	0	1	1	0	13
Est/Ref/Des/Dom	2	0	3	8	1	4	7	1	2	0	7	0	4	5	14	2	2	17	2	1	1	12	1	96

- M1 - Alpinismo

M2 - Andebol

M3 - Artes marciais

M4 - Asa delta (Parapente e Paraquedismo)

M5 - Atletismo

M6 - Automobilismo (e Karting)

M7 - Basquetebol

M8 - Boxe

M9 - Ciclismo

M10 - Culturismo

M11 - Desportos náuticos

M12 - Futebol
- M13 - Ginástica

M14 - Golfe

M15 - Hipismo (e Equitação)

M16 - Hóquei em patins

M17 - Motociclismo

M18 - Natação

M19 - Patinagem

M20 - Pólo aquático

M21 - Râguebi

M22 - Ténis

M23 - Voleibol

Nota: Não foram consideradas modalidades que não implicam esforço físico e/ou têm um carácter predominantemente lúdico (exemplos: pesca, caça, xadrez, etc.). Foram também eliminadas as modalidades cujos espaços de prática não existem no distrito (exemplos: *surf*, *esqui*, etc.).

III.2.4. AVALIAÇÃO CRÍTICA DA SITUAÇÃO ACTUAL

A participação desportiva no distrito de Portalegre é fraca mas, ainda assim, ligeiramente superior à média nacional. Nos últimos 6/7 anos - período entre a publicação da «Carta de Procura» e a recolha de informação que fizemos para este trabalho²⁶ - o número de praticantes revelou uma animadora tendência de acréscimo, sobretudo entre as mulheres - cuja participação desportiva é ainda inferior à dos homens - e os mais jovens. A razão deste progresso assentou na generalização da escolaridade obrigatória, da qual ainda se esperam muitos benefícios para o futuro da prática desportiva, conforme a ideia expressa por um ex-Director-geral dos Desportos:

“Mas praticar ou não praticar desporto é uma decisão que por vezes ultrapassa a vontade do indivíduo. Todos sabemos que a aquisição do hábito de praticar desporto na juventude é importante para a sua reprodução ao longo da vida.”²⁷

Não haverá, portanto, muito que se possa fazer para aumentar a participação desportiva das gerações menos jovens. Todo o investimento deve ser centrado no futuro e na Escola, da qual se espera uma iniciação específica à prática desportiva mas também uma elevação cultural que contrarie o tradicional alheamento em relação a esta matéria de alguns estratos populacionais, como sejam as mulheres e os trabalhadores menos qualificados; por muitas dificuldades que o dia-a-dia possa acarretar para a prática desportiva destes e de outros grupos, cremos que elas podem ser vencidas pela força enraizada de novos hábitos.

Para que a iniciação desportiva feita na Escola (um dado supostamente adquirido, no futuro) tenha continuidade é preciso assegurar a existência e bom funcionamento de um vasto conjunto de infraestruturas.

²⁶ Recolha estatística, documental e inquérito directo à população.

²⁷ Arcelino Mirandela da COSTA [DGD (1988), Preâmbulo].

A primeira dúvida é acerca das instalações, mas a resposta é já hoje bastante favorável. A rede de instalações desportivas «artificiais» já só requer alguma qualificação, ao nível das pistas de Atletismo (completamente inexistentes), dos campos de grandes jogos relvados²⁸ e das piscinas cobertas (cujo número ainda é escasso). É de notar, contudo, que a escassez de recursos financeiros implica que esta qualificação se revele incompatível com esforços de investimento em tipologias que, mesmo tendo baixos custos unitários - como os campos de pequenos jogos e os campos de grandes jogos de terra batida - já têm uma boa cobertura.²⁹ Impõe-se, também, uma maior disponibilidade para partilhar entre vários concelhos a gestão e utilização de alguns equipamentos, nomeadamente os mais caros e com taxas de utilização mais reduzidas. Quanto aos «espaços naturais de recreio e desporto», o problema é que a percepção do seu interesse ainda não está bem consolidada,³⁰ daí o escasso investimento que neles se realiza e projecta realizar.

Num outro aspecto estes concelhos são favorecidos: a existência de entusiásticos agentes dinamizadores, vulgarmente designados por «carolas». Pode mesmo dizer-se que existe uma certa tradição local nesta matéria, bastante visível para o exterior através da qualidade que quase sempre é reconhecida às organizações de carácter nacional ou internacional que são confiadas a esta região. É a estes «carolas» que se devem os bons índices distritais de prática nas poucas modalidades «resistentes» (quase sempre superiores à média nacional), tanto ao nível federado como no desporto «para trabalhadores».

²⁸ A construção de mais campos relvados não assenta em qualquer tipo de expectativa sobre o futebol profissional, cuja expressão no distrito é fraca e não se vê como possa crescer, mas apenas na reivindicação de espaços de melhor qualidade para uso da população.

²⁹ Lamentavelmente parece haver tentativa neste sentido, por força das pressões de algum poder político local.

³⁰ Foi nos anos cinquenta que se desenvolveram as primeiras ideias sobre planeamento desportivo em Portugal, tendo em vista aspectos quantitativos básicos de construção de uma rede. É opinião de vários autores, como Gustavo PIRES ou Jorge CRESPO, que o *Seminário Equipamentos Desportivos - Experiências e Expectativas*, organizado pela DGD, em 1986, marcou uma viragem nesta matéria; foi por esta época que ganhou força entre nós uma perspectiva mais cultural e menos produtivista do desporto, a qual abriu espaço para novas modalidades e espaços desportivos, para o «desporto para todos» e, sobretudo, para o privilégio da liberdade individual face à massificação.

Se existe uma razoável rede de instalações, e até alguma disponibilidade de agentes dinamizadores, por que razões é que a prática desportiva apresenta valores tão baixos e pouco diversificados?

Para responder a esta pergunta é preciso compreender a história recente do desporto escolar. Com uma organização muito eficiente, o «Estado Novo» conseguiu que este sistema desportivo chamasse o interesse dos jovens (dos que frequentavam a escola, naturalmente...) para a ocupação dos seus tempos livres, até porque, sobretudo no interior, as alternativas eram quase inexistentes. Deste «viveiro» iam beneficiando os outros ambientes desportivos - clubes/federado e para «trabalhadores» -, sobretudo nos seus quadros competitivos, o que os limitava à população juvenil e jovem adulta; a prática desportiva para fins de recreio e/ou manutenção física tinha uma presença muito reduzida, e quase nunca atingia as pessoas com mais de 35/40 anos.

Após o «25 de Abril» toda esta construção desabou em poucos anos: o desporto escolar deixou de ter afirmação própria e muito menos conseguia alimentar os outros sistemas desportivos, que assim foram definhando. Entretanto, os jovens, gozando de uma crescente liberdade de movimentos e disponibilidade de recursos, foram-se dispersando por outras formas de ocupação dos tempos livres, infelizmente nem todas de boa recomendação. Uma atitude social cada vez mais exigente e reivindicativa começou a criar sérios problemas económicos aos clubes e outros núcleos desportivos: o que antes se fazia por gosto e com alguma comparticipação financeira das famílias (era frequente os técnicos oferecerem o seu trabalho, as viagens só se faziam nos dias de competição e em viaturas dos próprios atletas, das suas famílias ou de responsáveis pelo clube, as refeições eram limitadas ao mínimo indispensável e não raro improvisadas) foi-se constituindo como um enorme encargo (tudo se profissionalizou, poucas pessoas admitem repartir com as instituições os custos das suas práticas competitivas, muitos exigem deslocar-se em condições de conforto muito superiores ao que era habitual neste âmbito).

Nos últimos anos o desporto escolar revitalizou-se, com uma estrutura lógica semelhante à abandonada duas décadas atrás; contudo, a sua abrangência actual é bastante menor, não obstante a população escolar ser hoje muito superior - a participação das escolas é apenas voluntária e, para além disso, os jovens dispersam-se por muitas outras motivações. Como se observou nos pontos III.2.1. a III.2.3., esta revitalização do desporto escolar ainda não teve qualquer efeito visível no desenvolvimento dos restantes ambientes desportivos.

O afastamento da população da prática desportiva fez esmorecer o movimento associativo, que hoje se apresenta disperso e desarticulado, o que por sua vez dificulta a angariação de novos praticantes. Por outro lado, toda a estrutura associativa tem uma constituição e modo de funcionamento decalcada do modelo dos grandes clubes, isto é, vocacionada para a competição, o que não corresponde à vontade da maioria das pessoas.

O incremento futuro da prática desportiva tem de contar com uma série de factores estruturais, alguns deles de âmbito geral e outros mais específicos das regiões do interior, como é o caso do distrito de Portalegre. De entre os de âmbito geral salientamos:

- o número de praticantes deverá crescer bastante, na medida em que se for generalizando a iniciação desportiva nas escolas; convém não esquecer, contudo, que a expectativa que é atribuída ao desporto no que diz respeito à ocupação dos tempos livres tem de concorrer com outras alternativas fortes, como sejam os meios audiovisuais e a informática;
- as motivações predominantes das práticas deverão continuar a ser de carácter lúdico e/ou de manutenção da boa forma física;
- a competição, ainda que não constitua o propósito desportivo da maioria das pessoas, continuará a ser um referencial e um meio de estimular as práticas, para além de ser o principal instrumento da vasta componente comercial do desporto;
- as modalidades e os espaços desportivos do futuro serão cada vez mais diversificados, fazendo da Natureza um grande recinto aberto onde também se expandem motivações «radicais» de risco e aventura.

A estas características de âmbito geral acrescem outras mais específicas das regiões do interior:

- um certo desencontro entre a realidade local e a imensa oferta desportiva que é mostrada pelos diversos meios de comunicação, nomeadamente a televisão, facto que pode originar um afastamento das práticas; é a falta do mar e de outros ambientes e/ou equipamentos desportivos próprios de novas modalidades muito apelativas, mas são também os «técnicos» e «vedetas» locais que em nada se assemelham à sabedoria e perícia dos melhores executantes...;

- o isolamento geográfico, que induz elevados custos às viagens e por isso dificulta o contacto com outras populações desportivas, nomeadamente no âmbito da competição regular; como já vimos, este aspecto é agravado pelo aumento da expectativa de conforto dos praticantes, fenómeno recente mas que não deve regredir.

Em função desta análise, e pensando especificamente no futuro desportivo do distrito de Portalegre, extraímos três conclusões principais:

1. Devem aproveitar-se ao máximo as potencialidades do Programa de Desporto Escolar; o esquema em vigor é suficientemente aberto e flexível para dar resposta quer à política desportiva nacional quer às especificidades e interesses de cada região; a Escola é o meio privilegiado para iniciar e consolidar o gosto pela prática desportiva, única forma de melhorar os futuros índices de participação.

2. Deve considerar-se um maior esforço dos gastos públicos em rubricas exteriores às instalações, como sejam o apoio técnico e os orçamentos de exploração dos clubes, enquanto forma de apoiar a sua actividade diária e a participação em convívios e na competição desportiva; muito embora reconheçamos que esta orientação é muito mais controversa e difícil de gerir do que o investimento em instalações, uma vez que estas constituem bens duradouros e de uso generalizado, cremos que sem ela é quase impossível os clubes desempenharem cabalmente a sua função (sobretudo no suporte de modalidades colectivas), e sem um associativismo eficaz é o próprio desporto que não tem futuro.

3. Deve dar-se maior atenção às novas modalidades desportivas de relação com a Natureza, para as quais existem razoáveis condições de base e alguma apetência por parte da população; as acções em favor destas modalidades podem incluir aspectos ligados às instalações (exemplos: modelação de espaços para patinagem ou pistas para bicicletas ou motorizadas de todo-o-terreno) ou, mais uma vez, assentar no apoio directo aos clubes e aos atletas; sem uma maior abertura a estas novas realidades desportivas não é possível acompanhar as necessidades futuras da procura.

Estas reflexões partiram da realidade actual ou do que se projecta para o seu futuro imediato; contudo, as alterações económico-sociais que debatemos no Capítulo II não põem em causa as expectativas de expansão que se desenham para o fenómeno desportivo, muito pelo contrário:

- uma redistribuição da população, em favor do interior despovoado, representará uma importante valorização da procura desportiva local; a presença no interior do País de população mais jovem, habilitada do ponto de vista académico e com melhores níveis de rendimento é uma hipótese francamente animadora;

- uma parte importante do aumento do tempo de não-trabalho deverá favorecer as práticas desportivas; o mesmo se diz de uma maior liberdade de gestão do tempo, originada, por exemplo, pelo acréscimo do trabalho no domicílio; se, como tudo indica, o futuro do trabalho humano passar por uma concentração de efectivos no sector terciário, em grande parte estruturada em esquemas de auto-emprego, e se atendermos às indicações do inquérito apresentado em III.2.3., que apontam a falta de tempo como a principal razão para não praticar deste tipo de trabalhadores, mais se percebe a importância potencial destes argumentos.

IV. NOTA FINAL

IV. NOTA FINAL

Durante o tempo em que preparámos este trabalho (de 1990 a 1996, com particular incidência nos últimos três anos) não modificámos substancialmente a nossa opinião quanto à oportunidade do tema em debate - um exercício de antecipação das consequências de uma previsível evolução dos tempos dedicados ao trabalho e ao lazer - nem quanto às dificuldades que envolvem uma tal tarefa. A argumentação, baseada numa obrigatória e permanente interdisciplinaridade, é difícil e não se presta a um raciocínio linear e naturalmente encadeado.

Pelo contrário, constatámos uma grande flutuação conjuntural da sensibilidade da opinião pública em relação a estas matérias, visível tanto nas conversas informais como na comunicação social e nas reuniões e textos científicos; basta um pequeno sinal de revitalização do sistema económico para que as preocupações sobre a sua evolução estrutural sejam relegadas para segundo plano e restaurado algum optimismo pelos velhos paradigmas, para acontecer o contrário logo que alguma situação de alarme é denunciada. Cremos, contudo, que estes fenómenos cíclicos são apenas uma natural manifestação de insegurança perante a viragem histórica que cada vez mais se vai afirmando; e é bom que seja apenas isso, para não perdermos de vez a oportunidade de influenciar o curso das mudanças:

*"Simplesmente, essa transição percorre, por enquanto, encruzilhadas em que vários sentidos e cenários são possíveis, em que muita coisa está ainda por jogar. É, por isso, um período particularmente interessante e importante em que ainda é possível tentar ser protagonista (e não mero figurante) da História, cada um ao seu nível."*¹

As múltiplas leituras e contactos que fizemos sedimentaram a nossa convicção de que esta problemática, tomada no seu conjunto ou através de algumas das suas «portas de entrada» - a evolução tecnológica, o desemprego, o colapso dos sistemas públicos de segurança social, a crítica da «cultura do trabalho», etc., - desde há muitos anos que

¹ AMARO (1991), p. 60

capta o interesse de pessoas bastante diversas. John Maynard KEYNES, por exemplo, já em 1930 dizia:

*"Si se resuelve el problema económico (la lucha por la subsistencia), la humanidad se vera privada de sus objetivos tradicionales... Asi, por primera vez desde su creación, el hombre se enfrentará a su problema real y permanente: como utilizar su nueva independencia respecto de las preocupaciones económicas... No hay país ni pueblo, en mi opinión, que pueda mirar sin temor a la era del ocio y de la abundancia... Es un terrible problema para la persona ordinaria, que carece de habilidades especiales con que ocupar su tiempo, especialmente si ha perdido sus raíces en la tierra, en los costumbres o en las entreñables convenciones de una sociedad tradicional."*²

As reflexões actuais são naturalmente mais ricas e complexas (nem sempre estas mudanças se processam num tempo de riqueza e equilíbrio social e económico...), mas continuam a ter muita dificuldade em passar do plano intelectual à influência da vida prática. Há uma visível incapacidade de adaptação do Homem ao ritmo alucinante das transformações ocorridas nas últimas décadas. Alvin TOFFLER aborda este assunto através de uma imagem curiosa:

*"(...) o Mundo de hoje é tão diferente do Mundo em que nasci como este era diferente do Mundo de Júlio César. Eu nasci mais ou menos no meio da História Humana, até hoje, pois aconteceu quase tanto desde que nasci como acontecera antes."*³

Por muito legítimas que sejam outras preocupações, nomeadamente de carácter económico, no contexto da evolução que prefiguramos, não podemos menosprezar mudanças culturais que põem em causa hábitos de vida construídos e herdados ao longo de milhares de gerações: como reeducar as pessoas para um tempo em que o trabalho deixe de ser a referência fundamental de vida? Que reformulações serão necessárias nas práticas de lazer?

"In far too many cases, in different parts of the world, leisure time was employed in an aimless monotonous pursuit of non constructive and superficial activity. The process of reorienting the general public toward a voluntary acceptance and appreciation of the value of applying the

² in *Essays in persuasion*, citado por HARMAN (1985), p. 16

³ TOFFLER (s.d.), p. 19

spare time, or part of it, at least, toward enhancing one's educational and cultural level will remain an arduous one.

In view of the fact that automation will doubtless continue and even develop further there is a definite obligation for a greater expenditure of effort on the part of educators and others concerned with a stable society to convince men and women of the necessity of the wise and constructive use of leisure time".⁴

A consciência que fomos construindo em torno desta matéria criou-nos uma responsabilidade acrescida. Depois de, por escassez de referências, termos sentido a necessidade de fazer uma análise generalista, estamos agora mais empenhados em produzir estudos de tipo empírico, com objectivos limitados e bem definidos; a pouca atenção que tem sido prestada a estes assuntos pelas ciências sociais, em geral, e pela Geografia, em particular, mais ainda se nos cingirmos aos limites nacionais, faz-nos acreditar que é necessário insistir neste caminho, tendo em vista contribuir para a futura produção de sínteses teóricas, cuja falta é evidente. Interessa-nos, em especial, aprofundar o estudo das hipóteses de transformação na organização do território que enunciámos: mobilidade acrescida pela necessidade de flexibilizar as atitudes perante o trabalho; aumento do volume de trabalho no domicílio; novos princípios para a programação de infraestruturas e equipamentos; eventual fenómeno de desurbanização. Os exemplos relacionados com o desporto na ocupação dos tempos livres continuarão, seguramente, a merecer o nosso particular interesse.

⁴ artigo *leisure*, in ENCICLOPÆDIA BRITANNICA

ANEXO I

LISTA DE ENTREVISTADOS (ver II.3.)

Rui Águas - Futebolista profissional (Estrela da Amadora)
 António Aguiar - Director de hotel (Hotel Estoril Eden)
 Dra. Dina Aguiar - Jornalista (RTP)
 Maestro António Vitorino de Almeida - Maestro e Compositor
 Dr. José Carlos Amado - Professor (Instituto Superior de Novas Profissões)
 Professor Doutor Ilídio do Amaral - Professor (Faculdade de Letras / Universidade de Lisboa)
 Professor Doutor Rogério Roque Amaro - Professor (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
 Dr. Anselmo Aníbal - Assessor de Administração (Banco Totta & Açores)

Vítor Bandarra - Jornalista (TVI)
 Paco Bandeira - Cantor
 Altino Barradas - Animador de rádio (Rádio Portalegre)
 Manolo Bello - Jornalista e Produtor de televisão (SIC)
 Professor Doutor António Bivar - Professor (Faculdade de Ciências / Universidade de Lisboa)
 Arqtº Luís Boavida-Portugal - Consultor
 João Braga - Cantor
 Professor Arquitecto Duarte Castelo Branco - Consultor

Carlos Carvalho - Sindicalista (Conselho Nacional da CGTP - Intersindical)
 Dr. João Carvalho - Consultor
 Paulo de Carvalho - Cantor
 Dr. Rodrigo Guedes de Carvalho - Jornalista (SIC)
 Dr. José Morais e Castro - Actor e Advogado
 Humberto Coelho - Director de uma escola de formação de futebolistas
 Dr. Adélio Correia - Administrador (Promática)
 Dra. Margarida Pinto Correia - Jornalista (RTP e Rádio Comercial)
 Dr. Alexandre Coutinho - Jornalista (Expresso)
 António Martinó Coutinho - Assessor da Câmara Municipal de Portalegre
 Arcelino Mirandela da Costa - Presidente do Instituto do Desporto
 Jorge Paixão da Costa - Realizador de cinema e televisão / Argumentista
 Engº João Cravinho - Deputado (Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Dr. Alfredo Falcão - Consultor (Director da CETEL)
 Dra. Teresa Fernandes - Publicitária (TVI)
 Professor Doutor João Ferrão - Investigador (Instituto de Ciências Sociais)
 Humberto Ferreira - Professor (Instituto Superior de Línguas e Administração)
 Engª Isabel Araújo Ferreira - Consultora
 Dra. Leonor Vasconcelos Ferreira - Professora (Instituto Superior de Economia e Gestão)
 Dra. Isabel Figueiredo - Sindicalista (Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações)
 Rosário Fonseca - Jornalista (TVI)
 Dr. José Fontes - Consultor
 José Carlos Freitas - Jornalista (Gazeta dos Desportos)

Dra. Maria José Garrido - Jornalista (TVI)

Dr. José Gaspar - Professor (Instituto Politécnico de Portalegre)

Dr. Rui Gomes - Professor (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação)

Dra. Teresa Santa Clara Gomes - Deputada (Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Dr. José Manuel Henriques - Professor (Instituto Superior de Economia e Gestão)

Dr. Artur Jorge - Treinador de futebol (Sport Lisboa e Benfica)

José Luís Judas - Presidente da Câmara Municipal de Cascais

Carlos Lisboa - Basquetebolista profissional (Sport Lisboa e Benfica)

Dr. Luís Lopes - Técnico de Recursos Humanos (Portugal Telecom)

Arqtº Adriano Lucas - Administrador (CPU Consultores)

Dra. Leonor Sá Machado - Administradora (Grupo Renova)

Maluda - Pintora

João Querido Manha - Jornalista (Record)

Dra. Margarida Marante - Jornalista (SIC)

Alberto Marques - Assessor do Secretário de Estado do Turismo

Dr. José Maria Marques - Director de Auditoria (Banco Pinto & Sotto Mayor)

Dra. Helena Matos - Jornalista («Máxima» e Rádio Comercial)

Engº Carlos Melancia - Empresário

Dr. António Mendes - Director de Serviço de Formação Profissional (TAP)

Dr. António Marques Mendes - Relações Públicas (Banco Mello)

Dr. António Perez Metelo - Jornalista (SIC)

Dr. João Transmontano Miguéns - Presidente da Câmara Municipal de Portalegre

Carlos Alberto Moniz - Cantor e Apresentador de televisão (RTP)

Idália Moniz - Directora Musical

Francisco Nicholson - Actor e Administrador da Sociedade Portuguesa de Autores

Dr. João Sedas Nunes - Professor (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Engº José António Vidal de Oliveira - Administrador (Euroteste)

Dr. José Manuel Carvalho de Oliveira - Professor (Instituto Superior de Novas Profissões)

Professor Engenheiro Marco António Monteiro de Oliveira - Professor (Faculdade de Economia / Universidade Nova de Lisboa)

Helena Sanches Osório - Jornalista («O Independente»)

Dr. Jorge Pais - Empresário

Dr. Eduardo Picado - Advogado

Engº Carlos Pimenta - Eurodeputado (Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata)

Professor Doutor Francisco Lucas Pires - Eurodeputado (Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu)

Catarina Portas - Jornalista (RTP e Diário de Notícias)

Miguel Portas - Jornalista (Expresso)

Miguel Prates - Jornalista (RTP)

Dr. Carlos Queiroz - Treinador de futebol (Sporting Club de Portugal)

Dr. Américo Ramalho - Relações Públicas (Director de Departamento da CP)

Dr. António Cagica Rapaz - ex-futebolista profissional; técnico superior da TAP

Professor Doutor Luís Reto - Professor (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Octávio Ribeiro - Jornalista (TVI)

Pedro Ribeiro - Jornalista (Rádio Comercial)

Doutor Sérgio Ribeiro - Eurodeputado (Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português)

Dr. Manuel Rocha - Consultor (Fundo de Turismo)

Professor Doutor Adriano Rodrigues - Professor (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas)

Dr. Rui Romano - Jornalista (RTP)

António Roquete - Treinador da Selecção Nacional de Judo

Dr. Henrique Barrilaro Ruas - Professor (Instituto Superior de Novas Profissões)

Dr. Alfeu Pimentel Saraiva - Director Financeiro (Companhia Portuguesa Radio Marconi)

Dra. Maria João Seixas - Produtora e Apresentadora de televisão (RTP)

Dr. David Sequeira - Jornalista (Gazeta dos Desportos)

Dr. Sidónio Serpa - Professor (Faculdade de Motricidade Humana)

Dr. António Castro Serrão - Professor (Universidade Católica de Lisboa)

Dra. Manuela Serrão - Consultora de Publicidade e Professora

Dr. Joaquim Miranda da Silva - Eurodeputado (Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português)

Dr. José Sancho Silva - Director de Serviço de Estatísticas e Inquéritos (Direcção-geral do Turismo)

Dr. Nuno Silveira - Relações Públicas (Força Aérea Portuguesa)

Dr. José António Viegas Soares - Professor (Escola Superior de Comunicação Social)

Dr. José Carlos de Sousa - Professor (Universidade Católica de Lisboa)

Carolino Tapadejo - Vereador da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Fernando Tordo - Cantor

Ana Zanatti - Actriz

ANEXO II

O MÉTODO DE CLAWSON

(Avaliação do benefício marginal dos visitantes de um equipamento de recreação)

O chamado «método de Clawson» é o instrumento de avaliação da rentabilidade económica dos equipamentos de recreação mais citado na bibliografia temática. A sua apresentação foi feita há já quase quarenta anos,¹ nos termos que em seguida resumimos.

Consideremos cinco aglomerados hipotéticos (de A a E, sucessivamente mais afastados), que constituem o mercado potencial de um equipamento de recreação. A cada um destes aglomerados foi afectado um «custo de visita», que se relaciona com a distância ao equipamento; por sua vez, desses custos resulta a presunção de «*ratios* de visitantes *per capita*», os quais, multiplicados pelas respectivas populações, permitem calcular o número de visitantes assim gerados (Quadro Anx II. 1.).

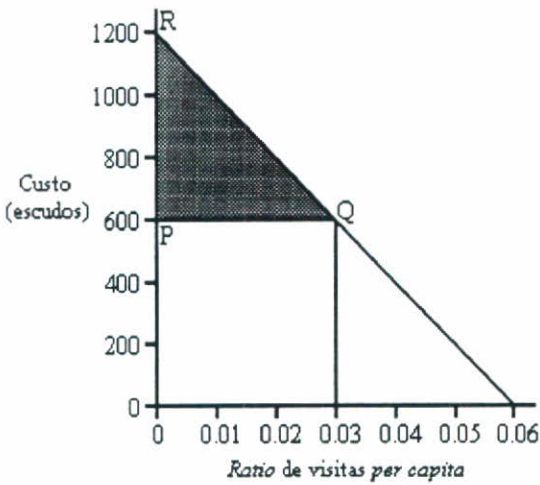
Quadro Anx II.1. - Mercado potencial de um equipamento de recreação. Relação entre a distância e os visitantes.

Aglomerado	Custo da visita	Ratio visit. <i>per capita</i>	População	Total de visitas
A	200\$00	0.05	1000	50
B	400\$00	0.04	2000	80
C	600\$00	0.03	3000	90
D	800\$00	0.02	2000	40
E	1000\$00	0.01	1000	10
TOTAL			9000	270

A partir deste quadro elaborámos a figura Anx II.1., na qual se pode ver que 1200\$00 seria o máximo custo de visita admissível e 0.06 o máximo *ratio* de visitantes *per capita*, a custo nulo.

¹CLAWSON, M. (1959) - Methods of measuring the demand for and value of outdoor recreation. Washington D.C., Resources for the future.

Figura Anx II.1. - Relação entre os custos e os *ratios* de visitas *per capita**



* ver Quadro Anx II.1.

No caso do aglomerado C, o gasto *per capita* é de 18\$00 ($600\00×0.03), e o gasto total é de 54000\$00 ($18\00×3000). O benefício marginal *per capita* neste aglomerado, ou seja, a diferença entre aquilo que um visitante estaria disposto a pagar e o que lhe é, de facto, exigido, é reproduzido pela área sombreada PQR, num valor de 9\$00 ($0.03 \times 600\$00 / 2$), pelo que o benefício marginal global é de 27000\$00 ($3000 \times 9\00). Seguindo o mesmo princípio, podemos calcular os benefícios marginais para os restantes aglomerados (Quadro Anx II.2.).

Quadro Anx II.2. - Benefícios marginais globais, por aglomerado*

Aglomerado	Benefícios marginais
A	25000\$00
B	32000\$00
C	27000\$00
D	8000\$00
E	1000\$00
TOTAL	93000\$00

* ver Quadro Anx II.1.

Os dados constantes no quadro Anx II.1. partem de um determinado cálculo de custos, que não inclui uma taxa de admissão. Que efeito teria na procura uma taxa de 200\$00? O quadro Anx II.3. responde a esta pergunta.

Quadro Anx II.3. - Projecção dos efeitos na procura da inclusão de uma taxa de admissão *

Aglomerado	Custo da visita	Ratio visit. per capita	População	Total de visitas
A	400\$00	0.04	1000	40
B	600\$00	0.03	2000	60
C	800\$00	0.02	3000	60
D	1000\$00	0.01	2000	20
E	1200\$00	0.00	1000	0
TOTAL				180

* ver Quadro Anx II.1. - Taxa de admissão = 200\$00

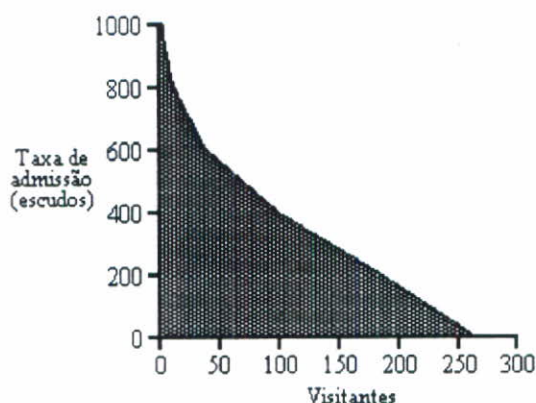
O quadro Anx II.4., e a partir dele a figura Anx II.2., mostram a variação do número de visitantes em função de vários custos hipotéticos da taxa de admissão.

Quadro Anx II.4. - Variação do número de visitantes conforme o valor da taxa de admissão *

Taxa de admissão	Visitantes
0	270
200\$00	180
400\$00	100
600\$00	40
800\$00	10
1000\$00	0

* ver Quadros Anx II.1. e Anx II.3.

Figura Anx II.2. - Variação do número de visitantes conforme o valor da taxa de admissão *



* ver quadro Anx II.4.

Com o «método de Clawson» podemos obter muitas informações importantes para a avaliação económica de equipamentos de recreação, quer se trate da maximização do lucro de empresas privadas quer da justiça social de investimentos públicos. Contudo, como é natural, ele também merece algumas reservas.

As primeiras dúvidas assentam no tipo de dados utilizados e nas formas da sua recolha. Será que este método serve a todas as escalas de análise? Como é que se definem os núcleos, ou aglomerados? Que critérios devemos seguir para determinar a distância a que cada um deles é referenciado em relação ao equipamento? Quantas pessoas viajam em cada automóvel, ou noutro meio de transporte? Que tipo de despesas devem ser consideradas? Como se pode discernir uma visita a um equipamento de recreação eventualmente inserida numa viagem com objectivos mais amplos? São muitas perguntas para as quais a bibliografia que consultámos não forneceu resposta objectiva.

Mais adiante na metodologia, quando se ensaiam alterações nas taxas de admissão e se considera que, para aglomerados a diferentes distâncias, um mesmo custo gera um *ratio* de visitantes *per capita* igual, isso corresponde a uma subavaliação do efeito das deslocações. Se quisermos avançar mais nesta dúvida podemos também questionar o valor que as pessoas atribuem ao tempo gasto nas deslocações, o qual pode variar entre o prazer e o sacrifício tolerado; a não incorporação de indicadores de subjectividade e de caracterização social e cultural, é, aliás, a maior fraqueza deste método.

ANEXO III
INQUÉRITO À PRÁTICA DESPORTIVA
DISTRITO DE PORTALEGRE (1995)

PARTE I - RASTREIO DOS PRATICANTES

A) IDADE

- | | |
|-----------------|--------------------------|
| até aos 19 anos | <input type="checkbox"/> |
| de 20 a 44 anos | <input type="checkbox"/> |
| de 45 a 64 anos | <input type="checkbox"/> |
| 65 anos ou mais | <input type="checkbox"/> |

B) SEXO

- | | |
|-----------|--------------------------|
| masculino | <input type="checkbox"/> |
| feminino | <input type="checkbox"/> |

C) OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

- | | |
|--|--------------------------|
| operário agrícola | <input type="checkbox"/> |
| operário industrial | <input type="checkbox"/> |
| trabalhador do comércio ou serviços | <input type="checkbox"/> |
| empresário ou profissional liberal | <input type="checkbox"/> |
| estudante / reformado / desempregado / doméstica | <input type="checkbox"/> |

D) PRÁTICA REGULARMENTE ALGUM DESPORTO?

- | | |
|-----|--------------------------|
| sim | <input type="checkbox"/> |
| não | <input type="checkbox"/> |

Se não pratica, qual a razão?

INQUÉRITO À PRÁTICA DESPORTIVA DISTRITO DE PORTALEGRE (1995)

PARTE II - QUALIFICAÇÕES DA PRÁTICA

A) QUAL A ACTIVIDADE FÍSICA / DESPORTO QUE PRATICA?

B) COMO PRATICA ESSA ACTIVIDADE FÍSICA / DESPORTO?

num clube desportivo	<input type="checkbox"/>
com amigos	<input type="checkbox"/>
com colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>
na escola	<input type="checkbox"/>
individualmente	<input type="checkbox"/>

C) QUAL O OBJECTIVO DA PRÁTICA?

manutenção física	<input type="checkbox"/>
divertimento	<input type="checkbox"/>
competição	<input type="checkbox"/>

D) AS INFRAESTRUTURAS LOCAIS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA SÃO:

boas	<input type="checkbox"/>
suficientes	<input type="checkbox"/>
más	<input type="checkbox"/>

No caso de serem más, quais as melhorias a fazer?

E) SE NÃO TIVESSE QUAISQUER LIMITAÇÕES DE RECURSOS (TEMPO, DINHEIRO, ETC.), QUE ACTIVIDADE FÍSICA / DESPORTO GOSTARIA DE PRATICAR?

BIBLIOGRAFIA

NOTA PRÉVIA

A pesquisa bibliográfica que realizámos mostrou que as obras especificamente dedicadas ao estudo do lazer são em número relativamente escasso, facto que é reconhecido internacionalmente mas que em Portugal é agravado pela falta de tradição e prática do tema;¹ em contrapartida, fomos confrontados com um vastíssimo e variado conjunto de contribuições afins, perante as quais nos deparámos com grandes dificuldades de escolha e de tratamento. Verificámos, também, uma clara predominância dos contributos de sociólogos, bem como uma grande irregularidade na sequência temporal deste tipo de produção científica, na qual importa relevar o apogeu dos anos 50/60 e a maior pobreza dos anos mais recentes.²

A lista bibliográfica de textos científicos (livros e revistas) que apresentamos é o resultado de um critério de selecção largo, em que também esteve presente a intenção de divulgar alguns trabalhos porventura pouco conhecidos. Como se verá, para cada título incluído elaborámos um pequeno texto de apresentação, enquadrado pelo objectivo que presidiu à sua leitura. Os dicionários e enciclopédias, os textos de carácter religioso e os relatórios de instituições são apresentados de forma autónoma.

Cabe também uma justificação para o facto de termos utilizado os idiomas originais (ou a tradução a que tivémos acesso) na transcrição dos textos citados; seguimos esta opção por pensarmos que ela em nada dificultaria a compreensão do público-alvo a que nos destinamos, pelo que não havia razão para correremos o risco de desvirtuar o sentido das ideias expressas.

¹ *"Desgraciadamente no existe abundancia de información en este terreno, y a primera vista resulta sorprendente que el ocio y los temas con él relacionados tengan tan poca literatura científica o de ensayo, incluso entre las publicaciones especializadas en temas sociológicos. En lo relativo a estadísticas fiables la situación es mucho mas grave."*[CASTILLA; DIAZ (1987), pp. 54-55] *"(...) É fácil de concluir que, entre nós, o debate sobre as implicações da evolução tecnológica no mundo do trabalho se encontra ainda numa fase incipiente, quando comparado com o que se tem vindo a assistir nos países tecnologicamente mais avançados. Prevê-se, contudo, um aprofundamento do mesmo, à medida que se for avançando no reforço da componente tecnológica da economia portuguesa."*[RIBEIRO (1991), pp. 96-97]

² NETO (1992), em outra investigação recente de âmbito académico, chegou rigorosamente à mesma conclusão.

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

- Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** São Paulo, Mirador Internacional, 1980.
- Dicionário Corona.** Madrid, Editorial Everest, s.d.
- Dicionário da Língua Portuguesa** (Cândido de Figueiredo). Lisboa, Livraria Bertrand, s.d.
- Dicionário de Provérbios** - Helena Maria Quintão Duarte Silva; José Luís Quintão. Lisboa, Escher Publicações, 2ª ed., 1990.
- Dicionário de Provérbios, Locuções e Ditos Curiosos** - R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1974.
- Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro Lello Universal.** Porto, Lello e irmão, 1978.
- Dictionnaire de la Langue Française Le Grand Robert** (Paul Robert, rev. de Alain Rey). Paris, Dictionnaires Le Robert, 1992.
- Dictionnaire de Proverbes et Dictons** - Florence Montreynaud; Agnès Pierron; François Suzzoni. Paris, Le Robert, 1980.
- Dictionnaire du Français Moderne** (Maurice Remy). Paris, Hatier, 1969.
- Encyclopædia Britannica.** London, Encyclopædia Britannica, 15ª ed., 1978.
- Encyclopædia Universalis.** Paris, Encyclopædia Universalis France, 10ª ed., 1976.
- Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales.** Madrid, Aguilar Ediciones, 1979.
- Enciclopédia Mirador Internacional.** São Paulo, Encyclopædia Britannica do Brasil Publicações, 1979.
- Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana.** Madrid, Espasa-Calpe, 1979.
- Gran Enciclopedia del Mundo.** Bilbao, Durvan, 1975.
- Gran Enciclopedia Rialp.** Madrid, Ediciones Rialp, 1984.
- Grande Dicionário da Língua Portuguesa** (Sociedade de Língua Portuguesa, Coordenado por José Pedro Machado). Algés, Euro-Formação, 1989.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.** Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1960/73.

La Grande Encyclopedie Larousse. Paris, Librairie Larousse, 1974.

Leisure management A to Z. A Dictionary of terms - George Torkildsen. Harlow, Longman, 1994.

Lexis Dictionnaire de la Langue Française. Paris, Librairie Larousse, 1975.

Longman Webster English College Dictionary. London, Longman, 1984.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986.

Proverbes, Sentences et Maximes - Maurice Maloux. Paris, Librairie Larousse, 1980.

The Dictionary of Human Geography - R. J. Johnston et alli. Oxford, Blackwell, 3ªed. 1994.

The Oxford Dictionary of English Etymology. Oxford, University Press, 1979.

The Oxford English Dictionary. Oxford, Oxford University Press, 1978.

The Shorter Oxford English Dictionary. Oxford, Oxford University Press, 1973.

OBRAS DE CARÁCTER RELIGIOSO

TEXTOS SAGRADOS

A Bíblia - várias edições.

Bahá'u'lláh - Biografia e textos do líder espiritual da Comunidade Bahá'í. Lisboa, Editora Bahá'í de Portugal, 1992.

O Bhagavad-Gītā (Como Ele É) - Texto Sagrado da Religião Hindu, escrito por Sri Krsna; traduzido e comentado por Swami Bhaktivedanta. São Paulo, The Bhaktivedanta Book Trust, 1971 (1ª ed. em Português).

O Corão - várias edições.

ENCICLOPÉDIAS

Encyclopédie de L'Islam. Paris, G.P. Maisonneuve & Larose, 1975.

New Catholic Encyclopedia. New York, Mc Graw Hill, 1967.

The Encyclopedia of Religion. New York, MacMillan Publishing Company, 1987.

LIVROS E REVISTAS

A.A.V.V. (1991) - A Promessa da Paz Mundial. Mensagem da Casa Universal da Justiça. Lisboa, Editora Bahá'í de Portugal.

Pequeno livro de divulgação da religião Bahá'í, editado originalmente pela sua autoridade máxima ao nível mundial.

CHEBEL, Malek (1993) - L'imaginaire arabo-musulman. Paris, P.U.F.

Obra de carácter geral sobre a religião islâmica e a sua importância na organização da vida social dos crentes.

CUADRON, Alfonso A. (ed.) (1993) - Manual de Doctrina Social de la Iglesia. Madrid, Fundacion de Autores Cristianos.

Obra colectiva dedicada à história da Doutrina Social da Igreja Católica.

FERNANDEZ RODRIGUEZ, Fernando (ed.) (1987) - Estudios sobre la Enciclica *Laborem Exercens*. Madrid, La Editorial Catolica.

Conjunto interdisciplinar de vinte e cinco textos interpretativos da Carta Encíclica *Laborem Exercens*, escrita por S.S. o Papa João Paulo II, em 1981.

GUIX, José Maria (1993) - El trabajo humano, in **CUADRON, Alfonso A. (ed.)** - Manual de Doctrina Social de la Iglesia, pp.425-448. Madrid, Fundacion de Autores Cristianos.

Ensaio sobre as formas de interpretação do valor do trabalho na Bíblia e na Doutrina Social da Igreja.

JOÃO PAULO P.P. II (1981) - *Laborem Exercens*, Carta Encíclica sobre o trabalho humano. Braga, Editorial A.O.

Carta Encíclica que debate a relação do Homem com o trabalho, nos contextos económico e espiritual.

RODGER, Charles; MacLAREN, Drosten (1989) - The Social Teachings of Vatican II. Oxford, Plater Publications.

Livro que interpreta as conclusões do Concílio Vaticano II em matéria social, no quadro da Doutrina Social da Igreja Católica.

STILWELL, Peter (ed.) (1987) - Caminhos da Justiça e da Paz - Doutrina Social da Igreja. Lisboa, Rei dos Livros.

Obra de síntese sobre a Doutrina Social da Igreja Católica; reúne os seus dezassete textos fundamentais, desde a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891). Todos os textos incluídos têm resumos e comentários, bem como um índice remissivo por assuntos.

RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS

BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL/BIT (1995a) - L'emploi dans le monde. Genève, BIT.

BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL/BIT (1995b) - Le travail dans le monde. Genève, BIT.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1993) - Crescimento, Competitividade, Emprego - Os desafios e as pistas para entrar no século XXI. Livro Branco. Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais da Comissão Europeia.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995a) - La situation démographique dans l'U.E., 1994. Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais da Comissão Europeia.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1995b) - O emprego na Europa. Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais da Comissão Europeia.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO/CCRA (1993) - Contributo Regional para o P. D. R.. Évora, CCRA

COMISSÃO PARA O ANO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA (1993) - Situação actual da família portuguesa. Lisboa, Direcção-geral da Família.

COMMISSION ÉCONOMIQUE POUR L'EUROPE-ONU (1988) - La planification de l'espace pour les loisirs et le tourisme dans les pays de la C.E.E.. New York, Nations Unies.

DIRECÇÃO-GERAL DOS DESPORTOS/DGD (1987) - Atlas Desportivo Nacional. Carta dos Espaços Naturais de Recreio, Desporto e Turismo. Lisboa, DGD (em colaboração com a Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais e com o Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza).

DIRECÇÃO-GERAL DOS DESPORTOS/DGD (1988) - Atlas Desportivo Nacional. Carta da Procura da Prática Desportiva e Recreativa. Lisboa, DGD.

DIRECÇÃO-GERAL DOS DESPORTOS/DGD (1990) - Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo. Lisboa, DGD.

EUROSTAT (1995a) - Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales. 1995-1. Luxembourg, Eurostat.

- EUROSTAT (1995b)** - Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales. 1995-4. Luxembourg, Eurostat.
- EUROSTAT (1995c)** - Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales. 1995-6. Luxembourg, Eurostat.
- EUROSTAT (1995d)** - Statistiques en Bref, Population et Conditions Sociales. 1995-9. Luxembourg, Eurostat.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO/IED (1993)** - Portugal: valores europeus e identidade cultural. Lisboa, IED.
- OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO/OIT (1995)** - Anuario de Estadísticas del Trabajo. Ginebra, OIT.
- ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE/OCDE (1994)** - L'Étude de L'OCDE sur l'emploi. Paris, OCDE.
- ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE/OCDE (1995)** - Perspectives économiques de l'OCDE, n° 57. Paris, OCDE.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD (1994)** - Relatório do Desenvolvimento Humano. New York, PNUD.
- UNITED NATIONS (1994)** - World Economic and Social Survey. New York, United Nations.

LIVROS E REVISTAS

A.A.V.V. (1981) - *Regional Studies*, 15.

Número temático dedicado à Geografia do turismo e lazer. Contém artigos de âmbito variado que, no seu conjunto, constituem um bom painel das perspectivas geográficas sobre esta matéria.

A.A.V.V. (1983) - *Norois*, 120.

Número temático dedicado à Geografia do lazer. Contém alguns artigos de âmbito teórico e outros que investigam um tema específico e/ou uma região.

A.A.V.V. (1984) - *Geojournal*, vol.9, 1.

Número temático dedicado à Geografia do turismo e lazer. Reune 16 artigos acerca da situação deste ramo da Geografia noutros tantos países.

A.A.V.V. (1989) - Les Geographes et le Tiers Temps. Paris, Annales Littéraires de L'Université de Besançon, *Cahiers de Géographie*, nº 30.

Estudos de casos sobre a problemática do lazer. Alguns bons exemplos do tipo de abordagem que os geógrafos têm feito a este tema.

A.A.V.V. (1990) - Leituras do tempo. Actas do Seminário "História, Filosofia, Biologia, Literatura, Política e Economia do Tempo," Lisboa, 1988. Lisboa, Universidade Internacional.

Livro de actas que, como o próprio título do seminário sugere, inclui perspectivas muito variadas sobre o tempo, nomeadamente as formas de o conceber, medir, valorizar e utilizar.

A.A.V.V. (1991) - Perspectivas Cristãs do Trabalho e Realidade Portuguesa / Jornadas Diocesanas'90 - Lisboa. Lisboa, Rei dos Livros.

Livro de actas que resulta num amplo painel interdisciplinar sobre o valor do trabalho e o entendimento cultural do uso do tempo.

A.A.V.V. (1993a) - National Atlas of Sweden (Work and leisure). Stockholm, Almqvist & Wiksell International.

Atlas científico que contém um volume dedicado ao estudo do uso do tempo pela população sueca. É de realçar a excelente ilustração utilizada.

A.A.V.V. (1993b) - *Méditerranée*, Tome 77, 1.2, Thème 2, «Les espaces de loisir et le tourisme périurbain».

Bloco temático de seis artigos, todos eles estudos de casos acerca da ocupação de espaços para lazer nas periferias de grandes metrópoles.

A.A.V.V. (1994) - New routes for leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, 1992. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Livro de actas de um congresso de sociólogos, que traduz o essencial da reflexão disciplinar recente sobre esta problemática.

A.A.V.V. (1995) - *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43.

Número temático dedicado ao Turismo, Cultura e Lazer, o que é um caso raro na produção bibliográfica nacional. Contém seis artigos, de âmbito sociológico ou antropológico, com objectivos científicos diversos.

AFSA, Cédric; MARCHAND, Olivier (1990) - Durée du travail: uniformisation ou éclatement? *Economie et Statistique*, nº 231, pp. 7-18.

Artigo sobre a duração das jornadas laborais. Relata a evolução média internacional, mas também destaca vários casos particulares.

AMARO, Rogério Roque (1991) - Trabalho e Desenvolvimento Integral, in **A.A.V.V.** - Perspectivas Cristãs do Trabalho e Realidade Portuguesa / Jornadas Diocesanas'90 - Lisboa, pp.55-68. Lisboa, Rei dos Livros.

Estudo em que se analisam as contradições entre o modelo económico vigente e a possibilidade de o trabalho contribuir para a valorização global do Homem.

ANDERSON, Nels (1961) - Work and Leisure. London, Routledge & Kegan Paul.

Obra de referência de um dos autores mais importantes na fase de emancipação da Sociologia do lazer.

ASCÓN, Rosa et alli (1989) - Geografia (vol.3) Trabajo, producción y espacio industrial. Barcelona, Editorial Crítica.

Livro geográfico de carácter geral que contém um capítulo dedicado ao *Trabajo, Tiempo libre y Ocio* (pp.15-23), no qual se destaca uma análise histórica do valor do uso do tempo nas sociedades primitivas, industriais e pós-industriais.

BALE, John (1989) - Sports Geography. London, E.&F.N. Spon.

Livro bastante abrangente, com características de manual escolar. Faz uma boa síntese do trabalho dos geógrafos sobre este tema.

BARCET, André (1987) - Tertiarisation de l'économie, marché du travail et emplois. *Économie & Humanisme*, nº 295, pp. 44-53.

Estudo sobre as transformações recentes da divisão internacional do trabalho. A terciarização do emprego nos «países desenvolvidos».

BAUDRILLARD, Jean (1981) - A sociedade de consumo. Lisboa, Edições 70. (La Société de Consommation, 1970)

Livro que faz uma acesa crítica ao consumismo nas sociedades modernas. Merece especial atenção o capítulo sobre *O drama do lazer ou a impossibilidade de perder tempo*, no qual se estabelece um paralelo entre a evolução quantitativa e qualitativa do tempo de lazer.

BENTHIEN, Bruno (1984) - Recreational Geography in the German Democratic Republic. *Geojournal*, vol. 9, 1, pp. 59-63.

A Geografia do lazer vista como uma derivação da Geografia do Turismo e tendo como principal objectivo o estudo de impactos ambientais provocados por estas actividades.

BEVINS, Malcolm I. (1979) - Private Recreation Enterprise Economics, in **CARLTON, Len (ed.)** - Land & Leisure, pp. 235-243. London, Methuen.

Guia de aconselhamento para as empresas privadas que trabalham ou queiram trabalhar no domínio da recreação e lazer, no qual se discutem os principais factores de risco e de sucesso neste tipo de actividades.

BLOCH-LONDON, Catherine (1990) - Les enjeux de la durée du travail. *Economie et Statistique*, nº 231, pp. 19-32.

Análise da duração das jornadas de trabalho. Exemplos de França e comparações com outros países europeus.

BONNEAU, Michel (1983) - L'analyse géographique des loisirs. *Norois*, 120, pp. 479-480.

Texto de abertura de um número de revista integralmente dedicado à Geografia do lazer. Faz uma avaliação da produção disciplinar nesta matéria.

BOUET, Michel (1968) - Signification du Sport. Paris, Éditions Universitaires.

Livro sobre a história do desporto, os tipos de actividade desportiva e os factores de diferenciação da população perante o desporto.

BRAMHAN, Peter (ed.) (1989) - Leisure and urban processes. London, Routledge.

Colectânea de artigos que vale, sobretudo, pela possibilidade de comparar estudos sobre o lazer em cidades da Europa Ocidental e do Sul.

CALDEIRA, Maria José (1995) - Residência secundária na Área Metropolitana de Lisboa - Outros espaços, outras vivências. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).

Para além de uma síntese teórica sobre o fenómeno das residências secundárias, esta investigação apresenta os resultados de inquéritos sobre este assunto realizados em três localidades da Área Metropolitana de Lisboa.

CARLTON, Len (ed.) (1979) - Land & Leisure. London, Methuen.

Colectânea interdisciplinar de artigos sobre os aspectos territoriais do uso do tempo de lazer, nos quais prevalece uma visão funcionalista.

CASTILLA, Adolfo; DIAZ, José António (1986) - Civilización del ocio y sociedad de la informacion. *Telos*, 6, pp. 56-60.

Pequeno artigo em que se faz uma crítica à existência autónoma da Sociologia do lazer. Poderão ser as novas tecnologias, em geral, e as de informação, em particular, potenciais geradoras de soluções para o problema do desemprego?

CASTILLA, Adolfo; DIAZ, José António (1987) - El ocio en la sociedad post-industrial. *Telos*, 8, pp. 53-67.

Artigo em que se nega a possível emergência de uma sociedade do lazer, porque também se nega a partição dicotómica do tempo de trabalho/não-trabalho.

CHESNEL, Marc (1992) - L'exercice local des loisirs dans les villes moyennes: l'exemple du Poitou-Charentes. *Noréis*, 156, pp. 423-438.

Comparação entre as infraestruturas disponíveis para o lazer em quatro cidades médias. A importância destes equipamentos na valorização urbana.

CHOMBART DE LAUWE, Paul Henry (1977) - La vie quotidienne des familles ouvrières. Paris, Centre National de Recherche Scientifique, 3ª ed. (1ª ed., 1956).

Estudo de carácter empírico sobre o dia-a-dia das famílias operárias em França. Dá particular destaque às práticas de consumo e hábitos de vida.

CHUBB, Michael; CHUBB, Holly R. (1981) - One third of our time? An introduction to recreation behaviour and resources. New York, John Wiley.

Livro sobre a evolução histórica da valorização e uso do tempo de lazer. Os recursos disponíveis para o lazer e as formas da sua mobilização.

COPPOCK, J.T. (1980) - Geography yesterday and tomorrow. Oxford, Oxford University Press.

Livro geográfico de âmbito geral que contém um capítulo (*The Geography of leisure and recreation*, pp. 263-279) dedicado ao balanço deste ramo disciplinar.

COPPOCK, J.T. (1982) - The Geographical contributions to the study of leisure. *Leisure Studies*, vol. 1, nº 1, pp. 1-27.

Artigo que faz uma síntese das interpretações geográficas do tema do lazer.

CRESPO, Jorge (1990) - A História do Corpo. Lisboa, Difel.

Livro em que se debate a imagem que o Homem faz de si próprio, através do corpo. Está referenciado a Portugal, no período final do Antigo Regime.

CUVILLIER, Roland (1981) - Vers la réduction du temps de travail? Genève, Bureau International du Travail.

Embora já com alguns anos, este estudo faz uma análise bastante completa da problemática da repartição do tempo de trabalho e de não-trabalho, bem como das consequências sociais e económicas do pressuposto aumento do tempo livre.

DARE, Byron; WELTON, George; COE, William (1987) - Concepts of leisure in western thought - a critical and historical analysis. Dubuque, Kendall Hunt.

Análise histórica do valor cultural do tempo de lazer. Atribui particular destaque aos autores clássicos gregos e romanos, bem como às referências que chegam do Protestantismo e do Marxismo.

DEEM, Rosemary (1988) - Work, unemployment and leisure. London, Routledge.

Estudo que debate várias hipóteses de evolução para os tempos de trabalho e de lazer. Faz uma comparação entre atitudes optimistas, pessimistas e as que nem sequer antevêem nenhuma mudança fundamental.

DESPAX, Michel (1986) - Le droit du travail. Paris, P.U.F. (1ª ed., 1967)

Pequeno livro que sistematiza o percurso histórico deste ramo do direito, fazendo referência a algumas datas e factos fundamentais.

DI NALLO, Egeria (1992) - Turismo: dalla vacanza all'*otium*. *Sociologia Urbana e Rurale*, 38, pp. 77-84.

Artigo de âmbito geral sobre as diversas formas de repartir e usar o tempo.

DIENOT, Josy (1983) - L'approche géographique du loisir quotidien. *Noréis*, 120, pp. 491-496.

Artigo integrado num número temático dedicado ao estudo do lazer. Propõe uma definição para o objecto teórico deste ramo da Geografia.

D'IRIBARNE, Alain (1981) - Technologie, travail et emploi. *Économie & Humanisme*, nº 259, pp. 74-78

Artigo que debate a inter-relação entre a tecnologia, o trabalho e o emprego. A tecnologia como parte de um sistema e não como variável independente.

DRIVER, B.L.; BROWN, Perry J.; PETERSON, George L. (ed.) (1991) - Benefits of leisure. Venture, State College.

Colectânea de artigos com uma grande variedade de proveniências disciplinares e, por isso mesmo, bastante completa na avaliação dos diferentes tipos de benefícios do lazer.

DUMAZEDIER, Joffre (1962) - Vers une civilisation du loisir? Paris, Seuil.

Livro clássico na bibliografia do autor e da Sociologia do lazer. Interpreta, com alguma precocidade, o rumo das transformações sociais decorrentes da incorporação galopante de novas tecnologias na produção.

DUMAZEDIER, Joffre (1979) - Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo, Perspectiva. (Sociologie Empirique du Loisir, 1974)

Com o propósito de chegar a um "Quadro de Referência e Método" (cap. 5) para os estudos empíricos do lazer, o autor desenvolve, primeiro, quatro capítulos sobre o conceito de lazer e sobre a evolução dos modos de o perceber e analisar.

DUMAZEDIER, Joffre (1988) - Révolution culturelle du temps libre 1968/1988. Paris, Méridiens Klincksieck.

Livro que faz a síntese do pensamento deste autor fundamental na Sociologia do lazer. Estuda o valor social do trabalho e do lazer, e problematiza a ocupação do tempo livre nos diferentes grupos etários.

DUMAZEDIER, Joffre; RIPERT, Aline (1966) - Loisir et culture. Paris, Éditions du Seuil.

Estudo de carácter empírico sobre os hábitos dos franceses na ocupação do tempo de lazer. Vale, sobretudo, pela ampla discussão de aspectos metodológicos.

DUNNING, Eric; ROJEK, Chris (ed.) (1992) - Sport and leisure in the civilizing process - critique and counter-critique. Basingstoke, Mac Millan.

Colectânea de artigos dedicados à evolução do conceito de desporto e das motivações da prática desportiva.

ELIAS, Norbert (1989/1990) - O processo civilizacional (1º e 2º Vol.). Lisboa, Publicações D. Quixote. (Über den Prozess der Zivilisation, 1939)

Livro que faz uma retrospectiva histórica da génese dos hábitos e dos comportamentos sociais. Sendo uma obra de carácter geral, o lazer aparece de uma forma integrada, como aliás é característica deste autor.

FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo Brito; NEVES, António Oliveira das (1994) - Repensar as cidades de média dimensão. *Análise Social*, vol. XXIX, pp. 1123-1147.

Artigo em que se debate o futuro das redes urbanas, entre a força atractiva das grandes metrópoles e os argumentos das cidades de pequena e média dimensão.

FRIEDMANN, Georges (1947) - Problèmes humains du machinisme industriel. Paris, Galimard.

Livro que é uma das primeiras referências de um autor bastante crítico das práticas de trabalho monótonas e pouco motivadoras que decorrem da mecanização industrial.

FRIEDMANN, Georges (1956) - Le travail en miettes: spécialisation et loisirs. Paris, Gallimard.

Livro que atribui uma grande importância cultural ao trabalho, e que por isso se preocupa com os efeitos negativos do «trabalho em cadeia».

FRIEDMANN, Georges (1970) - La puissance et la sagesse. Paris, Gallimard.

Livro de carácter geral acerca da evolução da cultura humana. As fontes religiosas e políticas da cultura. A intervenção da ciência na vida humana. As formas de organização do poder.

FRIEDMANN, Georges (1981) - O futuro do trabalho humano. Lisboa, Moraes. (Où va le travail humain?, 1950).

Na mesma linha de *Problèmes humains du machinisme industriel* e *Le travail en miettes*, este título é um dos mais conhecidos deste autor na sua crítica ao «maquinismo» ou «trabalho em cadeia».

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre (ed.) (1970) - *Traité de Sociologie du Travail* (II Vol.). Paris, Armand Colin (1ª ed. 1962).

Tratado geral sobre o trabalho: formas do seu exercício e grupos profissionais; incorporação de novas tecnologias e reorganização das empresas e sistemas de produção; valores e atitudes associadas ao trabalho.

GALBRAITH, John Kenneth (1962) - *A sociedade da abundância*. Lisboa, Livraria Sá da Costa (*The Affluent Society*, 1953).

Livro que promove uma reflexão acerca da validade dos modelos económicos e sociais em que se baseiam as sociedades capitalistas avançadas, uma vez que estes foram construídos para situações de pobreza que entretanto foram sendo ultrapassadas.

GALBRAITH, John Kenneth (1973) - *O novo estado industrial*. Lisboa, Publicações D. Quixote. (*The new industrial state*, 1967).

Obra que dá continuidade a *The Affluent Society*, desta vez centrada nas transformações económicas e sociais provocadas pelo crescimento da produção industrial.

GALBRAITH, John Kenneth (1985) - *Anatomie du Pouvoir*. Paris, Seuil. (*The Anatomy of Power*, 1983)

Livro sobre as diversas fontes e formas de exercício do poder, bem como sobre as relações que se estabelecem entre elas e os seus reflexos nos modos de organização social.

GAMA, António (1988) - *Notas para uma geografia do tempo livre*. *Cadernos de Geografia*, 7, pp. 203-217, Coimbra.

A relação entre o espaço e as formas de uso do tempo. A dicotomia entre o tempo livre e o tempo não-livre. As formas de ocupação do tempo livre, de acordo com a sua extensão e a mobilidade disponível.

GAMA, António; SANTOS, Norberto Pinto (1991) - *Tempo livre, lazer e terciário*. *Cadernos de Geografia*, 10, pp. 99-129, Coimbra.

A terciarização da economia e a sua relação com o crescimento do tempo livre. A importância económica das actividades ligadas ao lazer; contém dois estudos empíricos que consubstanciam a segregação espacial que caracteriza muitas destas actividades.

GASPAR, Maria Laura Rabaça (1971) - *A duração do trabalho*. Lisboa, Ministério das Corporações e Previdência Social.

Pequeno relatório técnico que faz uma síntese, nacional e internacional, da evolução das jornadas de trabalho, com inclusão de vários dados estatísticos.

GERSHUNY, Jonathan (1987) - Estilo de vida, estructura económica y uso del tiempo. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 38, 4-6, pp. 163-191.

Crítica à teoria *Keynesiana* de auto-regulação do desemprego. Faz o relato de uma investigação empírica dedicada à avaliação do uso do tempo em alguns países.

GINER, Salvador (1985) - Tecnocultura, saber y mudanza social. *Telos*, 1, pp.21-31.

As causas e consequências da evolução da tecnologia. A tecnologia como parte do sistema social. Existirá uma sociedade tecnológica ou apenas um tecnoc conhecimento?

GINIER, Jean (1973-1977) - Chronique du Tourisme et de l' Environnement. *Norois*. 1973, nº 78, pp. 371-391. 1974, nº 82, pp. 358-375. 1975, nº 86, pp. 311-332. 1976, nº 90, pp. 289-301. 1977, nº 94, pp. 283-295.

Série de crónicas sobre a produção geográfica dedicada ao turismo e ambiente, que se relaciona intimamente com a problemática do lazer.

GORZ, André (1973) - Le despotisme d'usine et ses lendemains, in **André GORZ (ed.)** - Critique de la Division du Travail, pp. 90-122. Paris, Seuil.

Contributo para uma obra colectiva, no qual se faz uma crítica do modelo de trabalho racionalizado e monótono.

GORZ, André (1980) - Adieux au Prolétariat: au delà du socialisme. Paris, Éditions Galilée.

Livro que faz uma síntese da relação entre os sistemas políticos e a evolução económica e social.

GRAZIA, Sebastian de (1966) - Tiempo, Trabajo e Ocio. Madrid, Tecnos. (Of Time, Work and Leisure, 1962)

Obra clássica na bibliografia do lazer. Parte de uma atitude de grande valorização do tempo livre, tomando-o como essência da vida humana.

GRUMELLI, Antonio (1992) - Tempo libero e personalità umana. *Sociologia Urbana e Rurale*, 38, pp. 91-94.

Artigo dedicado à relação existente entre as formas de ocupação do tempo e a capacidade de realização do Homem.

GUBERN, Roman (1987) - El simio informatizado. Madrid, Fundesco.

Livro acerca da relação do Homem com a máquina. Avaliação dos problemas que decorrem da crescente integração tecnológica na produção, nomeadamente a partir da «invasão» informática.

HANDY, Charles (1986) - El futuro del trabajo humano. Barcelona, Ariel. (The future of work, 1984)

Obra dedicada à problemática do desemprego. Formas de procura da felicidade no trabalho e no lazer.

HANSON, Susan; PRATT, Geraldine (1988) - Reconceptualizing the links between home and work in urban Geography. *Economic Geography*, vol. 64, nº 4, pp. 299-321.

Artigo que faz uma crítica à ideia, presente em muitos modelos de interpretação em Geografia urbana, de que a residência e o local de trabalho são pontos indiferenciados que se unem por uma linha; contesta, também, que o local de residência seja sempre uma variável dependente.

HARADA, Munehiko (1994) - Towards a renaissance of leisure in Japan. *Leisure Studies*, vol. 13, nº 4, pp. 272-287.

Artigo que analisa a tendência recente para o aumento do tempo de não-trabalho no Japão, tendência essa que o poder político apoia e que é vista como o retomar de uma cultura suspensa pela fase de industrialização.

HARMAN, Willis W. (1985) - El proximo desafio: sociedad informatica y "trabajo signification". *Telos*, 4, pp. 14-27.

Elabora um inventário das funções sociais da educação e do trabalho, para depois as questionar no âmbito da sociedade pós-industrial. Preconiza uma sociedade discente, baseada na aprendizagem permanente e orientada por uma ética ecologista.

HARVEY, David (1989) - The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change. Oxford, Blackwell.

Livro que faz uma abordagem conceptual da modernidade e das condições de transição para a pós-modernidade; as transformações no uso do espaço.

HATCHER, William S. (1975) - Economics and moral values. *World Order*, Winter 1974-75, pp. 14-27.

A relação entre os valores materiais e morais da vida. A importância do trabalho na estruturação da cultura.

HAYWOOD, Les (ed.) (1989) - Understanding leisure. Leckhampton, Stanley Thornes.

Colectânea de artigos dedicados à temática do lazer. Conceitos, formas de ocupação do tempo de lazer e respectivos praticantes. Infraestruturas e equipamentos para o lazer.

HERBERT, David T. (1988) - Work and leisure: exploring a relationship. *Area*, 20, 3, pp. 241-252.

Análise histórica da Geografia do lazer. A dualidade trabalho-lazer na percepção do uso do tempo e do espaço.

HERPIN, Nicolas (1992) - Les conséquences du chômage sur la consommation. *Économie et Statistique*, nº 256, pp. 43-57.

Relato de inquéritos realizados em França sobre o efeito do desemprego no consumo.

JØRGENSEN, Henning (1995) - Working and living in Europe Year 2002. Aalborg University (policopiado).

Ensaio acerca dos cenários prováveis da evolução social e do mercado de trabalho no futuro próximo, com especial ênfase na Europa.

JOYCE, Patrick (ed.) (1987) - The historical meaning of work. Cambridge, Cambridge University Press.

Colectânea de artigos que aborda, sobretudo, a evolução histórica do valor do trabalho, com acento em exemplos de França, Inglaterra e Estados Unidos da América.

JUDAS, José Luís (1994) - Partilha do Tempo de Trabalho e Solidariedade entre Trabalhadores Empregados e Desempregados, in Actas do «Congresso Portugal: Que Futuro?», Lisboa, 1994.

Debate a partilha do tempo de trabalho enquanto medida de combate ao desemprego actual e futuro, e avalia as suas consequências para os diferentes agentes económicos.

KAPLAN, Max (1960) - Leisure in America. New York, John Wiley & Sons.

Obra de referência de um dos autores fundamentais na fase de emancipação da Sociologia do lazer.

KIRBY, Andrew (1985) - Leisure as commodity: the role of the State in leisure provision. *Progress in Human Geography*, vol. 9, nº 1, pp. 64-84.

Os conceitos e os métodos da Geografia do lazer. Análise do papel do Estado no fornecimento das infraestruturas para a ocupação dos tempos livres.

KRIPPENDORF, Jost (1987) - Les vacances, et après? Paris, L'Harmattan.

Livro de um dos autores recentes mais importantes no estudo do turismo, o qual faz nesta obra uma curiosa incursão pela análise de outros tipos de lazeres (*Pour une humanisation du quotidien*, pp. 131-167).

LAFARGUE, Paul (1983) - El derecho a la pereza. Madrid, Fundamentos (Le droit à la paresse, 1883).

Livro clássico na bibliografia sobre o lazer, escrito por um autor de inspiração marxista num período de grande crescimento industrial. Apesar do título, o seu objectivo foi mais o de clamar pela igualdade perante o trabalho do que um elogio da preguiça, ou mesmo do lazer.

LANFANT, M. F. (1978) - Sociologia del ocio. Barcelona, Península. (Sociologie du Loisir, 1972).

Livro que faz uma análise das bases científicas da Sociologia do lazer, dando particular destaque aos aspectos históricos.

LAVERY, Patrick (ed.) (1971) - Recreation Geography. Vancouver, David & Charles.

Colectânea de artigos dedicados ao estudo de várias formas de ocupação do tempo de lazer. Avaliação dos impactos económicos, ambientais e culturais das práticas de lazer.

LEFEBVRE, Henri (1968) - La vie quotidienne dans le monde moderne. Paris, Gallimard.

Análise sociológica e política, de âmbito geral, que teve como principal referência a sociedade francesa do final dos anos sessenta.

LIKKANEN, Mirja (1994) - Leisure morals and leisure meanings, in A.A.V.V. - New routes for leisure. Actas do «Congresso Mundial do Lazer», Lisboa, 1992, pp.85-97. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Artigo onde se discute o conceito de lazer e os principais elementos diferenciadores, nesta matéria, da sociedade finlandesa.

LUIS GOMEZ, Alberto (1987-a) - La evolución internacional de la Geografía del Ocio. *Geocrítica*, 69.

Artigo que situa a Geografia do lazer e do turismo nas diferentes correntes de pensamento geográfico. Concentra-se, sobretudo, em autores alemães e anglófonos. Muitas referências bibliográficas.

LUIS GOMEZ, Alberto (1987-b) - Aproximación a la Geografía Internacional del Ocio: las recopilaciones bibliográficas. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 11, pp. 109-117.

Apresentação, comentada, de vários guias bibliográficos dedicados à Geografia do lazer.

LUIS GOMEZ, Alberto (1988) - Aproximación histórica al estudio de la Geografía del ocio. Barcelona, Anthropos.

O pensamento científico sobre o lazer nas ciências sociais e, mais especificamente, na Geografia. Dá particular destaque aos estudos de geógrafos espanhóis. Muitas fichas de leitura e abundante bibliografia.

LUNDBERG, George; KOMAROVSKY, Mirca; McIVERNY, Mary Alice (1934) - Leisure: a suburban study. New York, Columbia University Press.

Trabalho empírico sobre a ocupação dos tempos livres numa pequena cidade norte-americana. Vale, sobretudo, pelo seu carácter pioneiro nesta matéria.

LYND, Robert S.; LYND, Helen M. (1956) - Middletown, a Study in Modern American Culture. New York, Harcourt Brace Jovanovich. (1ª ed. 1929).

Livro monográfico acerca do modo de vida numa cidade norte-americana de média dimensão, nos anos vinte deste século. Ao dedicar um capítulo aos lazeres tornou-se numa obra pioneira das aplicações práticas deste ramo da sociologia. Este livro teve uma continuação - *Middletown in transition: a study in cultural conflicts* -, publicada pela primeira vez em 1937; tivemos acesso a uma edição de 1965, da mesma editora da obra inicial.

MAHMOUDI, Hoda (1979) - Work and the Economic Problem. *World Order*, Winter 1978-79, pp. 16-22.

Artigo que debate a importância do trabalho na vida humana, defendendo o seu reajustamento às novas realidades sociais e económicas.

MAIER, J.; PAESLER, R.; RUPPERT, K.; SCHAFFER, F. (1987) - Geografía Social. Madrid, Ediciones Rialp. (Sozialgeographie, 1977)

Livro de âmbito mais geral em que se devem ter em especial atenção as páginas 119 a 134 (*Comportamiento ante el tiempo libre*), nas quais os autores fazem uma síntese da abordagem geográfica ao tema do lazer.

MARTIN, Bill; MASON, Sandra (1994) - Current trends in leisure: taking account of time. *Leisure Studies*, vol. 13, nº 2, pp. 133-139.

Estudo dos critérios para a recolha de informação respeitante ao uso do tempo, nomeadamente na diferenciação entre trabalho e lazer.

MARTINS, Luís Paulo Saldanha (1993) - Lazer, férias e turismo na organização do espaço no Noroeste de Portugal. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).

Primeira grande investigação de um geógrafo português em que se atribui claro destaque ao estudo do tempo livre e dos lazeres não-turísticos. Na primeira parte do trabalho, dedicada aos aspectos teóricos (pp. 2-84), o autor debate as várias conceptualizações do lazer e as diferentes perspectivas da sua abordagem pelos geógrafos.

MERCER, D.C. (1970) - The Geography of leisure - a contemporary point. *Geography*, 55, pp. 261-273.

Artigo que faz uma avaliação das perspectivas geográficas sobre o lazer.

MERCER, D.C. (1980) - In pursuit of leisure. Honk-Kong, Sorret Publishing.

Trabalho onde se defende uma maior importância dos aspectos psicossociológicos na compreensão do fenómeno do lazer pelos geógrafos.

MIHOVILOVIC, Miro A. (1980) - Les loisirs et le tourisme en Europe. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, Vol. XXXII, nº 1, pp. 101-130.

Artigo com objectivos bastante alargados sobre toda a problemática do uso do tempo de lazer.

MILLERD, Frank W.; FISCHER, David W. (1979) - The Local Economic Impact of Outdoor Recreation Facilities, in **CARLTON, Len (ed.)** - Land & Leisure, pp. 244-258. London, Methuen.

Análise, teórica e empírica, do impacto económico local dos investimentos públicos destinados à recreação e lazer.

MONERA OLMOS, Maria Luisa (1984) - Vivencia del ocio y tiempo libre a traves de la Historia. *Revista de Ciencias de la Educación*, Año XXX, 119, pp. 305-326.

Perfil histórico do valor social do tempo de lazer; os factos que informaram e condicionaram o desenvolvimento da Sociologia do lazer.

MORIN, Edgar (1962) - L'esprit du temps. (I) Névrose. Paris, Bernard Grasset.

Reflexão de carácter geral sobre as mutações sociais associadas aos processos de industrialização e urbanização, aquilo a que o autor chama a "industrialização do espírito," a cultura de massa.

MORIN, Edgar (1975) - L'esprit du temps. (II) Nécrose. Paris, Bernard Grasset.

Na continuação do primeiro volume, esta obra faz assento na crise instalada pela cultura de massas. Discute, sobretudo, os valores juvenis, o feminismo, o ecologismo e o mito do prazer, ao qual se associam diversas práticas de lazer.

MUNNÉ, Frederic (1980) - Psicosociologia del tiempo libre: un enfoque crítico. Mexico, Trillas.

Obra muito importante na bibliografia do lazer. Faz uma síntese dos valores associados ao tempo livre, desde uma perspectiva histórica.

MURPHY, R.E. (1963) - Geography and outdoor recreation: an opportunity and an obligation. *The Professional Geographer*, 15, pp. 33-34.

Artigo em que se afirma a indispensabilidade do estudo do lazer para uma compreensão integral do território.

NETO, Maria João (1992) - A propósito da ocupação dos tempos livres na cidade de Lisboa - uma abordagem das teorias sobre o lazer. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao I.S.C.S.P. Lisboa, (policopiado).

Obra de carácter académico, estruturada em três partes: a primeira é dedicada ao perfil histórico da Sociologia do lazer; a segunda estuda as características do lazer contemporâneo; a terceira faz uma tipificação das actividades de lazer, elaborada a partir de um estudo empírico na cidade de Lisboa.

OWENS, Peter L. (1984) - Rural leisure and recreation research: a retrospective evaluation. *Progress in Human Geography*, vol.8, nº 2, pp. 157-188.

Artigo que faz um inventário da produção dos geógrafos sobre a temática do lazer nos 25 anos imediatamente antecedentes (1960-1984).

PAIS, José Machado (1990) - Lazer e sociabilidades juvenis - um ensaio de análise etnográfica. *Análise Social*, vol. XXV, nº 108-109, pp. 591-644.

Investigação de carácter empírico sobre as práticas de lazer dos jovens portugueses.

PAIS, José Machado (1994) - A vida como aventura: uma nova ética de lazer? in A.A.V.V. - New routes for leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, 1992, pp. 99-110. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Comunicação cujo objectivo central é uma crítica à massificação comercial do lazer; contrapõem-se, como alternativa, as opções individuais que passam pelo exotismo, pela aventura e pela comunicação com a Natureza.

PAIS, José Machado et alli (1994) - Práticas culturais dos lisboetas. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Relatório de um inquérito sobre o uso do tempo realizado na Área Metropolitana de Lisboa.

PARKER, Stanley (1971) - The future of work and leisure. London, MacGibbon & Kee.

Livro dedicado à evolução histórica dos conceitos de trabalho e de lazer. Assenta num pressuposto de integração do tempo, rejeitando percebê-lo em parcelas autónomas e muito menos opostas.

PARKER, Stanley (1976) - The Sociology of Leisure. London, George Allen & Unwin.

Livro de carácter geral sobre o conceito de lazer, dando especial atenção às suas relações com o trabalho, a família, a educação e a religião. Aborda, também, alguns aspectos práticos do planeamento e uso do tempo de lazer.

PARKER, Stanley (1994) - Group Life: individual interests and social purposes, in A.A.V.V. - New routes for leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, 1992, pp. 423-428. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Artigo que aborda o lazer enquanto matéria de intervenção social (os hobbies de intervenção).

PATMORE, J. Allan (1977-1979) - Recreation and leisure. Progress Report. *Progress in Human Geography*. 1977, vol.1, nº1, pp. 111-117. 1978, vol.2, nº1, pp.141-147. 1979, vol. 3, nº1, pp. 126-132.

Síntese da produção geográfica sobre o tema do lazer realizada nos anos imediatamente antecedentes.

PATMORE, J. Allan; COLLINS, Michael F. (1980-1982) - Recreation and leisure. Progress Report. *Progress in Human Geography*. 1980, vol. 4, nº1, pp. 91-97. 1981, vol. 5, nº1, pp. 87-93. 1982, vol. 6, nº2, pp. 254-259.

Síntese da produção geográfica sobre o tema do lazer realizada nos anos imediatamente antecedentes.

PATMORE, J. Allan (1983) - Recreation and resources: leisure patterns and leisure places. London, Basil Blackwell.

Livro que faz uma análise dos principais conceitos associados à temática do lazer. Classifica os tipos de uso do tempo de lazer e estuda a sua organização espacial - na cidade, no campo, no interior, no litoral.

PEARCE, Douglas (1987) - Tourism today: a geographical analysis. London, Longman.

Livro de síntese sobre a abordagem geográfica do fenómeno turístico. Os lazeres não-turísticos têm um tratamento apenas paralelo, mas apesar de tudo interessante.

PEDRINI, L. (1984) - The Geography of tourism and leisure in Italy. *GeoJournal*, 9, 1, pp. 68-75.

Artigo sobre a prática da Geografia turística em Itália, em que também se questiona o enquadramento da nova temática do lazer.

PEREIRA, Fernando Micael (1991) - Trabalho e Lazer, in **A.A.V.V.** - Perspectivas Cristãs do Trabalho e Realidade Portuguesa / Jornadas Diocesanas'90 - Lisboa, pp.139-149. Lisboa, Rei dos Livros.

Tomando a dicotomia trabalho/lazer como objecto central de estudo, o autor faz uma crítica das diversas formas de ocupação do tempo.

PIGRAM, John (1983) - Outdoor recreation and resource management. London, Croom Helm.

Livro dedicado ao planeamento do tempo de lazer. O ajustamento dos recursos à procura e a avaliação de impactos ambientais e económicos.

PIRES, Gustavo (1994) - A aventura desportiva: o desporto para o III milénio, in **A.A.V.V.** - New routes for leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, 1992, pp. 193-206. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Artigo onde se divulgam as razões que levam o autor a considerar o desporto de aventura como a principal referência para o tempo de lazer no próximo século.

POIRLER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone (1989) - Le tiers-temps: pour une réorganisation des temps de travail et de loisir. Nice, Mélanges a Paul Gonnet.

Obra que põe em causa toda a repartição actual do uso do tempo. Os autores propõem uma vivência simultânea, e se possível integrada, das funções de formação, trabalho e lazer.

PUIG ROVIRA, Josep; TRILLA, Jaume (1987) - La Pedagogia del Ocio. Barcelona, Laertes.

Livro em que se debate o objecto científico da Sociologia do lazer. Propõe uma nova pedagogia para o uso do tempo de lazer, tendo em vista a sua crescente importância.

RACIONERO, Luis (1983) - Del paro al ocio. Barcelona, Anagrama.

Livro em que se problematiza a inevitabilidade do aumento do tempo não dedicado ao trabalho. Reflecte, também, sobre os valores sociais que podem vir a dominar uma sociedade marcada pelo lazer.

RAITZ, Karl (1987) - Perception of Sport Landscapes and Gratification in the Sport Experience. *Sport Place*, vol.1, nº1, pp. 5-19.

Artigo em que se debatem as razões do envolvimento do Homem na experiência desportiva, como praticante e como espectador.

RIBEIRO, Maria Eduarda (1991) - Trabalho e Evolução Tecnológica, in **A.A.V.V.** - Perspectivas Cristãs do Trabalho e Realidade Portuguesa / Jornadas Diocesanas'90 - Lisboa, pp. 87-97. Lisboa, Rei dos Livros.

Artigo onde se discutem os efeitos sociais da introdução de novas tecnologias na produção, a partir de exemplos portugueses.

RIESMAN, David (1965) - Abundancia, ¿Para qué? México, Fondo de Cultura Económica. (Abundance for what?, 1964)

Conjunto de artigos que resultam numa avaliação do valor social dos tempos de trabalho e de lazer, tendo como base a sociedade norte-americana.

RIESMAN, David (1969) - The lonely crowd. A study of the changing american character. New Haven & London, Yale University Press. (1ª ed. 1950)

Livro clássico na bibliografia sociológica dedicada aos temas do trabalho e do lazer. Faz uma apreciação crítica do modo de vida na sociedade industrial e projecta a sua previsível evolução.

ROBERTS, Kenneth (1981) - Leisure. London, Longman (1ª ed., 1970)

Livro de carácter geral sobre o fenómeno do lazer, relacionando-o com diversos elementos do sistema social.

ROBERTS, Kenneth (1994) - The Three Societies of Leisure, in **A.A.V.V.** - New routes for leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, 1992, pp. 429-442. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Artigo em que se tipificam três tipos de atitude perante o lazer: os cidadãos ricos, os que têm menos poder de compra e os trabalhadores do lazer.

ROBERTSON, James (1985) - Jobs, self-employment and leisure after the industrial age. Aldershot, Gower Publishing.

Livro em que se analisam, de uma forma integrada, as principais questões económicas e sociais que afectam a evolução recente do trabalho e do emprego.

ROJEK, Chris (1985) - Capitalism and Leisure Theory. London, Tavistock Publications.

Reflexão sociológica acerca do conceito de lazer, com características essencialmente teóricas.

ROSANVALLON, Pierre (1994) - La nouvelle question sociale - Repenser l'État-Providence. Paris, Editions du Seuil.

Obra que faz uma reflexão acerca das hipóteses de sobrevivência dos sistemas estatais de segurança social, nomeadamente na Europa. Discute a filosofia desses sistemas e os seus modelos de financiamento.

ROUSSELET, Jean (1974) - L'allergie au travail. Paris, Seuil.

Livro que tem como objectivo debater o esbatimento do valor social do trabalho. Será uma nova forma de contestação? Ou terá sido a própria evolução do trabalho e da sociedade que alterou os referenciais de vida?

RUPPERT, Karl (1978) - Mise au point sur une géographie générale des loisirs. *L'espace géographique*, nº 3, pp. 187-193.

Artigo que faz uma avaliação dos objectivos e métodos da Geografia do turismo e lazer.

RUPPERT, Karl (1983) - Les loisirs non touristiques et leur influence sur l'organisation de l'espace. *Norois*, 120, pp. 503-509.

Artigo que defende a importância dos fenómenos associados ao lazer na estruturação do território, sobretudo em situações urbanas ou periurbanas.

SAMUEL, Nicole (1983) - L'approche sociologique de l'étude du loisir. *Norois*, 120, pp. 497-501.

Síntese histórica das principais «correntes de pensamento» da Sociologia do lazer.

SAMUEL, Nicole (1994) - The future of leisure time, in **A.A.V.V.** - New routes for leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, 1992, pp. 45-47. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Artigo onde se analisa a evolução quantitativa e qualitativa do tempo livre.

SANTOS, Helena (1994) - O trabalho para inventar o não-trabalho, in **A.A.V.V.** - New routes for leisure. Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa, 1992, pp. 283-288. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Artigo que põe em causa a existência autónoma de uma Sociologia do lazer.

SCHOR, Juliet B. (1991) - The overworked American - the unexpected decline of leisure. S.l., Basic Books,

Livro que se posiciona em contra-corrente em relação à suposta tendência de diminuição do tempo dedicado ao trabalho. O crescimento do trabalho suplementar, remunerado ou não, e até de algum trabalho doméstico.

SEABROCK, Jeremy (1989) - The leisure society. New York, Blackwell.

Livro sobre as formas de ocupação do tempo de lazer utilizadas pelos pobres e/ou pelos momentaneamente desempregados; as infraestruturas e serviços que suportam essas actividades.

SILVA, Agostinho da (1994) - Ir à Índia sem abandonar Portugal. Considerações. Outros textos. Lisboa, Assírio & Alvim.

Edição póstuma de textos dispersos de um dos mais importantes filósofos portugueses contemporâneos, e seguramente aquele que mais criticou o primado do trabalho e pregou o direito ao uso do tempo, à liberdade e à criatividade individual.

SMITH, R.J. (1971) - The economics of outdoor recreation, in **LAVERY, Patrick (ed.)** - Recreation Geography, pp. 215-230. Vancouver, David & Charles.

Debate acerca dos métodos de avaliação económica dos equipamentos destinados à recreação, vistos como alternativos de outros investimentos públicos e privados.

SMITH, Stéphen (1983) - Recreation Geography. London, Longman.

Livro em que se procura fazer uma sistematização da metodologia geográfica aplicável ao estudo da recreação e lazer. Abundantes referências bibliográficas.

SQUIRE, Shelagh D. (1994) - Accounting for cultural meanings: the interface between geography and tourism studies re-examined. *Progress in Human Geography*, 18, 1, pp. 1-16.

Artigo em que se analisam as diferentes perspectivas dos trabalhos de geógrafos sobre o turismo e lazer.

SUE, Roger (1980) - Le loisir. Paris, P.U.F.

Obra de síntese de um dos autores recentes mais referidos nas bibliografias sobre o lazer. Não sendo particularmente inovador, este livro é bem estruturado e de fácil compreensão.

THÉLOT, Claude; MARCHAND, Olivier (1991) - Deux siècles de travail en France. Paris, INSEE.

Análise das relações laborais em França em todo o período pós-Revolução Industrial. Abundante informação estatística.

THOMPSON, B. (1967) - El viaje recreativo: método de análisis y resultado de un estudio piloto, in **Van DOREN, C.S.; PRIDDLE, G.B.; LEWIS, J.E. (ed.) (1983)** - Suelo y ocio, pp. 413-438. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local.

Estudo de carácter empírico que vale, sobretudo, pela sua precocidade na tentativa de normalizar métodos de trabalho neste ramo disciplinar.

TOFFLER, Alvin (s.d.) - Choque do Futuro. Lisboa, Livros do Brasil. (The Future Shock, 1970)

Obra com origem científica que se tornou num grande sucesso editorial. Elabora uma reflexão acerca das consequências, para todos e cada um de nós, do processo galopante de incorporação tecnológica na produção.

TOFFLER, Alvin (1984) - A Terceira Vaga. Lisboa, Livros do Brasil. (The Third Wave, 1980)

Livro na sequência de *The Future Shock*. É o próprio autor que lhe confere uma intenção especial, dedicando-o mais aos processos de transformação social do que ao diagnóstico das respectivas causas.

TOURAINÉ, Alain (1970) - A Sociedade post-industrial. Lisboa, Moraes Editores. (La société post-industriel, 1969)

Livro de referência de um dos autores mais prestigiados no âmbito da Sociologia do trabalho. Faz uma avaliação crítica das mudanças sociais inerentes à época pós-industrial, incluindo a evolução da repartição do uso do tempo.

ULLMAN, E.L. (1954) - Amenities as a factor in regional growth. *The Geographical Review*, January, pp. 119-132.

Artigo bastante precoce no tratamento disciplinar desta temática, no qual se discute a importância dos espaços de recreio para um desenvolvimento regional equilibrado.

UMBELINO, Jorge (1992) - Lazer: um novo tema para a Geografia? Ou uma nova «Nova Geografia» por causa de um tema?. Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia, Porto.

Comunicação na qual se debate a importância do acréscimo de tempo livre na organização do território.

Van DOREN, C.S.; PRIDDLE, G.B.; LEWIS, J.E. (ed.) (1983) - Suelo y ocio. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local. (Land & Leisure, 1974)

Obra colectiva que, pela sua amplitude e carácter interdisciplinar, se constitui como um balanço do pensamento científico sobre esta temática que era vigente ao tempo da sua elaboração.

VEAL, Anthony J. (1987) - Leisure and the future. London, Allen & Unwin.

Livro de carácter geral acerca da evolução dos tempos de lazer e de trabalho. Merecem especial atenção os Capítulos 4 e 5 (*The shortage of work I e II*).

VEBLEN, Thorstein (1963) - Teoria de la clase ociosa. México, Fondo de Cultura Económica (Theory of the leisure class, 1899)

Livro clássico na bibliografia do lazer. Tem como objectivo central a crítica da ociosidade improdutiva de algumas classes privilegiadas.

VEDDER, Richard; GALLAWAY, Lowell (1993) - Out of work: unemployment and government in twentieth century America. New York, Holmes & Meier.

Livro que faz a história do desemprego nos E.U.A., no século XX, identificando as suas principais fases e a correspondente evolução das políticas públicas que lhe foram e são dirigidas. Bom enquadramento teórico.

VENDINA, Olga J. (1991) - El espacio rural y su ocupación para ocio. *Estudios Geograficos*, LII, 204, pp. 538-549 (traduzido do russo por Ana ALVAREZ VEINGUER).

Artigo que analisa a renovação do espaço rural russo através de actividades ligadas ao lazer, dando especial atenção às residências secundárias («dachas»).

VENDINA, Olga J. (1992) - Los espacios de ocio y el comportamiento espacial de los veraneantes en Rusia. *Estudios Geograficos*, LIII, 209, pp. 729-741 (traduzido do russo por José A. RUIZ DE CASAS).

Artigo em que se debate o uso do espaço e do tempo de lazer na sociedade russa industrializada.

WHITE, Michael (1989) - Reducción de la jornada de trabajo: posibilidades y perspectivas. Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social.

Livro de carácter técnico em que se debatem as vantagens e inconveniências, para todas as partes envolvidas, de uma redução do tempo de trabalho.

WILSON, John (1988) - Politics and leisure. London, Unwin Hyman.

Livro que faz uma interpretação das prática de lazer nos diferentes regimes políticos. As diversas formas de intervenção pública.

WOLFE, R.I. (1964) - Perspective on outdoor recreation - a bibliographical survey. *The Geographical Review*, LIV, pp. 203-238.

Guia bibliográfico sobre os trabalhos de geógrafos dedicados ao lazer e recreação.

ZARAGOZA, Angel (1988) - El ocio en las sociedades avanzadas. *Sistema*, 84, 05, pp. 71-88.

Artigo que faz uma comparação entre o valor atribuído ao lazer nos regimes económicos capitalistas e socialistas.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro II.3.1. - Distribuição das entrevistas por grupos etários. Comparação com a população residente em Portugal Continental	92
Quadro II.4.1. - Horas efectivamente trabalhadas, em média, por semana, em actividades não agrícolas. Alguns exemplos (1985-1994)	123
Quadro II.4.2. - Assalariados que declaram trabalhar mais horas efectivas do que as contratadas. Comunidade Económica Europeia (1983-1992)	126
Quadro II.4.3. - Taxas de desemprego. Alguns exemplos (1985-1994)	127
Quadro II.4.4. - Taxas de actividade e de desemprego. União Europeia (1994)	131
Quadro II.4.5. - Remuneração anual da mão-de-obra industrial. Alguns exemplos (1985-1994)	136
Quadro II.4.6. - Empregados que trabalham a tempo parcial nos serviços. Comunidade Económica Europeia (1983-1992)	155
Quadro II.4.7. - Aumento dos salários ou redução do tempo de trabalho? Comunidade Económica Europeia (1990)	166
Quadro II.4.8. - "O mais importante na vida". União Europeia (1993)	167
Quadro II.4.9. - Tempo gasto em práticas de lazer. Suécia (1993)	171
Quadro II.4.10. - Tempo gasto em algumas práticas de lazer. Área Metropolitana de Lisboa (1994)	172
Quadro II.5.1. A (ir)relevância da temática do lazer na produção internacional de textos científicos em Geografia (1985-1994)	184
Quadro II.5.2. Trabalho no domicílio. União Europeia (1993)	196
Quadro III.2.1. - Instalações desportivas: equipamentos de «formação e competição». Distrito de Portalegre (1994)	220
Quadro III.2.2. - Critérios do INDESP para a programação de equipamentos desportivos	222
Quadro III.2.3. - Equipamentos desportivos de «formação e competição». Superfície desportiva útil por habitante (m ²). Portugal Continental (1994)	223
Quadro III.2.4. - Equipamentos desportivos de «formação e competição». Superfície desportiva útil por habitante (m ²). Distrito de Portalegre (1994)	224
Quadro III.2.5. - Novas instalações desportivas propostas pelo INDESP. Distrito de Portalegre (1994)	226
Quadro III.2.6. - Estimativa de custos das novas instalações desportivas propostas pelo INDESP. Distrito de Portalegre (1994)	227
Quadro III.2.7. - Rede base de instalações desportivas. Proposta da Comissão de Coordenação da Região Alentejo	228
Quadro III.2.8. - Comparação entre propostas de valorização da rede base de instalações desportivas. Distrito de Portalegre	229
Quadro III.2.9. - Novos equipamentos de «formação e competição». As propostas do INDESP face ao critério populacional do GEPAT. Distrito de Portalegre (1994)	230
Quadro III.2.10. - Espaços naturais de recreio e desporto. Distrito de Portalegre	232
Quadro III.2.11. - Clubes filiados nas Associações desportivas do distrito de Portalegre (1994)	235

Quadro III.2.12. - Escolas e Professores envolvidos no Programa de Desporto Escolar. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)	237
Quadro III.2.13. - Núcleos integrados no Programa de Desporto Escolar. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)	237
Quadro III.2.14. - Quadro Competitivo Nacional do Programa de Desporto Escolar. Distribuição dos núcleos por modalidades. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)	238
Quadro III.2.15. - Núcleos de desporto escolar com actividade exterior ao Quadro Competitivo Nacional. Distrito de Portalegre (1994-1995)	239
Quadro III.2.16. - Núcleos desportivos com actividade regular filiados no INATEL. Distrito de Portalegre (1994)	240
Quadro III.2.17. - Classes de «Actividades básicas» do INATEL, por modalidades. Distrito de Portalegre (1994)	241
Quadro III.2.18. - «Provas regulamentares» do INATEL, por modalidades. Distrito de Portalegre (1994)	241
Quadro III.2.19. - Acções de «Desporto para todos» do INATEL, por modalidades. Distrito de Portalegre (1994)	242
Quadro III.2.20. - Professores de educação física em exercício nas escolas do ensino básico e secundário. Portugal e distrito de Portalegre (1994-1995)	243
Quadro III.2.21. - Índices desportivos gerais e factores socio-estruturais. Portugal (1988)	246
Quadro III.2.22. - Índices desportivos gerais e factores socio-estruturais. Distrito de Portalegre (1988)	247
Quadro III.2.23. - Modalidades desportivas praticadas e pretendidas. Portugal (1988)	249
Quadro III.2.24. - Modalidades desportivas praticadas e pretendidas. Distrito de Portalegre (1988)	250
Quadro III.2.25. - Agrupamento das modalidades conforme a sua prática. Variáveis consideradas nos agrupamentos	251
Quadro III.2.26. - Agrupamento das modalidades conforme a sua prática	251
Quadro III.2.27. - Atletas filiados na Associação de Atletismo do Distrito de Portalegre (1994)	253
Quadro III.2.28. - Atletas filiados na Associação de Futebol do Distrito de Portalegre (1994)	253
Quadro III.2.29. - Atletas filiados na Associação de Ginástica do Distrito de Portalegre (1994)	254
Quadro III.2.30. - Atletas filiados na Associação de Judo do Distrito de Portalegre (1994)	254
Quadro III.2.31. - Atletas filiados na Associação de Natação do Distrito de Portalegre (1994)	255
Quadro III.2.32. - Atletas filiados na Associação de Ténis do Distrito de Portalegre (1994)	255
Quadro III.2.33. - Importância na população residente dos atletas filiados em algumas federações desportivas. Portugal e distrito de Portalegre (1994)	256
Quadro III.2.34. - Importância na população residente dos atletas inscritos nas «Actividades básicas» do INATEL. Portugal e distrito de Portalegre (1994)	257
Quadro III.2.35. - Importância na população residente dos participantes nas «Provas regulamentares» do INATEL. Portugal e distrito de Portalegre (1994)	258
Quadro III.2.36. - Importância na população residente dos participantes nas actividades de «Desporto para todos» do INATEL. Portugal e distrito de Portalegre (1994)	258
Quadro III.2.37. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Número de praticantes	261
Quadro III.2.38. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, segundo o sexo	261
Quadro III.2.39. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, segundo os grupos etários	262

Quadro III.2.40. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, segundo as formas de ocupação	263
Quadro III.2.41. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os não-praticantes: razões apontadas para não praticar	264
Quadro III.2.42. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os não-praticantes: razões apontadas para não praticar, segundo o sexo, idade e formas de ocupação	265
Quadro III.2.43. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Número de práticas, por modalidades	266
Quadro III.2.44. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Número de práticas por modalidades, segundo o sexo, idade e formas de ocupação	268
Quadro III.2.45. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, por modos de prática	269
Quadro III.2.46. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, por modos de prática, segundo o sexo, idade e formas de ocupação	270
Quadro III.2.47. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, por objectivos da prática	271
Quadro III.2.48. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Os praticantes, por objectivos da prática, segundo o sexo, idade e formas de ocupação	272
Quadro III.2.49. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Avaliação das infraestruturas pelos praticantes	273
Quadro III.2.50. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Avaliação das infraestruturas pelos praticantes, segundo o sexo, idade e formas de ocupação	273
Quadro III.2.51. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Propostas para melhorar as infraestruturas	274
Quadro III.2.52. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Modalidades pretendidas	275
Quadro III.2.53. - Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995). Modalidades pretendidas, segundo o sexo, idade e formas de ocupação	276
Quadro Anx II.1. - Mercado potencial de um equipamento de recreação. Relação entre a distância e os visitantes	291
Quadro Anx II.2. - Benefícios marginais globais, por aglomerado	292
Quadro Anx II.3. - Projecção dos efeitos na procura da inclusão de uma taxa de admissão	293
Quadro Anx II.4. - Variação do número de visitantes conforme o valor da taxa de admissão	293

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura II.1.1. - As formas de ocupação do tempo. Hipótese de interpretação	37
Figura II.2.1. - As funções básicas das actividades humanas	62
Figura II.4.1. - Duração média do tempo de trabalho semanal, por sectores de actividade. Estados Unidos da América(1850-1990)	121
Figura II.4.2. - Duração média do tempo de trabalho anual, por sectores de actividade. França (1850-1990)	121
Figura II.4.3. - Horas efectivamente trabalhadas, em média, por semana, em actividades não agrícolas. Alguns exemplos (1985-1994)	124
Figura II.4.4. - Taxas de desemprego. Alguns exemplos (1985-1994)	128
Figura II.4.5. - Situação perante o emprego das pessoas com 15 e mais anos de idade. União Europeia (1994)	132
Figura II.4.6. - A duração da vida e do tempo de trabalho	174
Figura II.4.7. - Os tempos dedicados às necessidades do corpo, ao trabalho e a outras actividades	175
Figura II.5.1. - Alojamentos com uso sazonal (1981)	205
Figura II.5.2. - Alojamentos com uso sazonal (1991)	205
Figura II.5.3. - Taxa percentual de evolução dos alojamentos com uso sazonal (1981/91)	207
Figura II.5.4. - Evolução da percentagem dos alojamentos com uso sazonal (1981/91)	207
Figura II.5.5. - Taxa de evolução da população residente (1981/91). Concelhos com maiores perdas relativas de população	208
Figura II.5.6. - Taxa de evolução da população residente (1981/91). Concelhos com maiores ganhos relativos de população	208
Figura III.2.0. - Os concelhos do distrito de Portalegre	221
Figura III.2.1. - Instalações desportivas: equipamentos de «formação e competição» Distrito de Portalegre (1994)	221
Figura III.2.2. - Equipamentos de «formação e competição»: superfície desportiva útil. Distrito de Portalegre (1994)	225
Figura III.2.3. - Espaços naturais de recreio e desporto. Distrito de Portalegre	233
Figura Anx II.1. - Relação entre os custos e os <i>ratios</i> de visitas <i>per capita</i>	292
Figura Anx II.2. - Variação do número de visitantes conforme o valor da taxa de admissão	294

ÍNDICE GERAL

Agracedimentos	ii
I. INTRODUÇÃO	1
I.1. A oportunidade de estudar o lazer	2
I.2. O plano de trabalho	24
I.3. As principais dificuldades sentidas	26
II. A CAMINHO DE UMA NOVA SOCIEDADE DO LAZER?	29
II.1. O conceito de lazer - pesquisa de algumas fontes exteriores à bibliografia científica	31
II.1.1. A opinião dos linguistas. O «jogo das palavras»	31
II.1.2. As religiões, uma fonte básica de cultura	38
II.1.3. Os provérbios populares, uma expressão simples de cultura	45
II.2. A percepção e o estudo do lazer - síntese bibliográfica	49
II.2.1. Breve percurso pela bibliografia dedicada ao lazer	49
II.2.1.1. A literatura e o cinema	58
II.2.2. A evolução das formas de ocupação do tempo de lazer	60
II.2.3. A definição e percepção do lazer na bibliografia científica	68
II.2.3.1. As atitudes-tipo perante o lazer propostas por Joffre Dumazedier e Nicole Samuel	69
II.2.3.2. Outras atitudes-tipo	72
II.2.3.2.a. As civilizações grega e romana	73
II.2.3.2.b. As sociedades pré-industriais: o lazer dos camponeses e dos aristocratas	78
II.2.3.3. O valor central do trabalho nas sociedades industrializadas	80
II.2.3.4. A reacção à sociedade do trabalho: a (sobre)valorização do lazer	82
II.2.3.5. A convivência equilibrada entre o trabalho e o lazer	85
II.3. A opinião pública portuguesa - entrevistas	89
II.3.1. As entrevistas: aspectos prévios	89
II.3.2. O guião das entrevistas	93
II.3.3. Análise das respostas	96
II.3.3.1. A primeira pergunta do guião	96
II.3.3.2. A segunda pergunta do guião	101
II.3.3.3. A terceira pergunta do guião	104
II.3.3.4. A quarta pergunta do guião	105
II.3.3.5. A quinta pergunta do guião	112
II.3.3.6. A sexta pergunta do guião	115
II.4. A sociedade do lazer: realidade, fatalidade ou utopia?	120
II.4.1. Algumas estatísticas relevantes: duração médio do tempo de trabalho e taxa de desemprego	120
II.4.1.1. Duração média do tempo de trabalho	120
II.4.1.2. Taxa de desemprego	126
II.4.2. Emprego e desemprego nos países «desenvolvidos»	130
II.4.2.1. Tecnologia e crescimento económico	138

II.4.3. Que actividades económicas de futuro nos países «desenvolvidos»?	141
II.4.4. Outros factores de evolução dos mercados de trabalho	145
II.4.5. O insucesso das soluções tradicionais de combate ao desemprego	147
II.4.5.1. Universalização e alargamento do período de formação pré-activa	149
II.4.5.2. Antecipação da idade de reforma	150
II.4.6. Novas soluções para o desemprego	153
II.4.6.1. As utopias do «tempo global de trabalho» e do abandono do trabalho feminino	153
II.4.6.2. Trabalho a tempo parcial e partilha do tempo de trabalho	154
II.4.6.3. O trabalho social e os sistemas de «licença»	161
II.4.7. A propósito da futura repartição e uso do tempo	163
II.4.7.1. As práticas actuais de lazer e a sua projecção no futuro	170
II.4.7.2. Deve-se intervir sobre o lazer?	174
II.5. Uma perspectiva geográfica	178
II.5.1. A bibliografia geográfica sobre o (turismo) e lazer: breve perfil histórico	178
II.5.2. Traços de um tema pouco praticado pelos geógrafos	188
II.5.3. Transformações na organização do espaço	194
II.5.3.1. Mobilidade acrescida pela necessidade de flexibilizar as atitudes perante o trabalho	194
II.5.3.2. Aumento do volume de trabalho no domicílio	195
II.5.3.3. Novos princípios para a programação de infraestruturas e equipamentos	199
II.5.3.4. Será possível um fenómeno de desurbanização?	200
III. O DESPORTO NA OCUPAÇÃO DO TEMPO DE LAZER - O CASO DO DISTRITO DE PORTALEGRE	211
III.1. O exercício físico e o desporto: razões para a sua prática	213
III.2. A situação desportiva no distrito de Portalegre	219
III.2.1. As infraestruturas e equipamentos para a prática desportiva	219
III.2.1.1. Equipamentos de «formação e competição»	219
III.2.1.2. Espaços naturais de recreio e desporto	231
III.2.1.3. Os clubes: estrutura associativa e desporto federado	234
III.2.1.4. Desporto escolar	237
III.2.1.5. Desporto «para trabalhadores»	239
III.2.1.6. Enquadramento técnico	242
III.2.2. Formas de prática e praticantes	243
III.2.2.1. A «Carta da Procura da Prática Desportiva e Recreativa»	244
III.2.2.2. Práticas federadas	252
III.2.2.3. Desporto escolar	256
III.2.2.4. Desporto «para trabalhadores»	257
III.2.2.5. Formas espontâneas de prática	259
III.2.3. Inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre	259
III.2.3.1. Praticantes e não-praticantes	260
III.2.3.2. Qualificações da prática	266
III.2.4. Avaliação crítica da situação actual	277
IV. NOTA FINAL	283
Anexo I - Lista de entrevistados (ver II.3.)	287

Anexo II - O «método de Clawson». Avaliação do benefício marginal dos visitantes de um equipamento de recreação	291
Anexo III - Ficha do inquérito à prática desportiva no distrito de Portalegre (1995)	295
Bibliografia	297
Índice de quadros	327
Índice de figuras	331
Índice geral	333

